

Rosana Baeninger
organizadora



Imigração Boliviana no Brasil





Imigração Boliviana no Brasil



Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Reitor

Fernando Ferreira Costa

Vice-Reitor

Edgar Salvadori de Decca

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa

Ronaldo Aloise Pilli

Pró-Reitor de Graduação

Marcelo Knobel

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Euclides de Mesquita Neto

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

João Frederico da Costa Azevedo Meyer

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN)

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

Núcleo de Estudos de População (NEPO)

Estela Maria Garcia Pinto da Cunha

OBSERVATÓRIO DAS
MIGRAÇÕES EM
SÃO PAULO
FASES E FACES DO FENÔMENO
MIGRATÓRIO NO ESTADO DE
SÃO PAULO



Rosana Baeninger
organizadora

Imigração Boliviana no Brasil



Núcleo de Estudos de População (Nepo) - Unicamp

Av. Albert Einstein, 1.300 – CEP: 13081-970 – Campinas, SP – Brasil
Fone (19) 3521 5890 – Fax: (19) 3521 5900
www.nepo.unicamp.br

Apoio

Projeto: Observatório das Migrações em São Paulo
Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Unfpa – Fundo de População das Nações Unidas

Organização e Revisão Geral Rosana Baeninger

Comitê de publicação Rosana Baeninger (IFCH- Nepo/Unicamp)
Taís Freitas Santos - Representante Auxiliar (Unfpa)
Roberta Peres (Nepo/Unicamp)

Colaboração Maria Ivonete Z. Teixeira

Capa, Produção Editorial e Diagramação Fabiana Grassano
Traço Publicações e Design Flávia Fábio

Foto da capa Antônio Scarpinetti
Fila de imigrantes para solicitação de regularização no país –
Memorial da América Latina, São Paulo – Brasil, Anistia 2009

Ficha catalográfica Adriana Fernandes

FICHA CATALOGRÁFICA

Imigração Boliviana no Brasil / Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.
316p.

ISBN 978-85-88258-29-7

1. Imigração na Bolívia. 2. Bolivianos no Brasil. 3. Baeninger, Rosana (Org.).
I. Título.

Sumário

- 7 **Introdução**
- 9 **O Brasil na rota das migrações latino-americanas**
Rosana Baeninger
- 19 **Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários**
Sidney A. da Silva
- 35 **Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica**
Roberta Guimarães Peres
- 75 **A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?**
Sylvain Souchaud
- 93 **Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo**
Dominique Vidal
- 109 **A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade**
Iara Rolnik Xavier
- 155 **Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma analítico alternativo**
Patrícia Tavares de Freitas
- 179 **A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo**
Gabriela Camargo de Oliveira e Rosana Baeninger
- 195 **Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo**
Szilvia Simai e Rosana Baeninger
- 211 **Estudantes bolivianos na Unicamp: migração, formação qualificada e trabalho**
Débora Mazza
- 231 **Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol**
Ubiratan Silva Alves
- 257 **Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística**
Alex Manetta
- 271 **Imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos**
Roberta Guimarães Peres
- 297 **Fronteira e saúde: Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil)**
Angela Maria Marques
- 313 **Sobre os autores**

Introdução

Nas últimas décadas do final do século 20, o Brasil reabriu suas portas para o debate acerca da imigração internacional. Em um primeiro momento, tratou-se de focalizar o país como emissor de população para países desenvolvidos, e foi justamente nesse contexto que a imigração boliviana foi decisiva para o reconhecimento da sociedade brasileira também como receptora de novos contingentes de imigrantes.

Na rota das migrações internacionais contemporâneas, e em suas articulações com a reestruturação econômica internacional, o Brasil passou a conviver com a emigração e a imigração internacionais. A inserção do país no cenário latino-americano das migrações, como aponta o texto de Baeninger, revela a importância da Bolívia na entrada de novos imigrantes. No caso das migrações bolivianas, o país passou a contar com a tradicional e histórica imigração boliviana na fronteira, ao mesmo tempo em que viu direcionar expressivo fluxo de imigração boliviana para a metrópole paulista.

Nesse cenário, o século 21 traz a consolidação dos fluxos de população entre Bolívia-Brasil; esta consolidação se traduz em uma maior diversidade e complexidade do fenômeno migratório. Desse modo, este livro busca trazer elementos teórico-metodológicos que reconfiguram as especificidades e características atuais da imigração boliviana no país em uma perspectiva interdisciplinar.

Destaque-se que fronteira e metrópole apresentam processos migratórios na origem e no destino diferenciados e, portanto, a leitura em sequência dos textos, sem que haja separação dessas partes na Coletânea, permite captar a configuração socioespacial dessas imigrações e seus condicionantes. De fato, a dimensão espacial consiste importante aspecto teórico para discussão e aprofundamento dos movimentos migratórios de bolivianos e bolivianas no país.

Os textos de Peres e Marques abordam a migração boliviana na fronteira com o Brasil. Peres reconstrói a dinâmica histórica entre Corumbá e a Bolívia e os

rebatimentos na formação desse espaço de fronteira; dentre as especificidades da imigração boliviana nessa área, a autora analisa a forte presença de mulheres bolivianas em Corumbá. O texto de Marques aborda a fluidez do espaço de fronteira de Corumbá com Puerto Suárez e Puerto Quijarro, na Bolívia, no que se refere à relação com a saúde e o acesso a esses serviços.

A dinâmica da imigração boliviana ganha novos contornos na sua articulação com a metrópole paulistana. Os processos identitários se revelam em espaços específicos: no Memorial da América Latina, como analisa Silva; na Praça Kantuta, como aponta Alves; na Rua Coimbra, na Praça Padre Bento ou na expansão da imigração boliviana para a periferia da metrópole, como identifica Xavier. A inserção laboral no setor de confecção traz novos elementos, dentre eles Souchaud destaca a transformação do setor em um nicho econômico – com a incorporação de paraguaios – além da imigração boliviana. Freitas indica a possibilidade da configuração da circulação migratória de bolivianos nesse setor de atividade, com articulações entre diferentes identidades e territorialidades.

Nesses mais de trinta anos de imigração boliviana para a metrópole de São Paulo, a visibilidade desse contingente imigrante passou a compor a vida cotidiana da cidade. Nesse contexto, emerge a necessidade de estudos acerca das relações entre imigrantes bolivianos/bolivianas e os brasileiros. O texto de Vidal enfoca as categorizações de produção da alteridade entre esses dois contingentes de população, revelando etnicidades em permanente construção e interação. Nessa mesma direção, está o texto de Simai e Baeninger que revela nas formas discursivas de brasileiros a negação do preconceito e nas falas de bolivianos a hegemonia da sociedade receptora frente a um grupo imigrante oprimido. Essa visibilidade traz ainda a questão da segunda geração de imigrantes bolivianos em São Paulo, tema tratado em Oliveira e Baeninger, e a repercussão na mídia como analisa Manetta.

Frente a essas especificidades, a capa do livro é o retrato do contexto da imigração boliviana em São Paulo; representa a busca da regularização de sua documentação (Anistia 2009) no Memorial da América Latina, com a presença de famílias e crianças divididas entre os processos identitários dos dois países.

Essa Coletânea reflete o esforço conjunto do Núcleo de Estudos de População (Nepo-Unicamp) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas, do Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França), do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e das agências de fomento Fapesp e CNPq para avançarmos no conhecimento das migrações internacionais.

O Brasil na rota das migrações latino-americanas

Rosana Baeninger

O final do Século 20 e o início do Século 21 revelaram enormes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais em âmbito internacional com fortes rebatimentos nos contextos da imigração latino-americana e do Brasil. As mudanças advindas do processo de reestruturação da produção¹ implica a mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo (Sassen, 1988). Nesse cenário, o Brasil também passou a se inserir, com reflexos na configuração de um novo contexto das migrações internacionais para o país.

As novas modalidades da imigração internacional representam, no cenário da globalização, a intensificação dos fluxos de capital, as transformações tecnológicas (Castells, 1999), a compressão do espaço e do tempo (Harvey, 1992), a nova conformação da hierarquia urbana internacional (Sassen, 1988), a consolidação de redes de lugares e dos lugares de redes (Benko e Lipietz, 1994), a diversidade dos deslocamentos populacionais; todos esses fenômenos definem e redefinem os espaços transnacionais (Glick e Schiller, 1997). Assim, a importância do fenômeno migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente ao nível local) do que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais. Traço característico da imigração estrangeira no cenário da globalização é a condição de indocumentados desses imigrantes (Sales, 1991; Patarra e Baeninger, 1995), tornando ainda mais difícil a mensuração desses fluxos.

¹ Veja-se dentre outros: Harvey (1992), Piore (1979), Benko e Lipietz (1998).

As diferentes formas de mobilidade espacial da população no mundo ‘pós-moderno’ (Harvey, 1992) pressupõem a diversificação dos movimentos migratórios internacionais, onde ganha importância o significado desses fluxos no contexto da inserção de cada país de origem e de destino no atual processo de reestruturação econômica internacional.

Os movimentos migratórios entre os países da América Latina e Caribe

Os deslocamentos populacionais entre os países da região são históricos e bastante complexos, envolvendo desde fluxos intercontinentais até aqueles em espaços binacionais e trinacionais. Essas migrações compreendem diversas formas de mobilidade da população no território latino-americano e caribenho e derivam tanto de fatores econômicos quanto políticos².

Esse padrão migratório intra-regional vem se tornando mais nítido a partir dos anos 1970. De fato, de um estoque acumulado de 1.218.990 latino-americanos e caribenhos residindo, em 1970³, em países da região diferentes do de nascimento, passou-se a 1.995.149, em 1980, alcançando 2.242.268 migrantes intra-regionais, em 1990 (Villa e Martínez, 2000). Nota-se, contudo, entre os anos 70 e os 80, um arrefecimento no incremento do estoque desses migrantes, permanecendo volumes bastante próximos nas duas décadas. Villa (1997: 109) aponta que “é possível que os efeitos depressivos da grande crise dos anos 80 tenham contribuído para atenuar a intensidade deste padrão, particularmente porque suas repercussões se fizeram sentir com singular força nos países tradicionalmente destinatários dos migrantes intra-regionais. O restabelecimento dos estilos democráticos de governo também ocasionou uma diminuição das tensões migratórias e facilitou o retorno de um número importante de pessoas. Outro fator (...) é a ampliação das formas de mobilidade que – sem representar uma mudança de residência base – se distinguem por seu caráter reversível, itinerante ou circulatório”.

Nesse sentido, a permeabilidade das fronteiras que integram os países da América Latina, num contexto de integração econômica regional, vem contribuindo para a intensificação dos deslocamentos de população de tipo fronteiriços ou

² Veja-se Pellegrino (1989), Villa (1997), Lattes e Lattes (1997), Maguid (2000), dentre outros.

³ Para que se possa comparar as informações censitárias dos diversos países, o IMILA utiliza as datas que correspondem aos anos próximos aos censos nacionais (Villa e Martínez, 2000).

entre países limítrofes, com os deslocamentos transfronteiriços (Pellegrino, 1995; Patarra, 1997).

No caso desse padrão migratório latino-americano torna-se ainda mais evidente que a importância do fenômeno reside nas novas situações presentes nos processos migratórios intra-regionais, já que a enorme diversidade e potencialidade de espaços da migração na América Latina contribuem para uma menor concentração nos volumes de migrantes.

No contexto geral da América Latina e Caribe, Venezuela e Argentina constituíram os pólos da migração internacional da região, principalmente nos anos 1970. “Argentina tem sido o destino tradicional de numerosos contingentes (regionais) atraídos pelas possibilidades de trabalho na agricultura, na manufatura, na construção e serviços [...] Na Venezuela, a economia incentivada pela bonança petroleira atraiu colombianos e pessoas do Cone Sul forçadas a deixar seus países de origem” (Villa e Martínez, 2000:7).

De fato, como se pode observar na Tabela 1, a esses países correspondiam, nos censos correspondentes nos anos 2000, os maiores estoques de estrangeiros (1.517.904 pessoas na Argentina e 1.014.340, na Venezuela) e as participações mais elevadas de estrangeiros no total das populações nacionais: 4,2% da população residente na Venezuela e da Argentina.

Considerando-se, no entanto, apenas os estoques de estrangeiros latino-americanos e caribenhos residentes nos países da região identifica-se uma nova configuração dos pólos da migração regional, onde o *Paraguai* passa a ocupar a primeira posição – com 4,0% de seus estrangeiros com origem intra-regional, seguido pela Venezuela (3,7%), Costa Rica (3,1%) e, mais distante, a Argentina (2,5%). Na realidade, parte do estoque dos estrangeiros da Argentina é proveniente do padrão ultramar que teve início em fins do século passado, embora mais da metade dos migrantes internacionais residentes na Argentina tenha nascido em países da própria região.

A caracterização dos países da América Latina e Caribe segundo a proporção de estrangeiros nascidos na região, nos censos dos 2000, permite ainda apreender outros espaços de importante participação da migração intra-regional, mesmo que esses estoques de estrangeiros não sejam elevados. Nesse sentido, pode-se identificar países com:

- a) forte participação das migrações intra-regionais: Paraguai, Costa Rica, Bolívia, Nicarágua, El Salvador e Equador com mais de 70% de seus estrangeiros com origem na América Latina e Caribe;

- b) média participação das migrações intra-regionais: Venezuela, Panamá, Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina e Peru, com cerca de 43% a 65% de seus estrangeiros nascidos na região;
- c) baixa participação das migrações intra-regionais: Guatemala (7,6%), Brasil (15,4%) e México (25,2%).

Tabela 1
População Estrangeira nos Países da América Latina e Caribe
2000

Países	Total de estrangeiros (A)	% de estrangeiros
Argentina	1.605.871	4,2
Bolívia	59.807	1,1
Brasil	767.780	0,4
Chile	114.597	1,3
Colômbia (1993)	106.162	0,2
Costa Rica	88.954	7,5
Cuba (1988)	128.392	0,7
Equador	73.179	0,8
El Salvador (1992)	26.729	0,3
Guatemala	412.352	0,4
Haiti (1982)	6.000	0,3
Honduras	34.387	0,4
México	340.824	0,5
Nicarágua (1995)	26.043	0,4
Panamá	61.394	2,9
Paraguai	187.372	3,1
Peru (1993)	52.725	0,1
R. Dominicana	32.419	1,1
Uruguai (1996)	92.378	1,4
Venezuela	1.024.121	4,2

Fonte: IMILA/ CELADE (2006).

Destaca-se no caso brasileiro que o país ocupa, dentre os países da região, o quarto maior estoque absoluto de estrangeiros nascidos na América Latina e Caribe (118.525 pessoas), e, no entanto, apresenta baixa proporção de migrantes intra-regionais no total de seus estrangeiros.

A Tabela 2 permite identificar os principais países de nascimento, dentro da própria região, da população estrangeira residente na América Latina e Caribe registradas nos censos demográficos dos anos 2000.

Tabela 2
Principais Estoques de Imigrantes e Emigrantes Estrangeiros
Países Selecionados da América Latina e Caribe – 1990 e 2000

		Imigração		Emigração		
		1990	2000	1990	2000	
Argentina	Paraguai	251.130	322.962	Paraguai	47.846	63.006
	Chile	218.217	211.093	Chile	34.415	48.176
	Bolívia	143.735	231.789	Uruguai	26.256	...
	Uruguai	133.653	116.676	Brasil	25.468	27.531
	Brasil	33.543	33.748	Bolívia	17.829	27.094
Bolívia	Argentina	17.829	27.094	Argentina	143.735	231.789
	Brasil	8.586	14.428	Brasil	15.694	20.388
	Peru	5.805	8.824	Chile	7.729	10.919
				Peru	3.216	...
Brasil	Argentina	25.468	27.531	Argentina	33.543	33.748
	Chile	20.437	17.131	Paraguai	104.752	81.337
	Paraguai	19.018	28.822	Uruguai	13.521	...
	Uruguai	22.141	24.740			
	Bolívia	15.694	20.388			
Chile	Argentina	34.415	48.176	Argentina	218.217	211.093
	Bolívia	7.729	10.919	Brasil	20.437	17.131
	Peru	7.649	37.863	Venezuela	20.787	15.520
Colômbia	Venezuela	43.285	...	Venezuela	528.893	608.691
				Equador	37.553	51.556
				Panamá	13.644	21.069
Costa Rica	Panamá	4.794	10.270	Panamá	3.828	4.565
	Nicarágua	45.918	...	Nicarágua	4.727	...
	El Salvador	8.748	...			
Equador	Colômbia	37.553	51.556	Venezuela	23.370	28.606
				Colômbia	9.040	...
El Salvador	Honduras	8.666	...	Guatemala	14.428	12.484
Guatemala	El Salvador	14.425	...	México	46.005	23.529
	México	5.250	11.481			
Haiti	
Honduras	México	...	1.114	Nicarágua	9.473	...
	Nicaragua	...	5.519	El Salvador	8.666	...
México	Estados Unidos	194.619	...	Bolívia	6.607	9.377
	Guatemala	46.005	23.529			
Nicarágua	Honduras	9.473	...	Costa Rica	45.918	226.374
Panamá	Colômbia	13.644	21.069	Costa Rica	4.794	10.270
Paraguai	Brasil	107.452	81.337	Argentina	251.130	322.962
	Argentina	47.846	63.006	Brasil	19.018	28.822

(continua)

(continuação)

		Imigração		Emigração		
		1990	2000		1990	2000
Peru	Estados Unidos	5.595	...	Venezuela	27.748	35.823
	Brasil	4.682	2.523	Argentina	15.977	87.546
	Argentina	4.165	...	Bolívia	5.805	8.824
	Bolívia	3.216	...	Brasil	5.833	10.814
				Chile	7.649	37.863
R. Dominicana		Venezuela	17.140	13.899
Uruguai	Argentina	26.256	...	Argentina	133.653	...
	Brasil	13.521	...	Brasil	22.141	...
	Venezuela	7.374	...	Venezuela	5.454	...
Venezuela	Chile	20.787	15.520	Colômbia	43.285	...
	Colômbia	528.893	608.691	Uruguai	7.374	...
	Equador	23.370	28.606			
	Peru	27.748	35.823			
	Guiana	4.488	...			
	R. Dominicana	17.140	13.899			
	Cuba	10.157	9.581			
	Argentina	9.070	8.592			

Fonte: IMILA/ CELADE, 2006.

No contexto do Mercosul⁴, a Argentina constitui a *área de concentração* dessas migrações subregionais, tendo aumentado seu estoque de estrangeiros com origem no Uruguai, Chile e Bolívia. Os principais países de nascimento da população estrangeira latino-americana residente na Argentina são, em ordem decrescente: Paraguai, Chile, Bolívia, Uruguai e Brasil.

Essa forte emigração em direção a Argentina vem marcando as migrações internacionais no Mercosul nas últimas décadas, tornando os demais países em áreas de emigração regional; à exceção do Brasil que divide de maneira mais contundente com o Paraguai essa saída de população. O Peru registra forte emigração a partir dos anos 2000. Nas demais áreas da América Latina e Caribe destacam-se ainda: a Venezuela, com o predomínio dos colombianos (mais de 500 mil), e a Costa Rica com estrangeiros nascidos na Nicarágua, que passa de um contingente de 45 mil emigrantes, em 1990, para mais de 200 mil em 2000.

⁴ Incluindo-se Bolívia e Chile, além da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

No cenário dos movimentos internacionais na América Latina e Caribe, o Brasil concentra o quarto maior estoque desses estrangeiros (118.525 pessoas, ao redor dos anos 1990), contra 181.273 brasileiros residentes nos países da região. Embora o número de emigrantes supere o de imigrantes, ao se examinar os destinos desses emigrantes pode-se apreender que se tratam de situações heterogêneas, revelando, desse modo, as atuais *modalidades das migrações latino-americanas de e para o Brasil*; a saber:

- a) com a Argentina, evasão decrescente; mobilidade de mão de obra qualificada entre as metrópoles
- b) com o Paraguai, evasão decrescente; incremento da imigração paraguaia para o Brasil
- c) com a Bolívia, recepção crescente, incluindo-se intensa circulação entre os espaços da migração na origem e no destino
- d) com o Chile, recepção crescente de mão-de-obra qualificada
- e) com o Peru, Uruguai e Colômbia incremento na imigração
- f) com a Venezuela, intensa mobilidade fronteira

No caso da imigração boliviana, do estoque identificado pelo Censo Demográfico de 2000 (20.388 pessoas), apenas 10% haviam chegado antes dos anos 1960 (2.658 bolivianos e 2.594 entre 1960-1969), marcando a importância desse movimento migratório desde os anos 1970 (3.263 imigrantes entre 1970-1979), sendo que 7.700 chegaram depois de 1990.

Considerando-se, portanto, a inserção do Brasil nas migrações internacionais latino-americanas nota-se que, nos últimos trinta anos, o país vem se configurando como *área de expansão das migrações latino-americanas*, reforçando as modalidades de tipo fronteira - como são os casos com os países do Mercosul (Patarra, 2000) e também com a Colômbia e a Venezuela; as migrações em direção às áreas metropolitanas, como no caso dos bolivianos, paraguaios e peruanos (Silva, 1997; Galetti, 1996); e as migrações intra-regionais com países não-limítrofes, como com os chilenos.

Considerações Finais

No cenário recente das migrações internacionais, em seu volume e composição, a constituição de blocos regionais integrados aponta para a diversidade de deslocamentos e, em alguns casos, até o aumento em sua intensidade, como é o caso do Brasil com a Bolívia.

Apesar dessa integração, a desigualdade entre os países é cada vez mais acirrada, podendo contribuir para a intensificação de deslocamentos populacionais que ultrapassam os limites políticos-geográficos dos países, configurando os deslocamentos transfronteiriços.

Nesse contexto, um dos desafios que se apresenta é a governabilidade das migrações internacionais no Mercosul. Segundo Mármora (1996) torna-se necessário o desenvolvimento de instrumentos legais, administrativos e de informação sobre migração, visando a atualização de normas e instituições “destinadas a absorver as necessidades e urgências dos migrantes, nos seus direitos sociais, culturais, econômicos e políticos” (Declaración de Buenos Aires, 1996).

O Brasil se consolida na rota das migrações internacionais na América Latina, onde intensificam-se os deslocamentos de população. Este é o caso da imigração boliviana – historicamente predominante na fronteira – ganha novos contornos em sua distribuição no Brasil, com destaque para sua importância no cotidiano da metrópole paulista.

Referências

BENKO, G. e LIPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras**. Editora Celta, 1998.

BONASSI, M. *Canta América sem Fronteiras*. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Unidade Católica de São Paulo, 1999.

CARVALHO, J. A.M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N.L. (coord). **Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI**. São Paulo, FNUAP, 1996.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Paz e Terra, 1999.

CELADE (Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia). Investigación de la Migración Internacional en América Latina, IMILA. **Boletín Demográfico**, CELADE, Santiago de Chile, ano XXII, 43, 1993.

CELADE (Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia). Migración Internacional en América Latina, IMILA. **Boletín Demográfico**, CELADE, Santiago de Chile, ano XXXIII, 65, 2000.

GALETTI, R. Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, N.L. (coord). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, FNUAP, 1995.

GLICK-SCHILLER, N et alli. Transmigrants and nation-state; sothing old and something new in the U.S. immigrant experience. Texto apresentado no CEMI/UNICAMP, 1997.

HARVEY, D. A **Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Loyola, 1993.

LATTES, A. e LATTES, Z. Internacional Migration in Latin América: patterns, determinants and policies. In: Patarra , N (coord). **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI**, FNUAP, 1997.

LE MOS, M.T. Mercosur: problema de inmigración – a presencia boliviana e paraguai en Brasil. **Estudios Migratorios**. Conselho da Cultura Galega, n.4, dez. 1997.

MAGUID, A. Sistemas de Información Migratoria en America Latina; un desafío todavia pendiente a inicios del nuevo milenio. **Simpósio sobre Migraciones Internacionales en las Américas**. OIM/CEPAL-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

MÁRMORA, L. **Las Políticas de Migraciones Internacionales**. Madrid-Buenos Aires, OIM, Alianza Editorial, 1997.

MARTINS, J.S. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – Desafios Pastorais**. Editora Vozes, 1998.

MASSEY, D. et alli. **Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millenium**. Clarendon, Press Oxford, 1993.

PATARRA, N. e BAENINGER, R. Migrações Internacionais Recentes: o caso do Brasil. In: Pellegrino, A. (comp.) **Migración e Integración**. Ediciones Trilce, 1995.

PATARRA, N. Integração Econômica, Mercado de trabalho e Migração Internacional: o caso Mercosul. **Seminário Regional Globalización y Migraciones Internacionales en América Latina y Caribe**. Santiago de Chile, 1994.

PELLEGRINO, A. International Migration in Latin America: Trends and Emerring Issues. **Seminário Políticas Migratórias – ANPOCS**, São Paulo, 2000.

PELLEGRINO, A. La Migración Internacional en América Latina. **Notas de Población 62**. CEPAL-CELADE, 1995.

PELLEGRINO, A. Presentación. In: PELLEGRINO, A. (compiladora). **Migración e Integración – nuevas formas de movilidad de la población**. Ediciones Trilce, Uruguay, 1995.

PIORE, M e Doeninger, P. **Internal labor market and manpower analysis**. Lwxington, Hearth, 1971.

PIORE, M., SABEL. C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity.** Nova York: Basic Books, 1984.

PIORI, M. **Birds of Passage: Migrant labor and industrial societies,** Cambridge University Press, 1979.

PIZARRO, J. **Migración Internacional en America Latina y Caribe.** CEPAL. 2011.

SALES, T. Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul, **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 13, n. 1, jan./jun. 1996.

SALES, Teresa - “Novos Fluxos Migratórios da População Brasileira”. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 8, n. 1 e 2, jan./dez. 1991.

SASSEN, S. **The Mobility of Labor and Capital,** Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

SILVA, S. Migrantes Laborais na América do Sul: o caso dos bolivianos. In: PATARRA, N.L. (coord). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo, FNUAP, 1995.

SILVA, S. **Consturando Sonhos – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo.** Paulinas, 1997.

SIMMONS, A. B. **Explaining migration: theory at the crossroads.** Louvain: Université Catholic, 1987. (mimeo)

SPRANDEL, M. Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai. **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – Desafios Pastorais.** Editora Vozes, 1998.

VILLA, M. e MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en América Latina y Caribe. **Simpósio sobre Migraciones Internacionales en las Américas.** OIM/CEPAI-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

VILLA, M. Una nota acerca del Proyecto de Investigación sobre Migración Internacional en Latinoamérica – IMILA. In: Patarra, N. (coord). **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI,** FNUAP, 1997.

Bolivianos em São Paulo

Dinâmica cultural e processos identitários*

Sidney A. da Silva

Em 1995, quando concluí a minha primeira pesquisa sobre um grupo de bolivianos que trabalhava no ramo da costura em São Paulo¹, iniciava-se também um ciclo de festas devocionais na igreja Nossa Senhora da Paz (região central) organizado por outro grupo de bolivianos, aqueles que já residiam na cidade por um longo período, alguns, inclusive, há mais de trinta anos. Além da referida igreja, outro espaço público apropriado por eles era a Praça Pe. Bento, no bairro do Pari, ponto de encontro dos bolivianos (as), costureiros ou não. Hoje a presença boliviana é um fato consolidado em São Paulo, tanto do ponto de vista espacial, já que está presente em praticamente todas as regiões da cidade, quanto do ponto de vista socioeconômico e cultural. Se, naquele momento se começava a explicitar as contradições vivenciadas por eles no mercado de trabalho, nas suas relações familiares e formas de organização interna, por sinal ainda incipientes, agora o foco se volta para os canais de diálogo com o contexto sociocultural paulistano, tendo em vista a conquista de novos espaços de sociabilidade e visibilidade na cidade e, sobretudo, o reconhecimento enquanto grupo étnico.

* Esta é uma versão ampliada do texto apresentado no ciclo de palestras: São Paulo: seus povos e suas músicas, organizado pela Biblioteca Mário de Andrade em 19 de março de 2011, onde foi discutido as contribuições da presença andina na cidade.

¹ Ver *Costurando Sonhos*, trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Ed. Paulinas, 1997.

Nessa perspectiva, é nosso objetivo indagar como se dá o processo de resignificação cultural empreendido por esses imigrantes em São Paulo, os quais encontram-se mobilizados em torno da construção de uma nova imagem de si mesmos, visto que aquela que é veiculada pela imprensa local é, em geral, carregada de preconceitos. Tomando como base as observações em *loco*, feitas pelo autor desse trabalho em diferentes momentos e durante vários anos de pesquisa que realizou junto ao grupo pesquisado², serão focados como ponto de análise dois locais que aglutinam bolivianos na cidade, a Praça Kantuta, no Pari, e o Memorial da América Latina, na Barra Funda. Isto porque, esses dois lugares passaram a ser palcos de importantes manifestações culturais da comunidade boliviana em diferentes momentos do ano, como uma forma de veicular e negociar novas identidades.

Do Altiplano Boliviano à Metrópole paulistana

São Paulo tornou-se um dos principais destinos de imigrantes bolivianos no Brasil, isto porque esta cidade continua representando para eles a possibilidade de mobilidade social, seja para aqueles menos qualificados, os quais se inserem no concorrido setor da costura, seja para os mais qualificados, como é o caso dos profissionais liberais, entre eles médicos, dentistas, engenheiros, técnicos entre outros. Importa notar que tal presença não é um fenômeno novo, mas pode ser constatada já na década de 1950 do século XX, quando estudantes escolhiam o Brasil para estudar, estimulados pelos convênios de intercâmbio científico e cultural entre ambos países. Outros vieram não por escolha, mas por motivos econômicos ou políticos, pois naquele momento a Bolívia não lhes proporcionava oportunidades de emprego ou de exercício da liberdade de expressão (Silva, 1997: 83).

A partir dos anos 80 foi se construindo um perfil característico desses imigrantes, que em sua maioria são jovens de ambos os sexos, solteiros e de escolaridade média, e vieram atraídos principalmente pelas promessas de bons salários feitas pelos empregadores coreanos, bolivianos ou brasileiros da indústria

² Vale notar que a inserção do pesquisador no grupo se deu mediante o trabalho de militância realizado por ele na Pastoral do Migrante por vários anos. Sobre a questão da proximidade do antropólogo com os seus sujeitos de pesquisa, ver: Observação participante e participação militante. O trabalho antropológico entre os imigrantes bolivianos. In: DEMARTINI, Z. F.; TRUZZI, O. M.S. (Orgs.). Estudos Migratórios. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2005.

da confecção. Oriundos de várias partes da Bolívia, porém com uma predominância dos pacenhos e cochabambinos, estes imigrantes, muitos deles de origem rural, passaram a apostar tudo na atividade da costura, alimentando, assim, sonhos de uma vida melhor para si mesmos e seus familiares que lá ficaram. Em alguns casos, o resto da família também acaba emigrando, inclusive os pais, completando-se, assim, o processo de reunificação familiar.

Do ponto de vista espacial, eles estão presentes praticamente em todas as regiões da cidade, inclusive em municípios vizinhos da Região Metropolitana de São Paulo, como Guarulhos, Osasco, Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, em menor número (Souchaud, 2010: 283). Porém, na década de 90, como observou Silva (1997), a presença boliviana se concentrava predominantemente em alguns bairros centrais da cidade, como é o caso do Bom Retiro, Brás e Pari, bairros onde se concentram a produção e a comercialização da indústria das confecções, empreendida atualmente não somente pelos coreanos, mas também, pelos judeus, libaneses, brasileiros, paraguaios e pelos próprios bolivianos, que vendem os seus produtos diretamente aos consumidores na Feirinha da Madrugada (Brás).

Com a crescente demanda de mão-de-obra para as oficinas de costura, a presença boliviana tornou-se significativa, mais feminina, e, ao mesmo tempo, portadora de contradições, em razão do processo de terceirização pelo qual passou este setor a partir dos anos 80. Nesse contexto de acumulação flexível, (Harvey, 1993), os bolivianos passaram a ser incorporados como trabalhadores temporários sem nenhuma forma de regulamentação trabalhista, tornando-se vulneráveis, seja pelo fato de parte deles estar indocumentada no país, seja por não ter um contrato de trabalho regulamentado. Esta situação possibilita a ação inescrupulosa de outros bolivianos que se tornam intermediários entre os patrões e os costureiros (as). Assim, nessa situação de subalternidade e, ao mesmo tempo, de convivência dos trabalhadores (as), a única possibilidade de ascensão é reproduzir o mesmo esquema de exploração com outros compatriotas que chegam na cidade, ou através de esquemas de aliciamento iniciados na Bolívia mediante propaganda enganosa. Tal prática se tornou comum entre os bolivianos, cujos abusos têm sido denunciados pela imprensa local como trabalho em condições análogas à escravidão (Silva, 1997, 2006, 2008).

Incomodados com a imagem negativa que lhes é atribuída pela mídia local e, ao mesmo tempo, pressionados pela fiscalização do Ministério do Trabalho, algumas organizações sociais e culturais foram criadas pela comunidade com o

objetivo de mudar esta realidade desfavorável para o grupo. Entre elas, destacam-se a Associação de Residentes Bolivianos - ADRB, a mais antiga, a qual foi fundada em 1969 por profissionais liberais residentes em São Paulo, com o objetivo de divulgar a cultura boliviana na cidade. A imagem negativa dos bolivianos, veiculada com frequência pela mídia local, tem gerado constrangimentos entre eles e, muitas vezes, posicionamentos radicais em relação à vinda de novos imigrantes, segundo os quais, só deveriam vir, caso tivessem uma proposta de trabalho definida.

Entre as mais recentes temos a Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento e a Associação Cultural de Grupos e Conjuntos Folclóricos Bolívia/Brasil, essa última formada em 2006, com o objetivo de organizar os grupos que se apresentam nas festas pátrias e devocionais realizadas no mês de agosto. Essas duas organizações surgiram com o intuito de organizar as manifestações culturais da comunidade para fora dela, a primeira na Praça Kantuta³ (Pari), e a segunda, no Memorial da América Latina (Barra Funda). Esses dois lugares passaram a ser espaços que buscam criar um canal de diálogo com o contexto local, em geral, averso a tudo o que vem de imigrantes pobres e com fenótipos indígenas. Nesse sentido, a Praça Kantuta, onde acontece a feira gastronômica aos domingos, passou a ser também o palco de grandes manifestações culturais bolivianas, como é o caso da festa de *Alasitas*, uma tradição da Região de La Paz, a qual acontece no dia 24 de janeiro.

Nesta festa se cultua uma deidade andina denominada de *Ekeko*, ou “deus da abundância”, à qual se pede tudo o que se deseja alcançar. Segundo Paredes (1973), esta tradição remonta ao período anterior à conquista espanhola e estaria relacionada às festividades do solstício de verão. Sua representação era feita em ouro, prata, estanho, pedra e até mesmo em barro, com traços indígenas e não usava roupas, já que ostentava um proeminente *falus*, simbolizando a fertilidade e a virilidade. Na época colonial a Igreja Católica tentou erradicar esta “idolatria”, porém, sem grande sucesso. Na verdade, a tradição foi “reinventada”, ganhando

³ Vale lembrar que antes de 2002 os bolivianos ocupavam a praça Pe. Bento, localizada em frente à igreja Matriz do Pari. Com o aumento dos frequentadores, os conflitos começaram a ocorrer e os bolivianos passaram a ser acusados de sujar o local, atrair assaltantes e o tráfico de drogas. Incomodados com esta presença os moradores fizeram um abaixo assinado pedindo a remoção destes intrusos, inclusive, colocaram uma faixa na praça com a seguinte mensagem: “A praça é nossa! Exigimos respeito estamos aqui há mais de cem anos”. Depois de um longo processo de negociação a prefeitura ofereceu aos bolivianos um outro local no mesmo bairro, denominado então por eles de Praça Kantuta, nome de uma flor do Altiplano que tem as três cores da bandeira boliviana, o vermelho, o amarelo e o verde (Silva, 2003:232).

novos elementos, como, por exemplo, a estatueta recebeu uma vestimenta semelhante à de um *cholo*, assumindo, desta forma, os traços de um “mestiço”. A sua função simbólica fertilizadora também ficou ocultada, enfatizando-se os seus poderes de provedor dos bens necessários à sobrevivência da família e, num contexto de migração e de reprodução do capital sem limites, ele passou a ser o “patrão da fortuna”.

O ritual consiste em comprar antes do meio-dia do dia 24 miniaturas de casas, carros, máquinas de costura, passaportes, malas de viagem, diplomas e, é claro, muitos dólares⁴, euros e reais, os quais devem ser apresentados à um sacerdote andino chamado *Yatiri*, que deve fazer o ritual da *Ch'alla*, uma libação à *Pachamama* (Mãe Terra), para que ela transforme as representações em dádivas reais. Depois de ter feito o ritual andino, recomenda-se também receber a benção do sacerdote católico, que em geral se faz presente, pois para os devotos bolivianos “a benção nunca é demais”.

Entretanto, como a festa acontece numa data que é um dia de trabalho normal para os brasileiros, a praça não pode ser mais utilizada para este fim, porque impedia o trânsito de pessoas que moram nas imediações do local, bem como de alunos que estudam numa escola técnica que fica em frente à referida praça. Para solucionar este impasse, a cada ano a Associação Padre Bento busca um novo local para realizar a festa, em geral um lugar fechado e onde exista terra para se fazer os rituais à Mãe Terra⁵. Outro precedente que revela um sutil descaso dos poderes públicos para com esse grupo de imigrantes é o fato de se ter arrancado em 2010 os alambrados da parte central da praça, com a promessa de que o local passaria por reformas. Nesta quadra os bolivianos praticavam o futsal todos os domingos e organizavam campeonatos com a participação de várias equipes, inclusive de brasileiros, peruanos e paraguaios (Silva, 2011). Isto revela que aquela praça não é apenas um espaço voltado para os bolivianos, mas também para os latino-americanos, incluindo os brasileiros.

⁴ A reprodução das notas é tão perfeita que segundo Ruth Camacho, a advogada que atende os imigrantes na Pastoral do Migrante (Glicério), um boliviano foi acusado e preso por falsificação de dinheiro, por ter algumas notas de dólares (*alasitas*) em sua carteira. Este mal entendido lhe custou dois dias de prisão. A questão é que em razão do preconceito enfrentado pelos bolivianos, já os torna suspeito. Já uma boliviana teria tido mais sorte ao enganar um ladrão, que teria levado os falsos dólares de sua casa, pensando que eles eram verdadeiros.

⁵ Em 2011 a festa foi realizada no Clube de Regatas Tietê, na Av. Santos Dumont, 843 (próximo ao metrô Armênia), com a apresentação de grupos musicais, comidas típicas, feira de artesanato e cerimônia religiosa católica.

Outra festa capaz de reunir pessoas de diferentes países na Praça Kantuta, é o carnaval. Diferentemente da festa brasileira, a boliviano não tem escolas de sambas e nem samba enredo, mas se organiza em torno de grupos que apresentam danças e ritmos tradicionais, como a *morenada*, *caporales*, *tinkus*, *diablada*, *chutas*, entre outros. Além da apresentação dos referidos grupos em torno da praça, há também concurso de fantasias, sorteio de brindes e a tradicional molhadeira com globos cheios de água, prática já quase esquecida no contexto brasileiro.

Já o Memorial da América Latina, palco das festas pátrias e devocionais, a partir de 2006, tem sido um espaço negociado⁶, quando as festas em devoção às Virgens de Copacabana e de *Urkupiña* deixaram de ser realizadas na Igreja N. Sra da Paz, sede da Pastoral do Migrante em São Paulo. O ciclo de festas nesse local durou precisamente onze anos e foi marcado por conflitos e negociações junto a instituição eclesial e os bolivianos (Silva, 2003). A mudança de local se deu, por um lado, em razão do aumento de participantes nas festividades, gerando conflitos com os moradores do bairro onde se localiza a referida igreja e, por outro, porque os bolivianos estão mobilizados na veiculação de uma nova imagem de si mesmos, e a festa, como um *fato social total*, na perspectiva maussiana, passou a ser o *locus* de uma construção identitária enquanto positividade (Silva, 2007).

Tal mudança dividiu as opiniões dos bolivianos, pois para os que participam da Pastoral há vários anos, a festa perdeu a sua dimensão “espiritual”, tornando-se apenas uma manifestação cultural, ou na visão do senso comum, um espetáculo “folclórico”. Já para o Consulado Boliviano na cidade e para as associações que organizam a festa, o novo espaço significa um ganho em termos de visibilidade, uma vez que a festa deixou de ser uma celebração paroquial e passou a fazer parte do calendário cultural da cidade de São Paulo.

Vale notar que a mudança de local teve implicações também na própria estrutura das festas que eram celebradas em datas diferentes, uma no primeiro fim de semana de agosto, a festa de Copacabana, a padroeira nacional, e a outra no segundo fim de semana, a de *Urkupiña*, padroeira de Cochabamba. Dessa forma, as duas festas que

⁶ Em agosto de 2008 o espaço do Memorial foi cedido para outra atividade e as festas bolivianas tiveram que ser realizadas em outro lugar. O local escolhido foi o Parque do Trote, na Vila Guilherme. Entretanto, como as festividades coincidiram com um fim de semana chuvoso, o grande número de pessoas que por lá passou produziu danos em partes do gramado. Num relatório, a diretoria do referido parque exigiu dos organizadores do evento a reparação dos danos, o que foi feito de imediato. Tal fato suscitou reações preconceituosas de moradores do bairro que veicularam na Internet mensagens depreciativas em relação aos bolivianos e sua cultura.

eram marcadas por uma nítida segmentação social, passaram a ser celebradas num único fim de semana e abertas a um público mais amplo. A primeira reúne um grande número de pacenhos, muitos deles donos de oficinas de costura, sobretudo, a partir de 2001, quando o festeiro escolhido foi um influente oficinista no setor da confecção boliviana. Já a segunda, reúne os cochabambinos, em geral, profissionais liberais e pequenos empresários. Nesse sentido, poderíamos dizer que o novo local teve um efeito nivelador do ponto de vista social, isto porque, em tese, todos os bolivianos são convidados a participar das festividades, independentemente de sua condição social, até porque estas festas passaram a ter também um significado cívico, já que a data da independência da Bolívia coincide com os festejos da padroeira nacional. Isto nos permite dizer que a Pastoral do Migrante, antes promotora das festas no seu espaço, perdeu o monopólio de sua organização, o qual passou a ser reivindicado pelo consulado boliviano na cidade, como seu principal patrocinador.

Os festejos no espaço do Memorial estariam veiculando, portanto, uma identidade nacional enquanto positividade, já que a idéia de nação enquanto uma “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson (2008), estaria assegurada naquele momento, pois, apesar das diferenças socioculturais (profissionais x costureiros), regionais (*collas* x *cambas*)⁷, e étnicas (*aimarás* x *quéchuas*), todos se reconhecem e são reconhecidos pelos brasileiros como bolivianos. Porém, a proposta é que a sociedade paulistana os veja “con otros ojos”, ou seja, a partir de um outro prisma, como dizia o lema das festividades de 2010.

A migração dos símbolos e os seus significados

A transposição de fronteiras nacionais e culturais exige daquele que emigra o desafio de lidar com uma dupla pertença, ou seja, viver no novo contexto sem ser considerado parte dele e, ao mesmo tempo, querer regressar ao local de origem, porém, sem nunca ter regressado definitivamente. Esta ambiguidade vivida pelos migrantes foi assinalada por Sayad, para o qual ela conduz à contradição constitutiva da condição do migrante: “ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo” (Sayad, 1998:46).

⁷ As categorias *collas* e *cambas* são utilizadas em geral para diferenciar os bolivianos originários do Altiplano, então denominados pelos originários da região de Santa Cruz de La Sierra, de *collas* e estes, por sua vez, denominam aqueles de *cambas*. Vale notar que estas categorias assumem, às vezes, um tom depreciativo e acusativo, pois *cambas* rotulam *collas* de “índios” e camponeses, ou seja, “gente de pouca cultura” (Silva, 1997: 73).

É neste contexto marcado por contradições que práticas festivas passam a ser uma mediação importante no processo de reconstrução identitária dos imigrantes, abrindo, assim, um possível canal de diálogo com o país de adoção. Entretanto, vale notar que tais festividades não são recriadas de forma aleatória, mas são selecionadas no vasto universo cultural dos bolivianos, passando a ser diacríticas num contexto marcado, por preconceitos e discriminações. Não é por acaso que celebrações relacionadas à fertilidade da terra e à abundância no contexto de origem, sejam recriadas no âmbito urbano, marcado pela competição e pela exploração da força de trabalho nas oficinas de costura. Isto significa que no plano do simbólico há uma inversão da dura realidade vivida no dia-a-dia, e o culto à *Pachamama* (Mãe Terra), ganha centralidade e novos significados.

Tal centralidade está ancorada numa visão cosmológica andina de que o mundo é concebido em três níveis, sendo que a *Pachamama*, aquela que provê os recursos necessários à reprodução da vida, exerce um papel mediador entre o mundo de cima (*Alaxpacha*) e o mundo de baixo (*Manqhapacha*) (Silva, 1997). É por isso que para os andinos os rituais propiciatórios (*ch'alla*), estão sempre presentes no início de uma nova atividade econômica, como a preparação do plantio, a abertura de um novo negócio, na compra de um novo bem, como casas, carros, instrumentos de trabalho, início de uma viagem etc. E para agradecer os dons recebidos da Mãe-Terra, são criadas também mediações, entre elas a instituição do *Presterío* ou *Pasantazgos*⁸, em que a cada ano um novo festeiro é escolhido para realizar a festa, ou seja, para redistribuir os dons recebidos. Nesse sentido, segundo Silva (2003), o *preste*, ou seja, aquele que “fez um empréstimo”, exerce uma função mediadora e redistribuidora entre o mundo do Sagrado e a comunidade.

Com a chegada da colonização hispânica e a imposição de um outro sistema de crenças, fundado numa concepção bipartite do mundo (céu/inferno, bem/mal) e na devoção aos santos, entre eles a Virgem Maria, houve a incorporação de elementos do catolicismo por parte dos indígenas, relacionando o culto à *Pachamama* às devoções marianas. Nessa perspectiva, apesar da posição de combate da Igreja oficial à religião andina, demonizando suas crenças, podemos dizer que o catolicismo foi recriado e resignificado, a partir da visão de mundo andina, onde as deidades são, ao mesmo tempo, benignas e malignas.

⁸ Para Klein, o *Presterío* surgiu nos *Ayllus* tradicionais como uma forma de equalizar os desequilíbrios no interior da comunidade, a qual é denominada por ele de “empobrecimento ritual”. Os mais afortunados eram obrigados a patrocinar as festas religiosas locais, recebendo em troca o reconhecimento e prestígio locais (Klein, *apud* Silva, 2003;170).

Na verdade, a relação entre os dois sistemas de crenças sempre fora marcado por tensões no país de origem, destacando-se as devoções marianas como um elemento de aproximação entre ambos. Já num novo contexto, o da migração, tais tensões tenderiam a se diluir uma vez que as festas devocionais foram trazidas pela própria Igreja para o seu espaço, como uma forma de aglutinar os seus seguidores em torno do seu ideário e ação pastorais. Assim sendo, o que era uma prática privada, passa a ser pública, porém, sob a coordenação da instituição eclesial, que lhes impõe regras para a realização dos festejos, inclusive fornecendo critérios para a indicação dos futuros festeiros.

Nesse contexto, a instituição do *Presterío* aparece transfigurada, uma vez que a figura do festeiro perde a sua função, que é exatamente a de redistribuir os dons. Como no espaço da Pastoral ele não tinha condição de bancar os gastos da festa, em razão do grande número de participantes, fato que o obrigava a dividir com ela as responsabilidades de sua realização, perdendo, assim, parte do prestígio que o *Presterío* lhe poderia conferir dentro da comunidade.

Com a transferência das festas para o Memorial da América Latina, o destaque recai obviamente sobre o seu lado cultural, ressaltando as danças, os ritmos musicais e a gastronomia, ofuscando, dessa forma, o seu lado religioso, bem como a figura do *preste*, que passa a ser decorativa. Isso se deve ao fato de que naquele espaço os promotores da festa são o Consulado boliviano, que faz a mediação com a instituição que gere aquele espaço, e a Associação Cultural de Grupos e Conjuntos Folclóricos Bolívia Brasil, a qual organiza a apresentação dos grupos nos dois dias de festa.

Tais mudanças acabaram incidindo também no tempo de duração dos festejos, que antes era de pelo menos três dias, distribuídos num dia de preparação que antecedia a festa, denominado por eles de *vísperas*, o dia da festa propriamente dito, e um terceiro, que era a despedida dos festejos, geralmente realizado num salão alugado pelo festeiro. Com a realização das festas num único fim de semana, uma no sábado e a outra no domingo, o terceiro dia passa a ser transferido para o dia da festa, já que depois da apresentação dos grupos folclóricos no Memorial, o festeiro e os seus convidados continuam a festa em outro lugar, porém, de forma reservada. É nesse local que o circuito da dádiva – dar, receber e retribuir - opera, pois o *preste* oferece comida e bebida aos seus convidados, que por sua vez o presenteia com seus *ayní*, conforme uma tradição camponesa da região do Altiplano, em que as caixas de cervejas oferecidas deverão ser retribuídas ao doador numa próxima oportunidade, em geral, quando este promover uma festa ou for escolhido para “passar” uma das festas dedicadas às santas ou santos de sua devoção.

A passagem dos encargos para a realização da próxima festa se dá através de um ritual onde os *pasantes* atuais, os anteriores e os futuros dançam o baile da *cueca*⁹ com os pares de casais trocados. Durante o desenlace da dança a música é interrompida de forma abrupta, e alguém grita: “aro, aro, aro”, que quer dizer: é hora de brindar. Aos festeiros lhes é oferecido diferentes tipos de bebidas, ao som dos gritos dos participantes, que os desafiam dizendo: “seco, seco”, que quer dizer copo vazio. Depois do brinde a música é reiniciada num ritmo animado e segue assim até o seu final. Vale notar que isso se repete três vezes.

Se, por um lado, o prestígio e o reconhecimento do festeiro também mudaram de lugar, voltando a ser circunscrito a um grupo restrito de convidados, por outro, a festa ganhou abrangência e abriu canais de interlocução com um contexto mais amplo, ou seja, a cidade de São Paulo. Vale notar que a cada ano a festa vem se tornando cada vez mais grandiosa e cheia de brilho, isto porque, está em jogo a construção de uma nova imagem de um grupo que quer mostrar o melhor de sua diversidade cultural para os paulistanos verem, degustarem e se divertirem. Tal mobilização já cogita a transferência dos festejos para um local ainda mais amplo, o qual deveria ter uma superestrutura que só o sambódromo poderia oferecer. Caso essa transferência venha ocorrer, este espaço acabaria por transformar a festa num grande carnaval “religioso”, tal como aquele que ocorre na cidade boliviana de Oruro. Afinal, nessa festa popular, como qualquer outra, as fronteiras entre o “sagrado” e o “profano” nunca estiveram delimitadas.

Aliás, vale lembrar que grande parte das danças que são apresentadas no carnaval orurenho, anima as festas devocionais em São Paulo. Entre elas, vale destacar as *morenadas*¹⁰, *diabladas*, *caporales*, *negritos*, *llameradas*, *kullawadas*, *tinkus*, *tobas*, *sicuris*, entre outras. Cada uma delas retrata um pouco da diversidade

⁹ A *cueca* é uma dança mestiça que recebeu tanto influências africanas quanto hispânicas. Antes ser denominada *cueca* teria sido *zamba-clueca*, ou seja, dança que se refere à fase pela qual passa a galinha quando deixa de pôr ovos, tornando-se agressiva. Retrata, portanto, o cortejamento do homem para com a mulher, com gestos sensuais e, para convencê-la, o pretendente chega ao ponto de ajoelhar-se diante de sua pretendida (cf. Silva, 2003: 188).

¹⁰ Um dos grupos que apresenta esta dança na cidade é a Morenada Bolívia Central, que completou dez anos de atividades em 2011. Este grupo, fundado no dia 12 de maio de 2001, já congrega cerca de 700 componentes, em sua maioria donos de oficinas de costura. A festa de aniversário foi realizada no dia 14 de maio no Clube de Regatas Tietê, num salão de festas que está localizado no mesmo prédio onde funciona a Faculdade Zumbi dos Palmares. Coincidência ou não, a festa dos “morenos” bolivianos encontrava-se na casa dos “morenos” brasileiros. Nesse dia, todos os “prestes” da Virgem de Copacabana dos anos anteriores foram condecorados, e a festa foi animada por bandas de metais e grupos musicais da comunidade e vindos da Bolívia para a comemoração.

etnicocultural andina e boliviana, rememorando a história do encontro/desencontro que marcou as relações entre indígenas, espanhóis e africanos na época colonial. Um exemplo disso são as máscaras utilizadas na morenada e na *diablada*, as quais expressam o processo de demonização da cultura e religião dos vencidos. Na primeira, o negro é representado de forma grotesca, ressaltando-se os olhos esbugalhados e os lábios em tamanho exagerado. Já na segunda, temos a identificação da deidade andina do subsolo, denominada pelos mineiros de *El Tio*, com o diabo da cosmovisão cristã. É por isso que as máscaras ostentam grandes chifres e tem a cor vermelha. Entretanto, para os que trabalhavam nas minas de cobre, a relação com aquela deidade era, ao mesmo tempo, de temor e de proximidade, pois dela dependia o sucesso do trabalho realizado no obscuro mundo de baixo.

Do ponto de vista sociocultural estas duas danças expressam não somente as tensões entre diferentes visões religiosas do mundo, mas também as relações de subjugação de índios e negros ao sistema escravista colonial, pois como uma “máquina de moer gente”, como dissera Darcy Ribeiro, corpos eram amordaçados e adestrados para o trabalho, porém, não sua capacidade de resistirem e burlarem-se dos seus algozes, através de formas lúdicas, como a música e danças irreverentes.

Outro exemplo da influência africana na formação de um outro ritmo boliviano é a dança dos *caporales*, cuja palavra que a denomina lembra exatamente a ação do feitor negro que reprimia os seus próprios companheiros de trabalho, fazendo cumprir as ordens do seu senhor. É por isso que os dançarinos exibem em suas mãos direita um látigo, com o qual durante a dança demonstram agilidade e firmeza nos passos e movimentos bruscos, numa demonstração de poder e domínio. Outro detalhe que chama a atenção é o barulho dos guizos colocados nas botas dos dançarinos, lembrando o ruído das correntes atadas aos pés dos escravos. Ainda que esse passado não seja tão presente e conhecido pelos dançarinos, este ritmo atrai na Bolívia, sobretudo, jovens universitários, de ambos os sexos. Para participar de um dos grupos de *Caporales* mais conhecidos, o da Universidade San Simón de Cochabamba, é preciso ter até trinta anos de idade e exibir boa forma física, pois no caso das jovens a pequena *pollera* (saia rodada) não poderá esconder alguns quilinhos a mais. No Brasil esta agremiação abriu a sua filial em 2007, porém, o problema é manter as normas prescritas pela matriz, pois em São Paulo, grande parte dos jovens, além de não ser universitários, trabalha no ramo da costura. Vale lembrar que antes da formação deste grupo, outros

já apresentavam esta dança na cidade, entre eles o grupo Kantuta, a Sociedade Folclórica Boliviana, entre outros.

Se, nesta dança elementos culturais indígenas ficam subsumidos, aparecendo apenas na indumentária das dançarinas alguma forma estética que lembra o modo de vestir-se da *cholita*¹¹, porém de forma estilizada, como a mini *pollera*, o mini chapéu nas suas cabeças, dos quais se desprendem duas longas tranças de cabelo, em outras danças, como o *tinkus*, a *kullawadas*, a *llameradas e tobas*, por exemplo, eles aparecem com toda a sua diversidade de formas e cores. Nessas danças, a diversidade etnicocultural andina é remarcada, como no caso dos *tinkus* (do quéchua, quer dizer encontro), da região norte de Potosi, da *llamerada e da kullawada*, danças camponesas de origem aimará que relembram a atividade pastoril, e dos *tobas* (do guarani, significa rosto), da região do Gran Chaco (Bolívia, Paraguai e Argentina).

Aliás, o que se observa nas últimas edições das festas devocionais é um aumento de grupos que apresentam ritmos e danças com temáticas indígenas e camponesas, mostrando que a Bolívia que é recriada e apresentada aos paulistanos é um país marcado pela sua diversidade etnicocultural e social, a qual num outro contexto passa a ter novos significados, sobretudo, para grande parte dos bolivianos(as) que trabalham no ramo da costura. Se, no dia-a-dia eles são vistos pelos seus empregadores apenas como força de trabalho barata, ou como “escravos”, pela imprensa local, nos dias de festejos eles mostram exatamente o contrário, que são portadores de uma tradição cultural de longa duração, expressa nas formas rítmicas e estéticas de seus dançarinos(as), para os quais a dança não é apenas diversão, mas, sobretudo, devoção à Virgem/Mãe/Terra que lhe dá o pão (Silva, 2003).

Dançar no Memorial da América Latina, seja nas festas devocionais ou no carnaval, a partir de 2001¹², revela, portanto, que esse espaço passou a ser importante para a os bolivianos em São Paulo, pois ele abre um canal de diálogo com a cidade através da mediação da cultura, como uma forma de desconstruir preconceitos que lhes são atribuídos pelo contexto local. Nessa perspectiva, a conquista de novos espaços na metrópole para a manifestação de suas práticas culturais, revela que eles querem ser vistos e reconhecidos, em primeiro lugar,

¹¹ Forma carinhosa de dirigir-se à mulher boliviana que é fruto da mistura étnica entre mestiços e indígenas (Silva, 1997: 68).

¹² Numa chamada do site Bolívia cultural dizia: “Carnaval 2011 é no Memorial. Eu vou, aceite essa idéia e divirta-se com moderação”. www.boliviacultural.com.br/ver_noticias, acessado no dia 09/03/2011.

como cidadãos paulistanos, já que é o lugar onde vivem e trabalham, mas também enquanto andinos, quéchuas, aimarás, guaranis, ou simplesmente como bolivianos(as).

Concluindo

A presença boliviana em São Paulo é “boa para pensar”, por um lado, a forma como a cidade tem lidado com as diferenças etnoculturais e, por outro, como os próprios imigrantes reagem às diferentes formas de preconceitos que lhes são atribuídos por grupos locais. Diferentemente de outras metrópoles globais, onde as diferenças culturais são toleradas, porém mantidas no confinamento dos guetos, em São Paulo teríamos, segundo Martins (2008) uma “multiculturalidade transitiva”. Isto significa, que apesar dos estranhamentos e da tendência ao confinamento, há sempre uma possibilidade de diálogo com aquilo que nos parece estranho e distante.

Tal transitividade, segundo o mesmo autor, se deve ao fato de que a cidade “foi recriada urbanística, arquitetônica e populacionalmente ao menos três vezes na época contemporânea: na década de 1880, na de 1910 e na de 1960. Foram momentos culturalmente cataclísmicos que agregaram novos personagens ao cenário e, ao mesmo tempo, anularam velhos enredos” (Martins, 2008: 06). Se no âmbito da convivência cotidiana há uma certa abertura à pluralidade cultural, o mesmo não pode ser dito no âmbito do privado, onde a rigidez dos costumes e a força das crenças tendem a bloquear qualquer forma de abertura à uma possível mudança cultural. Contudo, no caso que estamos focando, a presença boliviana em São Paulo, é preciso considerar que tanto eles (bolivianos), quanto nós (brasileiros), temos em comum influências das três matrizes formadoras de nossas culturas latino-americanas, a saber, a iberoamericana, a indígena e a africana. É evidente que os processos de formação culturais foram marcados pela dominação e discriminação da parte dos colonizadores, classificando os “nativos” e os que vieram depois do continente africano como escravos, de inferiores e de gente sem “cultura”.

Por certo, a herança nefasta dessas escravidões ainda se faz sentir no cotidiano da cidade, discriminando tudo aquilo que vem de lugares considerados periféricos, como é o caso de imigrantes oriundos de países pobres e com tradições culturais indígenas, entre eles os bolivianos. Tais estranhamentos que aqui foram remarcados, como nos casos dos episódios da Praça do Pari e do Parque do Trote, e por que não acrescentar a recente onda de *bullying* contra crianças bolivianas

constatadas em algumas escolas da capital paulista, não são casos isolados e uma exceção na história de São Paulo. São, na verdade, uma expressão de que nela como em qualquer outra metrópole a multiculturalidade é marcada por tensões e resistências.

No caso paulistano, as chances de um diálogo intercultural podem ser maiores, em razão da existência de elementos culturais comuns entre bolivianos e brasileiros, os quais se fazem perceptíveis nos costumes, nas crenças, na música, na gastronomia e nas formas estéticas e corporais que foram sendo incorporadas e resignificadas ao longo da história dos povos latino-americanos. Nessa perspectiva, não é difícil ver semelhanças entre danças bolivianas de origem africana, como é o caso da *Morenada* e dos *Caporales*, com outras no contexto brasileiro, como é o caso das Congadas, do Maracatu e do Bumba-meu-boi. Tal riqueza e diversidade já reconhecidas como parte do patrimônio imaterial latino-americano, agora são também parte do patrimônio intangível da humanidade, como é o caso do carnaval de Oruro, cujo reconhecimento foi declarado em 2001.

É por isso que as festas bolivianas, com toda sua beleza e diversidade cultural, realizadas em alguns locais de visibilidade, como é o caso do Memorial da América Latina, tornaram-se um promissor canal de diálogo com a cidade de São Paulo, veiculando uma nova imagem do grupo que as celebra, pois no disputado jogo identitário, existir socialmente é ser reconhecido enquanto diferente.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BOERO ROJO, Hugo. **Fiesta Boliviana**. La Paz/Cochabamba, Editorial Los Amigos del Libro, 1991.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas**. São Paulo, EDUSP, 1998.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da Cultura**. São Paulo, Cosac Nainfy, 2004.

FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo, UNESP, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2003.

LEITE, Rogério P. Espaços públicos na pósmodernidade in FORTUNA, C. & LEITE, R.P. (org) **Plural de Cidade: novos léxicos urbano**. Coimbra, Almedina, 2009.

_____. **Contra-usos da cidade**. Campinas Editora da UNICAMP, 2004.

MARTINS, Jose de S. **A Cidade Multicultural**. Disponível em <www.urban-age.net>. Acesso em 10/03/2011.

MONTES, Maria Lúcia. Posfácio. In: MAGNANI, José G C; TORRES, Lilian de Luca (org). **Na Metrópole**, São Paulo, Edusp, 1996.

PAREDES, Rigoberto. **Mitos, supersticiones y supervivencias populares de Bolívia**. La Paz, Ediciones Burgos, 1973.

PAREDES CANDIA, A. **De la tradición Paceña**. L a Paz, Ediciones. ISLA, 1982.

SAYAD, A. **A Imigração**. São Paulo, EDUSP, 1998.

SILVA, Sidney. A. **Costurando Sonhos**. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Paulinas, 1997.

_____. **Virgem/Mãe/Terra**. Festas e tradições bolivianas na Metrópole. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 2003.

_____. **Bolivianos**. A presença da cultura andina. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. In **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57. São Paulo, USP, 2006.

_____. Bolivianos em São Paulo. Fiestas devocionales y dinámica cultural. In RODRIGUEZ, Alain B. *et al* (orgs). **Travesías de la fe**. Migración, religión y fronteras em Brasil/Mexico. Chiapas, UNICACH, 2007, p.291-313.

_____. **Faces da Latinidade: Hispano-americanos no Brasil**. Campinas, Textos NEPO n. 55, 2008.

_____. Hermanos Amazônicos: processos identitários e estratégias de mobilidade entre peruanos e colombianos em Manaus. In SILVA, S. A. (org). **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus, EDUA, 2010, p.205-221.

_____. Práticas culturais urbanas: o caso das festas populares. In **Amazônia e outros temas: coleção de textos antropológicos**. PPGAS/Museu Amazônico. EDUA, 2010.

SILVA, Carlos Freire. **Trabalho informal e redes de subcontratação**: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. Dissertação em Sociologia. FFLC H- USP, 2008.

SILVA, Ubiratan A. **Bolivianos em São Paulo**. A Praça Kantuta e o futebol. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2011.

SOUCHAUD, S. A Imigração boliviana em São Paulo. In PACELLI FERREIRA, A. et al. (orgs). **A Experiência Migrante**. Entre deslocamentos e Reconstruções. Rio de Janeiro, Garamond, 2010, p.267-290.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica*

Roberta Guimarães Peres

Busca-se traçar um panorama histórico-demográfico brasileiro e corumbaense da formação de espaços migratórios e suas relações com etapas econômicas e com a dinâmica demográfica. É objetivo deste trabalho, ainda compreender a dinâmica própria de Corumbá – MS, desde a sua ocupação em meados do século 18 até os dias de hoje, a fim de definir e justificar, com base no próprio contexto histórico do município e da evolução de sua população, sua importância como área de fronteira e espaço migratório.

Para tanto, parte-se da hipótese de que Corumbá – MS, tanto por sua localização estratégica quanto pela dinâmica de sua economia e população desde o século 18, teve uma ocupação de ritmo próprio, desarticulado e com especificidades marcantes frente ao contexto nacional e regional. São justamente estas especificidades que precisam ser investigadas para que a presença de bolivianos em Corumbá possa ser entendida como um fluxo migratório relevante para a região, com mais de 50 anos de história (Silva, 1999).

Para verificar esta hipótese utiliza-se basicamente os dados dos censos demográficos desde 1872 a 2000. A partir destes dados, busca-se reconstruir a evolução da população brasileira e da região de Corumbá, fluxos migratórios internos e internacionais no Brasil, suas relações com etapas econômicas, ocupação do território e, ainda, verificar que a fronteira oeste do Brasil, especialmente o caso de Corumbá, teve uma dinâmica pouco articulada com o restante do país.

* Trabalho desenvolvido do âmbito do Projeto Temático Fapesp “Observatório das Migrações em São Paulo: Fases e Faces do Fenômeno Migratório no Estado de São Paulo”. Nepo/Unicamp.

O texto está dividido em três partes principais: a primeira delas trata de uma contextualização geral da população, economia e migração no Brasil e Mato Grosso (e Mato Grosso do Sul, quando de sua criação). Os censos demográficos utilizados não permitem que se esgotem as questões que envolvem especificamente o caso de Corumbá: a heterogeneidade dentro dos Estados se torna um limite para dados censitários, que acabam por não captar as especificidades que fazem de Corumbá um lugar tão diferenciado do restante do Estado do Mato Grosso (e posteriormente Mato Grosso do Sul).

Desta forma, a segunda parte do texto trata justamente da reconstrução histórica do município de Corumbá como um espaço historicamente envolvido em outras dinâmicas econômica e demográfica. Busca-se, portanto, identificar os elementos que fizeram de Corumbá um lugar tão diferenciado em sua região e no Brasil como um todo.

Por fim, voltamos aos dados censitários em busca de reconstruir o pano de fundo da dinâmica populacional de Corumbá, trazendo para o primeiro plano da análise fatores estruturais relevantes para a compreensão do fluxo migratório de bolivianos para o município. Assim, analisa-se um longo período – de 1940 a 2010, com ênfase nas três últimas décadas, a fim de compreender a dinâmica da população brasileira e boliviana no município.

População, Economia e Migração: uma incursão histórica para o Brasil e Mato Grosso

No início do século 19, a economia brasileira era descrita como “uma série de sistemas, alguns mutuamente ligados, ao passo que outros permaneciam quase isolados” (Furtado, 1971, *apud* Graham e Merrick, 1981, p.31). Estes diversos sistemas tiveram impactos diferenciados nas dinâmicas econômica e demográfica brasileiras: isto gerou diferentes demandas de mão de obra e, conseqüentemente, alimentou correntes migratórias distintas ao longo dos espaços em que se desenvolviam estes sistemas. Desta forma, para traçar um panorama da dinâmica migratória brasileira faz-se necessário conhecer esses sistemas, bem como suas relações com a população envolvida em cada um desses espaços. Segundo Balán (1973, p.88)

O processo iniciado em meados do século 19 no Brasil foi o da formação de uma sociedade nacional sob o signo de uma estrutura capitalista, partindo de sistemas regionais debilmente amparados pela centralidade

do Império, vinculados – mas não integrados – economicamente e cujos setores mais dinâmicos se baseavam na escravidão.

Importantes autores como Furtado (1971) e Graham e Holanda (1971) também analisaram as relações entre evolução da população, economia e migrações através desta noção de sistemas pouco integrados, com dinâmicas próprias e com papel de geradores de diferentes demandas. Baseado nesses autores busca-se, então, traçar um panorama histórico da população brasileira e das correntes migratórias; tais correntes foram geradas, de certa forma, por esses sistemas econômicos desarticulados e seus impactos, que se estenderam ao longo do território brasileiro, configurando a própria dinâmica de ocupação do espaço nacional.

A Tabela 1 apresenta os dados da distribuição espacial da população brasileira ao final do século 19, segundo Unidades da Federação.

De acordo com os dados, a região mais populosa no primeiro censo realizado no Brasil era a região Leste, em especial os Estados de Minas Gerais e Bahia. Até 1900, mais da metade do total da população (45,96%) residia nesta região, que não incluía o Estado de São Paulo que, em 1900 representava 13,08% do total do país.

Por outro lado, o Estado do Mato Grosso não teve um crescimento significativo ao longo das últimas décadas do século 19, concentrando, em 1900, apenas 0,68% do total da população brasileira, com 118.025 habitantes frente aos 17.438.434 de brasileiros.

É preciso compreender, então, quais os fatores que configuraram essa distribuição e a própria ocupação do território brasileiro. Ao fim do século 19, a população brasileira apresenta os reflexos de profundas transformações econômicas e demográficas experimentadas desde fins do século anterior (Graham e Merrick, 1981). Os diversos ciclos da economia, associados a intensas movimentações populacionais, interferiram e configuraram a ocupação do território brasileiro. Desta forma, o século 19 é um período de primeira importância na compreensão do contexto migratório que se apresentaria no início do século 20 e, ao mesmo tempo, dos fatores que transformaram Corumbá num espaço migratório estratégico.

Desta forma, dividimos, então, esta contextualização utilizando a virada do século 19 para o século 20 como um marco para o Brasil como um todo: antes é preciso compreender quais os fatores que levaram a este cenário representado na Tabela 1 e, posteriormente, analisar os impactos das profundas transformações sofridas no cenário nacional e, especialmente, na região de Corumbá.

Tabela 1: Distribuição da população brasileira segundo regiões e Unidades da Federação, 1872 – 1900

	População Brasileira					
	1872		1890		1900	
	N	%	N	%	N	%
Brasil	9.930.478	100	14.333.915	100	17.438.434	100
Norte	322.847	3,35	476.370	3,32	695.112	3,99
Amazonas	57.610	0,58	147.915	1,03	249.756	2,14
Pará	275.237	2,77	328.455	2,29	445.756	1,43
Nordeste	3.082.701	31,04	3.771.319	26,31	4.275.287	24,52
Maranhão	359.040	3,62	430.854	3,01	499.308	2,86
Piauí	202.222	2,04	267.609	1,87	334.328	1,92
Ceará	721.686	7,26	805.687	5,62	849.127	4,97
Rio Grande do Norte	233.979	2,36	268.273	1,87	274.317	1,57
Paraíba	376.226	3,79	457.232	3,19	490.784	2,81
Pernambuco	841.539	8,47	1.030.224	7,18	1.178.150	6,77
Alagoas	348.009	3,5	511.440	3,57	649.273	3,72
Leste	4.735.427	47,69	6.950.359	48,49	8.015.952	45,96
Sergipe	176.243	1,77	310.926	2,17	356.264	2,64
Bahia	1.379.616	13,89	1.919.802	13,39	2.117.956	12,15
Minas Gerais	2.039.735	20,55	3.184.099	22,21	3.594.471	20,61
Espírito Santo	82.137	0,83	135.997	0,95	209.783	1,2
Rio de Janeiro	782.724	7,88	876.884	6,12	926.635	5,31
Guanabara	274.972	2,77	522.651	3,65	811.443	4,65
Sul	1.558.691	15,7	2.815.468	19,64	4.078.774	23,39
São Paulo	837.354	8,43	1.384.753	9,66	2.282.279	13,08
Paraná	126.722	1,28	249.491	1,74	327.136	1,88
Santa Catarina	159.802	1,61	283.769	1,98	320.289	1,84
Rio Grande do Sul	434.813	4,38	897.455	6,26	1.149.070	6,59
Centro Oeste	220.812	2,22	320.399	2,24	373.309	2,14
Mato Grosso	60.417	0,61	92.827	0,65	118.025	0,68
Goiás	160.395	1,61	227.572	1,59	255.284	1,46

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1950¹.

As muitas mudanças experimentadas pelo Brasil ao longo do século 19 tiveram suas raízes num contexto mais amplo. Segundo Graham e Holanda (1971, p.127),

O fim do período colonial no Brasil é significativo porque marca uma época de modificações importantes na economia mundial, que incluem o declínio final da influência espanhola e portuguesa no hemisfério

¹ O censo demográfico de 1950 apresenta dados da população presente, brasileira e por Estados, na data dos recenseamentos gerais anteriores (FIBGE, Censo Demográfico de 1950, Tabela 1, p.1). Foi respeitada a divisão por Unidades da Federação utilizada no Censo Demográfico de 1950.

ocidental (quando aqueles países foram ocupados pelos exércitos de Napoleão) e a maior consolidação britânica nessas áreas.

Além disso, a industrialização na Europa, em meados do século 19, também anunciava profundas transformações no cenário brasileiro, principalmente no que se refere à formação de um novo contingente de trabalhadores após a abolição da escravidão (Balán, 1973).

Anteriormente a todos estes fatores que se anunciavam, uma grande preocupação do Império Brasileiro dizia respeito à adoção de políticas de expansão demográfica: mais que o volume total, os elementos que preocupavam as elites eram a densidade, a distribuição desigual e a composição da população (Balán, 1973). Desde o início do período colonial a economia brasileira é marcada por uma série de ciclos de crescimento da exportação apoiados em mão de obra escrava, primeiro com o pau-brasil e, em seguida, com a cana de açúcar no século 18 (Graham e Merrick, 1981). A cana de açúcar, embora tenha perdido importância na economia nacional enquanto se expande a produção concorrente nas Antilhas e a Europa pára de importar o produto produzindo açúcar de beterraba², foi o principal produto de exportação brasileiro até o fim do século 18, concentrando boa parte da população no Nordeste (Furtado, 1971).

Um outro ciclo da economia brasileira teve seu início com a descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século 18. Segundo Graham e Merrick (1981, p.30),

Teve início com o ciclo do ouro em Minas Gerais a transferência gradativa do centro econômico do Nordeste para o Sul, o que provocou pressão considerável sobre a limitada oferta de mão-de-obra naquela segunda área. Os bandeirantes de São Paulo lideraram a penetração nessas regiões auríferas, sendo seguidos, logo depois, por uma onda de imigrantes portugueses. A população do Brasil aumentou de cerca de 300.000 no início do século 18 para mais de três milhões em princípios do século 19. Esse aumento de dez vezes, resultado principalmente da imigração portuguesa e da importação de escravos, faz do século 18 o período de mais rápido aumento relativo da população do Brasil.

A importação maciça de escravos, a migração portuguesa voluntária e a transferência da corte portuguesa para o Brasil foram os principais fatores identificados para o rápido crescimento da população ao longo do século 19

² Furtado (1971).

(Balán, 1973). Este intenso incremento, no entanto, aumenta a preocupação com a expansão do café num Sudeste relativamente despovoado e, ao mesmo tempo, com a ocupação efetiva do território nacional, em garantir as fronteiras e diminuir o isolamento entre as regiões brasileiras. Segundo Graham e Merrick (1981, p.28), “a soberania da terra dependia mais da ocupação do que de direitos”. Há, no entanto, uma contradição entre essas duas perspectivas: para suprir as necessidades do café, em fase de plena expansão, era necessária a mão de obra escrava, enquanto que para a expansão da ocupação do território, eram necessários trabalhadores livres (Balán, 1973). A corrida do ouro em direção a Minas Gerais poderia ter sido uma solução para o início da ocupação efetiva do território oeste do Brasil e para o assentamento de trabalhadores livres nessa região. No entanto, o ciclo do ouro não alcançou essas regiões e o cenário econômico do Mato Grosso no fim do século 19 era dos mais desarticulados do país (Graham e Holanda, 1971).

A perspectiva da abolição da escravatura ameaça abalar o desenvolvimento da economia cafeeira e é neste momento que “problemas demográficos passam a ser problemas políticos, bem como objetos de políticas que sanassem a questão da mão-de-obra” (Graham e Holanda, 1971, p.56). Dentre estas políticas estão os “planos de colonização de população nacional”, que tinham como objetivo fixar uma população errante e preencher espaços vazios de forma permanente (Bassanezi, 1995). Estes planos, no entanto, só respondiam parcialmente às necessidades de mão de obra da economia de exportação, não resultando numa movimentação efetiva da população em direção às regiões de fronteira oeste do Brasil (Balán, 1973).

Outro fator, paralelo ao centro da dinâmica econômica brasileira, tornou ainda maior a preocupação com o volume da população, com o peso relativo dos escravos e com a ocupação das fronteiras brasileiras. Suprir as necessidades de mão de obra impostas pelo ciclo cafeeiro e, ao mesmo tempo, proporcionar a ocupação efetiva do território nacional foram as principais motivações para o incentivo da imigração estrangeira e a abolição da escravidão (Bassanezi, 1995).

O número de estrangeiros desembarcados no Brasil impressiona principalmente entre os anos de 1890 e 1899: em uma década chegaram ao país mais de um milhão de europeus. A migração japonesa teria o seu início apenas na década seguinte. Nos últimos 20 anos do século 19 o Brasil recebeu 967.489 italianos, 324.043 portugueses, 194.362 espanhóis e 35.985 alemães. Segundo Balán (1973), até a abolição, esses imigrantes se dirigiam ao Sul do

país, especialmente para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, formando núcleos de pequenos produtores fora das zonas escravistas. Depois da abolição, São Paulo e o ciclo do café se convertem nos principais receptores desses imigrantes (Bassanezi, 1995). Ainda segundo Balán (1973), após 1890 o maior volume imigratório apresenta três aspectos inter-relacionados: a imigração subvencionada pelo governo estadual paulista, o predomínio da migração italiana e a maior porcentagem correspondente a São Paulo, consequência direta da expansão do café.

Tabela 2: Estrangeiros residentes no Brasil, 1872-1940

Período	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.296	17.084	-	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	22.497	99.222	68.390	332.768

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1940.

Embora São Paulo e a produção de café fossem as forças motrizes para a imigração no período e concentrassem a maior parte de imigrantes de diversas nacionalidades, a distribuição pelos Estados brasileiros chama a atenção para algumas particularidades. As oscilações entre os dados censitários indicam períodos de concentração e desconcentração em outros espaços migratórios³ diferentes de São Paulo, por imigrantes de outras nacionalidades que não as de maior volume no Brasil.

De acordo com Levy (1974) os diferenciais por Estado da distribuição dos imigrantes no Brasil entre 1920 e 1970 revelam não só a diversidade das atividades que serviram de impulso à economia da época – principalmente o café paulista e investidas de ocupação do Centro Oeste (Balán, 1973) – mas ainda a variabilidade de grupos que chegaram ao Brasil em diferentes épocas, motivados por diferentes contextos históricos de origem.

³ Baeninger, 1999.

As Tabelas 3a, 3b, 3c e 3d, apresentam os diferenciais da presença de imigrantes no Brasil por Estado, entre 1920 e 1970. Levy (1974) propõe uma análise pareada dos dados censitários para o período, dividindo os Estados brasileiros em grupos específicos de acordo com a distribuição de estrangeiros. O primeiro grupo reúne os Estados com maior peso relativo da população estrangeira cujas nacionalidades são encontradas no restante do país em proporções diversas. Reúnem esses quesitos apenas Guanabara e São Paulo.

Tabela 3a: População estrangeira residente no Brasil, segundo estado e nacionalidade. 1920

Unidades da Federação	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
Alagoas	237	134	38	34	0	250	693
Amazonas	7.615	726	986	72	32	7.505	16.936
Bahia	3.345	1.448	2.489	398	7	2.913	10.600
Ceará	296	105	23	18	2	457	901
Distrito Federal	172.338	21.929	18.221	2.885	244	23.512	239.129
Espírito Santo	1.728	12.553	1.055	1.308	1	2.109	18.754
Goiás	304	268	192	66	0	864	1.694
Maranhão	625	108	65	12	0	776	1.586
Mato Grosso	1.310	810	570	117	514	22.000	25.321
Minas Gerais	18.228	42.943	6.809	1.710	1.923	14.092	85.705
Pará	14.211	1.114	3.355	163	3	3.237	22.083
Paraíba	131	207	13	48	0	203	602
Paraná	1.808	9.046	1.817	4.738	701	44.643	62.753
Pernambuco	4.809	756	1.014	1.550	6	3.563	11.698
Piauí	66	37	5	3	0	215	326
Rio de Janeiro	28.661	10.000	4.900	898	69	6.303	50.831
Rio Grande do Norte	81	91	19	25	0	111	327
Rio Grande do Sul	9.324	49.136	5.359	16.952	13	70.241	151.025
Santa Catarina	506	8.062	806	10.758	0	11.111	31.243
São Paulo	167.198	398.797	171.289	11.060	24.435	57.072	829.851
Sergipe	125	79	20	45	0	128	397
Acre	631	56	97	10	26	2.686	3.506
Brasil	433.577	558.405	219.142	52.870	27.976	273.991	1.565.961

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1920, apud Levy (1974).

Tabela 3b: População estrangeira residente no Brasil, segundo estado e nacionalidade. 1940

Unidades da Federação	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
Alagoas	162	52	28	46	0	223	511
Amazonas	3.090	366	349	71	305	3.260	7.441
Bahia	1.912	950	2.115	584	39	2.407	8.007
Ceará	340	228	63	158	4	579	1.372
Distrito Federal	154.662	17.457	12.212	10.185	538	33.579	228.633
Espírito Santo	1.278	6.670	564	746	21	1.664	10.943
Goiás	293	348	190	332	180	1.164	2.507
Maranhão	511	73	40	26	21	617	1.288
Mato Grosso	1.015	573	358	454	1.128	19.679	23.207
Minas Gerais	9.310	18.819	3.199	2.263	893	11.062	45.546
Pará	6.013	587	1.146	202	467	2.659	11.074
Paraíba	104	130	6	124	23	284	671
Paraná	3.451	8.456	3.719	13.108	8.064	29.855	66.653
Pernambuco	3.048	606	226	689	24	2.127	6.720
Piauí	37	23	11	25	0	189	285
Rio de Janeiro	21.663	5.311	2.589	2.211	380	6.580	38.734
Rio Grande do Norte	98	48	12	40	0	253	451
Rio Grande do Sul	7.167	24.603	3.208	18.120	204	56.168	109.470
Santa Catarina	409	5.382	208	13.140	5	8.057	27.201
São Paulo	165.542	234.550	130.274	34.490	132.216	117.030	814.102
Sergipe	44	31	14	55	5	141	290
Acre	167	20	20	22	6	1.001	1.236
Brasil	380.316	325.283	160.551	97.091	144.523	298.578	1.406.342

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1940, apud Levy (1974).

A segunda categoria de análise reúne os Estados brasileiros que concentram população estrangeira com peso relativo alto frente ao total da população, mas que, no entanto, não obedecem à mesma distribuição de nacionalidades, implicando em altas porcentagens de categoria “outros”. Dentro desta segunda categoria, Levy (1974) divide os Estados em dois sub-grupos: o primeiro é composto por Santa Catarina, Paraná e parte do Rio Grande do Sul. O outro sub-grupo é marcado pela imigração sul-americana, reunindo Estados de “imigração internacional de fronteira”: parte do Rio Grande do Sul que reúne imigrantes uruguaios e argentinos, Mato Grosso, onde mais de 50% da população estrangeira é paraguaia, sendo os bolivianos o segundo maior grupo, e ainda Amazonas e Acre.

Tabela 3c: População estrangeira residente no Brasil, segundo estado e nacionalidade. 1950

Unidades da Federação	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
Alagoas	131	51	31	40	1	167	421
Amazonas	2.019	292	223	26	201	2.431	5.192
Bahia	1.531	924	2.509	430	70	2.760	8.224
Ceará	276	157	56	89	0	628	1.206
Distrito Federal	133.905	17.092	10.814	8.046	392	40.205	210.454
Espírito Santo	789	3.827	315	325	2	1.249	6.507
Goiás	317	393	217	382	397	1.961	3.667
Maranhão	385	63	51	17	21	471	1.008
Mato Grosso	728	545	257	281	1.172	16.861	19.844
Minas Gerais	6.472	11.704	2.126	1.532	917	10.145	32.896
Pará	4.438	405	837	132	421	1.982	8.215
Paraíba	97	106	15	115	4	179	516
Paraná	4.615	10.276	6.683	7.190	15.393	32.435	76.592
Pernambuco	2.308	523	187	500	12	2.023	5.553
Piauí	40	23	23	5	0	167	258
Rio de Janeiro	21.165	4.171	2.073	2.096	1.086	7.804	38.395
Rio Grande do Norte	73	84	10	28	0	258	453
Rio Grande do Sul	5.667	15.003	2.249	11.967	168	43.084	78.138
Santa Catarina	318	2.996	208	8.054	13	7.478	19.067
São Paulo	151.320	173.652	102.671	24.473	108.912	132.293	693.321
Sergipe	30	16	6	42	2	88	184
Acre	99	21	10	16	7	991	1.144
Amapá	41	14	18	4	1	426	504
Guaporé	60	11	11	6	0	2.006	2.094
Rio Branco	13	21	0	2	0	176	212
Brasil	336.837	242.370	131.600	65.798	129.192	308.268	1.214.065

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1950, apud Levy (1974).

Mesmo com essa divisão proposta por Levy (1974), que reúne os principais fluxos migratórios internacionais para o Brasil no período, é importante notar as diferenças entre os demais Estados brasileiros, revelando ondas migratórias independentes, orientadas em diferentes direções que não as das trajetórias dominantes⁴ – principalmente pelo volume de imigrantes que as compuseram. É o caso dos estrangeiros que chegaram ao Mato Grosso, por exemplo, da América Latina ou mesmo da Europa, engrossando trajetórias secundárias (Brito, 1997) que compuseram o atual cenário migratório da região.

⁴ Brito, F. (1997).

Tabela 3d: População estrangeira residente no Brasil, segundo estado e nacionalidade. 1970

Unidades da Federação	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
Alagoas	139	44	31	39	23	248	524
Amazonas	1.064	216	125	32	681	1.583	3.701
Bahia	1.586	1.110	3.225	367	665	2.732	9.685
Ceará	200	86	70	92	76	905	1.429
Brasília	875	330	447	150	833	1.949	4.584
Espírito Santo	525	1.047	173	203	30	1.226	3.204
Goiás	634	621	316	205	668	3.119	5.563
Maranhão	240	191	35	47	116	441	1.070
Mato Grosso	956	558	576	321	3.466	19.060	24.937
Minas Gerais	5.156	5.227	1.996	1.321	1.406	10.215	25.321
Pará	3.030	363	312	120	3.349	1.692	8.866
Paraíba	78	60	18	62	52	322	592
Paraná	9.120	7.523	7.343	6.272	20.644	29.589	80.491
Pernambuco	2.402	639	249	510	403	2.183	6.386
Piauí	29	20	32	28	5	156	270
Rio de Janeiro	38.349	3.849	3.681	1.967	1.451	8.512	57.809
Rio Grande do Norte	52	34	16	15	55	217	389
Rio Grande do Sul	5.189	6.221	2.366	6.972	1.619	28.712	51.079
Santa Catarina	341	872	163	4.539	271	4.002	10.188
São Paulo	214.021	108.633	94.477	23.082	116.566	146.747	703.526
Sergipe	44	15	13	27	7	144	250
Acre	29	39	5	18	22	591	704
Amapá	40	37	9	1	102	206	395
Guaporé	48	24	11	9	87	1.658	1.837
Rio Branco	2	35	3	2	23	234	299
Guanabara	153.834	15.007	14.430	5.237	1.380	36.045	225.933
Brasil	437.983	152.801	130.122	51.638	154.000	302.488	1.229.032

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1970, apud Levy (1974).

Dado o seu caráter extremamente significativo tanto em contextos de origem quanto de destino e por causar impactos que se refletem até hoje na configuração da população brasileira, muitos e diversos são os estudos sobre as correntes de imigrantes chegadas ao Brasil no fim do século 19 e início do século 20⁵.

Segundo Graham e Holanda (1971), o auge da economia cafeeira acelerou paralelamente o desenvolvimento da economia urbana através da expansão ferroviária e industrial. Esse cenário impulsionava, na virada do século, outras

⁵ Ver Bassanezi (1995), Levy (1974), dentre outros.

modalidades da imigração (Baeninger e Patarra, 1987) principalmente italiana para São Paulo: cresciam rapidamente as oportunidades para a mão de obra especializada ou com capital disponível para investimento na economia urbana.

O século 20 se anunciava, portanto, em dois contextos muito diferenciados no cenário principalmente paulista: enquanto a mão de obra imigrante era rapidamente absorvida pelas fazendas de café por ser abundante, vulnerável, e conseqüentemente barata, a expansão da indústria em São Paulo também empregava mais italianos que trabalhadores brasileiros, categoria que incluía ainda ex-escravos (Bassanezi, 1995). As primeiras crises de superprodução do café, no entanto, apontavam para o limite dessa absorção de mão de obra imigrante dentro da economia exportadora: cessam as políticas de incentivo da imigração tanto pelo governo paulista quanto pelo italiano. Ainda assim, continuava alto o número de migrantes chegados atraídos por redes sociais e pelas possibilidades de trabalho urbano (Balán, 1973, Furtado, 1971, Graham e Holanda, 1971).

De acordo com Balán (1973), apresenta-se dessa forma um estoque heterogêneo de mão de obra em busca de trabalho, numa sociedade em transição da economia agroexportadora para a industrial, para a qual nem todos estavam qualificados (Sales e Baeninger, 2000). Com o início do século 20 há também o início de uma fase intensa de redistribuição da população, com destaque para a exploração de novas terras a oeste do Brasil (Graham e Merrick, 1981).

As profundas transformações sofridas em diversas dimensões da realidade brasileira no século 19 tiveram impactos importantes no início do século 20. A abolição da escravatura, a intensa imigração principalmente de europeus para o Brasil, a transição de uma economia baseada na agricultura de exportação para a expansão industrial compõem esse conjunto de fatores. Segundo Balán (1973, p.41)

O início do século 20 marca a passagem do dinamismo econômico do setor externo para o mercado interno, da agricultura à indústria, embora a produção para o mesmo viesse crescendo de forma acentuada desde a última década do século 19, e o desenvolvimento industrial tenha dependido em medida considerável de impulsos gerados pela exportação de bens primários. Estas mudanças se radicalizaram geograficamente nos Estados do sul e, especialmente em São Paulo, onde o auge cafeeiro tinha resultado num aumento da população, dos níveis de renda e de consumo, bem como o desenvolvimento de infra-estrutura e acumulação de capitais que, por volta de 1930, foram determinantes importantes para o surto industrial.

O cenário também descrito por Balán (1973) confirma que as transformações econômicas experimentadas pelo Brasil na passagem do século 19 para o 20 geraram novas demandas de mão de obra, especialmente para o trabalho qualificado exigido pela expansão da indústria que teria o seu auge a partir de 1930. A Tabela 4 completa o quadro formado a partir da Tabela 1, mostrando a distribuição da população brasileira justamente no período descrito por Balán (1973).

Tabela 4: Distribuição da população brasileira segundo regiões e Unidades da Federação, 1920-1960

	1920		1940		1950		1960	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasil	30.635.605	100	41.236.315	100	51.944.397	100	70.967.185	100
Norte	1.439.052	4,7	1.462.420	3,55	1.844.655	3,55	2.601.519	3,67
Rondônia	-	-	-	-	36.935	0,07	70.783	0,1
Acre	92.379	0,3	79.768	0,19	114.755	0,22	160.208	0,23
Amazonas	363.166	1,19	438.008	1,06	514.099	0,99	721.215	1,02
Rio Branco	-	-	-	-	18.116	0,03	29.489	0,04
Pará	983.507	3,21	944.644	2,3	1.123.273	2,17	1.550.935	2,18
Amapá	-	-	-	-	37.477	0,07	68.889	0,1
Nordeste	7.434.392	24,27	9.973.642	24,19	12.494.477	24,05	15.677.995	22,09
Maranhão	874.337	2,85	1.235.169	3	1.583.248	3,05	2.492.139	3,51
Piauí	699.003	1,99	814.601	1,98	1.045.696	2,01	1.263.368	1,78
Ceará	1.319.228	4,31	2.091.032	5,07	2.695.450	5,19	3.337.856	4,7
Rio Grande do Norte	537.135	1,75	768.018	1,86	967.921	1,86	1.157.258	1,63
Paraíba	961.106	3,14	1.422.282	3,45	1.713.259	3,3	2.018.023	2,84
Pernambuco	2.154.835	7,04	2.688.240	6,52	3.395.185	6,54	4.136.900	5,83
Alagoas	978.748	3,19	951.300	2,31	1.093.137	2,1	1.271.062	1,8
Fernando de Noronha	-	-	-	-	581	0	1.389	0
Leste	12.874.275	42,01	15.625.953	37,89	18.893.007	36,38	24.832.611	34,99
Sergipe	477.064	1,56	542.326	1,31	644.361	1,24	760.273	1,07
Bahia	3.334.465	10,87	3.918.112	9,5	4.834.575	9,31	5.990.605	8,44
Minas Gerais	5.888.174	19,22	6.736.416	16,34	7.717.792	14,86	9.798.880	13,81
Serra dos Aimorés	-	-	66.994	0,16	160.072	0,31	384.297	0,54
Espírito Santo	457.328	1,49	750.107	1,82	861.562	1,66	1.188.665	1,67
Rio de Janeiro	1.559.371	5,09	1.847.857	4,48	2.297.194	4,42	3.402.728	4,8
Guanabara	1.157.873	3,78	1.764.141	4,28	2.377.451	4,58	3.307.163	4,66
Sul	8.129.355	26,54	12.915.621	31,32	16.975.293	32,68	24.848.194	35,01
São Paulo	4.592.188	15	7.180.316	17,41	9.134.423	17,59	12.974.699	18,28
Paraná	685.711	2,24	1.236.276	3	2.115.547	4,07	4.277.763	6,03
Santa Catarina	668.743	2,18	1.178.340	2,86	1.560.502	3	2.146.909	3,03
Rio Grande do Sul	2.182.713	7,12	3.320.689	8,05	4.164.821	8,02	5.448.823	7,67
Centro Oeste	758.531	2,48	1.258.679	3,05	1.736.965	3,34	3.006.865	4,24
Mato Grosso	246.612	0,8	432.265	1,05	522.044	1,01	910.262	1,28
Goiás	511.919	1,68	826.414	2	1.214.921	2,33	1.954.862	2,76
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	141.742	0,26

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1920, 1940, 1950 e 1960.

Principalmente nos Estados da região Sul pode-se notar o incremento da população, eco de transformações que se estendem desde a transferência do centro econômico do Brasil do Nordeste para o Sul e também da intensa imigração, sobretudo de europeus para a região. Graham e Merrick (1981, p.161) analisaram taxas nacionais e regionais de migração líquida dos brasileiros natos. Segundo os autores, a taxa de migração interna líquida aumenta do início do século 20 até a década de 70 (data do último censo analisado pelos autores) e houve também uma mudança de foco: “as principais regiões de destino passaram para as regiões de desbravamento do Centro Oeste”. Balán (1973) define um dos fatores determinantes para esta mudança de foco da migração interna brasileira entre os anos 20 e 60:

Uma característica diferencial importante é o alto componente urbano da população na fronteira do Centro Oeste, onde há necessidade de uma rede de centros comerciais para canalizar a produção distante da região numa área geográfica enorme. (Balán, 1973, p.71)

De fato, a população do Centro Oeste, entre 1920 e 1960 experimentou um incremento na participação do total da população brasileira, passando de 2,48% para 4,24% em quatro décadas. Um fluxo significativo que, de certa forma, abriu as portas para a ocupação mais efetiva de novas terras no Centro Oeste do Brasil foi a migração rural-rural na expansão das fronteiras agrícolas do Estado do Paraná (Balán, 1973). A expansão da pecuária na fronteira oeste do Brasil atraiu uma pequena parte desses trabalhadores livres partidos do Sul e do Norte do Brasil: os “pantaneiros” alcançaram a região de Corumbá ainda em meados do século 19, antes mesmo da expansão das fronteiras agrícolas (Corrêa, 2005; Banducci, 2003). Esse movimento dos “pantaneiros”, no entanto, não teve grande impacto imediato sobre a ocupação efetiva da região, justamente por ser ligada à pecuária.

Reforçando o contexto deste primeiro momento de ocupação do Centro Oeste brasileiro e de acordo com Sawyer (1984, p.6),

existem atividades econômicas que implicam em pouca ou nenhuma ocupação demográfica, especialmente quando se trata de especulação, e não de produção.

A fronteira oeste do Brasil dá início a outro ciclo econômico, que se tornaria muito reservado à própria região, por exigência da atividade. O impacto dos trabalhadores atraídos pela pecuária na ocupação da fronteira oeste, no entanto, é pouco significativo.

Paralelamente a este fluxo, a migração de nordestinos e mineiros mudou de foco a partir dos anos 20 e se voltou às fronteiras agrícolas do Centro Oeste. Segundo o autor,

Enquanto a experiência do Paraná foi baseada na colonização privada, com venda de lotes pequenos e médios a proprietários com algum capital, que se dedicaram a cultivos comerciais (especialmente o café), provenientes em sua maioria da agricultura comercial de Estados do Sudeste e do Sul, a do Centro Oeste é uma expansão de fronteira dirigida por inversões governamentais (sobretudo em infra-estrutura), na qual tende a predominar a grande propriedade e onde o cultivo comercial se apresenta ligado ao de subsistência, com predomínio de imigração nordestina e mineira, proveniente de estruturas agrárias semelhantes (embora com escassez de terras) (Balán, 1973, p.50).

Esse processo de redistribuição da população coloca as seguintes questões: como as dinâmicas demográfica e econômica brasileira, em especial nos eixos em que os grandes ciclos agro-exportadores se instalaram, causou impactos na fronteira oeste do Brasil e em especial em Corumbá? Os fluxos migratórios internos e internacionais que marcaram o século 19 alcançaram esse “novo espaço”? Houve outros fluxos migratórios na região que não necessariamente se relacionam com as grandes correntes observadas? Quais os impactos do contexto nacional econômico e migratório na região? Quais as especificidades das dinâmicas econômica e demográfica da região de Corumbá?

O café, principal motor da economia brasileira a partir do fim do século 19 até meados do século 20, marcou também o caminho da ocupação do Centro Oeste brasileiro. Os impactos do avanço do café paulista na região foram de naturezas diversas, começando pelo advento de pequenos produtores do oeste de São Paulo e do norte do Paraná em terras utilizadas anteriormente para a produção extensiva de gado que foi, por outro lado, avançando em direção à fronteira oeste do Mato Grosso. Essa diversificação e realocação das atividades econômicas no Centro Oeste implicam por sua vez numa “falência das economias tradicionais” (Cunha, 2002, p.13), que perderam espaço para a produção agropecuária (café e gado extensivo), exigentes de grandes porções de terra.

Segundo Balán (1973), o início do século 20 marca a incorporação definitiva do Centro Oeste ao restante do Brasil. Os altos investimentos em transportes, principalmente em estradas de ferro, aceleravam a produção e, ao mesmo tempo, alimentavam um novo e crescente mercado consumidor. Todas essas mudanças,

no entanto, se limitavam às regiões de fronteira com o sudeste brasileiro. Havia, por outro lado, uma questão de primeira importância a se resolver: a fronteira oeste do Brasil permanecia sem contornos definitivos e sem controle por parte do governo brasileiro (Corrêa, 2005).

Neste contexto, ainda que o café paulista tenha avançado até o Centro Oeste brasileiro, de acordo com Corrêa (2005), a região de fronteira não se beneficiou dos investimentos e permaneceu imersa na mesma dinâmica econômica observada até o fim do século 19. Uma das políticas de incentivo da ocupação da região, no entanto, foi efetivada: o estabelecimento definitivo dos limites territoriais brasileiros.

De acordo com Graham e Merrick (1981), as profundas transformações no contexto econômico brasileiro entre os séculos 19 e 20 alimentaram diferentes correntes migratórias que atravessaram o país em diferentes sentidos. O fim do trabalho escravo, a imigração, sobretudo europeia, e o aumento – decorrente dos fatores anteriores – do estoque de mão de obra livre tornaram dinâmico e complexo o cenário migratório brasileiro (Balán 1973).

Frente a todas as transformações sofridas pela população brasileira em seus contextos econômico e demográfico, faz-se necessário analisar como e quando essas mudanças impactaram um território distante e desarticulado dessas dinâmicas dominantes. Os grandes ciclos econômicos que impulsionaram e forjaram os diversos setores do contexto brasileiro não passaram diretamente pela região Centro Oeste e menos ainda pela fronteira oeste do Brasil (Balán, 1973; Graham e Merrick, 1981).

É notável, no entanto, que a dinâmica econômica brasileira e seus diversos ciclos agroexportadores não tenham causado impactos diretos na região de Corumbá: cana de açúcar, café, ouro, e até mesmo a borracha e o algodão no Norte do país não modificaram a dinâmica local, muito diferenciada do panorama observado para o resto do Brasil. O avanço da mão de obra brasileira depois da abolição e até mesmo dos imigrantes europeus não alcançou a fronteira oeste do Brasil, vista mesmo nos momentos de intensas migrações internas, como lugar sem sistemas articulados com o resto do país (Graham e Holanda, 1971; Holanda, 1936).

Até o fim do século 19 a região Centro Oeste e, especialmente, as áreas de fronteira não se inseriram nas grandes correntes migratórias que reorganizavam constantemente a população brasileira de acordo com as demandas de mão de obra dos grandes ciclos econômicos exportadores (Corrêa, 2005). Um crescimento baixo e constante – mais vegetativo do que com qualquer componente de

migração, segundo dados censitários analisados adiante – marca a região de Corumbá – MS na virada do século.

A primeira metade do século 20 apresenta outros fatores que transformariam a dinâmica da região de Corumbá – MS: além da inserção nas intensas atividades comerciais locais e da criação de gado, a estrada de ferro Noroeste ligaria a região a centros mais distantes e dinâmicos (Oliveira, 1998). Foi o advento da Era Vargas, a partir da década de 1930 até 1954, no entanto, que proporcionou medidas que favoreceriam a posterior ocupação efetiva da fronteira oeste, além da definição de seus contornos. Uma dessas medidas proibia o ensino de qualquer outro idioma que não a Língua Portuguesa em escolas brasileiras. Segundo Oliven (1986, p.16),

A partir desta época é preciso repensar o país que experimenta um processo de consolidação política e econômica e que terá que enfrentar as consequências da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. O nacionalismo ganha ímpeto e o Estado se afirma. De fato, é ele que toma a si a tarefa de constituir a nação. Essa tendência acentua-se muito com a proibição de qualquer língua estrangeira nas escolas brasileiras, criando um modelo de nacionalidade criado a partir do Estado.

Esta constatação aponta para fatores importantes da configuração de Corumbá como espaço migratório relevante: a definição tardia dos limites revela a fronteira vista como “terra de ninguém e de todos” (Arruda, 1989) tornando ainda mais difícil a mensuração da presença estrangeira.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no entanto, o Centro Oeste foi definitivamente incorporado à dinâmica brasileira, em sua totalidade. Segundo Cunha (2002, p.14)

O processo de ocupação “tradicional”, caracterizado pelas frentes de subsistência e as frentes de pecuária extensiva e rudimentar, sofre uma grande ruptura com o Plano de Metas. Dá lugar a essa dinâmica uma “moderna incorporação do Centro Oeste”, que pode ser identificada pelas novas frentes de agricultura comercial, bovinocultura tecnificada e frentes especulativas.

De acordo com os dados censitários de 1940 a 1960, a população do Mato Grosso experimentou um período de intensas migrações internas e internacionais, no papel de lugar receptor de migrantes, gerado principalmente pela ocupação definitiva da fronteira, pela construção da nova capital do país, pela maior articulação com outros espaços nacionais através de investimentos

nos transportes, comunicação e infraestrutura (Cunha, 2002)⁶. A Tabela 5 a seguir apresenta o estoque de migrantes, segundo lugar de nascimento dos brasileiros natos, bem como a nacionalidade dos estrangeiros residentes no Estado.

Tabela 5: Estoque de migrantes internos e internacionais, segundo lugar de nascimento e nacionalidade, respectivamente. Mato Grosso, 1940 – 1960

Origem de migrantes internos*	1940		1950		1960	
	N	%	N	%	N	%
Bahia	15.482	21,96	18.890	24,02	14.263	21,9
Goiás	11.115	15,76	11.418	14,52	8.652	13,3
Minas Gerais	8.980	12,74	10.994	13,98	9.874	15,2
Rio Grande do Sul	8.187	11,61	6.051	7,70	3.528	5,4
São Paulo	7.413	10,51	13.925	17,71	15.743	24,2
Maranhão	4.213	5,98	2.781	3,54	1.521	2,3
Ceará	2.676	3,80	2.587	3,29	1.896	2,9
Pernambuco	2.080	2,95	3.043	3,87	2.526	3,9
Demais UFs	10.363	14,70	8.943	11,37	7.167	11,0
Total	70.509	100,00	78.632	100,00	65.170	100,0

Origem dos imigrantes no MT	1940		1950		1960	
	N	%	N	%	N	%
Paraguai	11.801	53,00	11.582	60,83	9.854	56,96
Bolívia	3.769	16,93	2.265	11,90	4.235	24,48
Argentina	1.193	5,36	261	1,37	239	1,38
Demais países da América do Sul	453	2,03	185	0,97	114	0,66
Europa	2.275	10,22	1.675	8,80	1.052	6,08
Ásia	2.221	9,98	1.168	6,13	931	5,38
Demais países	552	2,48	1.905	10,00	876	5,06
Total	22.264	100,00	19.041	100,00	17.301	100,00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

* Brasileiros não naturais do Estado do Mato Grosso.

Destaca-se no período descrito pela Tabela 5 a presença marcante de migrantes internos e internacionais no Estado do Mato Grosso, entre 1940 e 1960, segundo os censos demográficos do período. Os deslocamentos internos que se dirigiram ao Mato Grosso neste período são principalmente representados pelo Estado

⁶ Os primeiros dados censitários sobre migração, no entanto, impõem limites sobre sua interpretação. Segundo Martine (1984, p.107), “Para todos os efeitos, as primeiras informações concretas sobre migrações internas foram apresentadas no Censo Demográfico de 1940, que indagou sobre a Unidade da Federação (UF) de nascimento e a UF de residência atual, de todos os recenseados. O migrante ficou definido como a pessoa residente numa UF diferente daquela de nascimento. Isto possibilitou, pela primeira vez, descrever fluxos interestaduais acumulados até a data do censo. Claro que o nível de interpretação permitido por essa informação é bastante limitado. Não somente as características sócio-econômicas dos migrantes não podem ser discernidas, devido à impossibilidade de se conseguir tabulações especiais, como os dados carecem de qualquer referência temporal”.

da Bahia, em 1940 (21,96%) e 1950 (24,02%) e por São Paulo em 1960 (24,2%). As transformações no cenário econômico brasileiro, bem como a integração de áreas até então pouco integradas alimentam e orientam esses deslocamentos internos.

Ainda que o número absoluto de migrantes internacionais seja menor que o de migrantes internos – mesmo em se tratando de um Estado fronteiriço – é também relevante a presença estrangeira no Mato Grosso entre 1940 e 1960. Dentre os grupos captados pelos censos demográficos, são os paraguaios os mais presentes, seguidos pelos bolivianos e argentinos. Destaca-se, no entanto, a dinâmica da migração boliviana, que chega a representar, em 1960, 24,48% do total de imigrantes no Estado.

A então recente ocupação efetiva da fronteira oeste atrai migrantes internos que já se deslocavam em busca de novas terras e expansão de fronteiras agrícolas desde a virada para o século 20 (Balán, 1973). No entanto, outros fatores como o funcionamento da estrada de ferro no Mato Grosso a partir de 1930, a mecanização da produção agrícola especialmente no sudeste e a dinamização do Centro Oeste brasileiro – sobretudo com o início da construção de Brasília – atraem migrantes de diversos Estados brasileiros, especialmente Bahia, Goiás, Minas Gerais e São Paulo (Monteiro, 1997).

São outros os fatores que configuram a migração internacional em direção ao Centro Oeste brasileiro no período descrito pela Tabela 5. As variações de intensidade dos diversos fluxos migratórios internacionais recebidos pelo Mato Grosso entre 1940 e 1960, associadas à idade dos migrantes, sugerem ecos de fluxos migratórios mais intensos, principalmente quando associados ao fim do século 19, quando o Brasil recebeu milhares de migrantes, sobretudo europeus e asiáticos (Bassanezi, 1995; Levy, 1974)⁷.

Dentre os migrantes europeus recenseados no Mato Grosso entre 1940 e 1960 destacam-se portugueses e espanhóis, reflexos já de correntes migratórias exploratórias enviadas à região desde o período colonial. Em 1940, o Censo Demográfico indicava a presença de 910 portugueses e 319 espanhóis. São dos países latino-americanos, no entanto, atos maiores grupos de migrantes registrados no Estado no período descrito, destacando-se os paraguaios e bolivianos (Tabela 6).

⁷ As mesmas limitações dos primeiros dados censitários sobre migração interna definidas por Martine (1984) se aplicam também à migração internacional, uma vez que a disposição das informações nos censos demográficos consultados não permite um cruzamento de variáveis que revelasse o tempo da chegada desses migrantes ao Mato Grosso, bem como outras características socioeconômicas.

A dinâmica da representatividade desses migrantes no Mato Grosso, no entanto, é diferencial entre os grupos: enquanto os paraguaios, que têm o maior peso entre o total de migrantes internacionais, sofrem um decréscimo de 16% entre 1940 e 1960, a presença boliviana cresceu 12,3% no mesmo período. Há ainda um importante diferencial da migração boliviana no Mato Grosso já em 1940: é o grupo que apresenta a mais alta representatividade feminina. Entre os bolivianos, as mulheres representavam 49,3% em 1940, 46,1% em 1950 e 48,7% em 1960.

De acordo com os dados, a proporção de mulheres bolivianas em relação às outras origens foi maior ao longo de todo o período, embora os volumes sejam diferenciados entre os grupos. Os migrantes paraguaios têm uma representatividade que varia de 2,3 e 5,1 vezes maior que os bolivianos entre 1940 e 1960, e ainda assim o momento de maior proporção de mulheres foi em 1950, quando as paraguaias representavam 45,5% do total do grupo.

Tabela 6: Distribuição por sexo e país de nascimento de migrantes internacionais residentes no Estado do Mato Grosso, 1940-1960

1940				
País de nascimento				
	América do Sul	Bolívia	Paraguai	Argentina
Homens	55,2	50,7	56,7	53,6
Mulheres	44,8	49,3	43,3	46,4
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	17216	3769	11801	1193
1950				
País de nascimento				
	América do Sul	Bolívia	Paraguai	Argentina
Homens	55,2	53,9	55,0	71,3
Mulheres	44,8	46,1	45,0	28,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	14297	2265	11582	261
1960				
País de nascimento				
	América do Sul	Bolívia	Paraguai	Argentina
Homens	57,4	51,3	60,3	74,5
Mulheres	42,6	48,7	39,7	25,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	14442	4235	9854	239

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960.

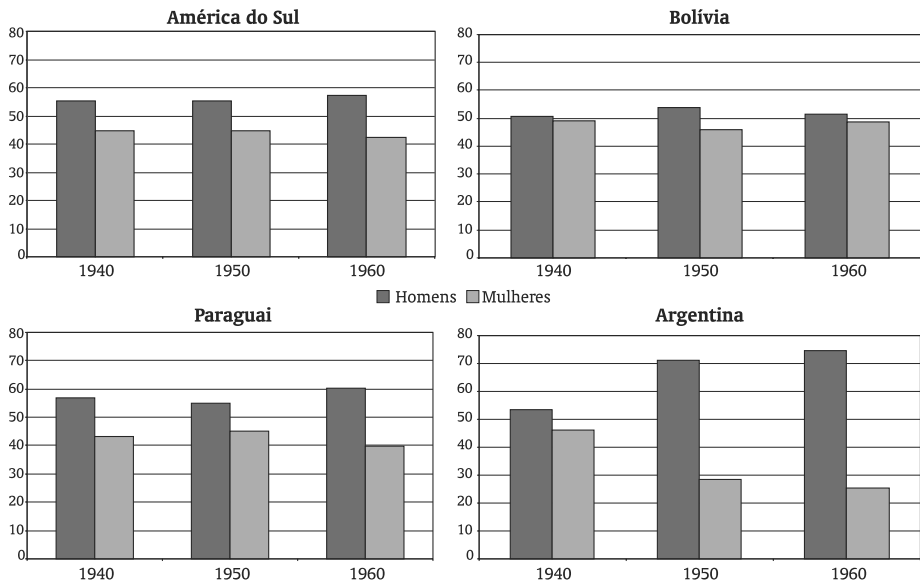
A inserção dos migrantes na sociedade receptora pode justificar essa diferença entre os dois maiores grupos de migrantes internacionais no Mato Grosso: o caráter agrícola da presença paraguaia (Peraro, 2000) e o baseado no comércio dos bolivianos (Arruda, 1989). O aumento do peso da migração feminina

no fluxo de bolivianos para o Mato Grosso aponta para uma especificidade da atual presença boliviana em Corumbá já na primeira metade do século passado.

Com base nos dados da Tabela 6, o Gráfico 1 apresenta a distribuição por sexo ao longo do mesmo período – 1940 a 1960 – dos principais grupos de imigrantes presentes no Mato Grosso.

Segundo Morokvasic (2003), é preciso reconhecer que as mulheres sempre migraram; teorias migratórias, no entanto, não levavam em conta diferenciais por sexo que incorporam a mulher como migrante propriamente dito: diferentes trajetórias e estratégias migratórias, uso diferenciado de redes sociais, reconfiguração de papéis de gênero principalmente através da inserção em mercados específicos de trabalho. A condição de acompanhante ou migrante tardia, em função da trajetória migratória de um homem da família – pai, marido, irmão –, para recomposição familiar, foi a posição ocupada pelas mulheres na maioria das perspectivas de análise até o fim do século 20. Os dados da Tabela 6 e do Gráfico 1 acima mostram uma grande proporção de mulheres entre as bolivianas, dando a este fluxo uma especificidade importante. A Tabela 7, a seguir, mostra a evolução da população total de Corumbá, suas taxas de crescimento e participação relativa no Estado, entre 1940 e 1970, período posterior à definição das fronteiras do Brasil e anterior à criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Gráfico 1: Migrantes internacionais segundo o sexo e país de nascimento. MT, 1940-1960



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960.

Tabela 7: Evolução da população, participação relativa da população de Corumbá no Mato Grosso e Taxas Geométricas de Crescimento

Anos	Evolução da População Total		Participação relativa da população de Corumbá no MT (%)	Taxa Geométrica de Crescimento da População (%a.a.)		
	Mato Grosso	Corumbá		Período	Mato Grosso	Corumbá
1940	432.265	29.521	6,8			
1950	522.044	38.734	7,4	1940/1950	1,9	2,8
1960	910.262	59.556	6,5	1950/1960	5,7	4,4
1970	1.285.967	81.887	6,4	1960/1970	3,5	3,2

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970.

A articulação entre sistemas produtores do oeste do Brasil e outros espaços consumidores impulsiona a dinâmica econômica da região, embora a demanda por mão de obra siga sem grandes exigências frente ao estoque de trabalhadores locais (Oliveira, 1998). Isso se justifica através do próprio crescimento populacional do Estado do Mato Grosso no mesmo período e da participação relativa de Corumbá: ainda que o crescimento do município tenha sido significativo, ele não cresceu sozinho. O oeste do Brasil experimentava uma fase dinâmica na economia, acelerando o crescimento a partir da articulação com outros espaços produtores e consumidores, além da maior dinamização de todo o Centro Oeste brasileiro, principalmente depois da transferência da capital do país (Cunha, 2002).

Justifica-se ainda o período analisado para esta incursão, principalmente no que se refere ao período entre 1940 e 1960. Segundo Balán (1973, p.41), que utiliza “o ano de 1930 como data chave para separar períodos históricos no Brasil”, ressalta-se que, no caso do Centro Oeste, 1970 é uma outra data chave. Isto porque em meados dessa década, Mato Grosso do Sul se desmembrou do Mato Grosso, formando o Estado que abriga a região de fronteira com a Bolívia em que Corumbá está inserida. Desta forma, utilizamos então o mesmo pressuposto de Balán (1973, p.17): “como toda data precisa, é arbitrária, porém útil”.

A formação do espaço migratório onde Corumbá está situada, os impactos recebidos por grandes fluxos migratórios internos e internacionais, a formação de outras trajetórias migratórias impulsionadas e direcionadas por vetores estruturais que não necessariamente aqueles que redistribuíram a população brasileira até os anos 70 (Martine, 1984; Baeninger, 1999) são fatores que caracterizam essa fronteira.

Neste contexto ressalta-se ainda a importância de Corumbá – MS na dinâmica econômica e migratória na fronteira oeste do Brasil, tendo um caráter essencialmente urbano, comercial e internacional através das intensas atividades

portuárias que ligavam esta região de fronteira – tanto do lado boliviano quanto do brasileiro – a mercados norte-americanos e europeus. Desta forma, a presença boliviana na região, bem como de outros grupos como os paraguaios e argentinos, merece atenção especial por se tratar de um fluxo migratório não derivante das trajetórias dominantes observadas no Brasil (Brito, 1997) e, por ser tão cheio de especificidades, até hoje causa impactos nos espaços que o compõem.

Com essa contextualização histórica pelo Brasil e pelo Estado do Mato Grosso entre o fim do século 19 até os anos 70 ressalta-se a importância das migrações e, a partir dos anos 40 do século 20, da imigração boliviana para a região de Corumbá – MS; a presença feminina neste fluxo migratório contou ao longo de todo o período revisto com a mais alta proporção de mulheres dentre todos os grupos de estrangeiros da América do Sul presentes.

O próximo item tratará de uma análise sobre a evolução da população de Corumbá – MS buscando, em meio ao contexto histórico do Brasil e do Mato Grosso anteriormente revisitado, especificidades da dinâmica populacional de um município que dentre fatores econômicos e sociais tanto se diferenciou do restante do Centro Oeste brasileiro.

Corumbá: uma história (des)articulada e com dinâmica própria

Reconstruídos, brevemente, contextos econômicos e demográficos do Brasil e do Centro Oeste como um todo, faz-se importante entender como Corumbá – Mato Grosso do Sul se inseriu, ou não se inseriu, nessa mesma dinâmica e quais os fatores que colaboraram para suas atuais características, sendo uma delas lugar receptor de migrantes bolivianos. A posição geográfica privilegiada para esta face do município, justamente o fato de ser fronteira entre Brasil e Bolívia, como se observará adiante, não é único fator determinante para este traço do município.

Busca-se, portanto, reconstruir também a história econômica e a dinâmica populacional de Corumbá – MS, a fim de identificar os fatores que a forjaram ao longo do tempo, em um contexto histórico diferenciado.

Manetta (2009) ressalta a importância de uma periodização para que se possa entender os diferentes fatores que forjaram a história de Corumbá – MS, boa parte deles desarticulados da dinâmica brasileira como um todo, “reconhecendo as formas de inserção regional na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo” (Manetta, 2009, p.18). Seguindo o modelo para uma contextualização da região fronteira de Corumbá, proposta pelo autor, busca-

se inserir o município em seu contexto específico e verificar as diferenças que o forjaram como espaço migratório relevante no fluxo de bolivianos para o Brasil.

Neste sentido, Manetta (2009) propõe uma periodização que tem o seu início nos primórdios da ocupação colonial e a expansão dos limites luso brasileiros na América do Sul, estendendo-se de meados do século 16 ao final do século 17. De fato, diversos autores já relacionavam a colonização da América do Sul como consequência direta da expansão marítima europeia dos séculos 15 e 16 (Graham e Merrick, 1981; Balán, 1973; Cardoso e Brignol, 1983 *apud* Manetta, 1999). As tentativas de ocupação da área eram barradas por obstáculos diversos. As características naturais eram um dos fatores que dificultavam a ocupação da região. Segundo Souchaud, Carmo e Fusco (2007, p.44),

Tanto no extremo oriente boliviano como no ocidente do atual Mato Grosso do Sul, a presença de vastas áreas úmidas, sempre ou sazonalmente inundadas, limitou o desenvolvimento e consolidação do povoamento. As dificuldades, nesse caso, foram enfrentadas na implantação de redes de comunicações, na implementação de atividades econômicas (agricultura) e na consolidação de núcleos populacionais.

Outro obstáculo também descrito por Souchaud, Fusco e Carmo (2007, p.43) eram as características geográficas.

A interioridade desse espaço, a qual se torna relevante frente ao projeto de colonização e organização territorial na América do Sul, que fez com que as áreas litorâneas e próximas ao litoral concentrassem a população, as atividades econômicas e o poder político. Em consequência, os espaços interiores ficaram pouco acessíveis e integrados até o século 20.

Por fim, uma última barreira completava o conjunto de aspectos que dificultavam a ocupação da fronteira oeste do Brasil, em especial a região de Corumbá: a presença indígena no Pantanal tornou ainda mais difícil o avanço da ocupação por colonos tanto portugueses quanto espanhóis, que ainda travavam disputas por este território definido pelo Tratado de Tordesilhas como domínio espanhol (Manetta, 2009). Por outro lado, a atividade mineradora dinamizava o comércio na América Espanhola através de portos construídos ao longo da Baía do Prata, estabelecendo novas rotas e conexões (Cardoso e Brignol, 1983; *apud* Manetta, 2009).

De acordo com Manetta (2009), o segundo grande momento de uma contextualização da região fronteira de Corumbá está diretamente ligado

à emergência do Porto. Faz sentido, portanto, afirmar que Corumbá tem uma história (des)articulada, dado o contexto brasileiro. Enquanto diversas barreiras dificultavam a ocupação da fronteira oeste do Brasil mantendo-a pouca integrada ao restante do país até o século 20 (Souchaud, Fusco e Carmo, 2007), Corumbá, fronteira com a Bolívia, permaneceu mais articulada ao contexto de outros espaços.

Segundo Cardoso e Brignol (1983; *apud* Manetta, 2009), as lutas por independência de países da América Espanhola partiram de grupos financeiramente beneficiados pela atividade mineradora que era comercializada através de portos na Bacia do Prata. Com a abertura dos portos, das rotas e o livre comércio internacional na região, o porto de Corumbá passou a ser importante ponto de importação e principalmente de escoamento da produção local, sobretudo de produtos da mineração e couro, alcançando rotas de comércio europeias e norte-americanas, especialmente Londres e Nova Iorque (Correa, 2005). Souchaud, Carmo e Fusco (2007) ressaltam outros importantes aspectos da emergência do Porto de Corumbá, bem como de sua inserção em contextos específicos.

O rio torna-se elemento fundamental na articulação do comércio. A extração mineira, a exploração da erva mate, a produção de carne e couro bovino no Mato Grosso do Sul, ou a extração do *quebracho* (*Schinopsis lorentzii*) para obtenção do tanino no Chaco, destinavam seus produtos aos grandes centros litorâneos da faixa atlântica. O comércio fluvial desenvolveu-se, e alguns centros urbanos ganharam importância à medida que se diversificava e intensificava a produção. Corumbá e Concepción passaram a ser centros regionais, mas centros de um tipo muito particular, no sentido de que mantiveram conexões mais regulares com a bacia do Prata ou a baía de Guanabara (Estado do Rio de Janeiro) do que com espaços vizinhos do interior (Souchaud, Carmo e Fusco, 2007, p.44).

A Guerra do Paraguai (1865 – 1870) é um marco para a fronteira oeste do Brasil por dois motivos principais: no momento em que Corumbá, através de suas atividades comerciais portuárias, se torna um centro regional, a emergência da guerra torna latente a preocupação do governo brasileiro em ocupar definitivamente a região e definir os limites do país, protegendo as fronteiras (Balán, 1973). Por outro lado, a dinâmica da região fronteiriça foi fortemente abalada pelo conflito. Segundo Corrêa (2005, p.41)

Pouca coisa restou na fronteira que, devastada pela guerra e por doenças como a varíola, lembrasse o período anterior ao conflito com o Paraguai. Os poucos núcleos urbanos estavam destruídos, e as propriedades rurais arruinadas. A fronteira transformou-se, num primeiro momento, em terra de ninguém, sem a presença efetiva das autoridades governamentais para impor a ordem e a segurança. Nessa caótica região fronteira, também vagueavam, segundo notícias relatadas em documentos, bandos de mulheres paraguaias com meninos de 10 a 14 anos, numa referência clara ao quase extermínio da população masculina no Paraguai.

Nenhuma medida por parte do governo para a ocupação da fronteira oeste foi efetiva, nem depois da Guerra do Paraguai (Corrêa, 1995). Segundo Balán (1973), a ocupação da região Centro Oeste e em especial das fronteiras, até o início do século 20, teve um caráter estrutural que gerou pouca demanda de mão de obra (a criação de gado exigia grandes porções de terra, mas poucos trabalhadores) e, conseqüentemente, pouca atração para sua ocupação por migrantes internos após a chegada dos “pantaneiros” (Corrêa, 1995).

Nesse sentido, tem início uma nova fase para a região de Corumbá. A tomada definitiva das áreas indígenas derrubou um dos obstáculos à ocupação da fronteira oeste. Ainda que as medidas por parte do governo não tenham sido efetivas neste momento para a ocupação das fronteiras, a queda deste obstáculo favoreceu a incorporação de terras às fazendas de gado existentes na região de Corumbá e o comércio de couro e charque ajudou a movimentar o porto corumbaense e recuperar a dinâmica do pré-conflito com o Paraguai. Segundo Manetta (2009, p.30)

A reabertura da navegação no Rio Paraguai reforçou as relações entre os países platinos, que tinham Buenos Aires como centro convergente. A evolução urbana de Corumbá atrelou-se mais uma vez ao comércio de exportação e de importação, quando mercadorias chegavam da Europa, do Rio de Janeiro, e das cidades platinas em grandes navios e eram reembarcadas até os destinos no norte da província. O incremento das atividades urbanas, assim como a expansão das fazendas de gado, incentivou um movimento migratório em direção a essa fronteira, num processo que acelerou as transformações em seu meio.

O caráter essencialmente urbano de Corumbá, associado às articulações de seu porto na circulação internacional de mercadorias, bem como à intensa e nova

produção de gado na região, e remarcação de terras indígenas⁸, atraiu o capital estrangeiro para investimentos no comércio pecuário. O desenvolvimento dos transportes e a presença de linhas a vapor circulando nos portos na bacia do Prata atraíram migrantes de diversas nacionalidades, além de paraguaios, portugueses, sírios e libaneses, estes últimos ligados às atividades comerciais da bacia do Prata desde a primeira dinamização do porto de Corumbá (Monteiro, 1997).

A presença do capital estrangeiro na região, associada à crescente urbanização e modernização da cidade, acirrou a preocupação do governo brasileiro com os limites do país, sendo necessária a incorporação da fronteira oeste aos principais centros da dinâmica nacional. A estrada de ferro Noroeste do Brasil (1914) integraria a região, e suas atividades comerciais, ao sudeste brasileiro.

Além de incorporar as relações comerciais que tinham o porto de Corumbá como principal referência brasileira, a estrada de ferro Noroeste do Brasil teve um importante papel na incorporação do Mato Grosso à dinâmica econômica paulista. Passando Campo Grande a ser um centro regional de distribuição da produção local – sobretudo de produtos agropecuários – com ligação direta e rápida com o sudeste, as atividades portuárias de Corumbá sofreram um decréscimo que causaria profundos impactos na região. Uma das principais perdas para o porto corumbaense foi a diminuição de sua rede de abastecimento no próprio Mato Grosso e em todo o Pantanal, por onde escoava boa parte da produção local. O comércio platino ainda continuava a ser abastecido via Rio Paraguai, mas em proporções bem menores (Manetta, 2009).

Segundo Valverde (1972) uma das saídas para voltar a dinamizar a economia da região de Corumbá foi o investimento na produção agropecuária, o que atraiu pequenos fluxos de migrantes vindos, sobretudo, do sul do país e do Paraguai. Os paulistas que também chegaram à região estavam em maior parte ligados a atividades relacionadas à própria estrada de ferro e não à produção agropecuária na região de Corumbá e Pantanal.

Outro impacto causado pela estrada de ferro foi o fechamento das pequenas indústrias, principalmente de gênero alimentício, que se instalaram próximas à

⁸ De acordo com o site <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu>, consultado em 23/10/2009, “os Kadiwéu, conhecidos como “índios cavaleiros”, por sua destreza na montaria, guardam em sua mitologia, na arte e em seus rituais o modo de ser de uma sociedade hierarquizada entre senhores e cativos. Guerreiros, lutaram pelo Brasil na Guerra do Paraguai, razão pela qual, como contam, tiveram suas terras reconhecidas.” Por terem combatido em favor dos brasileiros, o território ocupado pelos Kadiwéu foi oferecido como recompensa, sendo este o primeiro grupo a ter suas terras oficialmente reconhecidas.

área portuária em Corumbá. Campo Grande se tornou, com o advento da Noroeste do Brasil, o principal pólo econômico regional e, com as facilidades do novo meio de transporte, indústrias do sudeste brasileiro (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro) se instalaram na região. A concorrência associada à queda das atividades portuárias fez com que essas pequenas indústrias fechassem as portas entre 1920 e 1930 (Valverde, 1972).

Em meados dos anos 1950, uma nova fase para a economia corumbaense se estabeleceria: a ligação ferroviária entre Brasil e Bolívia revelaria novas demandas, principalmente do lado boliviano e Corumbá recuperaria seu papel de centro distribuidor de mercadorias, escoando a produção, sobretudo paulista, que chegava à região via Noroeste do Brasil. Ainda que Campo Grande continuasse a representar o centro de referência da dinâmica econômica do Mato Grosso e de suas ligações com o sudeste brasileiro, Corumbá retomou a intensidade de suas atividades também via estrada de ferro, mas com destino à Bolívia (Ito, 2000; Manetta, 2009). Além de uma nova etapa para a dinâmica econômica corumbaense, a estrada de ferro entre Brasil e Bolívia representou a extensão das relações comerciais do sudeste brasileiro ao oriente boliviano, antes um espaço desarticulado e desagregado da economia nacional.

Os dados censitários de meados do século 20, tanto brasileiros quanto bolivianos, são limitados no sentido de não se poder identificar diretamente os fatores estruturais que facilitaram a migração de bolivianos para o Brasil. Embora seja muito forte o indício de que a estrada de ferro Brasil – Bolívia possa ter contribuído no impulso deste fluxo migratório, não se pode afirmar com precisão que a presença boliviana passa a ser relevante em Corumbá graças a esta ligação ferroviária entre os dois países. Até mesmo porque, a migração de bolivianos para Corumbá está diretamente ligada a um processo de redistribuição populacional na Bolívia (Souchaud e Baeninger, 2008), com o aumento da concentração populacional boliviana principalmente no Departamento de Santa Cruz.

Após este período de retomada das atividades comerciais em Corumbá, a região ainda experimentaria uma nova fase: a construção de rodovias que ligavam o Mato Grosso ao sudeste brasileiro, nos anos 70, tornou possível

a ligação rodoviária entre Corumbá e Campo Grande, via que dinamizou a articulação entre o Pantanal e a região sudeste brasileira. Apesar da inserção dessa nova modalidade de transporte no interior do Pantanal, periodicamente as estradas ficavam submersas devido ao regime das águas (Manetta, 2009, p.36).

Ao longo da década de 1970, as cheias que assolaram o Pantanal destruíram boa parte das vias rodoviárias da região, restando a estrada de ferro e as vias fluviais como os meios de transporte viáveis para a circulação de mercadorias da região.

O desmembramento do Estado do Mato Grosso, dando origem a Mato Grosso do Sul, em 1977, reforça o papel de centro dinâmico de Campo Grande. Este município passa a ser a principal ligação da região Centro Oeste às demais regiões brasileiras, reunindo funções comerciais e administrativas (Ito, 2000). Neste sentido, Corumbá perde o seu papel de centro regional e assiste à sua economia estagnar-se sem jamais recuperar o dinamismo de décadas e séculos passados.

Identificar os fatores histórico-estruturais que fizeram de Corumbá um lugar diferenciado da dinâmica observada para a região Centro Oeste foi o objetivo deste subitem. Corumbá, por fatores geográficos, naturais e históricos, não reproduz a desarticulação econômica e de ocupação observada para a porção oriental do Centro Oeste. Neste sentido, fez-se necessário entender por que Corumbá é diferente; quais as causas estruturais dessa diferença e quais os impactos para a dinâmica do município ao longo da história.

Esses fatores foram: disputas pela ocupação das terras entre os séculos 16 e 18; a ascensão das atividades portuárias e a dinâmica econômica da Bacia do Prata; a Guerra do Paraguai; a ocupação efetiva das terras pantaneiras e a afirmação de Corumbá como centro regional comercial na virada do século 19 para 20; a ligação ferroviária com o sudeste brasileiro e o declínio das atividades comerciais no município até meados do século 20; uma nova retomada da dinâmica comercial graças à ligação ferroviária com a Bolívia e, por fim, o estabelecimento da malha rodoviária e a criação do Estado do Mato Grosso do Sul.

Assim, Corumbá é um lugar diferenciado da dinâmica observada para a região Centro Oeste e também para o Estado do Mato Grosso ao longo da história. De fato, a dinâmica econômica brasileira não alcançou a região, que estava inserida num outro contexto econômico, tão específico, antes mesmo do início de investidas à ocupação do Centro Oeste brasileiro.

Evolução da população – 1940 a 2010⁹

Este item tem como objetivo principal descrever e justificar o município de Corumbá – MS como o espaço para uma análise sobre migração na fronteira entre

⁹ Todos os dados sobre migrantes – internos ou internacionais – tratados neste item referem-se aos migrantes acumulados (*life-time migrants*), não levando em consideração o tempo de residência.

Brasil e Bolívia a partir de sua dinâmica populacional. Para tanto, retoma-se o principal período analisado anteriormente – 1940 a 1960 – avançando até 2010, através dos censos demográficos.

Busca-se, portanto, reconstruir o pano de fundo da dinâmica populacional de Corumbá, ressaltando fatores estruturais de primeira importância para a compreensão do fluxo migratório de bolivianos para o município.

Entender os fatores que levaram Corumbá – MS ao status de cidade estratégica num fluxo migratório essencialmente boliviano (Souchaud e Baeninger, 2008) torna-se obrigatoriamente o ponto de partida para uma análise consistente do contexto migratório atual no município.

Para tanto, parte-se do traçado do panorama migratório brasileiro, tendo como pano de fundo os diversos ciclos econômicos em que se sustentaram diversas correntes migratórias internas e internacionais, mencionados no item anterior. Isso se justifica, pois de acordo com Singer (1973), é de contextos históricos, mudanças estruturais, institucionais e espaciais – sobretudo na economia – que decorrem processos migratórios. Partindo desse pressuposto, Singer (1973, p.34) analisa fenômenos migratórios internos e define o conceito de “tipo historicamente definido de migração”. Ainda que as trajetórias dominantes (Brito, 1997) que atravessaram o Brasil até meados do século 20, impulsionadas por sucessivos ciclos econômicos, não tenham atingido diretamente a região, Corumbá – MS experimentou outros condicionantes históricos para a formação de um espaço migratório dinâmico. A proximidade com a fronteira, a dinâmica econômica impulsionada pelas atividades portuárias que ligavam Corumbá a mercados internacionais, bem como conflitos como a Guerra do Paraguai e ainda efeitos indiretos da expansão de ciclos econômicos como o gado extensivo e o café paulista são fatores históricos de naturezas diversas que forjaram o espaço migratório de Corumbá – MS.

Com a reunião desses dados, busca-se a identificação e maior entendimento de fatores estruturais que, de alguma maneira, influenciaram a composição do contexto socioeconômico vivenciado por Corumbá – MS atualmente; tais fatores estão diretamente associados a processos migratórios e, em especial, à migração de bolivianos para a região.

Algumas questões permeiam este item: como as trajetórias de processos migratórios brasileiros alcançaram a ocupação da fronteira oeste do Brasil? Por outro lado, a população da região de Corumbá alimentou de alguma forma esse contexto migratório mais amplo? Quais correntes migratórias tiveram impacto na formação do cenário corumbaense? Quais fatores estruturais sustentam Corumbá como um espaço migratório relevante?

Contextualizar um município de acordo com a evolução de sua população e também com a dinâmica migratória exige um aparte: faz-se primeiramente necessário situar a região em termos geográficos frente ao cenário nacional.

Segundo a FIBGE, Corumbá – MS apresenta área de unidade territorial de 64.961km², e população total de 103.703 pessoas em 2010.

É importante reforçar o fato de que Corumbá, apesar de sua extensão territorial, é composta de um núcleo urbano com alta densidade demográfica e vastas áreas vazias (Souchaud, Fusco e Carmo, 2007). O caráter urbano de Corumbá associado à sua extensão pode dar uma falsa ideia de que seu núcleo urbano se estende por todo este espaço. Segundo Souchaud e Baeninger (2008, p.276),

A imensidão da fronteira do Brasil com a Bolívia se caracteriza por descontinuidades importantes, que associam vastas áreas pouco ocupadas e integradas a lugares altamente integrados.

O município de Corumbá ilustra essa situação contrastante, já que é um território de 64.961 km², com aproximadamente 200 km de fronteira com a Bolívia. Em 2007, a população era de 96.373 habitantes, dos quais 86.656 (89,9% do total) moravam na área urbana de Corumbá, a poucos quilômetros da fronteira internacional. Com uma população, em 2000, de 9.717 habitantes e uma densidade populacional de 0,15 hab./km², a área rural do município de Corumbá ainda pode ser considerada uma margem pouco integrada. A cidade é um lugar estratégico de articulação dos fluxos de bens, pessoas e informações, configurando o denominado corredor bi-oceânico, que agrega as duas margens litorâneas do continente, isto é, o sudeste brasileiro com os portos peruanos e chilenos do Pacífico, passando pelo eixo de concentração do povoamento boliviano Santa Cruz-Cochabamba-La Paz.

Corumbá tem uma localização estratégica multifacetada, às portas do Pantanal, na fronteira com a Bolívia e inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, tendo o seu porto significativa importância histórica desde o século 18 (Monteiro, 1997).

Compreender a dinâmica migratória atual de uma determina região exige conhecer o contexto em que ela se insere, os fatores estruturais que forjaram essa configuração ao longo da história e, ainda, de que maneira esses fatores se relacionam com um contexto mais amplo. Segundo Oliveira (1988, p.14)

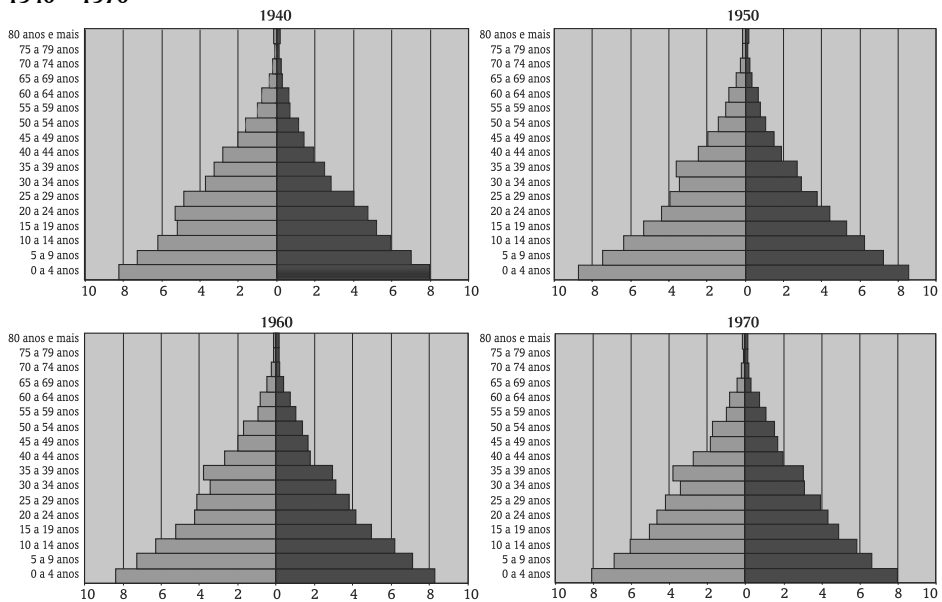
Corumbá é diferente. É diferente por sua história, por sua geografia e por sua economia. Como efeito, seu movimento é diferente em relação às demais cidades do Mato Grosso do Sul. A distinção e a diversidade

dessa região, comparadas às de outras regiões, são, por si mesmas, motivo suficiente para um aprofundamento sobre sua realidade – fato não muito presente. Não há porque esconder: Corumbá, sua vida e seus movimentos são ignorados.

Desta forma, busca-se reconstruir a dinâmica da região de Corumbá ao longo do século 20, tendo como pano de fundo a dinâmica econômica brasileira, a forma como a região se inseriu nesta dinâmica, as transformações experimentadas pela população no período bem como um panorama das correntes migratórias que atravessaram a região e de que forma essas correntes estão relacionadas ao contexto migratório brasileiro.

O Gráfico 2 mostra a distribuição etária da população de Corumbá ao longo do mesmo período.

Gráfico 2: Distribuição etária segundo grupos quinquenais e sexo da população de Corumbá, 1940 – 1970



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

É verdade que os dados relativos aos municípios dos censos de 1940 a 1970 apresentam problemas de subnumeração e preferência digital, sobretudo nos grupos etários a partir dos 30 anos. Em todos os casos, a idade 50 anos era a que mais apresentava o problema, sendo sempre mais numerosa do que o restante

do grupo etário de 50 a 54 anos. É importante destacar ainda que este foi um período de crescimento relativamente alto, se comparado ao Estado do Mato Grosso (Tabela 7).

Os censos demográficos de 1950 e 1960 não especificam, para os municípios, as nacionalidades dos migrantes além de portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses. O censo de 1940, no entanto, apresenta uma nota especificando essa variável segundo as nacionalidades predominantes observadas por município. No caso de Corumbá – MS, os bolivianos já eram maioria entre os estrangeiros residentes em 1940: dentre os 882 recenseados, 485 (55%) eram homens e 397 (45%), mulheres. O segundo maior grupo de estrangeiros no município era o paraguaio: 336 (53.6%) eram homens e 291 (46.4%), mulheres. A Tabela 8 apresenta o peso da população estrangeira frente à população total de Corumbá – MS.

Ainda que a população estrangeira não registre o mesmo crescimento da população total do município de Corumbá (Tabela 8), os números absolutos revelam um incremento significativo principalmente no intervalo entre 1960 e 1970, obedecendo provavelmente os mesmos fatores de atração como a construção da nova capital e grande volume de investimentos em infraestrutura do governo Kubitschek (Cunha, 2002).

Tabela 8: Distribuição e participação da população estrangeira em Corumbá - MS – 1940-1970

Anos	População total	Estrangeiros	Proporção no total da população de Corumbá (%)	Bolivianos	Proporção no total da população de Corumbá (%)
1940	29.521	2.371	8,0	882	3,0
1950	38.734	2.143	5,5	*	*
1960	59.556	3.752	6,3	*	*
1970	81.887	5.896	7,2	3767	4,6

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970.

O número absoluto de bolivianos aumentou expressivamente no intervalo de 30 anos descrito pela Tabela 8: de 882 em 1940 passou para 3.767 bolivianos recenseados em 1970. Destaca-se ainda o incremento da proporção de bolivianos na população total de Corumbá – MS por terem esses dois grupos, como se observará adiante, estruturas etárias muito distintas e, portanto, diferentes padrões de fecundidade e mortalidade. Com todas essas diferenças, o grupo de bolivianos representava 4,6% da população total de Corumbá – MS em 1970.

É importante destacar ainda sobre a participação da população estrangeira em Corumbá, a provável subenumeração de migrantes, sobretudo

indocumentados, muito comuns em censos demográficos e especialmente numa região de fronteira.

Outro dado de grande importância para a contextualização do município, principalmente no que se refere à sua dinâmica migratória, é a evolução da população urbana, rural e o grau de urbanização do município. Isto porque Corumbá se diferencia de outros espaços de destinos de migração interna e internacional por seu caráter historicamente ligado ao comércio (Corrêa, 2005), diferente de dinâmicas de expansão de fronteiras agrícolas. A Tabela 9¹⁰ a seguir apresenta estes dados para o período de 1940 a 1970.

Tabela 9: Evolução da População Urbana, Rural e Grau de Urbanização de Corumbá, 1940-1970

Anos	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (%)
1940	29.521	17.462	12.059	59,2
1950	38.734	24.336	14.398	62,8
1960	59.556	38.841	20.715	65,2
1970	81.887	51.146	30.741	62,5

Fonte: FIBGE, 1940, 1950, 1960, 1970.

O caráter essencialmente urbano de Corumbá é revelado nos dados acima, principalmente se comparados a outras cidades do Estado do Mato Grosso no mesmo período. Em 1940, Cuiabá, a capital do Estado, tinha grau de urbanização igual a 41,97%; Campo Grande, a cidade que se tornaria posteriormente a capital do Mato Grosso do Sul, em 1940, apresentava grau de urbanização igual a 49,32%. Os setores de atividades exercidas pela população recenseada no município

¹⁰ Segundo a FIBGE (1940, p.xiv), “Na apuração do censo de 1940 a população foi discriminada em “urbana”, “suburbana” e “rural”, em correspondência com os quadros administrativos dos Municípios e Distritos. Embora em sentido demográfico somente se considere, usualmente, urbana a população aglomerada em centros dotados de um mínimo de serviços coletivos, e cujos habitantes se dediquem em maioria a atividades alheias à vida rural, ou sejam em número excedente de um certo limite, o critério em que se assentou a definição dos quadros urbano, suburbano e rural dos Municípios e Distritos, no Brasil, foi estabelecido pelo Decreto Lei número 311, de 2 de março de 1938, que fixou normas sistematizadoras para a divisão territorial do país. Na delimitação das áreas urbana e suburbana, da alçada dos Governos Municipais, o quadro da “vila”, sede distrital, deveria abranger, em conjunto, pelo menos trinta moradias; e o quadro da “cidade”, sede municipal, por sua vez, alcançar o mínimo de duzentas moradias. A apuração dos habitantes dos quadros urbano e suburbano viria revelar, como de fato revelou, a real significação social desses núcleos, a par das anomalias que se verificam frequentemente na elevação de localidades à categoria de sedes administrativas”. Para a análise do grau de evolução da população urbana de Corumbá, bem como de seu grau de urbanização, foram somadas na confecção da Tabela 7 as categorias “urbano” e “suburbano”, definidas pela FIBGE na documentação do censo demográfico de 1940 e que também serviu como critério para a coleta de dados até 1970.

também chamam a atenção para o caráter urbano de Corumbá, diferenciando-a de espaços migratórios atravessados por fluxos essencialmente rurais no período, como as trocas migratórias entre brasileiros e paraguaios na fronteira (Peraro, 2000). Em 1940, os setores de atividades que mais empregavam em Corumbá – MS eram agropecuária, indústria e comércio. Em 1950 o setor agrícola ganha um peso proporcional maior, impulsionado provavelmente pela expansão das fronteiras. Destaca-se o aumento de profissionais liberais, setor de peso fundamental na categoria “outros”. Até o fim do período, comércio é o setor que mais cresce no município, sendo que as atividades agrícolas vão se enfraquecendo, principalmente ao longo dos anos 60. A Tabela 10 apresenta os dados.

Tabela 10: Residentes^a em Corumbá – MS, segundo setores de atividade. 1940-1970

Setores de Atividade**	1940	1950	1960	1970
Agropecuária	29,8	36,5	21,4	12,2
Indústria	28,6	22,4	31,8	36,6
Comércio	17,5	6,7	14,9	29,8
Transportes e comunicação	11,1	11,4	11,0	7,7
Defesa e segurança nacional	11,5	9,5	8,9	6,0
Outros	1,5	13,6	12,0	7,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	9.994	11.262	12.414	16.292

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970.

^a Maiores de 10 anos.

**Foram excluídos inativos e atividades domésticas.

É importante destacar que a dinâmica econômica de Corumbá – MS sofreu profundas transformações no que se refere aos setores de atividades exercidas pelos residentes no município. As tendências variaram de acordo com mudanças observadas no contexto histórico-demográfico brasileiro até os anos 70. Balán (1973) afirma que a dinâmica econômica e da redistribuição da população brasileira para o mesmo período atingiu a fronteira oeste do país com pouca intensidade. Destaca-se, no entanto, os impactos principalmente das políticas de ocupação e investimentos de infraestrutura no Centro Oeste (eras Vargas e JK, respectivamente) no comportamento de setores como Defesa e Segurança Nacional e Transportes e Comunicação.

Indústrias, sobretudo de gênero alimentício, instaladas próximas ao porto, movimentaram a economia do período, bem como a circulação de mercadorias do Centro Oeste em direção a outros portos da Bacia do Prata e também na Europa

e América do Norte. Atividades relacionadas ao setor agropecuário, com maior peso em outras cidades do Mato Grosso, eram também diretamente relacionadas à circulação de mercadorias, sempre articulada a outros espaços para os quais Corumbá e seu porto eram referências.

Avançando no tempo, a Tabela 11 apresenta a evolução da população de Corumbá e do Mato Grosso do Sul, entre 1970 e 2010. É sobre este período que se pretende traçar um panorama demográfico mais robusto, uma vez que o Estado do Mato Grosso do Sul já havia sido criado em 1971.

Tabela 11: Evolução da população, taxas de geométricas de crescimento e participação da população de Corumbá em relação ao Estado do Mato Grosso do Sul, 1980-2010

Ano	Evolução da População Total		Taxa Geométrica de Crescimento da População (% a.a.)			Participação Relativa da População de Corumbá no MS	
	Mato Grosso do Sul	Corumbá	Período	Mato Grosso do Sul	Corumbá	Ano	(%)
1980	1.369.769	81.129	1970/1980	-0,14	0,09	1980	5,9
1991	1.780.373	88.411	1980/1991	0,76	0,8	1991	5,0
2000	2.078.001	95.701	1991/2000	1,81	1,26	2000	4,6
2010	2.449.024	103.703	2000/2010	1,65	0,8	2000	4,3

Fonte: FIBGE, Censo Demográficos de 1980, 1991, 2000, 2010.

Após a separação entre os territórios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as trocas migratórias entre os dois Estados foram intensas (Monteiro, 1997). Um dos reflexos dessas profundas transformações é a taxa de crescimento, tanto do Mato Grosso do Sul quanto de Corumbá, que vinha crescendo na década anterior a 3,2% e passa a 0,09%, acompanhando o crescimento negativo do Estado. Ainda assim, Corumbá rapidamente se recupera e em 20 anos volta a registrar crescimento mais significativo, ainda que abaixo do Mato Grosso do Sul.

Tabela 12: Evolução da População Urbana, Rural e Grau de Urbanização de Corumbá, 1980-2010

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (%)
1980	81.129	67.561	13.568	83,3
1991	88.411	76.660	11.751	86,7
2000	95.701	86.144	9.557	90,0
2010	103.703	93.452	10.251	90,1

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000.

Embora o crescimento da população do município tenha sido positivo entre 1980 e 2000, a participação relativa no Mato Grosso do Sul diminuiu. A separação entre os Estados propicia intensas trocas migratórias entre os dois espaços, impactando na variação da participação relativa de Corumbá no Mato Grosso do Sul. Isso não significa, no entanto, perda de população de Corumbá especificamente, uma vez que o crescimento da população é positivo para o período. O município, aliás, não teve participação efetiva nessas migrações internas entre os dois Estados (Monteiro, 1997). Esses movimentos eram direcionados especialmente para Campo Grande, a capital do novo Estado, que já em 1940 era a 49ª cidade mais populosa do Brasil (FIBGE, 1940).

A tendência de aumento do grau de urbanização em Corumbá é mantida no período posterior a 1970, atingindo os 90,0% em 2000. O crescimento da concentração de trabalhadores nos setores de serviços e indústrias de transformação acelera o ritmo da urbanização no município. A diminuição da população rural ao longo do período é também reflexo da perda de importância das atividades agropecuárias frente aos demais setores de atividade do município.

Considerações Finais

Buscou-se traçar um panorama geral da evolução da população de Corumbá – MS a fim de relacionar os fatores estruturais observados na construção do contexto histórico-demográfico brasileiro com a configuração do município de Corumbá como um espaço migratório. Através de variáveis chave dos censos demográficos de 1940 a 1970, como peso relativo de estrangeiros – especialmente os bolivianos – taxas de crescimento e grau de urbanização, observou-se que o espaço corumbaense tem especificidades importantes - além da fronteira – que ajudam a explicar a presença boliviana no município até os dias de hoje.

Destaca-se ainda que, dentre essas especificidades, a dinâmica econômica da região é um fator estrutural de extrema importância para a compreensão da presença boliviana no município. A inserção dos migrantes nessa sociedade receptora apresenta importantes diferenciais por sexo, principalmente no que tange à ocupação. O crescimento – tanto relativo quanto absoluto – dos migrantes bolivianos em Corumbá associado à dinâmica da economia já entre os anos de 1940 e 1970 aponta para impactos que podem ter sido causados pela presença desse grupo. É claro que, a princípio, o volume de bolivianos em Corumbá frente à população total não poderia provocar mudanças na dinâmica econômica do

município. A inserção maciça desses migrantes – com diferenciais entre homens e mulheres – em setores específicos de atividades pode provocar impactos maiores do que o esperado se levado em conta apenas o volume de migrantes.

O entendimento dessa migração corresponde ao espaço fronteiriço, onde historicamente esses fluxos se (re)criam, se ampliam e se expandem.

Referências

ARRUDA, G. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista, 1989.

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes – Brasil, 1980-1996**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de Campinas, 1999.

BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. São Paulo: Povigente, Povo Vigente, Povo e Gente. **Textos Nepo**, UNICAMP, v. 15, 1987.

BAENINGER, R. A.; SALES, T. Migrações Internas e Internacionais no Brasil: panorama deste século. **Travessia** (São Paulo), v. XIII, p.33-44, 2000.

BALÁN, J. Migrações e Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, 5 – Julho, Agosto, Setembro, 1973.

BANDUCCI, A. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do Rio Paraguai. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, nº 20. Porto Alegre, 2003.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (org) **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo. FUNAP, 1995.

BRITO, F. **População, Espaço e Economia: Uma Perspectiva Histórica**. Tese de Doutorado em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

CARDOSO, C. e BRIGNOL, H. **História econômica da América Latina: sistemas agrários, história colonial, economias de exportação e desenvolvimento capitalista**. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1983.

CORRÊA, W. B. **A Fronteira Oeste**. Ed. UFMS, Campo Grande, 2005.

CUNHA, J. M. P. Migração no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: Anais do II Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste e Tocantins. **Cadernos de Demografia**, 13. Brasília, SEDUH, 2002

FIBGE. **Censos Demográficos de 1920, 1940, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.**

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1971.

GRAHAM, D. e HOLANDA, S. B. **Migration, regional growth and urban development in Brazil.** Instituto de Pesquisas Econômicas. Universidade de São Paulo, 1971.

GRAHAM D. e MERRICK, T. W. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil.** Biblioteca de Ciências Sociais, Editora Zahar, 1981.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** Edição Comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 1936, 2006.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 1974.

MANETTA, A. **Dinâmica Populacional, urbanização e ambiente na região fronteira de Corumbá.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. **Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais**, v. 2, 1984.

MONTEIRO, M. J. Efeitos Ambientais da Urbanização de Corumbá – MS. **Série Meio Ambiente em Debate**, n. 17. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1997.

MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, **Gender on the move.** Oplanden, 2003.

OLIVEN, R. G. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, vol 2, 1986.

OLIVEIRA, T. **Uma fronteira para o por do sol.** Universidade do Mato Grosso do Sul, 1998.

PERARO, M. A. **A imigração para o Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades.** Universidade Estadual do Mato Grosso, 2000.

SAWYER, D. R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, n. 1/2, 1984.

SILVA, S. **Costurando Sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, 1999.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense; 1973.

SOUCHAUD, S. ;BAENINGER, R. Collas y Cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2., 2008.

SOUCHAUD, S.; FUSCO, W. CARMO, R. L. **Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai**.

VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 34, v. 1, 1972.

A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?

Sylvain Souchaud

Nos últimos dois anos, a existência da imigração paraguaia para São Paulo foi revelada em duas ocasiões. Ao término da campanha de requisitos de regularização dos estrangeiros indocumentados que, a partir da lei de Anistia Migratória de julho de 2009, aconteceu no segundo semestre do ano 2009, mais de 41.000 estrangeiros requisitaram a regularização de sua permanência no país. Como se sabe, o maior contingente foi de estrangeiros bolivianos (17.000). Mas o quarto contingente de estrangeiros foi dos paraguaios (4.100 demandas), próximo em número do segundo maior contingente, o dos chineses (5.100). A grande maioria desses imigrantes moram em São Paulo, na cidade mesma. Os números são pouco importantes, mas sugerem que a imigração paraguaia no Brasil, por um lado, é um dos principais fluxos de imigração atuais e, por outro lado, concentra-se em São Paulo.

A segunda ocasião de evidenciar a presença dos migrantes paraguaios na metrópole paulistana é recente e relacionada ao tratamento jornalístico de questões de segurança pública envolvendo imigrantes paraguaios¹. Segundo informações da polícia militar divulgadas e comentadas pelo jornais², mais de

¹ Agradecemos a Dominique Vidal quem primeiro nos informou sobre esse debate e os primeiros artigos e comentários sobre os eventos.

² “Promotoria apura rixa entre peruanos, bolivianos e paraguaios em SP”, disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/promotoria-apura-rixa-entre-peruanos-bolivianos-e-paraguaios-em-sp.html>>. Acesso em 16/08/2011, 06h23. Atualizado em 16/08/2011, 18h25.

“MP faz força-tarefa contra rixa entre imigrantes”, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,mp-faz-forca-tarefa-contra-rixa-entre-imigrantes,759436,0.htm>>. Acesso em 17/08/2011, 0h00.

setenta ocorrências de agressão (1 homicídio, 34 roubos e 36 lesões corporais) foram registradas no primeiro semestre de 2011 nos bairros centrais de São Paulo, envolvendo imigrantes sul americanos, o que deixaria pensar, segundo os jornais, que existe uma rixa entre imigrantes sul americanos, principalmente entre bolivianos e paraguaios. De acordo com o jornal Globo, as agressões ocorrem principalmente nos bairros centrais do Brás e Pari, na rua Coimbra e na avenida Carlos de Campos, áreas residenciais e comerciais frequentadas, seja de dia, seja à noite, por ambos os grupos. Os depoimentos demonstrariam que os bolivianos são vítimas de agressões de paraguaios³. Os eventos relatados nos artigos aconteceram nas áreas onde as indústrias de confecções e os comércios de roupas estão concentradas; a vítima boliviana era costureiro e, nos artigos, os imigrantes paraguaios em São Paulo são apresentados como trabalhadores do setor, em sua maioria. Dentre as razões da possível rixa, menciona-se, junto com o motivo “racial”, a possibilidade dos paraguaios competirem com os bolivianos um espaço no setor de atividade.

A primeira informação, referente à importância do fluxo de imigração de paraguaios em São Paulo, impactou pouco a opinião pública brasileira e, rapidamente, depois de aparecer a notícia, os paraguaios voltaram (se mantiveram, na verdade) no anonimato. A segunda informação, referente “à rixa” entre bolivianos e paraguaios, é muito recente e, embora seja difícil prever seu impacto na sociedade brasileira em geral e paulistana em particular, é provável que ela mude não somente a percepção da imigração paraguaia, mas também as representações habituais da imigração internacional na sociedade brasileira, representações ainda baseadas nas imigrações históricas dos europeus e asiáticos.

Desde já, observemos que os eventos recentes selecionados e divulgados pelos jornais introduzem elementos de conhecimento sobre a população paraguaia em São Paulo quase inéditos, a partir dos quais organizaremos a discussão deste texto.

Com efeito, a “descoberta” de uma imigração paraguaia na cidade de São Paulo, muito relacionada com a indústria da confecção e localizada nos bairros centrais, modifica a representação comum da imigração paraguaia no Brasil, mas,

³ “PM e consulado querem que filhos de bolivianos virem policiais em SP.”, Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/pm-e-consulado-querem-que-filhos-de-bolivianos-virem-policiais-em-sp.html>>. Acesso em 17/08/2011, 08h48. Atualizado em 17/08/2011, 08h48.

“Rixa entre bolivianos e paraguaios em SP tem motivação racial, diz promotora.”, Disponível em <<http://radio.estadao.com.br/audios/audio.php?idGuidSelect=9704703653B746EB8969B1016B3F47B8>>.

sobretudo, nos permite reconsiderar a perspectiva sobre a organização da imigração boliviana em São Paulo. Numerosos estudos sobre a imigração boliviana em São Paulo foram publicados nos últimos anos. Esses estudos migratórios têm como ponto de entrada o próprio grupo dos imigrantes bolivianos. Essa abordagem, ao focalizar um grupo étnico, traz com ela um risco de viés que é a tendência de, ao identificar as características da organização social de uma população específica (por sua origem geográfica por exemplo), considerar que essas características são específicas. Em consequência, ao isolar o grupo do resto da sociedade, tornamo-lo diferente por essência e, ao mesmo tempo, tendemos a negar a possibilidade que os caracteres supostamente específicos desta população existam em outros grupos, sejam de migrantes ou não.

Concretamente, a partir de observações (justificadas) tais como a concentração residencial dos bolivianos nos bairros centrais de São Paulo, o Bom Retiro, o Brás o Pari, principalmente, e sua concentração no setor de atividade da confecção onde, através de parcerias complexas e antigas com imigrantes coreanos, trabalham em oficinas de pequeno e médio porte, estabeleceu-se gradativamente a idéia de que os bolivianos detêm hoje o monopólio do trabalho nas oficinas de costura de médio e pequeno porte e vivem em bairros onde seriam os únicos imigrantes, ou seja, teriam formado espaços residenciais mono-étnicos (além dos brasileiros) e nicho econômicos fechados.

Veremos primeiro como o nicho de atividade econômica para os imigrantes que se formou em certo segmento da indústria da confecção não é um nicho “dos bolivianos” e sim um nicho para imigrantes de várias origens. Depois, ainda com a proposta de não isolar a experiência urbana da imigração boliviana em São Paulo, tentaremos evidenciar caracteres comuns à imigração paraguaia e boliviana em São Paulo pela observação de suas trajetórias migratórias e profissionais, com a finalidade de relativizar as interpretações culturais sobre a presença dos migrantes bolivianos na cidade de São Paulo.

Este trabalho baseia-se em observações e entrevistas em profundidade com migrantes bolivianos e paraguaios, realizadas em 2009 e 2010, principalmente nos bairros centrais de São Paulo: Bom Retiro, Brás, Pari, Belém. Foram completadas por observações e entrevistas pontuais em Guarulhos e nos bairros Leste e Norte de São Paulo e entrevistas com atores institucionais (na Pastoral do migrante, no Sindicato da costureiras de São Paulo e Osasco, no Ministério do trabalho, na Associação brasileira da indústria têxtil e de confecção (ABIT)). Agradecemos ao Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e à Agence Nationale pour la

Recherche (ANR) o apoio a esta pesquisa. Entre as numerosas pessoas que nos ajudaram e apoiaram no trabalho de campo, agradecemos em particular ao padre Osvaldo, da paróquia Nossa Sra. Auxiliadora, no Bom Retiro.

As transformações da indústria do vestuário

Para entender a formação e organização de um nicho na confecção, é preciso considerar a estrutura do emprego nesse setor, sua evolução e composição, por que, afinal, o nascimento de um nicho econômico para os migrantes decorre de uma ruptura na estrutura do emprego e no modelo de recrutamento anteriores (R. Waldinger 1994, p.27). Evoluções na economia e na sociedade brasileira, particularmente acentuadas no Estado de São Paulo e em sua maior região metropolitana (a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP), explicam as importantes mudanças que ocorrem na estrutura do emprego nas últimas décadas. A principal delas é provavelmente a passagem de uma economia predominantemente industrial a predominantemente de serviços devido, tanto à modernização do setor industrial que implicou o aumento da produtividade do trabalho e a redução relativa da mão-de-obra, quanto ao desenvolvimento acelerado das atividades de serviços. Entre 1977 e 1999, na RMSP, a concentração da população economicamente ativa (PEA) na indústria de transformação passou de 38% a 19%, enquanto passava de 37% a 51% nos serviços (com exceção dos “serviços pessoais”) (Meyer, Grostein, Biderman 2004, p.112). Outra fonte (a Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade-Dieese, Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED) aponta, para o município de São Paulo, que a concentração do emprego na indústria de transformação, passou, entre 1985 e 2009, de 29,8% a 15,3% do total. No mesmo período, os serviços (descontando a categoria dos “serviços domésticos”) passaram a ocupar de 44,0% a 58,1% dos ocupados do setor formal.

A intensa pressão no setor industrial, setor que teve que reduzir seus custos de produção para poder competir com os produtos estrangeiros, principalmente asiáticos, implicou diferentes modalidades de transformação, às vezes combinadas, que foram aplicadas distintamente entre os sub-setores industriais. No caso da confecção paulistana⁴, enquanto unidades de produção desapareceram, as que se

⁴ Para uma análise das evoluções do setor nas últimas décadas pode-se ler o excelente trabalho de Branislav Kontic (2007).

mantiveram ou, até, foram aparecendo, tiveram que passar por uma ou várias das seguintes modalidades de adaptação, muitas vezes combinadas: a deslocalização, a modernização, a reestruturação.

Um número importante de unidades de produção foram deslocalizadas para diminuir seus custos de produção, sejam custos salariais, tributários⁵ ou fundiários. Uma parte importante da produção nacional foi transferida nos Estados do Nordeste, principalmente no agreste pernambucano, onde os custos salariais são menores, quando, em situações de trabalho informal e doméstico, não se aplica o salário mínimo. Outras vezes, as deslocalizações não são tão distantes, as empresas se mudam para o interior do Estado de São Paulo, no município de Americana, por exemplo, ou na periferia da Grande São Paulo. Essas deslocalizações próximas buscam, ao mesmo tempo, reduções dos preços do solo e dos aluguéis no entorno econômico e territorial propício de São Paulo, e a proximidade com o mercado.

A modernização do setor inclui toda mudança visando ganhos de produtividade, melhoras qualitativas e inovações; é obtida com investimentos na robotização e informatização, bastante importantes na parte do corte, por exemplo.

Com o termo de reestruturação referimo-nos principalmente à aparição ou, pelo menos, à difusão e consolidação das oficinas de costura de pequeno e médio porte, subcontratadas, muitas vezes clandestinas e envolvendo, em cada nível de sua organização, populações de imigrantes internacionais, desde os ajudantes até os donos (Silva 2008). Elas conseguiram um espaço crescente na cadeia produtiva por sua flexibilidade que lhes permite captar e atender os prazos curtos de uma demanda organizada em ciclos curtos. Para isso, os efetivos e horários dos trabalhadores variam em função da demanda. Essas estruturas, por serem conhecidas principalmente pelas situações extremas constatadas e condenadas pelo Ministério do trabalho, e divulgadas nos jornais, sofrem de uma imagem extremamente negativa, em parte justificada, mas que precisa ser corrigida com objetividade. São às vezes designadas pelo termo “*sweatshop*”⁶, palavra pejorativa, por sua referência implícita ao contexto socio-histórico do final do século XIX quando, nas cidades industriais da Europa e dos Estados Unidos, as condições

⁵ A carga tributária varia entre os Estados da União.

⁶ Segundo o Oxford american dictionaries «a factory or workshop, esp. in the clothing industry, where manual workers are employed at very low wages for long hours and under poor conditions».

de trabalho e moradia nas oficinas eram extremamente duras. E, de certa forma, as observações da historiadora Nancy Green, a partir dos casos de Nova York e Paris, aplicam-se à representação atual e comum das oficinas de estrangeiros na capital paulista: “a imagem do *sweatshop*, muitas vezes, simbolizou o pior do desemprego sazonal, da subcontratação e do trabalho em domicílio”... “Ontem como hoje, o termo de *sweatshop* tocou no registro emocional, sugerindo espaços exíguos, horários de trabalho intermináveis, salários de miséria, crianças, mulheres, imigrantes trabalhando, capatazes desumanos, uma higiene deplorável” (Green 1998, p.216).

Portanto, as oficinas de costura não podem ser consideradas unicamente como lugares de exploração da mão-de-obra imigrante, também são lugares de inserção e ascensão social para numerosos estrangeiros, por que a informalidade e flexibilidade da organização das oficinas também facilitam a integração no mercado de trabalho (primeiro trabalho obtido pelo apoio dos membros do grupo familiar ou étnico), a capacitação profissional (grande parte chegam como ajudante, sem conhecimentos na costura), a realização de um projeto migratório (seja no próprio lugar: tornar-se dono de oficina; seja no país de origem: compra de um lote ou casa), para quem, frequentemente indocumentado, sem conhecimento do mercado de trabalho e com um domínio fraco da língua e dos usos da sociedade do país de destino, teria poucas chances de ficar na cidade de São Paulo.

Completando o dispositivo produtivo, ao lado das oficinas subcontratadas, vemos aparecer oficinas familiares posicionadas no centro de uma organização empresarial familiar que concentra todas as etapas da cadeia produtiva. Com efeito, cada vez mais famílias de imigrantes, formadas por um casal, com seus filhos ou com a ajuda de um ou dois conterrâneos, desenham modelos de roupa feminina e confeccionam, primeiro a prova piloto, logo os modelos finais que, por exemplo, serão vendidos na feira da madrugada do Brás-Parí.

Um nicho econômico na confecção, para os migrantes internos

Os dois tipos de reestruturação das unidades de produção foram desenvolvidos por migrantes internacionais, até formar um nicho para várias gerações de diversos países. Mas, antes de descrever o processo de integração e substituição de distintos grupos de migrantes no dispositivo, é preciso explicar como uma mudança cultural, na própria sociedade brasileira, teve um impacto forte na formação do próprio nicho.

Desde os anos 1950, a produção de roupas depende quase exclusivamente da mão-de-obra nacional, principalmente feminina e nativa de outros Estados (de Estados do Nordeste, do Minas Gerais e Paraná, principalmente). Hoje ainda, essa característica se mantém embora aumente a participação dos estrangeiros. Os dados do censo demográfico de 2000 (Ibge 2003)⁷, considerando as categorias de ocupação nos sub-setores seguintes: “a confecção de artigos do vestuário e acessórios - exceto sob medida”, “a confecção sob medida de artigos do vestuário e acessórios” e “a confecção de artigos do vestuário e acessórios sob medida ou não”, estabelecem uma população ocupada total de 176.482 pessoas na RMSP em 2000. Dessa população, somente 3,2% são migrantes internacionais e em grande maioria bolivianos, coreanos e paraguaios. Considerando que a população estrangeira de 5.668 ocupados nas áreas mencionadas é subestimada, e avaliando que poderia ser em torno de 40.000 a 50.000, a população nativa representaria ainda a principal fonte da mão-de-obra para a confecção paulistana. Os migrantes nascidos no Nordeste representam 33,8% (59.728) do total dos ocupados, sendo a Bahia e o Pernambuco os dois principais Estados de nascimento, com respectivamente 11,3% (20.007) e 7,5% (13.298) da população total (Ibge 2003). Enquanto a mão-de-obra é predominantemente feminina quando nascida no Nordeste (86,0%), nas populações bolivianas, coreanas e paraguaias, ela representa, respectivamente, 34,5%, 50,9 e 39,9% da população.

Mas, a costura está deixando de ser um dos empregos privilegiados na população jovem e feminina da classe popular, a qual vem preferindo o setor dos serviços. A dificuldade de achar uma mão-de-obra brasileira nesse setor foi mencionada em várias ocasiões durante as entrevistas, com donos de oficinas de costura e no sindicato das costureiras. Para começar a verificar essa hipótese, comparamos, no censo 2000, a idade média por lugar de nascimento da população de referência (176.482 pessoas, ver a definição acima) com a população ativa ocupada total; supondo que a identificação de uma idade mediana superior num determinado setor de atividade em comparação com a população ocupada total poderia comprovar o declínio da atratividade do próprio setor entre as populações mais jovens. Com efeito, comparando os ativos ocupados do setor da confecção nascidos no Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Coréias com os ativos ocupados total nascidos na mesmas UF ou país, observamos uma idade mediana de 2 a 6

⁷ No momento da redação do texto, os microdados do censo demográfico 2010 não tinham sido disponibilizados.

anos superior entre os ocupados da confecção. Pelo contrário, a idade mediana dos nascidos na Bolívia e Paraguai é inferior de 4 a 8 anos. Então, a confecção atrairia pouco os jovens migrantes internos e os migrantes das Coreias, enquanto seria um setor atrativo entre os migrantes da Bolívia e do Paraguai.

Do ponto de vista dos migrantes internos, vários elementos se combinam para explicar essa substituição: a procura/reivindicação, nos setores populares, por salários mais altos e melhor redistribuição da renda⁸; níveis de qualificação educacional mais elevados que possibilitam buscar empregos diversificados; vontade de emancipação que, de certa forma, passa por uma negação da profissão de costureira e do trabalho tanto industrial quanto em domicílio, por representar formas de inserção social julgadas arcaicas e dominantes na geração de suas mães.

A depreciação do trabalho de costureira dentre as populações migrantes internas, e a própria diminuição da migração interna, contribuíram para abrir uma brecha no sistema produtivo da confecção, onde os imigrantes entraram, acrescentando à oportunidade de emprego a mudança organizacional no sistema produtivo. De tal forma que o aumento e consolidação da presença dos imigrantes internacionais na confecção em São Paulo é a consequência, ao mesmo tempo de uma chamada de mão-de-obra e de uma reestruturação produtiva, baseada nas oficinas subcontratadas de porte médio e pequeno e nas micro-empresas familiares informais de desenho-confecção-venda; evolução do modelo produtivo que, julgamos, foi organizada pelos próprios imigrantes (Souchaud 2011). As duas modalidades vêm ganhando peso no sistema da indústria do vestuário, ao lado, primeiro, das tradicionais e grandes unidades de produção, disseminadas em todos os espaços da sistema urbano polarizado pela capital, São Paulo, seja nos bairros centrais e periféricos das zonas norte e leste da capital, nos municípios periféricos da região metropolitana e nos municípios do interior do Estado e, segundo, do trabalho a domicílio, executado nos bairros periféricos da RMSP (Leite 2004). Nas duas últimas modalidades encontra-se uma mão-de-obra nacional feminina, com forte representação numérica das populações originárias dos Estados do Nordeste; nas duas primeiras modalidades, uma população estrangeira e masculina.

Ainda é difícil avaliar com relativa exatidão o número de imigrantes latino-americanos que trabalham na confecção, sendo que a grande maioria são informalmente ocupados. No entanto, podemos supor que o número de empregos

⁸ A evolução, já em curso (Saboia 2009), suscita novas demandas e exigências.

na confecção em São Paulo não tenha diminuído de forma drástica, dado que, se fosse confirmado, colocaria o setor numa situação de exceção no conjunto das atividades industriais em São Paulo, as quais sofreram importantes reduções de suas atividades e efetivos de mão-de-obra. Sem embargo, a organização econômica e sociologia dos ocupados do setor na metrópole evoluíram com a participação crescente dos estrangeiros e recuo progressivo da mão-de-obra nacional.

A existência do nicho econômico, por suas características atuais, aponta para uma transição importante do modelo migratório brasileiro, já que a “massificação” de uma imigração estrangeira, originária de países do Sul, com baixos níveis de qualificação educacional e que vem substituindo (ainda que de forma inicial) a mão-de-obra nacional é uma situação inédita na sociedade brasileira. Até hoje, setores de atividades tradicionais para a inserção da migração de mão-de-obra: o emprego doméstico, a construção civil, a confecção, eram ocupados por migrantes internos. A substituição (mesmo que parcial) em curso faria com que a situação migratória do Brasil parecesse à situação migratória de países como Argentina e Espanha, por exemplo, onde uma importante migração de latino-americanos, e em específico de bolivianos e paraguaios, se insere nos setores de atividade mencionados acima. Evolução que significaria ao mesmo tempo uma transição e uma normalização do padrão de imigração brasileiro.

A participação de diversas ondas migratórias de vários países

A formação de um nicho na indústria do vestuário para os imigrantes internacionais, com as características que descrevemos, tem sua origem nos anos 1970, e foi iniciada pelos coreanos. Ela realiza-se em dois tempos distintos. Num primeiro momento, segundo B. Kontic (2007, p.46-47), os coreanos que chegam nos anos 1970 organizam-se para concorrer com os produtores nordestinos de São Paulo, nas linhas de roupas de carregação acumulando a produção e a venda no atacado. Para isso, apostam na redução dos custos de produção, desenvolvendo o “*sweating labour*”, baseado no trabalho pouco remunerado de familiares e conterrâneos e em longas jornadas de trabalho.

Numa segunda fase de desenvolvimento, lançada a partir dos anos 1980, os coreanos modernizam a produção, lançam artigos de vestuário de melhor qualidade, artigos de modinha e organizam-se para garantir respostas rápidas e adaptadas às variações da demanda. Para isso, usam uma matéria prima têxtil produzida na Coreia do Sul, onde as competências tecnológicas e os circuitos de

exportação se desenvolvem com rapidez. Ela é importada e distribuída por atores coreanos em São Paulo, muitas vezes já envolvidos na confecção de vestuário de melhor qualidade. Segundo Buechler (2004), “em 1989, 90% dos imigrantes coreanos em São Paulo se envolvem, direta ou indiretamente, no indústria [da confecção]” (p.107)⁹.

O crescimento da atividade traz a necessidade de ampliar os circuitos de contratação da mão de obra. Aos poucos então, os migrantes bolivianos são contratados para trabalhar nas oficinas de coreanos. Buechler (2004) menciona (p.102) a contratação de imigrantes paraguaios, mas enquanto desenvolve uma ampla descrição e análise da presença boliviana no setor da confecção em São Paulo, nenhuma outra referência à presença paraguaia aparece no texto.

Hoje em dia, bolivianos e paraguaios são os principais trabalhadores nas oficinas de costura. Os coreanos mantêm e consolidam sua presença na área mas, afastam-se gradativamente do segmento produtivo. Primeiro, abandonaram o trabalho direto nas oficinas, seja como ajudante, costureiro ou piloteiro. Segundo, estão deixando de controlar diretamente a produção, entregando a gestão e até a propriedade das oficinas aos bolivianos e paraguaios. Podemos ver duas explicações nessa evolução.

Aconteceu, primeiro porque os coreanos quiseram se especializar no desenho e na distribuição, criando suas próprias linhas e marcas concebidas e vendidas nas suas lojas de atacado do Bom Retiro e do Brás. Essas lojas, por serem localizadas no coração da principal área de comercialização de roupas de prêt-à-porter do Brasil, pelas funções que ela tem: proximidade com o lugar de produção da linha, venda no atacado, promoção da marca através de uma decoração original e vistosa, são na realidade verdadeiros showrooms.

Segundo, vimos que desde sua origem a oficina de costura baseia uma parte de sua eficácia econômica na informalidade que lhe procure flexibilidade e ganhos de produtividade, mas, por outro lado, a informalidade das oficinas, e diversas pressões decorrentes dessa informalidade que pesam nos donos de oficinas, aceleraram o progressivo abandono da parte produtiva pelos coreanos a benefícios de migrantes bolivianos e paraguaios. Vemos duas explicações principais à substituição. Para um costureiro, é relativamente fácil, ou seja, rápido e barato, abrir uma oficina clandestina: basta instalar no mínimo uma ou duas

⁹ Em 1991, 7500 imigrantes nascidos na Coreia declararam sua residência na Região Metropolitana de São Paulo (Censo demográfico 1991, IBGE).

máquinas de segunda-mão em um canto de um apartamento e começar a trabalhar com a ajuda de um parente ou colega. É pouco arriscado economicamente também, pois fechá-la implica somente revender as máquinas. A medida que a oficina cresce, são contratados costureiros, geralmente sem carteira assinada, na base de “contratos” cujo tempo varia em função das comandas de trabalho. Os costureiros são pagos “por peça” e seus horários também serão definidos pela urgência das comandas e, de certa forma, pela expectativa de rendimento salarial do próprio costureiro. Ora, por um lado, sabemos que a disposição dos migrantes, principalmente os mais recentes e os que projetam ficar pouco, para se submeter a um trabalho intenso, é relativamente alta, em função de um objetivo prioritário e muito comum entre os migrantes de acumulação de um pecúlio em um tempo limitado. Por outro lado, numa profissão onde as remunerações (mesmo quando por peça) nunca são muito altas, adotar um sistema de trabalho pago por peça garante, do ponto de vista do dono da oficina, uma produtividade máxima, e um lucro otimizado, sempre que esse souber fixar bem o valor do trabalho por peça. Ele não pode ser, nem muito alto, para que os migrantes trabalhem longas jornadas para alcançar sua expectativa de rendimento salarial e diminuam proporcionalmente os custos fixos da oficina; nem muito baixos, para evitar tensões e abandonos que comprometeriam a finalização da comanda. Porque não podemos esquecer que, em função duma escassez quase estrutural da mão-de-obra, e por trabalharem sem vínculo empregatício formal, os trabalhadores podem, em qualquer momento, deixar uma oficina para outra. Essa mobilidade pesa como uma ameaça nos donos de oficinas que, de certa forma, competem para captar e conservar a mão-de-obra. Esse elemento foi mencionado em várias momentos da pesquisa e, em certas ocasiões, pode ter contribuído para limitar o crescimento de oficinas:

«muchos problemas, hay mucha envidia, mucha envidia. Entonces, yo prefiero trabajar tranquila en familia que tener problemas con los demás. Porque vos traes servicio teniendo muchas personas, tenés que tener mucho servicio. Vos tenés servicio y un día te dicen « bueno eso no quiero hacer » y se van a trabajar en otra parte y te dejan todo el servicio. Y vos tenés que hacer todo. Mucha irresponsabilidad. Porque hay mucha oficina de costura. Mucha oferta, entonces no conviene tener mucha gente ahora». (Dona XX, paraguaia, proprietária de uma oficina que cria suas próprias linhas em Guarulhos, entrevistada em 27 de agosto de 2010).

Por conseguinte, os salários de uma jornada de trabalho nem sempre são miseráveis, e os casos de mão-de-obra cativa acontecem geralmente com os migrantes recém-chegados que ainda não perceberam as regras e possibilidades do mercado.

Além das dificuldades de administrar os recursos humanos, inclusive quando a oficina não é registrada e não trabalha com carteiras assinadas, a informalidade traz outro risco crescente: o da fiscalização. Desde dos anos 1990, mas de forma mais intensa nos últimos anos, o Ministério do Trabalho conduz campanhas de “proteção ao trabalhador, com o objetivo de combater à informalidade no mercado de trabalho para garantir a observância da legislação trabalhista” que levam à condenação muitas oficinas¹⁰ em situações de irregularidades. Frente a essa evolução e riscos crescentes que pesam nas oficinas, e sem tentar responder à verdadeira questão que se coloca: se as oficinas guardariam sua eficácia e se manteriam competitivas se fossem regularizadas, os coreanos foram abandonando a gestão das oficinas para passá-las a bolivianos e paraguaios.

As conexões das trajetórias migratórias e profissionais dos bolivianos e paraguaios com as trajetórias dos coreanos

As opções que os coreanos assumiram em suas trajetórias profissionais, no rubro da confecção, foram provavelmente determinantes na inserção crescente dos bolivianos e paraguaios na produção de vestuário.

Os imigrantes coreanos intervêm de três formas na inserção dos paraguaios e bolivianos em São Paulo. Como donos de oficinas, os coreanos empregaram e ainda empregam imigrantes sul-americanos em todos os postos de trabalho, na costura ou atividades associadas dentro de uma oficina, como cozinheiro(a)¹¹ ou ajudante. Por outro lado, os coreanos são os principais clientes das oficinas, pois, como vimos, foram aos poucos abandonando a produção para concentrarem-se na criação e comercialização, subcontratando, por conseguinte, oficinas onde os donos e a mão-de-obra são sul-americanos. Por fim, assumiram um papel importante nas trajetórias empreendedoristas dos imigrantes sul-americanos, permitindo a muitos paraguaios e bolivianos que montem uma oficina, facilitando-

¹⁰ As decisões de justiça são geralmente muito severas.

¹¹ As oficinas costumam ter um espaço para cozinhar por que geralmente servem várias refeições por dia aos empregados. O cozinheiro, então, faz as compras, prepara as comidas e organiza as refeições.

lhes o acesso a um local, ao crédito, às máquinas e equipamentos em condições vantajosas.

Temos que acrescentar, mas é outro assunto a ser desenvolvido em outra ocasião, que os coreanos também influenciam as trajetórias residenciais dos paraguaios e bolivianos em São Paulo por que costumam oferecer a hospedagem aos empregados de uma oficina, no geral, na residência mesma da oficina ou em outra residência próxima (Souchaud, 2011).

No imaginário paulistano da imigração de bolivianos e até de paraguaios, existe a idéia de que os coreanos mesmos trouxeram, ou mandaram trazer, diretamente os imigrantes da Bolívia e do Paraguai. Durante as entrevistas, não pude verificar a existência de tais circuitos formalizados de recrutamento direto nos países de origem, controlados por coreanos. Essa idéia pode ter se formado a partir da interpretação dos conhecimentos sobre a história da imigração coreana no Brasil (Choi, 1991), a qual conheceu várias fases. Depois de uma fase de imigração significativa que começou em 1962, o fluxo reduziu-se de forma importante a partir de 1974, quando o governo militar brasileiro decidiu bloquear a imigração coreana (Buechler, 2004). Uma das supostas estratégias dos coreanos para entrar de forma ilegal no Brasil foi transitar por países vizinhos mais permissivos, enquanto às suas leis migratórias: Bolívia e Paraguai. De lá, e depois de um tempo de residência, os coreanos entrariam no território brasileiro para se instalarem em São Paulo. Portanto, formou-se a idéia de que nesses períodos de trânsito no Paraguai e Bolívia, os coreanos teriam criado as condições de montar circuitos de recrutamento de mão-de-obra que eles atuariam uma vez em São Paulo. Como disse, não pude verificar essa hipótese. O que sim é possível constatar, é que uma importante população coreana fixou-se no Paraguai, e em particular em Assunção, onde desenvolveram o setor da confecção; e vários entrevistados paraguaios em São Paulo tinham tido uma experiência em Assunção, na confecção, alguns com donos coreanos, mas sem que esses últimos tenham sido intermediários na sua emigração a São Paulo. Mencionar esse fato é duplamente importante: primeiro, permite mostrar que existe uma imigração coreana em Assunção, especializada na confecção. Ela é consolidada, e autônoma¹² e não transitória (rumo ao Brasil), mesmo se as duas podem ser conectadas (por laços familiares, de amizades).

¹² Em 2000, 7030 nascidos nas Coréias foram recenseados no município de São Paulo (Ibge 2003). Em 2002, 1997 coreanos forma recenseados em Assunção do Paraguai (Dirección General De Estadísticas Encuestas Y Censos 2005).

Segundo porque permite duvidar da idéia que existiriam¹³, dirigidos por coreanos, circuitos estruturados de recrutamento de mão-de-obra entre o Brasil e Paraguai e Bolívia, circuitos que, muitas vezes, são percebidos como de exploração humana. Pelo contrário, as entrevistas mostraram que os coreanos foram, em muitos casos, promotores da ascensão social de imigrantes sul-americanos no ramo da confecção. Não temos elementos suficientes para posicionarmos-nos sobre a questão da exploração da mão-de-obra, mas é importante lembrar que as condições de trabalho variam muito num contexto migratório.

Como consequência e para terminar sobre as trajetórias profissionais de diversos grupos de migrantes na confecção em São Paulo, observa-se hoje a diversidade dos estatutos no setor. Os dados do censo demográfico 2000 dão umas informações importantes, apesar das limitações que conhecemos quanto à antiguidade dos dados e subestimação das populações nascidas no estrangeiro. Pois o censo 2000 distingue vários estatutos no trabalho, entre os quais distinguem-se principalmente o “trabalhador doméstico” (com ou sem carteira de trabalho assinada), o “empregado” (com ou sem carteira de trabalho assinada), o “empregador”, o trabalhador por “conta-própria” e o “trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio”. Primeiro, cabe constatar que não existem trabalhadores domésticos no setor que nos interessa. Segundo, 62,3% da população total é registrada como empregada, mas dentre os imigrantes internacionais, a proporção é muito inferior: 47,0%, 42,1% e 13,5% se considerarmos os paraguaios, bolivianos e coreanos, respectivamente. E é interessante observar que 53,0% dos paraguaios e 51,5% dos bolivianos trabalham por conta própria¹⁴, proporção superior à da população total (35,9%) e muito superior ao que se observa na população coreana, onde somente 27,1% são trabalhadores por conta-própria. A população coreana distingue-se nitidamente por sua alta proporção de empregadores¹⁵, 55,0% do total e pela baixa proporção de empregados (13,5%). Na população total, somente 3,9% são empregadores, valor quase igual entre os bolivianos (4,0%), mas nulo entre os paraguaios. Como explicar esse forte empreendedorismo entre os coreanos? Entre as várias análises possíveis,

¹³ Pelos menos de seu aspecto imprescindível para a existência da atividade.

¹⁴ Segundo a documentação do censo demográfico 2000: “considera-se como conta-própria a pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, mas que podia contar com ajuda de trabalhador não-remunerado”.

¹⁵ Considera-se como empregador a “pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, com, pelo menos, um empregado” (ibidem).

a de R. Waldinger (1991, p.234) nos parece interessante, baseada “no papel das oportunidades”. A partir de suas observações feitas nos Estados-Unidos, insiste primeiro na idéia de que observam-se níveis que qualificação mais altos entre os coreanos do que em outros grupos que atuam no rubro. Por outro lado, os coreanos “diferenciam-se de outros grupos pelo grau de implicação e pela intensidade do trabalho realizado”... mas, “a motivação dos coreanos não decorre de uma ética empreendedora, e sim de sua vontade de se instalar de maneira permanente nos Estados-Unidos e suas dificuldades de acesso aos empregos tradicionalmente ocupados pelos imigrantes”.¹⁶ Afinal, o perfil distinto de inserção dos coreanos no setor se deve, não a critérios étnicos e culturais, e sim a elementos tais como o nível de formação escolar, certas dificuldades específicas enfrentadas pelos membros do grupo que lhes conduzem a elaborar estratégias diferenciadas, e a dimensão temporal do projeto migratório. Podemos supor também que o tempo de cada grupo no setor influencia os estatutos, no sentido de se desenvolver o empreendedorismo com o passar do tempo. Por conseguinte, como os bolivianos e paraguaios consolidaram suas posições no setor da confecção, podemos pensar que poderia ter aumentado o número de empregadores; evolução que deverá ser possível observar no censo demográfico 2010. Mencionemos também que os coreanos se distinguem pela alta proporção de trabalhadores “não remunerados em ajuda a membro do domicílio” (4,4%), sinal da importância no decorrer da migração de certas relações hierárquicas e geracionais.

Os dados apresentados mostram diferenças entre a população migrante internacional e a população nascida no Brasil, mas, sobretudo, mostram grandes semelhanças entre paraguaios e bolivianos.

Conclusão

O setor das confecções em São Paulo evoluiu, tornando-se um espaço de atividade privilegiado para os imigrantes internacionais, onde os bolivianos acumulam a maior visibilidade. A transição realiza-se de maneira progressiva, e a mão-de-obra brasileira, embora tenha reduzido sua participação, ainda se mantém no centro do dispositivo industrial. As razões de uma relativa substituição são de dois tipos. Por um lado, existem motivos culturais e sociodemográficos, já que o aumento do nível médio da formação escolar e do nível de vida entre os

¹⁶ Tradução do autor.

setores populares da sociedade, num contexto de transição para uma economia pós-industrial, acompanha-se por novas expectativas de trajetórias profissionais, às quais as ocupações nas indústrias das confecções não correspondem mais. Por outro lado, mudanças econômicas importantes influenciaram a participação crescente dos migrantes no setor, até formar-se um nicho. Pois os migrantes internacionais, em resposta às dificuldades que o setor enfrentava, desenvolveram um tipo de estrutura mais flexível.

Mas a oficina de costura dos migrantes internacionais, provavelmente sistematizado pelos migrantes coreanos, surgiu não somente como resultado de um processo de adaptação a evoluções macro-econômicas, foi pensada também para melhorar sua competitividade frente aos outros atores tradicionais do setor.

Hoje, o nicho econômico dos imigrantes internacionais articula-se ao dispositivo específico da oficina, modelo de organização social e espacial da produção de vestuário. A proposta neste texto não era de descrever em detalhes, nem observar as evoluções, em particular nas suas modalidades espaciais, da oficina, mas é importante mencionar que o dispositivo das oficinas dos migrantes internacionais estende-se hoje para fora dos bairros centrais, onde se desenvolveu, para além da marginal Tietê, nos bairros da zona norte, para a periferia leste do município de São Paulo (no distrito de Lajeado, por exemplo) e, provavelmente, em municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Sua organização social e suas funções econômicas também evoluem, as oficinas podem ser unidades subcontratadas ou lugares de criação de linhas de roupas onde os donos/empreendedores são também, às vezes, comerciantes, pois vendem a sua produção em suas próprias lojas vizinhas à oficina ou, como é frequente, nas feiras. Nos aspectos sociais, o mundo da oficina também mudou e multiplicam-se as oficinas registradas e o trabalho registrado. As jornadas de trabalho diminuem e as condições de trabalho melhoram em comparação com períodos anteriores; a exploração da mão-de-obra, seja de maneira consentida ou forçada, tende, portanto, a diminuir, em grande parte, em consequência da ação do Ministério do trabalho.

Enquanto ao aspecto migratório, constatamos que é contestável considerar que existe uma especificidade étnica no setor. As observações sobre a participação, no passado e no presente, de várias ondas migratórias, oriundas da Bolívia, Coréias e Paraguai na atividade acabam com a idéia atual da oficina como uma hipotética enclave étnica, baseada em especificidades bolivianas ou andinas. Vimos que os paraguaios inserem-se na atividade segundo modalidades muito semelhantes aos bolivianos. Como os bolivianos, os paraguaios trabalham na confecção há

várias décadas, estão localizados nos mesmos lugares da cidade, diversificaram e tornaram autônomas suas atividades com o passar do tempo. Além disso, construíram as mesmas relações de complementaridades e solidariedades com os migrantes coreanos do setor, as quais permitiram, tanto a bolivianos como a paraguaios que se tornassem empresários no setor. É importante insistir nos fatos que, por um lado, essas associações entre grupos de migrantes são importantes, mas não compulsórias; por outro lado, não se baseiam necessariamente (pelo contrário, talvez) na exploração sistemática do estrangeiro ao grupo de origem, pois mostramos como, na base de relações de trabalho duradouras, instaura-se a confiança entre os coreanos e os bolivianos e paraguaios.

O nicho econômico para os migrantes sul-americanos na indústria das confecções também indica uma transição importante no modelo migratório brasileiro para o estatuto de país de imigração, a partir do qual, torna-se possível imaginar, num futuro próximo, a presença de migrantes sul-americanos e a formação de outros nichos em setores de atividade tradicionais dos migrantes internacionais em países de imigração, como o trabalho doméstico e a construção civil.

Referências

- Buechler, Simone (2004) *Sweating It in the Brazilian Garment Industry: Korean and Bolivian Immigrants and Global Economic Forces in Sao Paulo*, *Latin American Perspectives*, 31 (3), p.99-119.
- Choi, Keum Joa (1991) *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. São Paulo, Dissertação de mestrado - USP.
- Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos (2005) **Censo 2002. Resultados definitivos**, Asunción, DGEEC / www.dgeec.gov.py.
- Green, Nancy L. (1998) *Du Sentier à la 7e avenue. La confection et les immigrés, Paris-New York 1880-1980*, Paris, Seuil, 461p.
- IBGE (2003) **Censo demográfico 2000**, Rio de Janeiro, FIBGE.
- Kontic, Branislav (2007) **Inovação e redes sociais: A indústria da moda em São Paulo**, doutorado, departamento de sociologia, USP, São Paulo, 157p.
- Leite, Marcia de Paula (2004) *Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo*, *Trabalho, Educação e Saúde*, 2 (1), Rio de Janeiro, p.239-275.

Meyer, Regina Maria Prosperi ; Grostein, Marta Dora ; Biderman, Ciro (2004) **São Paulo Metrópole**, São Paulo, Edusp, 290 p.

Saboia, João (2009) Salaire minimum et distribution de revenu au Brésil sur la période 1995-2005. Evolution et résultats de simulations, **Revue Tiers Monde** (199), Paris, p.567-589.

Silva, Carlos Freire da (2008) **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo** dissertação de mestrado, departamento de sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 141 p.

Souchaud, Sylvain (2011) Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas no bairros centrais de São Paulo. in Sarah Feldman, Ana Lúcia Duarte Lanna, Maria Cristina da Silva Leme, Maria Ruth Amaral de Sampaio Eds., **São Paulo: os estrangeiros e a construção da Cidade**, São Paulo.

Waldinger, Roger (1991) Le développement des entreprises ethniques à New York in G. Abou Sada, B. Courault, Z. Zeroulou Eds., **L'immigration au tournant**, Paris, L'Harmattan, p.227-236.

Waldinger, Roger (1994) The Making of an Immigrant Niche, **International Migration Review**, 28 (1), New York, p.3-30.

Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo

Dominique Vidal

Em poucos anos, a imigração boliviana para a região metropolitana de São Paulo se constituiu em uma área de estudos em via de consolidação. A demografia e a geografia produziram pesquisas documentadas sobre esta nova onda migratória (Rolnik, 2010; Souchaud, 2010). A concentração dos migrantes bolivianos recém-chegados no setor das confecções suscitou uma literatura importante (Silva, 1997 ; Buechler, 2004; Freire, 2008, 2009; Tavares, 2009). A análise da inscrição espacial dos bolivianos em São Paulo mostrou que não correspondia com os padrões mais frequentes de agrupamento das minorias étnicas nas cidades do mundo contemporâneo, ou seja não possuía as características do guetto estadunidense, da *ethnic enclave* e da *banlieue* française (Cymbalista, Rolnik, 2007). A etnologia das festas bolivianas salientou aspectos de uma sociabilidade que expressa uma religiosidade popular e processos identitários dinâmicos em situação migratória (Silva, 2003). Outros estudos tomaram como foco a interação dos migrantes bolivianos com a sociedade civil e as instituições (Calza, 2007; Camillo da Silva, 2009). Também foi enfatizado a importância de pensar as migrações bolivianos dentro de uma comparação entre migrações internas e migrações internacionais (Souchaud, Baeninger, 2009).

No entanto, o estudo das relações entre migrantes bolivianos e brasileiros despertou pouca atenção até hoje. Ora, trata-se aqui de uma perspectiva de análise que está no bojo dos estudos migratórios, particularmente da sociologia da imigração (Brettell, Hollified, 2000; Rea, Tripier, 2003; Menjívar, 2010). Neste texto, propõe-se a examinar várias dimensões do pano de fundo e das lógicas das relações sociais entre os migrantes bolivianos e os demais moradores dos bairros

centrais da cidade de São Paulo¹. Numa primeira parte, veremos como a fluidez e poucas tensões caracterizam essas relações entre bolivianos e brasileiros. Analisaremos, em seguida, três categorizações de percepção desses migrantes bolivianos (a indianidade, a «cultura» e a metáfora do «trabalho escravo») que os fazem considerar diferentes e os essencializam. Frisaremos, ao final, que a presença de um número crescente de migrantes bolivianos em São Paulo revela, mais do que nunca, a fraqueza do sentimento de autoctonia entre os migrantes nordestinos e a centralidade do elemento europeu na construção da identidade paulistana.

Uma convivência organizada em torno de relações sociais fluidas

Começamos por um fato empírico que é necessário sempre ter em mente para entender o modo de vida dos migrantes bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. Trata-se das poucas reações de hostilidade que provocam dentro da população brasileira morando nesse mesmo espaço urbano. Embora a literatura sobre as migrações internacionais tenha amplamente analisado a emergência de manifestações de xenofobia ligadas à instalação de estrangeiros (Alvim, 1986; Rogers, 1990; Lesser, 2001; Noiriél, 2010), não se observa nada semelhante no caso dos bolivianos. Pelo contrário, as relações sociais entre migrantes internacionais e brasileiros se caracterizam por um certo grau de fluidez e convivência tanto no Brás e no Pari como no Bom Retiro e na Mooca. Aqui vale até salientar que, exceto alguns casos, a maioria dos bolivianos e brasileiros encontrados durante a pesquisa de campo não fazem comentários negativos a respeito uns dos outros. Convivendo diariamente com os migrantes bolivianos, os brasileiros desses bairros consideram que «é um povo tranquilo, trabalhador, lutador pela vida» ou «pessoas que não se metem na vida dos outros», mesmo que, como veremos mais tarde, também os veem como «escravos» ou «escravizados». Por seu lado, os bolivianos costumam dizer que «o Brasil é um país muito acolhedor» e que, apesar de sentirem falta de sua terra, as condições de vida e trabalho são muito melhores em São Paulo do que na Bolívia. «O Brasil é um país desenvolvido, a Bolívia não é um país desenvolvido por enquanto. Aqui tem muitas riquezas. É muito bom de se morar em São Paulo. Eu gosto do posto de saúde, a gente não

¹ Este texto baseia-se numa pesquisa de campo desenvolvida entre 2009 e 2011 em São Paulo (quatro estadas de uma duração total de 15 semanas) e três semanas em La Paz.

paga nada. Na Bolívia, não há nada igual, é tudo pago: a saúde, as escolas, tudo, mas principalmente a saúde. Em São Paulo, até dão remédios no posto de saúde.» (Mônica, 38 anos, casada com o dono de uma oficina de costura). «Aqui, em São Paulo, o boliviano tem um salário decente que dá para ajudar os parentes. Eu mando 200 reais por mês ao meu pai. Em La Paz, não sobra nada, não há dinheiro. Bolívia é assim: você trabalha muito e recebe pouco, muito pouco. Aqui o dinheiro é bom» (Eddy, 26 anos, costureiro numa oficina do Brás).

Isso não significa que brasileiros e bolivianos mantenham relações idílicas. Por exemplo, os brasileiros fazem muitas vezes piadas sobre os bolivianos bêbados nos fins de semana, cenas comuns na ruas do Brás e na Mooca nas noites de sábados. João, pernambucano de 30 anos, garçom numa lanchonete da rua Bresser, conta assim: «Sexta-feira, sábado de noite, o boliviano toma porre, porre mesmo. É só você ver na rua Coimbra, de meia-noite, os bolivianos são todos deitados de cara no chão. Esse povo bebe, bebe mesmo, mas que o brasileiro» Alguns bolivianos também mencionaram os comentários desagradáveis que ouviram quando o governo de Evo Morales decretou a nacionalização do gás natural boliviano que atingiu a empresa estatal Petrobras. Pablo, costureiro de 28 anos, se lembra do constrangimento que passou um sábado de tarde quando saía da oficina em que trabalhava: «Uma vez, um brasileiro me xingou na rua: ‘Seu boliviano, seu ladrão, volte para seu país, seu presidente roubou o Brasil.’ Ele viu que eu tinha cara de boliviano e, por isso, me xingou por causa do que Evo fez». É comum que crianças bolivianas recém-chegadas em São Paulo enfrentam comportamentos preconceituosos nas escolas pelo fato de não saber falar português sem sotaque, sendo elas às vezes desprezadas enquanto «índios». Sem embargo, muitos bolivianos entrevistados dizem que «isso é coisa de criança » e não veem nesses comportamentos infantis o reflexo de uma atitude sistematizada dos brasileiros para com os bolivianos. Um tipo de preconceito ligado à diferença cultural também já foi identificado por parte de agentes de saúde que não entendiam certas práticas sociais dos migrantes bolivianos, notadamente em termos de normas de higiene (Camillo da Silva, 2009). Outros migrantes entrevistados, como Juan, 31 anos, que salientou um sentimento de superioridade dos brasileiros : «Eu gosto dos brasileiros. A maioria são bons, mas têm alguns que se acham melhor que a gente. Eles dizem: ‘Bolívia é um país atrasado, Bolívia é um país pobre, o futebol boliviano é muito ruim». No decorrer da pesquisa, fora da situações de entrevistas nas quais uma pergunta mal feita pode dar lugar a uma fala preconceituosa, só presenciei três situações em que brasileiros dos bairros

investigados falavam negativamente entre eles, dos bolivianos. Na praça do Pari em julho de 2009, um aposentado, olhando para um grupo de sem-tetos com aparência andina, virou para seus amigos e comentou: «Depois que veio aqueles bolivianos, a tranquilidade acabou». Na feira da madrugada em abril de 2010, um nordestino explicou a queda do movimento a seu vizinho com essas palavras: «Os bolivianos são bobos, vendem tudo por preço de banana». Por fim, em agosto de 2011, um rapaz de 19 anos brincou com a garçonete de uma lanchonete: «Tire essa roupa, você 'tá muito feia assim, você parece uma boliviana».

Porém, e é um ponto fundamental que tem que ser destacado, os bolivianos de São Paulo, sejam eles recém-chegados e costureiros numa oficina ou radicados há décadas e médicos, costumam dizer quando perguntados sobre os brasileiros: «Eles não são racistas». Tal afirmação, que eu ouvi dezenas de vezes, tem que ser entendida em relação à experiência de vida dos migrantes bolivianos. Segundo eles, «não há racismo em São Paulo como na Bolívia. Aqui tem muitos negros, asiáticos, pele escura» ou «os brasileiros não são racistas como os argentinos». O tipo de relações sociais em que se envolvem com brasileiros muitas vezes é comparado ao que eles vivenciaram na Bolívia e na Argentina, primeira destinação migratória desde o início do século 20 (Cortes, 2001). Os migrantes provenientes da região altiplânica – e, particularmente da cidade de El Alto, próxima de La Paz – afirmam não encontrar em São Paulo o desprezo que, na Bolívia, os «blancos» ou «os que são descendentes de espanhóis» têm pelos «mestiços» e os «indígenas». Também não enfrentam no Brasil nada igual à hostilidade dos *cambas* nome dos moradores da região de Santa Cruz de la Sierra que não têm traços índios e reivindicam uma ascendência européia –, em relação aos *collas*, categoria que remete aos povos do altiplano boliviano (Lavaud e Daillant, 2007). Vale enfatizar a esse respeito que os brasileiros raramente percebem diferenças regionais entre bolivianos e não utilizam essa oposição *colla/camba* para classificá-los, diferentemente do que Sylvain Souchaud constatou em Corumbá, cidade do Mato Grosso do Sul na fronteira com a Bolívia². As narrativas dos migrantes bolivianos sobre os argentinos é ainda mais interessante, na medida em que traduz a dificuldade e separa o racismo e a xenofobia. Com efeito, é frequente eles oporem os «brasileiros que não discriminam» e os «argentinos que discriminam»

² Em Corumbá, a instalação dos *cambas* é mais antiga que a dos *collas*, o que se exprime, entre outros aspectos, por uma alta taxa de casamento entre *cambas* e brasileiros e uma taxa quase nula de casamentos entre *collas* e brasileiros (Fusco e Souchaud 2009).

e o «brasileiro que é misturado» e o «argentino blanco, europeu»³. Segundo eles, a discriminação encontrada na Argentina se deve ao mesmo tempo ao fato de ser estrangeiro e ao fato de não ser da mesma «raça»⁴.

Além das narrativas, há outro fato empírico que revela a convivência sem muitas tensões entre bolivianos e brasileiros nos bairros centrais de São Paulo. Está na ausência de uma estratégia de invisibilidade por parte da maioria dos migrantes bolivianos que não tentam modificar sua aparência mudando de roupa ou de corte de cabelo. Pelo contrário, é fácil ver que os bolivianos não se escondem. A concentração de muitos bolivianos em alguns espaços da região metropolitana de São Paulo – notadamente nos bairros centrais – tampouco têm a ver com o desejo de formar ruas ou bairros «étnicos», tal como se observa frequentemente nas cidades norte-americanas, mas com a presença maciça das oficinas de costura⁵.

Contudo, apesar de serem fluidas, as relações entre bolivianos e brasileiros nos bairros centrais de São Paulo não se caracterizam pela sua intensidade. Constata-se, sem dúvida, casais mistos (na maioria dos casos, um homem boliviano com uma mulher brasileira), homens dos dois países batendo bola nos fins de semana, e depois de alguns anos de permanência na mesma rua, muitos bolivianos se tornam partes integrantes do «pedaço». Mas, exceto os bolivianos radicados no Brasil há muitos anos, essas relações permanecem limitadas. É verdade que os costureiros têm pouco tempo para ter uma sociabilidade fora do expediente dentro das oficinas de costura. Trabalhando doze horas por dia, frequentemente seis dias por semana, eles dedicam o pouco tempo livre para o descanso, a família, o culto, as compras, as visitas a parentes e conterrâneos. Além do mais, muitos não dominam suficientemente bem o português para ter relações aprofundadas com brasileiros. Por fim, não se pode negligenciar as formas diferentes de sociabilidade dos bolivianos. Enquanto os brasileiros expressam um temperamento expansivo (falar alto, gritos, piadas obscenas e gargalhadas)

³ No entanto, como se sabe, a realidade objetiva pode ser bem diferente da percepção subjetiva do indivíduo. Assim, uma pesquisa recente e pioneira mostra que alguns grupos de imigrantes internacionais – entre eles, os bolivianos – sofrem uma discriminação negativa no mercado de trabalho brasileiro. Ver Meire Vilela (2011).

⁴ Os atos de xenofobia e racismo contra bolivianos na Argentina se tornaram um assunto público e político largamente debatido na mídia dos dois países, e o governo de Evo Morales pediu várias vezes às autoridades argentinas que encontrassem e punissem os culpados.

⁵ Iara Rolnik bem mostrou as dinâmicas que influem nas trajetórias residenciais dos bolivianos em São Paulo (Rolnik, 2010).

nos momentos de lazer, os bolivianos em São Paulo continuam seguindo uma sociabilidade mais pudica e retida como nos espaços públicos na Bolívia.

Três categorizações de produção da alteridade

Por relativamente bem aceitos que sejam pelos moradores brasileiros dos bairros centrais de São Paulo, os migrantes bolivianos não deixam de ser vistos como formando um grupo à parte definidos por três características principais: ser uma população de «índios», ter «outra cultura» e trabalhar como «escravos». Para entender a vida dos bolivianos do setor da confecção é preciso levar em conta os efeitos dessas três representações (ou categorizações) que muitas vezes se cruzam na prática, mas podem ser analiticamente distinguidas. Com efeito, o uso permanente dessas categorizações para definir os bolivianos contribui à homogeneização e à essencialização de uma população migrante diferenciada em termos de origens, trajetórias e posições ocupadas. Também participa do processo de construção da etnicidade dos bolivianos em São Paulo a partir de fronteiras sociais traçadas entre o grupo definido pelas categorizações e a interação entre os membros desse grupo e o resto da sociedade num determinado contexto sócio-histórico (Poutignat e Streiff-Fenart, 1995).

No que diz respeito à primeira categorização, dois fatores entram em jogo para caracterizar os bolivianos como «índios». Em primeiro lugar, são identificados a partir de fenótipos tidos como específicos. Com efeito, muitos migrantes oriundos das regiões altiplânicas têm cabelos lisos pretos (muitas vezes, as mulheres com duas tranças), a pele cafuza, as maçãs do rosto salientes e os olhos puxados. No entanto, tal tipo físico não é nada desconhecido no Brasil, visto que também é o aspecto dos indígenas e de muitos mestiços. Aliás, é o tipo físico de muitos moradores brasileiros provenientes do Nordeste e do interior de São Paulo. É portanto um segundo fator que faz com que uma pessoa passa a ser considerada como «boliviana» pelos brasileiros dos bairros investigados. Trata-se do tipo de roupa e, mais ainda, da postura corporal mais fechada dos migrantes, do uso frequente de roupas (notadamente as calças e as saias) e sapatos comprados na Bolívia (notadamente as calças) e de cortes de cabelos diferentes (e valorizados como tais como o mostra o número importante de cabeleireiros bolivianos nesses bairros). Essa diferença de aspectos – tanto do ponto de vista dos fenótipos como em termos de roupa usada – contribui para fazer com que os paraguaios, outro grupo de migrantes hispanofonos em número importante

no setor da confecção, passem mais despercebidos nos bairros centrais, sendo frequentemente confundidos com brasileiros.

Uma segunda categorização remete ao que seria a «cultura» dos bolivianos e vem reforçando a primeira categorização em termos de «índios». Ela se expressa particularmente nas mensagens da Pastoral dos Migrantes a respeito dos migrantes bolivianos. Por esse setor da Igreja católica, os bolivianos teriam uma «cultura específica» que os diferenciaria do resto da população. Essa cultura é vista como uma característica altamente positiva, na medida em que ela ainda não foi alterada pelos impactos da modernidade capitalista. Ela seria o reflexo dos modos de vida que existiam antes da colonização, antes que as comunidades indígenas tivessem sido afetadas pela mudança social. A cada ano, as festas que celebram a independência da Bolívia e a Virgem de Urkupiña corroboram essa representação. Essas festas, realizadas no Memorial da América Latina no início do mês de agosto, são promovidas por fraternidades e grupos folclóricos que representam várias regiões e populações da Bolívia (Silva, 1997). Elas recebem o apoio da Pastoral do Migrante, cujo padre celebra a missa e participa da comissão examinadora que dá prêmios às melhores agremiações. As reportagens da mídia brasileira divulgam uma imagem que reifica os bolivianos como um grupo caracterizado por seus costumes e suas danças. Tal representação reforça a alteridade dos bolivianos em São Paulo. No entanto, as festas reúnem apenas em torno de três milhares de pessoas, principalmente migrantes bolivianos e filhos brasileiros de bolivianos. Além do mais, a maioria dos bolivianos que desfilam são migrantes que se radicaram no Brasil há anos e já tiveram uma ascensão social, muitas vezes como donos de oficina de costura. Os recém-chegados, notadamente os costureiros, não têm condições para fazer parte das agremiações e formam o público das festas. Embora as festas sejam um momento de forte alcoolização, a Pastoral as vê como uma expressão da religiosidade popular que deve ser valorizada como parte da catequese dos bolivianos⁶. Aqui se expressa a idéia do «bom índio», e a valorização da chamada «cultura boliviana» contribui ao processo de essencialização dos migrantes bolivianos como um grupo relativamente homogêneo, apesar de que a observação das festas bolivianas revela diferenças e tensões sociais entre os grupos que desfilam. O apoio do Consulado de Bolívia

⁶ Na perspectiva da encíclica *Pastoralis Migratorum Cura*, promulgada pelo Papa Pablo VI em 1969, a organização de festas participa do trabalho de evangelização pela tradução da mensagem do Evangelho para diferentes culturas (Silva 2005).

em São Paulo à essas festas e à representação dos migrantes bolivianos como uma «comunidade» também mostra como o processo de construção da alteridade se dá com a participação de várias partes, notadamente a de representantes do grupo assim essencializado e alterizado.

A terceira categorização – a meu ver, a mais importante – é a apreensão das condições de trabalho dos bolivianos no setor da confecção através da metáfora da escravidão. Com efeito, tanto os atores públicos (em particular, o Ministério Público, a Justiça do Trabalho, o Governo de São Paulo e a Prefeitura da cidade) como a mídia, os sindicatos, a Pastoral do Migrante e as ONGs trabalhando em cima da proteção aos migrantes descrevem a vida dos costureiros nas oficinas de costura como formas de «trabalho escravo» ou situações «análogas à escravidão». A difusão dessas noções começou no momento da chegada maciça de migrantes bolivianos no início da década de 1990 (Tavares, 2009). Embora tenha sido criticada na literature acadêmica sobre os bolivianos em São Paulo (Freire, 2008), a divulgação dessa metáfora se deve muito à influência do discurso da Organização Internacional do Trabalho (OIT) acerca da luta contra a escravidão moderna. Ela se baseia no fato de que muitos migrantes bolivianos indocumentados vivem em oficinas de costura em que trabalham até dezessete horas por dia, seis dias por semana. Ela também se enraiza na convicção de que existe um tráfico de pessoas da Bolívia para o Brasil a fim de abastecer o setor das confecções em mão-de-obra. No entanto, a pesquisa de campo mostrou que, por difíceis que sejam, as condições de trabalho nas oficinas de costura não se assemelhavam de forma alguma às formas de trabalho forçado que caracterizam o que historicamente foi a escravidão. Os costureiros dispõem de margens de manobra significativas, notadamente quando, em períodos de alta produção, os donos de oficina estão em situação de concorrência para conseguir uma mão-de-obra qualificada. Também é difícil comparar a existência de redes migratórias e intermediários entre as oficinas paulistas e a Bolívia como uma forma de tráfico de pessoas. Se situações de dominação existem, sem dúvida nenhuma, as possibilidades de fuga são tão importantes e fáceis em São Paulo que os donos de oficinas não têm como organizar um cativeiro. Basta, por exemplo, observar o processo de negociação das condições de alojamento e de pagamento por peça que ocorre na calada da noite, todo domingo, na praça Kantuta. Por um período de aproximadamente duas horas, dezenas de migrantes bolivianos examinam cuidadosamente os produtos para costurar apresentados por donos de oficinas, brasileiros como bolivianos. A demanda por costureiros é às vezes tão importante que, até com um aumento

significativo de remuneração, os donos de oficina nem sempre conseguem contratar costureiros com as devidas qualificações. Mais uma vez, constata-se, portanto, que a metáfora da escravidão não consegue dar conta de condições de trabalho que os modos de dominação e exploração da força de trabalho são complexas e não correspondem à servidão tal como existiu no passado⁷. Por isso, dizer dos migrantes bolivianos no setor das confecções através de imagens como o «trabalho escravo» contribui ao processo de essencialização que nega a capacidade de ação autônoma (*agency*).

Embora a essencialização dos migrantes seja um processo corriqueiro observado nos países mais diversos, o caso dos bolivianos em São Paulo nos parece específico na medida em que as categorizações usadas acerca de eles – em particular, a metáfora do «trabalho escravo» – remete ao imaginário da modernidade ocidental em cima do qual São Paulo se construiu. É por isso que tais categorizações são veiculadas, de forma às vezes distintas e contraditórias, por atores tão diversos quanto o patronato, os sindicatos, a igreja católica e os paulistanos que reivindicam uma ascendência européia. Com efeito, a recusa de tudo que evoca a escravidão tem uma de suas raízes na vontade dos imigrantes europeus, no fim do século 19, de evitar formas de sujeição que existiam no campo (Souza Martins, 1979). Essa recusa também se manifesta no valor dado à legislação social (Santos, 1979 ; Caldeira, 1984). Assim, Boris Fausto evidenciou essa característica da formação de São Paulo, onde se produziu «um profundo interrelacionamento entre a sociedade nacional e as várias etnias e destas entre si» que faz com que se formou «uma nova sociedade paulista, constituída por nacionais, imigrantes e seus descendentes, com traços próprios e diferenciados relativamente a outras regiões do país» (Fausto, 1991: 38). E ele acrescenta que «é possível pensar em uma «ideologia paulista» do trabalho, constituída a partir do esforço dos imigrantes e das representações mentais a eles associadas» (*ibid.*). Ora, precisamente, o fato de perceber os migrantes bolivianos do setor das confecções como «escravos» permite aos brasileiros dos bairros centrais traçar uma fronteira entre duas categorias de indivíduos a partir da transformação radical que representou a emergência do direito do trabalho. «Os bolivianos são escravos dos coreanos, eles não têm a liberdade que o brasileiro tem. No Brasil, a escravidão acabou, os brasileiros não são mais escravos. Os brasileiros têm direitos». (Felipe, 52 anos, comerciante). «São escravos, sabe, não podem sair de casa, ou por pouco tempo, a Globo falou, não sei se viu a reportagem, mas

⁷ Sobre esse ponto, pode-se consultar Morice (2005), Paiva (2005) e O'Connell Davidson (2010).

parece que os bolivianos são escravizados em São Paulo. Isso mesmo. Eu sou pobre, mas eu não sou escrava, de jeito nenhum!» (Cristina, 28 anos, vendedora). Como se nota, a palavra «escravo» é, do ponto de vista dos brasileiros, um estigma que separa radicalmente dois mundos, muito além da separação entre «nacionais» e «estrangeiros».

Bairros de imigrantes com um fraco sentimento de autoctonia

Voltamos agora à nossa pergunta inicial: Como é que se pode explicar que, apesar dessas categorizações, brasileiros e bolivianos convivem sem muitas dificuldades nos bairros centrais de São Paulo? Há ao menos três razões para explicá-lo.

A primeira está no fato de que os costureiros bolivianos não competem com os brasileiros no mercado de trabalho. Eles se concentram principalmente em pequenas fábricas e oficinas de costura, e não se encontram na construção civil e no emprego doméstico, como é o caso na Argentina (Vargas, 2005). Além do mais, as oficinas em que trabalham os bolivianos ocupam uma posição específica no setor da confecção, atendendo rapidamente as demandas das lojas. Com efeito, essas oficinas têm a capacidade de mobilizar uma mão-de-obra capaz de produzir rapidamente as quantias requeridas pelo comércio num segmento da economia caracterizado por ciclos produtivos curtos. A produtividade maior dessas oficinas se deve ao ritmo de trabalho mais intenso e ao custo menor do que nas fábricas que empregam costureiros brasileiros, mais sensíveis ao respeito do direito do trabalho e momentos de folgas regulares. A capacidade de reação das oficinas de costura às lojas de roupa também supõe a proximidade da zona de produção com a zona de comércio, o que explica a forte concentração de bolivianos nos bairros centrais, próximo do Brás e do Bom Retiro nos quais varejistas das regiões Sudeste e Sul se aprovisionam⁸. Por todas essas razões, os migrantes bolivianos têm uma inserção no mercado de trabalho que é essencial ao funcionamento da indústria do vestuário e não desperta inveja nenhuma entre os brasileiros. «Eu não gostaria de trabalhar em oficina de costura. Eu não sou escrava, eu recebi alforria (risos). Eu não sou escrava. Lógico, que a escravidão acabou no Brasil há muitos anos atrás, mas minha avó, ou minha bisavó, foi escrava mesmo. Trabalhar em

⁸ Situações semelhantes que associam mão-de-obra migrante e proximidade das zonas de produção e comércio também se encontraram nos Estados Unidos e na França (Waldinger, 1986 ; Green, 1998).

oficina de costura? Eu? Jamais! Eu acho melhor ganhar uma merrequinha. Eu não vou ser escravizada». (Mária das Graças, 35 anos, faxineira). «Eu não sou boliviano, eu sou brasileiro. Eu gosto de assistir meu jogo, eu gosto de tomar cerveja, eu gosto de folgar. Eu não estou a fim de ter a vida deles, eu não gosto dessa vida, é só trabalho, trabalho, trabalho» (Marcos, 43 anos, mecânico).

A segunda razão reside no fato de que os comportamentos dos bolivianos se encaixam no padrão de comportamento que os brasileiros esperam dos vizinhos nos espaços povoados por populações de baixa renda e classe média baixa. Eles são «discretos», «gente boa» e «trabalhadores» ou, para usar outras expressões ouvidas acerca deles, «eles não ficam falando da vida dos outros, não são fofoqueiros», «eles não mexem com ninguém» e «ficam no cantinho deles». Mais ainda, os migrantes bolivianos «mantêm o respeito» e «não desrespeitam a gente», ou seja um conjunto de atitudes central na avaliação de muitas interações na vida cotidiana. É por esse «respeito» que existe um vínculo social – mínimo mas fundamental – entre esses migrantes socialmente distantes e espacialmente próximos⁹. Apesar de serem considerados diferentes pela sua cultura e sua condição laboral, os migrantes bolivianos observam no dia-a-dia as regras consideradas essenciais para a preservação da ordem social que têm um lugar na ordem social, mesmo que em posição subalterna, e os que dela são rejeitados pelo comportamento infrator de regras que asseguram a preservação do vínculo social. Por isso, eles não são percebidos como uma ameaça à convivência em bairros atravessados pela criminalidade e pelo medo¹⁰. «Eu não posso falar nada contra eles. Têm muitos aqui na rua. Eles vivem trabalhando. De manhã, a mulher leva os filhos para a escola, volta para casa para trabalhar, de meio dia, ela sai de novo apanhar as crianças na escola, e volta para casa» (Raimundo, 52 anos, motorista). «A mulher boliviana é muito tímida, ela fala muito pouco. Ela não cria problemas, não fala coisas, não é como a mulher brasileira que é muito fofoqueira» (Catarina, 32 anos, dona de casa).

A terceira razão decorre da fraqueza do sentimento de autoctonia de muitos brasileiros que moram nos espaços investigados. Com efeito, muitos são

⁹ Sobre a noção de respeito como categoria nativa, ver Vidal (2003).

¹⁰ Em agosto de 2011, a rede Globo divulgou uma reportagem sensacionalista sobre os atos criminosos que envolviam migrantes hispano-americanos em São Paulo. Além de dar uma cobertura exagerada a atos isolados e, portanto, de estigmatizar uma parte dos estrangeiros morando nos bairros centrais, essa reportagem apresentavam os bolivianos muito mais como vítimas que como assaltantes, o que, de certa forma, reforça ainda mais a imagem de indivíduos dominados e passivos associada a esses migrantes.

nordestinos ou descendentes de nordestinos com traços de migrantes nordestinos. Daí resulta que, exceto os que têm uma ascendência européia, os brasileiros dos bairros centrais se definem (e são frequentemente definidos pelos outros brasileiros) pelo seu lugar de nascimento ou o Estado de proveniência de seus ascendentes. «Aqui, no Brás, tem muitos nordestinos, baianos, pernambucanos. Hoje em dia, tem poucos paulistanos por aí. Os paulistanos se mudaram, foram para outros cantos» (Manuel, 61 anos, filho de migrantes portugueses). «Para falar a verdade, eu não moro aqui, eu trabalho no Bresser, eu tenho essa casa pequena, mas minha família mora na Vila Madalena. Eu mais gosto da Vila Madalena. É um bairro à parte, gente fina, selecionada, sabe» (Ricardo, 37 anos, empresário, neto de espanhóis).

É fundamental levar em conta que os bairros centrais em que bolivianos moram são bairros de imigração há mais de cem anos. Por possível que seja distinguir entre «nacionais» e «estrangeiros», muitos moradores dos bairros centrais têm uma etnicidade diferente da etnicidade dos paulistanos que se dizem de descendência européia. Além dos migrantes hispano-americanos, são os brasileiros de origem coreana e siro-libanesa, os nordestinos e os chineses recém-chegados. Aliás, é só abrir o ouvido nas ruas para ouvir categorizações que remetem a outra origem geográfica que o Estado de São Paulo. «O cara lá é mineiro», «Cearense, me traz uma cerveja», «Os árabes estão muito bem de vida, têm muitas lojas», «Os coreanos exploram os bolivianos», «O chinês pouco fala português, não sei se é chinês ou japonês». Como o mostrou Jeffrey Lesser (2001), o discurso sobre a identidade nacional brasileira que celebra a mestiçagem se impôs após ter sido inicialmente formulado no seio das elites, a partir da recusa das etnicidades e a primazia dada ao elemento europeu. O sentimento de ameaça para a identidade paulistana que emergiu com a migrações nordestinas deve ser entendido como uma consequência dessas características, mesmo se, como Lesser salienta, os nordestinos representam a «mistura racial» no bojo do imaginário da mestiçagem brasileira. Isso se verifica notadamente nos bairros centrais onde a presença de muitos migrantes nordestinos sempre é vivida como uma mancha por seus moradores mais antigos, frequentemente oriundos das migrações italianas, espanholas e portuguesas. «Na verdade, o Brás nunca foi o mesmo depois que chegaram aqueles nordestinos. É muito diferente hoje em dia. Não tem mais a tranquilidade que tinha antigamente. Eles não têm a mesma cultura (José, 70 anos, filhos de italianos, aposentado). «Nos fins de semana, você não pode dormir. É só forró, forró, forró. Nordestino gosta de

forró, só gosta de dançar forró, é dança deles, é a música deles lá no Nordeste. Então, para os paulistanos, é um distúrbio, a gente não gosta, é como se fosse outro país, mas não é mais a São Paulo da minha juventude» (Maria Conceição, filha de espanhóis, aposentada, Mooca). Então, não é nada surpreendente que os nordestinos desses bairros centrais, sendo permanentemente considerados como uma alteridade alheia, não compartilham um sentimento de autoctonia a partir do qual traçam uma fronteira como os migrantes bolivianos. Não é que eles não se orgulham de ser brasileiros, mas eles raramente deixam de se sentir diferentes dos paulistanos que têm um discurso nativista baseado na importância histórica dos migrantes europeus no desenvolvimento de São Paulo. Diferentemente do que foi observado em muitas situações de sucessão de ondas migratórias em que a chegada de novos migrantes nutria um sentimento de autoctonia entre as populações oriundas das migrações anteriores, nada indica que existe tal tipo de processo nos bairros centrais de São Paulo onde os bolivianos compõem um percentual cada vez mais crescente dos moradores. Embora uma certa cautela na interpretação seja necessária, essa constatação nos parece interessante na medida em que salienta, após mais de cinco décadas do início das migrações nordestinas, a etnicidade européia que continua prevalecendo entre muitos paulistanos, ao mesmo tempo como elemento de classificação social e no sentimento de pertencimento à cidade. Nisso, as migrações bolivianas são um fato novo cujo impacto só poderá ser plenamente entendido na luz das dinâmicas mais antigas na estruturação das identificações sócio-éticas em velhos bairros de imigrantes.

Este trabalho pretende ser um convite para abrir outros debates. Por isso não cabe concluir. É mais adequado apresentar duas questões que merecem uma reflexão mais profunda.

1. A chegada de uma nova onda imigratória permite enxergar mais nitidamente dimensões da sociabilidade nos bairros centrais de São Paulo, mas não chega a propôr um modelo mais abrangente da instalação dos migrantes na metrópole. Será necessário outras pesquisas históricas, geográficas e sociológicas para entender este assunto numa perspectiva de longo prazo capaz de integrar os numerosos fatores que entram em jogo na formação de um mundo urbano tão específico.
2. O interesse despertado pela imigração boliviana lembra, mais do que nunca, que São Paulo foi e continua sendo uma cidade de imigrantes e migrantes, em que o afluxo de novas populações produziu várias etnicidades no sentido

de Portes e Rumbaut, ou seja «collectivities who perceive themselves and are perceived by others to differ in language, religion, 'race', national origin or ancestral homeland, cultural heritage, and memories of a shared historical past» (Portes, Rumbaut 2006: xvi). Portanto, é importante levar em conta os processos permanentes de construção, interação e transformação destas etnicidades, como o sugere Jeffrey Lesser (2001).

Como se vê, as migrações internacionais que o Brasil conhece neste início do século 21 oferecem um novo terreno de investigações para novas perspectivas sobre a sociedade brasileira.

Referências

Alvim, Zuleika M. F. 1986. **Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920**, São Paulo, Brasiliense.

Brettell, Caroline B. ; Hollifield James F (eds.). 2000. **Migration Theory: Talking Across Disciplines**, New York, Routledge.

Caldeira, Teresa P. R. 1984. **A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**, São Paulo, Editora Brasiliense.

Calza, Séverine. 2007. A mobilização da sociedade civil no processo de integração dos migrantes internacionais na cidade de São Paulo, **Boletín del Observatorio experimental sobre las migraciones internacionales en las áreas urbanas de América latina**, n.2, diciembre: 12-14.

Cortes, Geneviève. 2001. Les Boliviens à Buenos Aires. Présence dans la ville, repères de la ville, **Revue européenne des migrations internationales**, 17 (3): 119-146.

Camillo da Silva, Elaine Cristina. 2009. Rompendo barreiras. Os bolivianos e o acesso aos serviços de saúde na cidade de São Paulo, **Travessia**, ano XXII, nº63, janeiro-abril: 26-31.

Fausto, Boris. 1991. **Historiografia da imigração para São Paulo**, São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP.

Freire da Silva, Carlos. 2008. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

Freire da Silva, Carlos. 2009. Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo, **Travessia**, ano XXII, nº63, janeiro-abril: 5-11.

Fusco, Wilson, e Souchaud, Sylvain. 2009. Uniões exogâmicas dos imigrantes bolivianos na fronteira do Brasil, **Travessia**, ano XXII, n°63, janeiro-abril: 32-38.

Green, Nancy. 1998. **Du Sentier à la 7^e Avenue. La confection et les immigrés**: Paris-New York, 1880-1980, Paris, Seuil.

Lavaud, Jean-Pierre, e Daillant, Isabelle (eds.) 2007. **La catégorisation ethnique en Bolivie. Labellisation officielle et sentiment d'appartenance**. Paris.

Lesser, Jeffrey. 2001. **A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**, São Paulo, UNESP.

Meire Vilela, Elaine. 2011. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro, **Dados**, v. 54, n°1: 89-128.

Menjívar, Cecilia. 2010. Immigrants, immigration, and sociology: reflecting on the state of the discipline, **Social Inquiry**, v. 80, n°1:3-27.

Morice, Alain. 2005. "Comme des esclaves", ou les avatars de l'esclavage métaphorique, **Cahiers d'Études africaines**, XLV (3-4), 179-180 : 1015-1036.

Noiriel, Gérard. 2010. **Le massacre des Italiens. Aigues-Mortes, 17 août 1893**, Paris, Fayard.

O'Connell Davidson, Julia. 2010. New slavery, old binaries: human trafficking and the borders of 'freedom', **Global Networks**, 10-2: 244-261.

Paiva, Eduardo França. 2005. Travail contraint et esclavage. Utilisation et définitions aux différentes époques, **Cahiers d'Études africaines**, XLV (3-4), 179-180 : 1123-1142.

Portes, Alejandro; Rumbaut Rubén G. 2006. **Immigrant America. A Portrait**, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

Poutignat, Philippe ; Streiff-Fenart, Jocelyne. 1995. **Théories de l'ethnicité**, Paris, PUF.

Rea, Andrea; Tripier, Maryse. 2003. **Sociologie de l'immigration**, Paris, La Découverte.

Rogers, Daniel.1990. **Coming to America. A History of Immigration and Ethnicity in American Life**, New York, Harper Colins.

Rolnik, Iara. 2010. **Projeto migratório e espaço. Os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

Santos, Wanderley Guilherme dos. 1979. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro, Campus.

Silva, Sidney Antônio da. 1997. **Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**, São Paulo, Paulinas, 1997.

Silva, Sidney Antônio da. 2003. **Virgem/Mãe/Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole**, São Paulo, HUCITEC/FAPESP.

Silva, Sidney Antonio da. 2005. **Bolivianos. A presença da cultura andina**, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Souchaud, Sylvain ; Baeninger, Rosana. 2009. Étudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil, **Revue Européenne des Migrations Internationales**, 25 (1): 195-213.

Souchaud, Sylvain. 2010. A imigração boliviana em São Paulo, in Ademir Pacelli Ferreira, Carlos Vainer, Helion Póvoa Neto, Miriam de Oliveira Santos (eds.), **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**, Rio de Janeiro, Garamond: 72-95.

Souza Martins, José de. 1979. **O cativo da terra**, São Paulo, Contexto.

Tavares de Freitas, Patrícia. 2009. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**, Dissertação de mestrado, UNICAMP.

Vargas, Patrícia. 2005. **Bolivianos, paraguayos e argentinos en la obra: identidades étnico-nacionales entre los trabajadores de la construcción**, Buenos Aires, Editorial Antropofagia.

Vidal, Dominique. 2003. A linguagem do respeito. A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas, **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.2: 265-287.

Waldinger, Roder D. 1986. **Through the Eye of the Needle. Immigrants and Enterprise in New York's Garment Trades**, New York, New York University Press.

A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade

Iara Rolnik Xavier

A pesquisa sobre a relação entre migrantes e as cidades não é nova. Pelo contrário, esse tema constituiu, inclusive, o ponto de ancoragem de toda uma escola de pensamento em torno das questões urbanas e sociológicas, na qual a questão migratória foi fundante – os pensadores da Escola de Chicago, por exemplo, formularam uma maneira de ver as transformações urbanas por meio, inicialmente, da inserção dos migrantes nos espaços das cidades (Rea e Tripier, 2008). Desta perspectiva, pensar a migração na cidade, entendida por sua vez como laboratório social, tornou-se um modo de reflexão obrigatório, o qual marcou toda uma maneira de conceber as questões sociais (Idem).

Este trabalho é certamente influenciado por esse campo de pensamento, ainda que busque caminhos alternativos de abordagem. A partir dos resultados da pesquisa de mestrado finalizada em 2010 (Xavier, 2010), procuramos neste texto apresentar e problematizar a inserção territorial residencial dos migrantes de origem boliviana na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a partir de algumas fontes de dados e métodos de interpretação. Nosso caminho de análise procurou seguir a hipótese de que o conhecimento acerca da distribuição espacial de um grupo no espaço depende de uma análise que leve em conta o imbricamento entre condições histórico-estruturais e microsociais, que entendemos ocorrer por meio de um processo de mão dupla, onde tanto os projetos e trajetórias dos migrantes, como a cidade, se produzem e se reconfiguram indissociavelmente.

De um lado, buscamos entender na localização deste grupo na cidade, as influências da formação da metrópole paulistana e sua transformação

contemporânea – processos de periferização, de flexibilização do trabalho, os esquemas de subcontratação e reestruturação produtiva. Do ponto de vista histórico-estrutural, vão incidir nas escolhas dos migrantes bolivianos, certamente, a dinâmica do mercado imobiliário, o acesso a serviços urbanos (em relação a custo, direitos etc.), as possibilidades de inserção laboral, às situações de acesso à moradia. De outro lado, ainda que dentro de um esquema de oportunidades determinado por esses fatores, operam fortemente as escolhas e projetos dos próprios migrantes, que consideramos essenciais para um desenho específico de suas trajetórias na cidade.

A figura do migrante, a nosso ver, deve ser distanciada da imagem do “sem lugar” daquele que opera somente dentro dos contornos definidos por sua condição “de fora” para aproximar-se de uma visão que seja capaz de reconhecê-lo como um sujeito portador de projetos e realizador de escolhas dentro dos espaços que articula no processo migratório. Ainda que circunscrita por uma série de determinações sociais, a condição migrante pode ser detentora, ao mesmo tempo, da condição de liberdade e de objetividade (Simmel, 1983[1908]), que o faz se relacionar com a cidade de uma forma singular. Mais do que isso, procuramos buscar as localizações dos migrantes, suas escolhas residenciais, sua relação com a cidade, a partir de suas próprias lógicas (Tarrius, 1993) nos distanciando dos mecanismos de entendimento da migração baseadas nos princípios sedentários das sociedades – que predominam enquanto forma de reconhecimento do campo social – em que o migrante só pode ser visto e reconhecido enquanto aquele que se adequa ou não a esses parâmetros (Tarrius, 2000).

Devemos marcar que a adoção desta perspectiva ainda nos parece como um desafio a ser enfrentado já que nosso próprio ponto de partida – de entender a lógica de inserção do grupo migrante na cidade – ainda não rompeu com os procedimentos por ela questionados. Essa dificuldade ocorre, em grande parte, pelo fato de que São Paulo pode ser um lugar por excelência daqueles que não têm ligação orgânica com o lugar: a cidade não pode ser dividida entre aqueles que “estão” e os que chegam, mas entre os que chegaram de dentro, de fora, há muito ou pouco tempo.

O espaço da cidade, de outro lado, não pode ser visto como um mero cenário onde transcorrem os acontecimentos sociais (Fhrese e Leite, 2009), mas diferentemente disso, constitui um recurso que pode ser mobilizado de diferentes formas pelos sujeitos (Souchaud, 2010). As escolhas de localização não se explicam apenas pelo preço do solo, mas igualmente pelo tipo de uso que é feito

dos recursos da cidade, concretizados por diferentes trajetórias e localizações no espaço urbano. O uso destes recursos depende também dos tempos da migração, dos tempos dos projetos, das formas de migrar e da cultura do sujeito migrante.

Se em alguns momentos da história da cidade de São Paulo – que já foi uma das maiores cidades migrantes do mundo (Hall, 2004; Fausto, 1991; Levy, 1974; Patarra e Baeninger, 1995) – não era possível compreendê-la sem relacioná-la com a migração internacional, hoje esse mesmo exercício não poderia ter uma pretensão tão abrangente. Ainda que reforçamos a imagem de São Paulo como a da cidade-imã que atrai populações de diversas partes de dentro ou fora do país e se reconfigura incessantemente a partir desses movimentos, a migração de bolivianos neste espaço, não é atualmente, um fenômeno predominante. O objetivo deste trabalho é pensar o quanto a movimentação residencial desse grupo dentro deste espaço (e entre estes espaços) pode dizer sobre a cidade.

Sobre tal reflexão, o nosso caso específico de estudo traz duas especificidades essenciais, tanto no campo dos estudos urbanos como no campo dos estudos migratórios. A nosso ver, essas duas especificidades invertem, de certa forma, a maneira como temos visto e compreendido fenômenos importantes.

A primeira especificidade, relacionada ao campo migratório, diz respeito ao fato de que os bolivianos são (talvez os principais) representantes de um novo tipo de migração que o Brasil e São Paulo não recebiam há algumas décadas, e indicam uma mudança histórica importante que rompe com o ciclo das migrações de povoamento (Seyferth, 2007) que marcaram o perfil migratório do país (Souchaud, 2009). Essa migração não é singular apenas por ser de mão de obra e constituir-se por um contingente pouco qualificado originário de um país pobre, ou ainda por constituir um fluxo de origem e destino em países do Cone Sul e muito menos pelo tamanho do seu fluxo (ainda pequeno se comparados a outros destinos da migração boliviana como a Argentina, por exemplo). Sua especificidade é também marcada, talvez principalmente, pelas formas com se desenham os fluxos, que forjam a ampliação nosso campo de visão para movimentos não somente constituídos em torno de mudanças de residência, mas também de circulação, de idas e vindas mais fluidas, articulação estreita entre lugares de origem e destino, mobilidades intensas no interior do “espaço de recepção” urbano.

A segunda, que de certa forma pode ser vista como uma consequência deste tipo de organização dos fluxos, está relacionada às formas como os bolivianos se localizam e se relacionam com a cidade; relativa, portanto, ao âmbito dos estudos urbanos. Como veremos ao longo deste texto, a localização, o uso e o

pertencimento simultâneo deste grupo a lugares da cidade em muito distintos entre si (centro e periferia) – lugares que também historicamente foram pensados um em oposição ao outro (Marques e Torres, 2005) – parece nos mostrar por si só que os mesmos não estão submetidos a uma lógica urbana dual de segregação, que os separaria. Desenhada desta forma, a localização desse grupo pode ajudar a questionar a narrativa “clássica” de ocupação das periferias por meio da expulsão das áreas centrais¹ (mais consolidadas e caras) pela população mais pobre da cidade, revelando possibilidades de diversificação da vigência deste postulado.

Essa reflexão e os resultados da pesquisa nos ajudaram também a desmitificar alguns pressupostos a cerca dos bolivianos enquanto grupo e como atores sociais contribuindo para uma problematização em torno das imagens com as quais habitualmente se descreve a sua presença na cidade, correntemente, a partir do trinômio “escravo-ilegal-invisível”². A nosso ver, o reconhecimento da diversidade e complexidade das localizações no espaço urbano também nos impele a discernir e questionar essas categorias de identificação social que são homogenizadoras. Neste texto propomos deslocar o casamento estabelecido entre uma localização circunscrita aos espaços centrais da cidade e uma visão restrita em torno dos bolivianos: não só a localização espacial é diversa, mas se mostra incompatível com a visão homogenizadora em torno desse grupo.

Este texto está organizado em três eixos principais. Em primeiro lugar, faremos uma breve contextualização e caracterização da migração boliviana ao Brasil e à Região Metropolitana de São Paulo marcando temporalmente a evolução deste processo – e os contornos que passa a adquirir a partir dos anos 1980 – sob a hipótese, principalmente, da constituição de fluxos de origem e destino urbanos e as implicações que daí decorrem.

Em seguida, apresentamos a distribuição espacial dos migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo, apresentando seus principais pontos de localização no município sede e entorno. Para tal, como veremos, é necessário

¹ Entre os trabalhos clássicos baseados numa visão macroestrutural da conformação urbana de São Paulo encontram-se, na sociologia, Kowarick (1975), Oliveira (1982); na geografia Santos (1981); no urbanismo Bonduki e Rolnik (1982) e Camargo (1976); na demografia, entre os trabalhos que orientaram uma discussão sobre a concentração espacial na metrópole via industrialização temos Martine (1994) e Cano, (2007[1997]).

² O trinômio “imigrantes-escravo-ilegal” foi cunhado por Campos e adaptado pela pesquisadora. Segundo o autor “A imagem dos bolivianos fornecida pela mídia e digerida pela sociedade paulistana associa ilegalidade, clandestinidade, escravidão, pobreza e, como pano de fundo, a piedade” (Campos, 2008: 9). Às categorias “escravo” e “ilegal” associamos a ideia de invisibilidade (Santos, 2009; Iokoi, 2008; Cymbalista e Xavier, 2007).

também deprever o método de trabalho e as fontes de dados utilizadas, cujo manejo e exploração constituíram parte importante deste trabalho.

A terceira parte do texto procura propor alguns caminhos de interpretação pensados para se entender essa localização tanto a partir da leitura de processos urbanos e sociais histórico-estruturais quanto a partir da leitura de trajetórias e projetos migratórios – processos microssociais – que nos fornecem pistas de interpretação deste fenômeno.

Bolivianos na RMSP: caracterização de um fluxo urbano em seu destino e origem

Ainda que só tenha ganhado força nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1980 – tendência que não parece cessar – a migração boliviana ao Brasil não é um fenômeno propriamente recente. Mesmo com dados populacionais residuais, bolivianos tem chegado ao país desde o final do século XIX e, se nos primórdios, restringiam-se espacialmente à zona fronteira entre dois países (Manetta, 2009) – migração que manteve-se contínua desde esse período até hoje (Souchaud, Fusco e Carmo, 2007; Peres, 2009) – ao longo do tempo essa migração foi diversificando e ampliando perfis e lugares de concentração no território brasileiro.

A consolidação deste processo – que, aguardamos, também se confirmará enquanto tendência numérica relevante nos resultados do Censo de 2010, a ser disponibilizado – é perceptível pela quantidade de trabalhos que tem se dedicado a este objeto de estudo a partir dos trabalhos pioneiros de Silva (1995, 1997, 2003, 2008), e que vem, aos poucos, constituindo uma literatura relevante sobre o tema ao analisar as diversas facetas do fenômeno (Souchaud, 2010; Baeninger e Souchaud, 2007; Freitas, 2009; Freire da Silva, 2008; Xavier, 2010; Buechler, 2004; Cacciamali e Azevedo, 2006; Galetti, 1995; entre outros), mesmo que a produção brasileira ainda não seja comparável à produção argentina³, por exemplo. Mesmo assim, ainda faltam pesquisas de peso e que possam recolher dados primários à

³ Em certa medida, o volume, historicidade e peso dos trabalhos dedicados a migração boliviana à Argentina são definidos pelas longas trocas migratórias que envolvem esses dois países fronteiriços que remete ao momento em que as próprias delimitações territoriais/nacionais ainda não estavam configuradas tal como hoje. Entre alguns representantes desta gama de trabalhos citamos, entre outros, Grimson e Soldán (2000), Balan (1990), Dandler e Medeiros, 1991; Cortes (2008); Benencia e Karasik, (1995), Maguid (1997), Benencia (2009).

exemplo da pesquisa realizada no município de Corumbá⁴ (MS) para assentar as questões que colocamos em bases mais sólidas.

Resumindo brevemente a evolução deste processo a fim de marcar mais claramente suas características atuais, assumimos que na primeira metade do século XX e, principalmente, entre as décadas 1930 e 1940, a migração boliviana acompanhou um claro processo de arrefecimento das migrações internacionais ao Brasil mostrando-se um fenômeno de pequena magnitude. Nesse momento, há uma evidente quebra na experiência que marcou a história imigratória do país, cuja maior expressão foi, na virada do século XIX para o XX, a “migração em massa” (jamais reiterada), sobretudo de europeus (Fausto, 1991; Seyferth, 2007, Levy, 1974)⁵. A partir do final dos anos 1940, o saldo migratório brasileiro passa a ser negativo (Oliveira, 2001), ou seja, o número de pessoas que saem do país do passa a ser maior do daquelas que entram. Esse período também é marcado pela inversão nas políticas migratórias brasileiras: se na passagem de século era claro o posicionamento favorável à chegada de migrantes de outros países, o Estado centralizado e a crise econômica de 1930, aliada à prerrogativa de proteção da mão de obra nacional, influenciaram a criação de bases jurídicas para o controle e restrição dos fluxos migratórios⁶ (Bernasconi e Truzzi, 2002; Kadluba, 2007).

Os anos 1950 tem sido considerado por muitos autores como um momento inaugural de uma migração boliviana mais intensa ao Brasil (Silva, 1995; 1997; 2003; 2008), proposição assentada, em parte por uma leitura sobre “processos de transformação, modernizadores das estruturas econômicas e políticas da Bolívia desencadeados no denominado ‘governo revolucionário’ de Victor Paz Estenssoro, líder do Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), eleito em 1952” (Baeninger e Freitas, 2011:285) tais como a Reforma Agrária, ampliação da fronteira agrícola, entre outros que incidiriam diretamente nos processos de emigração para o Brasil (Idem). Do lado do Brasil, este momento inaugural apresenta-se relacionado com

⁴ A “Encuesta Corumbá” sobre a migração boliviana na fronteira com o Brasil foi realizada por meio de um levantamento de campo neste município localizado no Estado do Mato Grosso do Sul em 2006, coordenada por Sylvain Souchaud e Wilson Fusco. A pesquisa está situada no projeto “Espaços migratórios e a problemática ambiental do Mercosul”, parceria entre o Núcleo de Estudos de População (NEPO – Unicamp) e o IRD (Institut de Recherche et Développement, França) (Souchaud e Fusco, 2007).

⁵ A literatura sobre a migração ao Brasil e a São Paulo neste período é vasta. Os autores citados são somente alguns dos que trabalham com dados gerais e recuperações históricas abrangentes.

⁶ Essa atitude acompanha também um movimento de restrições migratórias em toda a América Latina (Pellegrino, 2003), influenciado, é claro, pelo alastramento de governos de exceção em praticamente todos os países da região.

um acordo bilateral de intercâmbio cultural que favorecia, entre outros elementos, a entrada de estudantes bolivianos no país, muitos deles tendo permanecido em terras brasileiras depois de formados (Silva, 1997).

Ainda que acreditamos que esses fatores tenham influenciado, certamente, a configuração desses primeiros fluxos de bolivianos ao Brasil, e que a recuperação dos processos econômicos, sociais, demográficos bolivianos⁷ e principalmente a conhecida tradição migratória da Bolívia (Gordonava, 2008, 2009; Mazureck, 2007, Domenech e Magliano, 2007) são essenciais para a compreensão deste fenômeno, torna-se necessário fazer alguns apontamentos sobre o quanto esse primeiro fluxo foi de fato determinante para a estruturação dos subsequentes. De acordo com a pesquisa realizada, pudemos constatar que há de fato um incremento no número de bolivianos chegados ao país nesta década, mas sua intensidade (bastante residual) e a maneira como se desenvolveu não parece alimentar uma continuidade da chegada de volumes similares nas décadas seguintes, já que entre 1950-1979 o número de entradas de bolivianos no Brasil voltou a cair, de acordo com as fontes disponíveis⁸. Os fluxos das décadas seguintes, a nosso ver, são ocasionados por questões que envolvem processos distintos.

A análise dos dados também indica que a migração neste período ainda estava relacionada à presença histórica e, apesar de contínua ao longo dos anos, pouco expressiva de bolivianos nas zonas de fronteira Brasil-Bolívia, já que a maior parte dos bolivianos chegados neste período concentrava-se no estado do Mato Grosso do Sul que faz fronteira com a Bolívia⁹. Além disso, revelam que, além dos migrantes qualificados que teriam vindo atraídos pelos acordos bilaterais de cooperação, vieram também migrantes muito pouco qualificados, em sua maioria

⁷ Em trabalho anterior (Xavier, 2010) essa recuperação foi feita a partir do levantamento da história do município de El Alto (La Paz, Bolívia) e suas conexões com a migração de bolivianos a São Paulo.

⁸ De acordo com a pesquisa “Estatísticas do século XXI (IBGE, 2006[2003]) que disponibiliza séries históricas do Censo demográfico brasileiro, entre 1950 e 1951, por exemplo, entraram 855 bolivianos no Brasil (Idem). Nos anos anteriores foram registrados números menores (256 em 1947, 306 em 1948 e 129 em 1949), e nos anos seguintes os números voltam a cair (apresentando poucas subidas), chegando a 1969 com 45 registros (IBGE, 2006[2003]). Composto esse quadro com os dados do Censo demográfico 2000, referentes aos bolivianos que ainda residem no Brasil hoje, 1.893 (de um total de 20387 censados em 2000) chegaram ao país entre 1950 e 1969, sendo que, nas duas décadas anteriores (1930 e 1940), somam-se apenas 261 migrantes bolivianos (que chegaram ao país nesse período e aqui permaneceram).

⁹ Para Souchaud e Baeninger (2009) esse movimento fronteiriço de pequena magnitude poderia ser visto mais como um transbordamento de um processo de redistribuição de população interna no interior da Bolívia que se inicia nos 1950, marcado pela migração de importantes contingentes populacionais da região andina à região das “terras baixas” do país, do que propriamente um fluxo “internacional”.

mulheres, como foi o caso de algumas que entrariam no país para trabalhar como empregadas domésticas.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o Brasil compartilha com outros países latino-americanos a circulação de qualificados fugidos dos regimes de exceção que tomavam conta do subcontinente de maneira predominante. Além do aumento do volume dos bolivianos chegados no país, observa-se nesse momento uma forte mudança na distribuição desses migrantes no território brasileiro, já que passam a apresentar uma concentração crescente no estado de São Paulo, tendência, que vai operar, a partir deste momento, num crescendo constante. Juntos, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo concentram cerca de 60% da migração boliviana ao Brasil nessas décadas, o que, nos períodos anteriores, só representava 25%, dado o maior peso, como dito, das regiões fronteiriças (Sala e Carvalho, 2008, IBGE, 2002).

A mudança de escala e a intensidade no processo migratório de origem na Bolívia e destino ao Brasil, reforçamos, no entanto, só são alteradas de fato a partir dos anos 1980 e, particularmente (mais intensamente) entre os anos 1990 e 2000. Neste ano (2000) o Censo brasileiro apontou para a presença de cerca de 20 mil bolivianos vivendo no país (IBGE, 2002). Ficam cada vez mais marcados também, a partir desse período, os contornos de um fluxo formado por trabalhadores cada vez menos qualificados: entre os homens, por exemplo, se os bolivianos de alto nível de instrução compunham 40% dos migrantes na década de 1970, representavam apenas 17% entre 1990 e 2000 (Sala, 2005, 2008).

Em relação à ocupação desses migrantes mais recentes, as atividades relacionadas à costura de roupas vão ganhando predominância ao longo das décadas. Atualmente, cerca de 43% dos bolivianos que vivem hoje na RMSP – nosso espaço principal de análise – estão imbricados em alguma atividade deste setor, sendo que 38% destes são propriamente operadores de máquinas de costurar roupas. Mesmo assim, não podemos ignorar o fato de que nem todos os bolivianos são costureiros e é essencial reconhecer a heterogeneidade do perfil desses migrantes. Não é menos importante reconhecer, por exemplo, o fato de que 8,6% dos bolivianos realizam atividades consideradas de alta qualificação, como médicos e dentistas. Essa heterogeneidade do perfil ocupacional, que é resultado, também, dos diferentes perfis migratórios predominantes em cada período de chegada no estado de São Paulo fica marcada também na composição etária e de gênero: no ano 2000, foram contabilizados no Censo 55,9% homens bolivianos residindo na RMSP contra 44,1% de mulheres, ambos concentrados principalmente nas idades produtivas.

A heterogeneidade dessa população que reside na RMSP também é um espelho dos diferentes tempos de permanência neste território: não podemos esquecer que 20,6% dos bolivianos residentes na RMSP habitam de 0 a 3 anos na UF de São Paulo¹⁰; 25%, de 4 a 9 anos; 16,8%, de 10 a 14 anos; 14,4%, de 15 a 24 anos e 23,2% estão há mais de 25 anos na UF (IBGE, 2002).

Para os objetivos deste trabalho, um dos elementos principais da evolução deste processo migratório é a consolidação de seu caráter urbano. À maior “urbanização” do fenômeno, alia-se também a concentração nas cidades do sudeste como o Rio de Janeiro e principalmente em São Paulo: em 2000 o estado de São Paulo concentrava 50,1% dos bolivianos residentes no país (Sala e Carvalho, 2008). Dentro do estado, a RMSP concentrava 44% dos bolivianos, e o seu município-sede 38% do total residentes no país em 2000, calculados em 8.910 de acordo com o Censo – número que certamente não expressa a verdadeira presença de bolivianos no espaço metropolitano¹¹.

Tabela 1. Brasil e UFs selecionadas. Distribuição proporcional dos nascidos na Bolívia por lugar de residência em 2000, segundo período em que fixaram residência no Brasil

Período que fixaram residência no Brasil	Residência no Brasil			
	Brasil	Rondônia	São Paulo	M. G. do Sul
Antes de 1970	25,8	20,6	20,4	47,7
1970-1980	16,0	15,1	14,7	13,7
1980-1990	20,5	28,8	20,3	13,4
1990-2000	37,8	35,5	44,5	25,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total abs.	20.389	2.354	10.223	1.873

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra). Sala, 2005: 63.

A face urbana desta migração, no entanto, não se restringe somente aos lugares de chegada e concentração no Brasil. Considerando os espaços de origem,

¹⁰ Para tempo residência, nossa referência será sempre a unidade da federação (São Paulo), a fim de evitarmos a não captação de dados por mudança de município dentro do estado de São Paulo.

¹¹ Em relação à dimensão numérica da população boliviana na RMSP – o que também é válido para o Brasil como um todo – existem duas tendências principais: uma suposta subestimação por parte do Censo e uma aparente sobrestimação nas estimativas apresentadas por entidades não-governamentais outros órgãos públicos (variando de 35 a 200 mil bolivianos vivendo na RMSP) que, muitas vezes, não baseiam seus dados em fontes primárias, o que acaba por torná-los pouco confiáveis, ainda que sejam amplamente reproduzidos. A essas tendências se associa o fato de que não existem pesquisas amostrais (*surveys*) significativas em relação às populações migrantes recentes no estado de São Paulo ou mesmo na RMSP.

na Bolívia, a pesquisa nos mostrou que muitas das trajetórias migratórias se iniciam também em cidades – ou tem nos espaços urbanos uma importante etapa de formulação do projeto migratório – sendo que em termos espaciais, a grande maioria dos casos observados, as trajetórias (percursos e caminhos percorridos) articulam, ao longo do processo migratório, espaços também urbanos.

Essa constatação nos levou a questionar, de um lado, a ideia bastante difundida de que os migrantes bolivianos que vivem no Brasil são oriundos de zonas rurais (cf. Silva, 2008:22), formulação que, a nosso ver, é ainda fruto de um olhar etnocêntrico, exclusivamente estruturado por nossas próprias referências, que projetamos sobre este outro. De outro lado, também guarda relação com o estancamento da teoria migratória do êxodo rural, categoria histórica e válida da migração, mas superada, como esse fluxo pode demonstrar. Além disso – e tentando conectar com lugares de origem – o reconhecimento da origem urbana deste processo nos aproximou do município de El Alto, na Bolívia, que apareceu um importante ponto de partida para os fluxos migratórios em direção a São Paulo, sobretudo a partir dos anos 1980, ideia que forjamos aqui como hipótese de trabalho.

Mesmo que não existam dados estatísticos ou pesquisas específicas sobre os locais de origem dos migrantes bolivianos que possam garantir mais precisão aos postulados, essa hipótese se sustenta a partir da literatura sobre migrações na Bolívia (principalmente Guaygua, 2008; Rojas e Guaygua, 2002), nas entrevistas realizadas em São Paulo e no trabalho de campo exploratório realizado na Bolívia¹². Sua demonstração, aprofundada em trabalho anterior (Xavier, 2009), foi formulada também a partir da reconstrução da história do município que nos leva ao resgate de alguns elementos históricos, políticos e demográficos da Bolívia, sobretudo algumas lógicas migratórias internas – cuja descrição ultrapassaria os limites deste trabalho. O centro dessa demonstração é o diagnóstico de que El Alto – a segunda maior e uma das mais “problemáticas” cidades bolivianas, conhecida como “cidade emergência” da Bolívia (Indaburu Quintana, 2004) – tem atualmente a função de “reservatório populacional” do Departamento de La

¹² Tanto nas entrevistas realizadas em São Paulo como no trabalho de campo exploratório feito na Bolívia, pudemos observar um vínculo entre a RMSP e a cidade de El Alto: uma parte dos entrevistados traçou a trajetória El Alto-São Paulo, reconhecendo também nas trajetórias de amigos, companheiros de trabalho e conhecidos a mesma origem migratória. Também observamos que a trajetória migratória nem sempre se inicia propriamente em El Alto, mas a passagem e experiência nessa cidade antes da chegada a RMSP é um fator importante no percurso.

Paz, sendo ao mesmo tempo importante receptor e forte expulsor de população, característica que contribui, de acordo com o desenvolvimento desta pesquisa, para a distribuição de migrantes para a RMSP¹³. Como bem sintetizam dois autores bolivianos, o eixo central desta questão é que “Mientras recibe contingentes importantes de migrantes del altiplano paceño y de otras latitudes, expulsa, aunque sea temporalmente, trabajadores y pequeños productores artesanos hacia ciudades argentinas, brasileñas y chilenas en busca de empleo y un futuro diferentes” (Rojas e Guaygua, 2002: 11).

Neste sentido, propomos pensar El Alto não somente como “cenário originário” dos fluxos migratórios, mas como produtor de uma singularidade específica enquanto espaço de formulação do projeto migratório no que diz respeito à experiência urbana acumulada (Domenach, 2007), neste lugar que passa a ser elemento central nos projetos migratórios dos bolivianos chegados na RMSP.

O aprofundamento da pesquisa em relação a este espaço de origem em específico, também pode revelar relações sobre dois importantes aspectos da migração boliviana recente ao Brasil e abrem caminhos para investigações futuras. O primeiro deles é a possibilidade de traçar um paralelo entre o perfil econômico de El Alto – baseado, sobretudo numa economia informal (Durán *et al*, 2007:12) que apresenta uma clara especialização no ramo da costura e produção têxtil (Rojas e Guaygua, 2002) – e a especificidade migratória dos bolivianos que vivem na RMSP em relação a este ramo característico de trabalho junto à costura. As redes sociais que se criam a partir dessa conexão – e que foram apontadas por outros autores no caso argentino (Caggiano, 2009) – podem fornecer um caminho de análise, levando-nos a constatar a ligação migratória entre El Alto e São Paulo, embora, isolada de outras indagações, essa análise não seja suficiente para compreendermos esse processo.

Um segundo aspecto diz respeito à importância da cultura aimara no entendimento da migração para o Brasil, dada sua preponderância na população de El Alto. Considerando as relações de compadrio e parentesco (família estendida), por exemplo, que estruturam as atividades econômicas da cultura

¹³ No que se refere aos fluxos internacionais, ressaltamos que hoje El Alto figura entre as principais cidades bolivianas que recebem remessas de migrantes internacionais. De acordo com Cortes (2008:92), com base em dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no conjunto das cidades bolivianas a cidade aparece em terceiro lugar em termos de recebimento de remessas (recebe 14% das remessas que chegam da Bolívia), ficando à frente da capital La Paz (que recebe 8% das remessas) e atrás somente de Santa Cruz de la Sierra (18%) e Cochabamba (17%), o que contribui para a hipótese aqui trabalhada.

aimara (Spedding, 2008), indagamos sobre a relação entre esse fluxo e o processo migratório: o movimento rumo a RMSP é calcado em um projeto individual ou familiar/coletivo? Em que medida esse traço cultural reflete a maneira como essa migração se desenvolve na cidade? Muitas das relações entre empregador e empregado nas oficinas de São Paulo são também de compadrio e familiares, e essas redes são definidoras do destino da emigração, assim como de uma melhor ou pior inserção inicial do migrante no mercado de trabalho no local de destino.

Acreditamos, de todas as formas, que o processo de redistribuição interna da população boliviana em direção a cidades, e em específico a esta cidade de El Alto – processo em que incide uma série de questões como transição demográfica, história do país etc. – pode influenciar enquanto origem urbana da população migrante que se concentra na RMSP. É importante deixar claro que não pretendemos aqui explicar a migração internacional para a RMSP como prolongamento das lógicas de redistribuição populacional internas ao país – o que seria poderia ser bastante presunçoso, já que se tratam de processos de natureza muito diferente –, mas sim buscar elementos de congruência entre esses dois fenômenos.

Um dos nossos pressupostos de trabalho é que há mais continuidade do que ruptura entre os espaços de origem e os de acolhida, permeados pelo deslocamento do migrante. A própria identidade do migrante não é construída no espaço de recepção, mas se situa na ponte entre dois países e duas identidades – ou seja, aquele que migra carrega em si mesmo uma dimensão comparativa entre dois (ou mais) espaços, entre duas (ou mais) fronteiras (Green, 2002). Isso nos ajuda a sair dos modelos explicativos que separam em polos distintos e distantes os lugares de partida e de recepção. Essa discussão nos servirá como pano de fundo para a discussão que segue.

Principais padrões de inserção socioterritorial dos bolivianos na RMSP

Métodos de trabalho

O contexto apresentado mostra que no Brasil os migrantes bolivianos estão bastante concentrados em grandes cidades e, mais especificamente, na Região Metropolitana de São Paulo. Mas como se localizam no interior deste vasto território? Quais são as formas de inserção residencial neste espaço? Grande parte deste trabalho é dedicado à apresentação e descrição desta espacialidade ainda pouco conhecida. A pesquisa valeu-se de diferentes fontes de dados, entre

secundários e primários dada, como dito, a falta de sistematização precedente deste tipo de informação. Descrevemos a seguir quais foram essas fontes, revelando seus limites e potencialidades e mostrando que a possibilidade de confrontá-las constitui uma das riquezas deste presente trabalho investigativo.

Uma das principais fontes usadas para a descrição dos lugares de concentração residencial – relativo à moradia e não relacionado, portanto, aos lugares de sociabilidade ou circulação na cidade – dos migrantes bolivianos na RMSP foram os microdados do Censo 2000 organizados por distrito, informação que nos serviu como base para grande parte dos resultados que aqui são apresentados, sobretudo em função de duas (entre outras¹⁴) potencialidades principais dessa fonte que dizem respeito, especificamente, ao nosso caso de estudo. A primeira delas é a cobertura e desagregação espacial: o Censo é a única fonte de dados disponível que traz informações migratórias (origem migratória da população) para todos os municípios do país e permite a desagregação dos dados na escala metropolitana e municipal, fundamental para a descrição da localização dos migrantes no espaço intra-urbano. Em segundo lugar, por ser uma pesquisa ampla, possibilita também o cruzamento desses dados com características socioeconômicas tanto do indivíduo como dos domicílios que nos foi essencial para entender alguns dos processos que ajudariam a explicar a localização territorial dos bolivianos na RMSP.

Neste trabalho consideramos a categoria de “local de nascimento” para definir os migrantes de origem boliviana. O recorte de local de nascimento exclui aqueles que não declararam ter nascido na Bolívia ou que não confirmaram a residência na RMSP no momento do Censo. Por outro lado, nos ajuda a captar os migrantes de uma nacionalidade específica (no caso os bolivianos) e inclui os migrantes que possam vir a ter conseguido a nacionalidade brasileira, mas são nascidos em um país diferente (Bolívia).

Em relação às limitações desta fonte de dados para a construção deste trabalho é de suma importância colocar a discussão de que, apesar do discurso

¹⁴ O caráter universal e simultâneo do Censo, o fato de que é feito de dez em dez anos, periodicidade e comparabilidade (visão de conjunto) são outras potencialidades importantes. Do ponto de vista da dimensão temporal, os quesitos sobre migração do Censo nos permitem periodicizar a migração estabelecendo “coortes” de migrantes segundo o período de fixação no país, no estado e no município. Sobre o aspecto espacial, as perguntas do Censo nos permitem diagnosticar: (i) a migração internacional (captando quem está no Brasil no momento do Censo); (ii) as migrações de longa distância (interestaduais e interregionais); (iii) a migração de retorno; (iv) as dinâmicas metropolitanas (migração intrametropolitana e pendular); (v) processo de urbanização (migração rural/urbana e urbana/rural) (Cunha, 2005).

usual nos levar a pensar no Censo como uma fotografia da realidade – o que supõe uma relação objetiva daquilo que pretende descrever – essa pesquisa de caráter abrangente não está livre de seu caráter de discurso que seleciona e exclui, por princípio, formas de ver essa realidade (Mera, 2010). Esse discurso, como assinala Mera (2010), é permeado por decisões científicas, políticas e ideológicas das quais não podemos pretender nos desamarrar. Ainda segundo a mesma autora que toma como base as discussões de Sayad (1998), no campo dos estudos migratórios essa questão é ainda mais latente pois, a classificação de emigrantes e imigrantes se baseia, em primeiro lugar, numa concepção sobre o próprio Estado e quem estaria dentro e fora dele estebelecendo uma relação de pertencimento. Essa decisão, não podemos deixar de ver, é criadora de identidades dos próprios sujeitos que são objetos de estudo deste trabalho.

Do ponto de vista operacional o Censo ainda apresenta outras limitações à pesquisa migratória e, especificamente à investigação sobre esse grupo em questão. Considerando a alta mobilidade dos migrantes bolivianos que pode ser entendida pelo viés da circulação migratória¹⁵ (Tarrius, 1996 *apud* Ma Mung et al 1999; Ma Mung, *et al.*, 1999), o Censo está limitado a captar alguns deslocamentos dentro de um amplo leque de fluxos migratórios (movimentos espaciais diversos, retornos etc.) já que só respondem a esta pesquisa os migrantes acumulados (*lifetime migrants*), que não reemigraram durante o período de observação e que sobreviveram à mortalidade (Cunha, 2005). Isso faz com que a pesquisa sobre migração com base nesta fonte não tenha um caráter retrospectivo e não capte as trajetórias migratórias completas. Outra limitação importante ao nosso caso está ligada ao fato de que a população boliviana residente na RMSP é uma minoria no âmbito da população geral (representam menos de 0,1% da população total da Região Metropolitana). Em função disso, é preciso sempre levar em conta que os dados e os cruzamentos de indicadores nos servem como amostra das principais tendências a respeito deste grupo e não podem ser tomados como representativos do ponto de vista numérico (Souchaud, 2010).

Existe também uma questão relativa à situação de irregularidade a que se encontra uma parte desta população, condição que se supõe operar na subenumeração do contingente representado no Censo e que ainda é bastante controversa (para uma discussão aprofundada cf. Xavier, 2010). Ainda, o fato de ter sido feito há dez anos, mostrando tendências que, evidentemente, podem ter

¹⁵ Para um aprofundamento desta questão cf. Xavier, 2010.

alterado ao longo desse período, faz com que muitas das informações possam estar defasadas. Quanto a esse fato, é importante ressaltar, como afirma Souchaud (2010), que o Censo deve ser considerado como um retrato de uma situação e tempo específicos e pode iluminar processos que, mesmo tendo passado tanto tempo, ainda não foram totalmente explorados nos trabalhos já realizados acerca dos bolivianos residentes na RMSP. Além disso, o uso de fontes alternativas puderam nos assegurar da compatibilidade daquilo que pode ser verificado a partir do Censo e checar alguns fenômenos e tendências observados.

Uma dessas fontes alternativas que possibilitaram essa confrontação de informações, sobretudo em relação à distribuição espacial dos bolivianos no município de São Paulo¹⁶, foi a base de dados do Sistema Informação Gerencial Ambulatorial da Saúde do Município de São Paulo (SIGA Saúde) parte do Sistema Único de Saúde (SUS). Datados em setembro de 2009 – nove anos depois da realização do último Censo, portanto –, os dados foram coletados junto à Coordenadoria de Saúde da Zona Oeste pertencente à Secretaria de Saúde do município de São Paulo e representam o número de cadastros daqueles que, pelo menos uma vez, se registraram em alguma unidade parte do Sistema Único de Saúde, separados por nacionalidade e região administrativa da cidade em que foram realizados. Esse cruzamento de informações – nacionalidade e região administrativa – nos foi fundamental na compreensão das formas de espacialidade dos migrantes bolivianos principalmente por comprovar e reforçar algumas tendências que haviam sido encontradas nos dados do Censo com dados mais atualizados, ainda que de outra natureza. Ao lado dessa potencialidade, esses dados também são permeados por uma série de limitações, que vão desde a limitação dos usuários – o banco se refere apenas aos que se inscreveram no SUS e utilizam seus serviços sendo que essa população não é representativa da população total do município – à duplicidade e sobreposição do cadastro (após a primeira carga ou cadastro no sistema, para todo usuário que não se encontra na base é feito um novo cadastro sem que seja feita a checagem da sua pré-existência) e a captação restrita dos estrangeiros no cadastro (só são captados pelo “quesito” nacionalidade que, muitas vezes, não é preenchido).

¹⁶ A base só permitiu o conhecimento sobre o município e não sobre a RMSP como um todo.

Mesmo assim, além das informações sobre a localização dos migrantes no município, no desenvolvimento da pesquisa, esses dados acabaram nos levando a uma análise interessante acerca do próprio sistema de saúde e a relação que os bolivianos estabelecem com este serviço, cujo aprofundamento de um lado, sobre a própria organização do sistema (Programa de Saúde da Família), – cujo espalhamento na cidade, a forma como está estruturado o atendimento permite um determinado tipo de acesso – e principalmente a forma como os bolivianos usam e valorizam o serviço nos ajudou a entender, também, algumas formas específicas de relação com a cidade.

Combinando as informações do Censo com a dos dados da UBS, a partir da indicação da concentração dos bolivianos em alguns distritos, foi possível selecionar algumas áreas para coletar observações de campo específicas nesses locais e aprofundar algumas questões sobre inserção espacial dos migrantes bolivianos nos bairros, como foi o caso do estudo de caso sobre o bairro da Casa Verde Alta (localizado na zona Norte do município de São Paulo), cujas análises são em parte descritas a seguir.

A essas fontes de dados foram aliadas as entrevistas em profundidade realizadas com migrantes bolivianos moradores de diversos bairros da cidade. A partir das mesmas, foram sendo reconstituídas histórias de vida, histórias migratórias e traçadas diversas trajetórias migratórias-espaciais (doze mais profundamente trabalhadas) que permitiram a elaboração de um conjunto de questões que permeiam as hipóteses desse trabalho, sobretudo em torno da relação entre os projetos migratórios e as trajetórias e escolhas residenciais.

A dualidade da localização centro-periférica entre os bolivianos

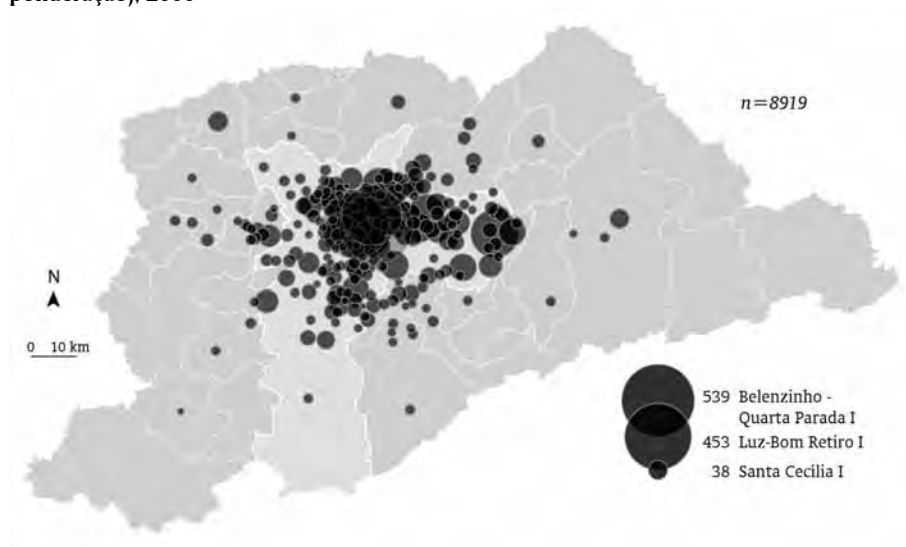
Ainda que existam poucos trabalhos precedentes que tratem especificamente da espacialidade dos migrantes bolivianos na RMSP ou no município de São Paulo (Souchaud, 2010 foi um dos primeiros a fazer esse levantamento), a maioria dos estudos, acadêmicos ou não, sempre relacionou os bolivianos aos bairros centrais da cidade de São Paulo, principalmente o Bom Retiro, Brás e Pari (cf., entre outros, Silva, 1995, 1997, 2003, 2008, mas também nossos trabalhos – Cymbalista e Xavier, 2007). Para além do fato de que, realmente, existem muitos bolivianos morando nessas áreas, e que alguns dos principais pontos de agregação comunitários estão também localizados nesses bairros, como comentaremos adiante, esse pressuposto também é resultado do fato de que, historicamente, estes foram os bairros que receberam muitos

imigrantes internacionais (Feldman, 2009; Truzzi, 2001) e também nacionais (Marum e Gomes, 2006) e, ao longo dos anos, foram sendo associados a “bairros de imigração internacional” sem que outros bairros pudessem cumprir esse papel. O que pode complementar a reiteração dessa visão é a referência de grande parte dos trabalhos que tratam de investigar a relação entre migrantes e a cidade, seguindo o modelo do enclave étnico (Wacquant, 2001), e das associações que decorrem da sua adoção – como a de um grupo étnico tende a aglomerar-se espacialmente (conjugando etnia e espaço), separando-se dos outros grupos e lugares da cidade (Cymbalista e Xavier, 2007), ainda que para essa discussão seja necessário analisar cada trabalho em particular.

Caminhando no sentido contrário desta prerrogativa, a pesquisa realizada mostrou que, de acordo o Censo de 2000 (IBGE: 2002), os bolivianos residem tanto nos bairros centrais do município de São Paulo (onde estão 27,2% deles) como em bairros bastante afastados deste centro – periféricos neste sentido, portanto –, tanto em direção aos distritos da zona norte (26,4% dos mesmos), quanto à zona leste (19,6%). Ainda que estejam mais concentrados no município-sede, existe um não menos importante movimento de espalhamento dessa escolha residencial nas áreas de fronteira entre São Paulo e outros municípios do entorno metropolitano bem como no interior de alguns deles como é o caso do município de Guarulhos (na direção noroeste da RMSP), onde concentra-se uma importante parcela dos mesmos (Aguiar, 2009). Os dados também mostram que os bolivianos estão presentes em 82 dos 96 distritos da cidade de São Paulo e 23 municípios dos 39 que compõe a RMSP¹⁷. O Mapa 1 mostra, em linhas gerais, o desenho desta localização formado por compartilhamento da localização dos bolivianos entre zonas centrais e periféricas desta zona metropolitana.

¹⁷ Em cada uma dessas zonas, no entanto, existe uma concentração maior em alguns distritos ou municípios específicos, e dentro dos distritos em alguns bairros, ou seja, ainda que haja bolivianos destas áreas descritas, evidentemente elas não são ocupadas com a mesma intensidade considerando, sempre, que o peso populacional é irrelevante em todos os distritos. Ao contrário dos distritos, os bairros da cidade de São Paulo, bem como no interior dos municípios do entorno metropolitano, não são áreas delimitadas oficialmente por nenhum órgão governamental.

Mapa 1. RMSP. Distribuição da população nascida na Bolívia, por local de residência (área de ponderação), 2000



Fonte: Souchaud, 2008

Aparentemente e, se fôssemos seguir as interpretações usuais – como o esquema clássico de ascensão à propriedade em áreas periféricas, num movimento centro-periferia (Patarra e Bógus, 1980) – para esse primeiro quadro apresentado, diríamos que as zonas centrais poderiam funcionar como lugares de chegada na cidade e, uma vez instalados, os bolivianos iriam para as periferias, adquirir suas casas onde se compra por mais barato, num movimento de consolidação da estadia na cidade. Mas será que esta lógica opera de fato entre os bolivianos? Para começar a responder esta questão, teríamos que saber se os migrantes mais antigos apresentavam uma alocação mais forte nos bairros centrais dispersando-se, ao longo tempo em direção às áreas periféricas, e também se as novas coortes migratórias¹⁸ teriam partido rumo a uma maior diversificação espacial, representada, sobretudo, pela expansão da localização nos espaços que denominamos aqui como periféricos. Ou seja: a ida às periferias é um fenômeno mais recente ou sempre foi presente na localização dos bolivianos na RMSP?

¹⁸ Esse termo está sendo empregado aqui como referência aos agrupamentos que fizemos de acordo com os diferentes tempos de residência na RMSP.

Os dados revelaram que, quanto menor o tempo de residência na UF, maior a concentração na Zona Norte (principalmente) e Leste. De certa forma, essas regiões vão ganhando predominância ao longo dos anos, sem que, no entanto, o Centro perca sua importância como localização residencial dos bolivianos, já que, desde a década de 1970, cerca de 30% dos que residem na RMSP se alocaram nessa área. As zonas Leste e Norte já se apresentam como pontos de referência para todas as coortes migratórias, incluindo os bolivianos que chegaram antes da década de 1970 (embora não saibamos se mudaram para essas áreas mais tardiamente, depois de já residirem há algum tempo na área metropolitana).

Outro aspecto importante é que, quanto maior o tempo de moradia na UF, maior também a diversificação dos lugares de moradia nas várias zonas, o que faz com que a zona Oeste, por exemplo, apresente uma importância maior em termos de localização somente para os bolivianos que já estão na RMSP há mais de trinta anos. A presença nessa zona é claramente decrescente conforme nos aproximamos das novas coortes.

Assim, podemos indicar que a ocupação dos bairros mais afastados do centro em direção às zonas Norte e Leste é maior entre as novas coortes, passando a ser mais representativa a partir dos anos 1980, quando a migração de bolivianos a São Paulo, como mostramos, passa a assumir uma nova escala e novos contornos, sobretudo sócio-ocupacionais. Essas áreas, no entanto, são historicamente importantes entre os bolivianos desde a década de 1970, o que nos ajuda a entender que sempre funcionaram como lugares de interesse, entre esses migrantes, nas escolhas e estratégias residenciais.

Essas observações nos levam a questionar a ideia de que o centro seria o principal lugar de chegada dos migrantes – já que os bolivianos também chegam diretamente nas outras zonas citadas, conforme vemos entre os migrantes mais recentes; e também a associação da mobilidade residencial na cidade com a mobilidade dos grupos sociais, em concordância com a lógica de que, quanto maior o tempo de residência, mais “bem sucedida” seria a localização urbana. Se isso vale para os bolivianos que residiam em 2000 nas zonas Oeste e Sul (zonas mais ricas do município), que, de fato, estão há mais tempo na cidade, a mesma lógica não opera no caso daqueles que residem também há mais tempo e se encontram hoje em zonas consideradas periféricas.

Nesse momento, somos pautados por algumas questões centrais: se a periferia e o centro funcionam, simultaneamente, como espaços de chegada e

ascensão na cidade, quais os significados dessa inserção espacial? O que a dupla alocação centro-periferia nos revela acerca desse processo? Por que ele ocorre dessa forma?

Em primeiro lugar é preciso reconhecer que, evidentemente, essa localização é impactada pelos processos de formação urbana – os processos de metropolização e de periferização – e, é claro, pelas transformações na indústria têxtil, que tem impactos e um tipo de organização no território bastante peculiar e parecem afetar esse grupo mais diretamente, já que estão majoritariamente associados a este ramo econômico.

Nesse sentido é bastante relevante observarmos, no período recente, e mais acentuadamente a partir dos anos 1980, as importantes transformações econômicas sofridas pela RMSP, entre as quais esteve a diminuição do processo de concentração industrial: se nos anos 1970 só a cidade de São Paulo centralizava metade da força industrial do estado – e uma parcela significativa do Brasil – em 1991 ela passa a deter somente um terço (Cano, 2007[1997]). Esse recrudescimento da participação da indústria na RMSP, no entanto, foi acompanhado pelo aumento do setor terciário (comércio e serviços), sem que, no entanto, pudesse ter sido verificada uma queda absoluta na produção industrial da região¹⁹. Assim, ainda que parecesse operar, de fato, a reversão da polarização industrial da RMSP, num processo denominado por alguns autores como “desindustrialização”²⁰, outros preferiram qualificá-lo como reestruturação produtiva²¹. Essas mudanças, no entanto, não alteraram a centralidade da RMSP como núcleo financeiro e industrial do país.

No bojo do processo de reestruturação produtiva da economia da RMSP – que não se restringe à dimensão econômica, mas também social, política, cultural e espacial (Baeninger, 2004) – a indústria de confecção tem sido afetada por transformações importantes na sua forma de produção, nos arranjos de mão de obra e na sua espacialidade. Ainda hoje, no entanto, é um dos segmentos da

¹⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o debate em torno do peso da indústria na RMSP bem como das atividades terciárias, cf., entre outros, Comin e Almitrano (2005) e Meyer, Grosteien *et al.* (2004).

²⁰ Essa denominação foi citada por Garcia e Cruz Moreira (2004) fazendo referência ao estudo de Tinoco (2002) sobre como esse processo foi chamado.

²¹ Esse conceito faz parte de um debate amplo em torno das “transformações recentes da economia em âmbito internacional, cujas interpretações têm se pautado, basicamente, na vertente da escola da regulação, perspectiva que fundamenta a crise econômica como a crise do regime fordista de acumulação, e na abordagem da nova divisão internacional do trabalho” (Baeninger, 2004b). Para uma visão mais aprofundada desse debate, cf., entre outros, Harvey (2008 [1989]); Castells (2009 [1972]) e Sassen (2001 [1991]).

indústria de transformação que mais empregam na cidade de São Paulo (Freire da Silva, 2008) e que mais cresceram nos últimos anos (Kontic, 2001, 2007).

A história do desenvolvimento deste setor²², que nos remete aos anos 1950, está ligada tanto ao desenvolvimento de grandes plantas industriais, quanto à formação dos bairros centrais de São Paulo (sobretudo Bom Retiro e Brás) e à chegada de importantes fluxos migratórios²³. Do ponto de vista territorial, inicialmente baseada na separação entre comércio e indústria, no alto grau de formalização das relações de trabalho e na tendência à verticalização da produção nas fábricas, somente a partir do final da década de 1970, começam a se delinear outras formas de produção nesse setor. Entre as principais transformações (que se somam a avanços tecnológicos etc.), as fábricas vão perdendo tamanho (predominando as de pequeno ou médio porte) e passam a concentrar os processos de criação, modelagem, corte de tecido e comercialização de produtos finais (Georges e Silva, 2007). A costura, parte intensiva da mão de obra, vai sendo terceirizada para oficinas externas, alterando a lógica do trabalho assalariado para a prestação de serviços, em meio a uma clara diminuição dos empregos formais no setor (Idem).

Esse sistema, baseado na flexibilização do trabalho (informal) para fora do âmbito da fábrica, como dissemos, resulta num espalhamento das oficinas²⁴ por vários lugares da cidade, sobretudo nas áreas periféricas (Freire da Silva, 2008). Os principais eixos desse espalhamento territorial – que coincidem com os vetores de localização dos bolivianos na RMSP – são o extremo da zona Leste, alguns distritos da zona Norte e também alguns municípios da RMSP, como Guarulhos²⁵ (Georges e Silva, 2007). No entanto, é sempre importante lembrar que não é boliviana a principal mão de obra da indústria de confecção de São Paulo. Embora

²² Sobre a história da indústria da confecção na RMSP cf., entre outros, Kontic (2001); Kontic (2007); Garcia e Cruz-Moreira (2004).

²³ Nos referimos aqui novamente ao período de “migração em massa”, entre o final do século XIX e início do XX, sobretudo a partir da década 1920. Para essa questão cf. entre outros, Ricupero, 2001; Truzzi, 2001; Rolnik, 2003 [1997]; Póvoa, 2007; Feldman, 2009; Marum e Gomes, 2009.

²⁴ As oficinas podem variar muito de tamanho, desde uma pessoa até vinte empregados. No que se refere à produção nas mãos de costureiros bolivianos, nos casos que entrevistamos ou pudemos presenciar pessoalmente, as oficinas também podem variar a composição entre dois, dez ou mais empregados que, vale reforçar, costuma mudar bastante ao longo do tempo. Os empregados não parecem constituir, em nenhum dos casos, uma força de trabalho constante, somente quando participam apenas os membros da família mais próxima (um casal, por exemplo).

²⁵ Georges e Silva (2007) citam, ao Leste, os distritos de São Miguel, Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes; na zona Norte, Vila Maria e Casa Verde. Guarulhos é citado em outra versão desse mesmo artigo.

haja uma participação crescente de migrantes internacionais imbricados nessa produção, como os coreanos²⁶, a maior parte da força trabalhadora neste ramo é feminina e composta por migrantes internos (Souchaud, 2010), sendo que grande parte das mulheres costureiras são ex-trabalhadoras das antigas fábricas do Brás e Bom Retiro, ou seja, profissionais com experiência acumulada no ramo (Georges e Silva, 2007). As costureiras levam o trabalho para o âmbito doméstico e, numa sobreposição entre local de residência e fluxo de encomendas, concretizam o espalhamento territorial da produção de roupas em São Paulo.

Do ponto de vista da formação urbana deste território, acompanhando processos de natureza diversa – como perda da atratividade populacional, reorganização da população no seu interior – esse tipo de reorganização das lógicas de produção contribui, também, para o embaralhamento das lógicas que separa, por exemplo, “polaridades bem referenciadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado formal e mercado informal” (Telles, 2006: 49).

Mesmo que São Paulo ainda mantenha sua riqueza de forma altamente concentrada e desigual – perpetuando em escalas diversas o modelo centro-periferia²⁷ como molde do espaço urbano – esse padrão predominante de segregação socioespacial vem se transformando (Caldeira, 2000). Também a forma de conceber esses processos sofre mudanças importantes (Marques e Torres, 2005) à medida que os estudiosos vão revelando que “a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha (...)” (Telles, 2006: 60).

²⁶ De acordo com alguns autores, esse sistema foi encabeçado principalmente por migrantes coreanos (Choi, 1991) que, no início, contratavam seus próprios conterrâneos nas pequenas oficinas. Na RMSP em 2000 existiam cerca de 150 mil costureiros (a maioria nordestinos) sendo que foram identificados apenas 5 mil costureiros latino-americanos. No entanto, se os migrantes internacionais representam 2,8% do total de costureiros destes, 93% são bolivianos (Souchaud, 2010). Essa inserção remete aos anos 1980, e os bolivianos, aparentemente, começaram a trabalhar primeiramente nas oficinas de costura, ainda de propriedade de coreanos (Freitas, 2009; Buechler, 2004). Mais tarde, os coreanos passam a se especializar, cada vez mais, no setor de *design* e inovação (estabelecendo conexões, internacionais), sendo que os bolivianos ficam cada vez mais responsáveis pela produção nas oficinas de costura, passando também, mais tarde, a se tornar proprietários delas.

²⁷ O padrão centro-periferia marcou o desenvolvimento da RMSP tanto no interior do município-sede quanto na sua relação com os municípios circundantes. Baseado em altas disparidades de infraestrutura, de qualidade de vida e toda sorte de indicadores sociais (como a mortalidade infantil, muito maior em algumas zonas periféricas do que nas centrais), possui, de acordo com Caldeira (2000:218), quatro elementos principais: (i) trata-se de um modelo disperso e não concentrado; (ii) as classes sociais vivem longe umas das outras no espaço da cidade, sendo os ricos nas zonas centrais, legalizadas e bem-equipadas, e os pobres nas zonas periféricas, precárias e quase sempre ilegais; (iii) a aquisição da casa própria é um modelo central para pobres e ricos; (iv) o sistema de transporte se baseia em ônibus para os pobres e carro para os ricos.

Observando essas questões na sua articulação com a presença e inserção socioterritorial dos bolivianos na RMSP, no que segue, fomos procurando problematizar essas questões em cada uma das áreas em que se encontram mais fortemente concentrados.

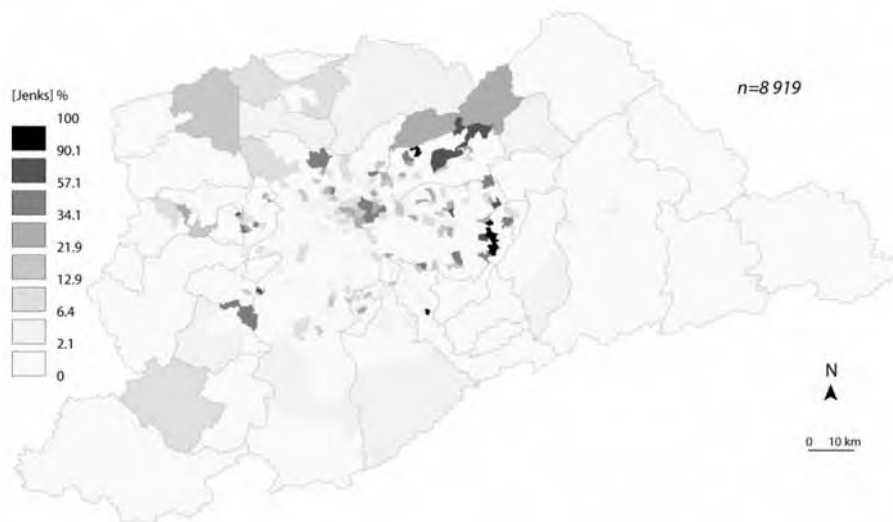
Uma leitura da inserção socioterritorial dos bolivianos na RMSP a partir das relações entre determinantes estruturais e os projetos migratórios

Os bolivianos no centro de São Paulo: ocupando um lugar imigrante por excelência

Como dito, em relação à presença de imigrantes internacionais na cidade de São Paulo, a localização dos bolivianos nos distritos centrais (mais concentrada, por ordem decrescente, nos distritos de Bom Retiro, Belém, Brás, Pari, República e Santa Cecília), não é inédita. Ao contrário, reforça a presença histórica de diferentes ondas migratórias internacionais, mas também internas, e que encontraram nesses espaços condições importantes para sua concentração na cidade. Como vemos no Mapa 2, esse processo é oposto ao que ocorre com a localização dos bolivianos nas zonas periféricas e intermediárias de São Paulo e em outros municípios da RMSP (como no caso de Guarulhos), em que são “pioneiros” em termos de ocupação por migrantes não-nacionais (Souchaud, 2010). Aparentemente, existem nos bairros centrais determinados atributos que parecem servir tanto aos migrantes do passado quanto aos mais recentes.

Embora cada um dos bairros centrais citados possua uma história particular, podemos dizer que são distritos historicamente industriais e operários, sendo que, do ponto de vista de sua constituição e crescimento, como dito, estiveram muito associados ao período de imigração internacional em massa. A atividade industrial principal nesses espaços (sobretudo Brás, Bom Retiro e Belém) girou em torno do setor de confecção de roupas, que contribuiu para a sua estruturação espacial e produtiva, formando o que Becattini (1999 *apud* Freitas, 2009) denominou como distrito industrial especializado – o que remete à lógica de concentração espacial de uma atividade produtiva específica. A participação dos diversos grupos migrantes nessa indústria e nesse espaço parece ir além, no entanto, de uma simples associação entre grupos, atividades e espaço, criando uma lógica que alia imigração e especialização laboral que caracterizou a indústria do vestuário também em outros contextos, como na França (Green: 1997 *apud* Feldman, 2009).

Mapa 2. Distribuição relativa da população nascida na Bolívia sobre a população total nascida no estrangeiro na RMSP, por áreas de ponderação, 2000 (%)



Trabalhando mais especificamente com o bairro do Bom Retiro, Feldman (2009) mostra que foi em função da conjunção de lógicas de vizinhança (condição de “bairro”) e produção (condição de “centro”) que se criou a especificidade e perenidade das lógicas de aproveitamento das estruturas pelos sucessivos grupos migrantes, o que, acreditamos, também tem uma influência importante na inserção dos bolivianos nesse espaço.

Em termos gerais a ocupação dos bolivianos nesses bairros é mediada, sem dúvida, pelo aproveitamento da base material a que se refere Feldman, concretizada pela perpetuação do bairro ainda como centro da elaboração e comércio têxtil (embora sua produção cada vez mais espalhada nas oficinas de costura em várias partes da cidade, como dito). Estar no centro significa estar próximo dos produtores de linhas, tecidos, dos locais de corte, dos fornecedores, de onde se vendem e se concertam máquinas de costura, e, ao mesmo tempo, perto dos principais locais de venda das mercadorias, locais de circulação de trabalhadores envolvidos nessa área.

A localização residencial em função do trabalho também ocorre, no caso dos bolivianos, pela conjugação desses espaços com a função de moradia. Nesse caso, como nossa fonte de informação principal para a localização desses migrantes é o Censo (cuja base é o local de residência) essa indicação nos favorece no sentido

de observar, também, os locais de trabalho dos bolivianos. Como pudemos verificar nas entrevistas e no trabalho de campo – que confirmam esse postulado – é muito comum entre os bolivianos trabalhar e morar no mesmo local: se para os que acabaram de chegar essa é uma maneira mais simples de solucionar a questão da moradia, também se torna mais rentável aos empregadores manter sua força de trabalho perto do trabalho. Com isso, não é necessário o pagamento de transporte, por exemplo, e os gastos com alimentação, que fazem parte dos pequenos salários dos costureiros, são diminuídos com a comida feita em casa e dividida entre todos. Nesses casos, operam ainda lógicas em torno de relações de parentesco, que estruturam em muitos casos tanto os processos de acolhida na cidade como a organização produtiva das confecções de costura que implicam pensar a migração também como projeto coletivo, sobre o qual trataremos adiante.

Se a relação com o trabalho parece determinar a especificidade da localização central, ela também é aparentemente válida na inserção espacial nos outros lugares da cidade (sobretudo nas periferias) embora nestes ocorra de outra forma. Ou seja, as relações de trabalho, da maneira como estão organizadas entre os bolivianos, parecem ser determinantes dos diversos tipos de localização. Ainda que seja clara a concentração dos que trabalham com costura nas áreas centrais, eles também se encontram em quase todas as áreas onde predomina a localização de bolivianos o que nos faz concluir que bolivianos envolvidos em um mesmo ramo de trabalho, o da costura, não estão todos no mesmo espaço, ou seja, não há uma sobreposição clara entre ramo de trabalho e concentração espacial específica²⁸.

Ainda sobre a alocação socioterritorial dos bolivianos segundo a ocupação principal, pudemos observar que, entre os gerentes de empresas e médicos, existe uma maior diversificação espacial, principalmente em direção aos lugares

²⁸ Ainda que esse texto não trate da relação dos bolivianos com outros grupos migrantes, cabe aqui uma consideração sobre a relação com os migrantes coreanos sobre as quais se credita, sobretudo a partir do trabalho de Freitas (2009), uma confluência dos movimentos migratórios (bolivianos e coreanos) por meio da ideia de formação de uma “cadeia migratória”, que põe em operação e em circuito grupos migratórios e um nicho produtivo específico (a indústria e comércio de roupas), como já mencionado. Para esse trabalho é importante mostrar que apesar dessa forte confluência entre esses dois fluxos migratórios na indústria de confecção de roupas, com funções aparentemente complementares, esta não se reflete numa posição semelhante do ponto de vista espacial já que, enquanto os locais de residência para os dois grupos são coincidentes no centro (onde os coreanos estão fortemente concentrados) e em alguns poucos lugares da zona Norte, essa sobreposição é menos evidente na Zona Leste. Em resumo, cada um desses grupos possui lógicas distintas de inserção social no espaço.

mais abastados da cidade, na zona Oeste e Sul. Entre os que trabalham como ambulantes, como vemos, também existe uma importante concentração central, remetendo a locais que são referência para revenda de produtos já citados (incluindo roupas), embora também seja possível vislumbrar um espriamento nas direções Leste e Norte.

O centro também é um lugar em que a opção de morar de aluguel parece ser mais viável para os migrantes bolivianos: nessa área, 71,4% das residências ocupadas por esses migrantes são alugadas (IBGE, 2002). Essa porcentagem é, inclusive, superior ao índice de domicílios alugados na zona como um todo, já que, nos bairros centrais aqui considerados, o índice de moradia por aluguel em 2000 era de 40,9% (Infolocal; Sempla/Dipro; IBGE, 2002), valor acima da média do município (22%) (SEADE, 2010). No entanto, considerando especificamente os bolivianos, somente metade dos que vivem na RMSP mora em residências alugadas (51,8%), o que parece ser sintomático quando pensamos na forma de morar da RMSP como um todo, já que mais de 69% dos moradores da área urbana do município de São Paulo vive em domicílios particulares permanentes próprios (SEADE, 2010), o que também pode ser estendido à área metropolitana (Rolnik, 2003 [1997]).

Além da possibilidade do aluguel, os distritos centrais parecem conjugar, em um só espaço, diversas funções (moradia, lazer, trabalho etc.), ou seja, possui a qualidade da multifuncionalidade, da diversificação social, aliada à acessibilidade e à forte presença de infraestrutura urbana. Essas qualidades dos bairros centrais – que são compartilhadas com centros em geral (Meyer e Grostein, 2010) – garantem ao espaço, certamente, atributos importantes na localização de migrantes o que se reflete no compartilhamento desse espaço entre os bolivianos e outros grupos de migrantes recentes e antigos, conforme relatado.

Os espaços de convivência e sociabilidade dos bolivianos em São Paulo não são amplos e tampouco numerosos e sua concentração apareceu na investigação como razão de escolha de localização na cidade. Embora existam pontos de encontro em várias partes da cidade²⁹ – quadras de jogos de futebol, pequenas feiras de rua, comércios e bares – dois espaços principais (mais citados nas entrevistas e também mais conhecidos entre a população paulistana em geral) estão localizados no centro. São eles a Praça Kantuta (no Pari) onde é organizada uma feira de produtos típicos aos domingos e a Rua Coimbra (no Brás), lugar que

²⁹ Sobre os espaços de agregação, convivência e sociabilidade entre os bolivianos, consultar Xavier, 2009b.

concentra, de maneira “permanente” todos os dias da semana diversos tipos de comércio, casas de serviços e lazer voltadas a essa população e também a Igreja da Paz (no Glicério, também no centro), gerida por missionários scalabrinianos, que mantêm no mesmo local a Pastoral dos Imigrantes Latinoamericanos, entidade que presta assistência jurídica, psicológica aos migrantes, e a Casa do Migrante, um albergue que recebe aqueles que ainda não têm onde se instalar e é um importante espaço coletivo dos bolivianos, especialmente entre os recém-chegados. Esses lugares apresentam significados diversos entre os bolivianos. Em relação à Praça Kantuta, em alguns casos, os entrevistados nela encontraram trabalho, em outros, a feira é procurada para comprar produtos típicos, ou ainda para encontrar amigos e para se divertir, beber e dançar nos dias de descanso. Na rua Coimbra, muitos bolivianos disseram estabelecer com esse espaço uma relação cotidiana e de confiança, sobretudo com comerciantes locais que tornam-se pessoas conhecidas e confiáveis entre os mesmos.

A acessibilidade também apareceu como fator importante da localização no centro, já que muitos bolivianos consideram que “estar perto do metrô”, por exemplo, torna a conexão com outros lugares mais fácil e permite uma maior circulação nos espaços da cidade.

Esses mesmos fatores, sobretudo a ampla oferta de infraestrutura, que contribuem para a valorização fundiária (e o preço do aluguel) nessas áreas, têm como um dos resultados a perda de atratividade para a habitação para muitos grupos da cidade. No centro de São Paulo, desde a década de 1960 se observam um arrefecimento do crescimento demográfico acompanhado de evasão populacional, até os tempos recentes, que culminou em taxas de crescimento bastante negativas (Januzzi, 2002); dinâmica que, pela primeira vez parece estar sendo revertida, principalmente em alguns distritos como o Pari, de acordo com os primeiros resultados do Censo de 2010 recém divulgados em matéria de jornal³⁰ (Pereira e Dantas, 2011). O processo de esvaziamento é simultâneo ao da ocupação dessas áreas de forma precária – cortiços e ocupações irregulares – que tem se mostrado alternativas aos altos custos de moradia, o que pode ser uma das maneiras de explicar seu recente repovoamento. Ao que parece, a ocupação desses espaços por parte dos migrantes bolivianos e outros migrantes internacionais recentes pode relativizar esse esvaziamento (Souchaud, 2010) como também indica o trabalho de Pacca (2010) em relação aos coreanos no

³⁰ Até o momento não se tem acesso aos microdados do Censo para manipular essa informação diretamente.

Pari (são atuais grandes proprietários dos imóveis do bairro) e também pesquisa recente em desenvolvimento (Souchaud, Cymbalista e Xavier, 2011). Sobre este último elemento, no entanto, parece haver mais dúvidas do que respostas sendo que parece essencial nos questionar por que os bolivianos vão ocupar essas áreas aparentemente “abandonadas” pelos setores em ascensão da sociedade paulistana e o que estaria interferindo nessa dinâmica.

Nos bairros centrais, portanto, é possível encontrar a conjugação de fenômenos articuladores de densidade e variedade de oportunidades. Agregando às considerações em torno das determinantes histórico-estruturais descritas que interferem na localização desses migrantes nesses espaços, do ponto de vista dos projetos migratórios, a pesquisa mostrou que essas características fazem com que espaço funcione para muitos migrantes como um lugar de transição na cidade, principalmente nos momentos mais críticos de suas trajetórias: os momentos de chegada (quando ainda não se conhece pessoas e os próprios espaços, quando predominam o desconhecimento e a falta de referências) que muitas vezes coincidem com períodos de maior fragilidade como são aqueles relacionados a etapas da vida como a separação de um cônjuge, a viuvez, quando menos se pode contar com relações de parentesco, amizade e redes sociais em geral.

Numa outra face desta mesma situação, durante a presença na cidade, nesses espaços podem ser vivenciados e viabilizados, também, processos de independização. Somente nesse ambiente onde prevalece e se concentra uma série de recursos urbanos e sociais é possível manter-se por conta própria, tornar-se independente da família, viabilizar projetos mais autônomos, depender menos de outras pessoas a não ser de si mesmo, ainda que se mantendo de uma forma mais precária. Aqui consideramos, também, que das relações familiares e de parentesco depreendem-se além do conforto e segurança, também contrangimentos sociais que podem se materializar no casamento, na família, etc. dos quais o distanciamento é muitas vezes necessário para a realização de diversos tipos de projetos.

Cabe ressaltar que não estamos nos referindo somente a recursos materiais agregados nos espaços centrais, mas também simbólicos que são delimitados não somente por linhas de metrô e concentração de serviços. Em uma das entrevistas ficou claro na fala de uma boliviana recém-separada que vive em São Paulo com dois filhos que, sair do centro, significa não poder mais escutar a rádio boliviana – cujo alcance é circunscrito às áreas centrais da cidade – que a mantém informada e conectada a uma série de redes. Nesse caso temos o desenho desta centralidade

– e tudo o que aqui a atribuímos de significado – traçado por ondas de rádio. Esse exemplo deixa claro que para aqueles que tem menos recursos materiais e sociais fazem maior uso da infraestrutura material e simbólica existente neste espaço.

Os bolivianos nas zonas Norte, Leste e no município de Guarulhos: uma inserção nas periferias da metrópole

A localização dos bolivianos em outras zonas da cidade que não o centro, ainda que mantenha relações com a indústria de confecção e, portanto, com trabalho, nos mostra outras lógicas no que diz respeito à inserção territorial. Em cada uma dessas áreas, no entanto, podem ser observadas outras questões específicas para problematizar a localização dos bolivianos.

Na lógica geral da cidade, sair do centro em direção à periferia para resolver a questão da moradia significa, muitas vezes, se afastar dos locais de trabalho, das áreas de concentração dos empregos, ainda que elevando os custos de transporte, o que, muitas vezes, acaba por não diminuir relativamente os custos com habitação. No caso específico dos bolivianos, dada a organização do trabalho em grande parte centrada nas oficinas espalhadas pelo território da cidade, que se misturam com os locais de moradia, a ida para regiões mais distantes do centro, como a zona Leste, pode não sofrer esse tipo de impacto.

Na zona Leste, sobretudo nas áreas que podem ser consideradas como “periferia em expansão”³¹, os bolivianos são os únicos migrantes internacionais habitando um espaço historicamente (desde os anos 1950), mas também recentemente, ocupado por migrantes nordestinos (Almeida, D’andrea *et al.*, 2008).

A partir do trabalho de Freire (2008), a localização de bolivianos em direção à zona Leste³² – sobretudo no distrito de Lajeado, que faz fronteira com o município de Ferraz de Vasconcelos –, mas também em diversos distritos da zona Norte³³, remete às lógicas de espalhamento das redes de subcontratação ligadas à indústria de confecção de roupas para diversos pontos das periferias da cidade. Para o autor, essas regiões, em conjunto com o Brás e Bom Retiro, formam o eixo atual da produção da indústria da confecção em São Paulo (Freira da Silva, 2008).

³¹ Que ainda mantém crescimento populacional positivo.

³² Em relação à zona Leste, o autor cita os distritos de São Miguel, São Mateus, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianazes, Lajeado e Cidade Tiradentes, ou seja, os distritos mais afastados dessa zona, considerados como “periferia em expansão”.

³³ Na zona Norte, Freire da Silva (2008) cita os distritos de Vila Maria, Vila Guilherme e Casa Verde. São distritos localizados ao sul da zona Norte, mas perto do centro, considerados como “periferia consolidada”.

Em relação especificamente a esta zona, Freire da Silva (2008) afirma que as redes de subcontratação que operam via oficinas de costura fazem “a ligação entre o extremo leste e o tradicional centro têxtil da cidade de São Paulo” (Freire da Silva, 2008: 53). O autor coloca que a expansão do circuito têxtil se deu em função de que as principais linhas de acesso da região (Radial Leste, trem metropolitano) ligam Guaianases ao Brás, e atribui a formação da região ao desenvolvimento do centro expandido da cidade:

O Brás, em especial, há muito tempo polarizou-se como lugar de convergência para a zona leste. Desde as primeiras décadas do século XX, já concentrava o comércio popular e as primeiras indústrias de São Paulo ligadas à produção têxtil e às confecções se instalaram ali. De modo que, no Brás e no Bom Retiro, se aglomeravam os empregos mais acessíveis para quem morava nos bairros mais distantes do lado leste da cidade (Freire da Silva, 2008: 54).

Seguindo a mesma lógica, a ocupação rumo à zona Norte também poderia ser explicada, segundo o autor, pela continuação espacial com o bairro do Bom Retiro. A ideia fundamental desse raciocínio é a expansão territorial com base numa continuidade espacial e a expansão da própria indústria, por meio de diversos mecanismos. A nosso ver, essa explicação parece operar mais facilmente no caso da continuidade Bom Retiro – zona Norte – já que os bairros mais fortemente ocupados por bolivianos, como Casa Verde, Vila Maria estão muito próximos do Centro – do que no caso da ocupação na zona Leste. A partir desses bairros, existiria a alocação para distritos mais distantes da área central, como Perus, Jaçanã, Tremembé, onde também percebemos a presença de bolivianos. Entre o centro e a zona mais extrema do Leste (onde encontram-se os bolivianos nesta zona), forma-se um grande vazio em termos de ocupação por esse grupo e, nos perguntamos se, numa lógica de continuidade espacial, como se explicaria a não ocupação nos espaços intermediários.

Na zona Norte, nas “zonas intermediárias” ou “periferias consolidadas”, trabalhamos com a hipótese de que a localização dos bolivianos é mais antiga e está relacionada, também, com os primeiros migrantes da Bolívia que chegaram a São Paulo (ali se localizou a Associação dos Residentes Bolivianos, ARB, segundo Galetti, 1995). Nesses espaços também é mais evidente a conexão dessa ocupação com uma frente de expansão da localização desses migrantes a partir dos distritos centrais, sobretudo o bairro do Bom Retiro. Nesse caso, nosso critério é, novamente, a continuidade espacial.

Em relação à ocupação do município de Guarulhos, seguindo a lógica da continuidade espacial, podem existir eixos de conexão, tanto em relação à zona Norte como à zona Leste, já que o município pode ser localizado no cruzamento dessas duas áreas as unindo espacialmente.

A ocupação nessas zonas como um todo, que denominamos aqui como zonas pioneiras, também guarda relação com lógicas gerais de localização residencial que operam na cidade, como o tipo de moradia, custo, acessibilidade, que mantiveram o padrão de crescimento periférico da RMSP. Em outras palavras, os bolivianos mais pobres, assim como os moradores de baixa renda da cidade, buscam as zonas mais distantes do Centro em função de custos mais acessíveis de aluguel e, principalmente, facilidade para a aquisição de imóveis.

Esse tem sido o eixo explicativo para o entendimento da expansão dos distritos localizados ao extremo Leste do município de São Paulo, como é o caso de Lajeado (na fronteira com o município de Ferraz de Vasconcelos). Trata-se de um dos distritos que mais cresceram em termos populacionais entre 1991 e 2004, passando de 112.392 para 171.901 habitantes (crescimento de 3,3%), ficando atrás apenas de algumas áreas da zona Leste, como Cidade Tiradentes (crescimento de 6,9% no período) (SEADE, 2010). Dos distritos da zona Leste, Lajeado apresentou-se como um lugar de maior concentração de bolivianos, segundo os dados do Censo, que foram confirmados durante o trabalho de campo e a coleta junto às unidades PSF de Saúde (ainda que os dados do registro do SUS apontassem para uma presença mais forte em distritos como Cangaíba, divisa com Guarulhos).

Da mesma forma, de acordo com os dados consultados, a presença dos bolivianos no município de Guarulhos tem se mostrado importante ao longo dos anos, ainda que tenha sofrido algumas variações, mostrando-se como localização relevante para a coorte que chegou entre 1970-1980, menor para década seguinte, mas apresentando uma aparente expansão entre as mais recentes. Esta constatação também pode ser verificada em um trabalho sobre a presença boliviana em um dos distritos deste município (Aguiar, 2009) que mostra, inclusive, a passagem direta de cidades bolivianas a este município sem que antes fossem ativados outros locais no espaço intraurbano. A nosso ver, a ocupação por migrantes bolivianos mais recentes nesses outros municípios da RMSP – principalmente, regiões Norte e Nordeste – remete, aparentemente, ao processo de expansão das periferias paulistanas desde 1950 (Caldeira, 2000), ultrapassando os limites do município e espalhando-se para os municípios vizinhos.

Além disso, seguindo a distribuição dos domicílios por condição de moradia, nas distintas áreas onde os bolivianos estão mais concentrados, nas zonas Leste e Norte, respectivamente, 34,0% e 34,9% das residências de bolivianos são próprias e quitadas. O total dos domicílios próprios quitados da zona Norte (de todos os moradores dessa zona) é maior, compondo 59,6% do total, sendo 22,8% alugados. Na Zona Leste a diferença é ainda mais alta, considerando que 57,9% dos domicílios são próprios quitados, contra 18% alugados (IBGE, 2002).

A escolha entre aluguel e casa própria guarda relação com os projetos migratórios dos bolivianos, que ajudam a compor suas trajetórias urbanas (Souchaud, 2010). Ainda que uma leitura mais comum pudesse indicar que para pessoas que não partilham, enquanto desejo e projeto, a vontade de fixar-se numa cidade – como nos foi muitas vezes relatado nas entrevistas com os migrantes bolivianos – a opção por alugar e não comprar um casa possa parecer a solução mais adequada, a pesquisa mostrou uma lógica contrária que se expressa nos dados apresentados. Isso porque muitas vezes as condições de compra de moradia em São Paulo podem ser facilitadas por processos que dependem menos de relações formais em relação ao aluguel de imóveis (como a presença de um fiador, de uma série de documentos, o estabelecimento de contratos, etc.) e também de relações sociais com proprietários brasileiros (que muitas vezes se recusam a alugar para bolivianos). Além disso, é importante salientar que a compra de uma casa entre esse grupo migrante pode ter sentidos diferentes daqueles que projetamos aos associarmos a compra da casa com desejo de fixação na cidade ou ainda com o “sucesso” de uma mobilidade residencial, cujo fim promissor seria a aquisição de um imóvel sentidos que, acreditamos, podem estar desvinculados (Lindón, 2005). Entre os bolivianos, o que se percebe é que em grande parte dos casos a casa própria tem uma finalidade comercial (montagem da oficina de costura) que só se torna viável pela compra e, ainda, pode guardar mais relação com o sentido de propriedade do que com o de fixação com o lugar em si, preservando a manutenção da flexibilidade e circulação no contexto de seus projetos migratórios.

Dessa forma, como dito, observamos que as periferias da cidade operam tanto como lugar de chegada na cidade como lugar ativado ao longo do processo migratório e não necessariamente, portanto, somente como “saídas” para uma escolha primeira que seriam as áreas mais próximas do centro, mas pólos diretos de acolhimento na cidade. Nessa dinâmica, além das questões apresentadas a pesquisa mostrou que, por oposição ao que foi descrito em relação à ocupação dos bolivianos nas áreas centrais, na alocação dos bolivianos nas periferias vão ser

determinantes as redes de parentesco dentre as quais o compadrio e, sobretudo, a figura do “padrinho” vai ocupar um papel central, revelando como as relações de parentesco envolvidas nesses projetos e processos migratórios se refletem na relação com os espaços da cidade.

Em muitos casos observados, a permanência de alguns migrantes nesses locais da cidade só é possível pelo fato de poderem trabalhar no mesmo local onde moram e para um “parente/contratante”, em geral um “tio” ou “padrinho” que muitas vezes coincide com a mesma pessoa que foi responsável pela vinda deste migrante ao Brasil e a São Paulo e com a qual muitos relatam estabelecer uma relação forte, muitas vezes relatada como dependência. A investigação, então, procurou ir no sentido de observar as especificidades para a inserção espacial dos bolivianos em São Paulo na relação com esse ator procurando as diferenças em relação às relações familiares em geral que, como sabemos, tem um papel fundamental nos processos migratórios (Bilac, 1995; Fazito, 2005; Machado, 2007). Qual a diferença entre um tio e um padrinho? Existiria alguma especificidade andina/aimara nas relações de compadrio?

Na literatura sobre migrações internacionais bolivianas é recorrente a menção às lógicas de parentesco como importantes eixos de análise para a compreensão desses processos migratórios, entendendo, em primeiro lugar, a migração como um projeto dinâmico de estratégia familiar. Autores como Guaygua (2008), Cortes (2001), Benencia e Karasik (1995), Spedding (2003) inserem a figura do padrinho na cultura boliviana como parte de um sistema maior de estruturas indígenas bolivianas de parentesco, compadrio e vizinhança³⁴, destacando seu papel na estruturação dos processos migratórios tanto em casos de estudos na Argentina, mas também no Brasil, como também foi observado por Peres (2009).

Em relação ao caso específico da RMSP tanto Silva (1997 e 1999) em seus primeiros trabalhos como Lasevitz (2009), que tece algumas considerações sobre a presença do *compadrazgo* entre os bolivianos que migraram a São Paulo, consideram desdobramentos das relações de compadrio bolivianas e andinas em geral, que funcionariam baseadas em princípios assimétricos e imbuídos de um uso estratégico de linguagens de parentesco:

³⁴ As lógicas de compadrio devem ser entendidas dentro dos sistemas familiares andinos (Dandler e Medeiros, 1991). De acordo com Dandler e Medeiros, na cultura andina, “las unidades familiares – y no los individuos – constituyen las unidades de participación económica, comunitaria y ceremonial” (Dandler e Medeiros, 1991: 21).

os padrinhos são também canais fundamentais para a inserção do boliviano recém-chegado em redes sociais e de solidariedade locais, estabelecendo uma ambígua relação de cooperação e exploração de mão-de-obra, gerando uma espécie de dívida moral que justifica abusos que parecem ir *ad infinitum* (Lasevitz, 2009:2).

Ou seja, segundo esse autor, o padrinho teria uma função ambígua relacionada, ao mesmo tempo, à inserção dos migrantes na sociedade de acolhida e legitimação da exploração de mão de obra de seus afilhados. Pelo o que observamos, existem sim ambiguidades nessa figura – ligadas, também, à imprecisão quanto ao seu papel familiar (padrinho, mas também “tio”). No entanto, trabalhamos com a hipótese de que o padrinho atuaria em duas frentes principais: como atenuador dos choques iniciais da cidade, ajudando na inserção territorial urbana (Cortes, 2001), mas também atuando na esfera dos constrangimentos limitando, também, o acesso à cidade. No contexto do projeto migratório, esse sistema de parentesco seria acionado como no momento de sair do país, mas também no momento de se inserir no espaço de acolhida.

Sobre o primeiro ponto, em relação especificamente ao caso da ocupação dos bolivianos nas periferias, a relação de “atenuador” parecem ser ainda mais relevante já que, sem a intermediação de conhecidos (entre eles os padrinhos), a localização direta nesses lugares poderia ser dificultada, ao contrário do que ocorre no centro. Ou seja, essas relações são importantes para gerar um novo espaço de sociabilidade urbana suscetível de gerar mecanismos de adaptação mais ou menos rápidos.

Os constrangimentos também vão interferir na alocação do espaço urbano: circunscrevendo o local de residência à esfera do padrinho, por exemplo, ou “liberando” os afilhados uma vez rompidas as relações de reciprocidade no compadrio, para atuarem na cidade com mais autonomia. Nesse caso essas relações de compadrio, assim como as relações familiares como um todo nos processos migratórios, também atuariam por meio da tríade liberdade/conforto/constrangimento. Nossa intenção foi iluminar a atenção a esse processo, deixando aberto possíveis caminhos de análise.

Considerações finais

Esse trabalho procurou apresentar a inserção socioterritorial dos migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo a partir do uso de fontes e

métodos de trabalho específicos e problematizar essa localização propondo algumas linhas de debate.

Para tal exercício, foi necessário passar por uma contextualização acerca dos fluxos migratórios de bolivianos ao Brasil e à RMSP e suas especificidades, bem como processos de estruturação deste espaço metropolitano (sobretudo do ponto de vista de formação urbana e da configuração da indústria têxtil) o que, entendemos, nos ajuda a compreender facetas da localização desta população.

A maior parte do trabalho dedica-se a apresentar esta inserção socioterritorial específica, sendo que de seus pontos centrais é a reflexão acerca da dupla alocação dos bolivianos em espaços centrais e periféricos desta metrópole. Nessa chave, vimos que tanto os bairros centrais – que entre os bolivianos, ao contrário do que ocorre com outros grupos sociais, como os de baixa renda, por exemplo, é considerado um espaço-recurso que sempre pode ser ativado – quanto a periferia, devem ser repensados enquanto lugares de escolhas residenciais. Vimos que entre esses territórios existem formas partilhadas de localização por parte deste grupo, ou seja, soluções parecidas de inserção social urbana (sobretudo residencial) e que não podem, assim, ser interpretadas de maneira separada.

Destá constatação surge o desafio de interpretar tal inserção e seu enfrentamento partiu da proposta de uma leitura que possa integrar o olhar sobre os determinantes estruturais para esta localização com aquele reflete sobre os projetos migratórios e as trajetórias espaciais e residenciais desses migrantes. Acreditamos que são também estes os mecanismos que interferem nos processos a partir dos quais esses migrantes conectem concreta e simbolicamente esses espaços e os fazem dialogar.

Ao tratarmos de migrantes que, além do espaço da cidade, cruzaram e cruzam também fronteiras nacionais, devemos ser capazes de pensar em processos e apropriações societárias distintas. E devemos poder olhar para os migrantes como aqueles que, por meio desta experiência, podem acumular sabedorias de circulação e usos na cidade.

O uso da noção de projeto migratório está relacionado com a possibilidade de observar as estratégias, desejos, intenções e objetivos dos migrantes, que se formulam e reformulam no decorrer do processo de migração. Ao articular as diferentes escalas temporais, espaciais e sociais, essa noção nos permite vislumbrá-lo de maneira dinâmica, distinguindo-se, assim, das visões que circunscrevem a migração internacional a partir de causas determinantes, por exemplo (Boyer, 2005).

Para Gilberto Velho (1994[1988]) a ideia de projeto é calcada na ideia do indivíduo-sujeito que, baseado em sua memória, dá consistência a sua biografia e possibilita a elaboração e condução dos projetos. Memória e projeto dão significado, portanto às trajetórias dos indivíduos. A noção de projeto migratório que ativamos neste trabalho, no entanto, se inscreve no imbricamento de situações de contexto – político, social, econômico, demográfico – e de ação, de estratégias. Essa conjunção nos impede, portanto, de entender esse processo puramente como uma iniciativa individual.

Além de ser pensada coletivamente, a migração não pode, a nosso ver, ser circunscrita a um fenômeno espacial. Como afirma Sales (1999), é muito mais comum associarmos as migrações ao deslocamento no espaço do que no tempo, mas a mobilização no espaço se dá em tempos particulares da vida do migrante, de sua família, e mais do que o tempo real são as *expectativas temporais* projetadas no passado e no futuro que operam nesses processos, os projetos.

Entendemos, assim, que partir de uma relação específica entre tempo da migração e sua relação com o espaço, a noção de projeto migratório intervêm na relação com a fixação nesse espaço (Souchaud, 2010). Para Boyer (2005), ela coloca-se como um instrumento de análise capaz de articular, então, as mais diversas escalas espaciais e temporais e pôr em conjunto o indivíduo, o grupo de migrantes, o grupo de parentesco, grupo social. Trata-se de uma forma de negociação do migrante com a realidade e com o campo de possibilidades que a ele se apresenta – seus constrangimentos, suas limitações, suas potencialidades – “existindo como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo” (Velho, 1994[1988]: 103). São os mecanismos pelos quais o migrante faz escolhas e põe em ideia e em prática sua autonomia durante o processo migratório. O espaço, por sua vez, é entendido como um recurso a ser mobilizado e disputado nesse processo (Souchaud e Baeninger, 2009).

Entender a localização de um grupo migrante no espaço implica na leitura do processo migratório por meio do entendimento das lógicas de estruturação da cidade e, reciprocamente, na leitura da cidade por meio dos processos migratórios. Sobre este segundo aspecto, concordamos com Dureau (1993) quando afirma que “el estudio de la migración puede ser un instrumento de análisis privilegiado con respecto al proceso de urbanización” (Dureau, 1993, 22).

Referências

- AGUIAR, A. L. D. O. **Os bolivianos na periferia de Guarulhos**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro. 28 a 31 de julho, 2009.
- ALMEIDA, R., T. D'ANDREA, *et al.* Etnografias comparadas de pobreza urbanas. **Novos Estudos Cebrap**, n.82, p.109-130, 2008.
- BAENINGER, R. Reestruturação Urbana: algumas considerações sobre o debate atual. In: *Regiões e cidades no eixo da Hidrovia Tiête-Paraná*. **Textos Nepo**, n.48, p.11-21, 2004.
- BAENINGER, R. e FREITAS, P. Cidade e imigração – Origens e territórios da imigração boliviana e coreana para a cidade de São Paulo. In: **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. UNFPA, NEPO, UNICAMP, 2010, 277-297.
- BALAN, J. La economía doméstica y las diferencias entre los sexos en las migraciones internacionales: un estudio sobre el caso de los bolivianos en Argentina. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, v.5, n.15-16, p.269-293, 1990.
- BENENCIA, R. e G. A. KARASIK. **Bolivianos en Buenos Aires: aspectos de su integración laboral y cultural**. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, v.9, n.27, 1994.
- BENENCIA, R. **Inserción de bolivianos en el mercado de trabajo de la Argentina**. Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA). Rio de Janeiro. 11 al 14 de junio, 2009.
- BERNASCONI, A. e O. TRUZZI. **Política imigratória no Brasil e na Argentina nos anos de 1930**. In: T. Sales e M. D. R. R. Salles (Ed.). *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: Sumaré, p.111-137, 2002.
- BILAC, E. D. Género, familia y migraciones internacionales. In: N. Patarra (Ed.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: Programa Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, FNUAP, v.1, 1995.
- BOYER, F. Le projet migratoire des migrants touaregs de la zone de Bankilaré: la pauvreté désavouée. **Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien**, n.8, p.47-67, 2005.
- BUECHLER, S. **Sweating It in the Brazilian Garment Industry: Korean and Bolivian Immigrants and Global Economic Forces in Sao Paulo**. **Latin American Perspectives**, v.31, n.3, p.99-119, 2004.

BONDUKI, N. e R. ROLNIK. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: E. Maricato (Ed.). **A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CACCIAMALI, M. C. e F. A. G. D. AZEVEDO. **Entre tráfico humano e a opção da mobilidade social**: o caso dos imigrantes bolivianos indocumentados na cidade de São Paulo. *Cadernos PROLAM/USP*, n.5, p.129-145, 2006.

CAGGIANO, S. **Cultura y derechos en un circuito migratorio entre el Altiplano y la región rioplatense**. Seminario internacional Nuevas trayectorias de las migraciones internacionales en America Latina y Europa - caderno de resumos. Buenos Aires. 16 y 17, noviembre, 2009.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CAMARGO, C. O. **São Paulo, 1975: Crescimento e pobreza**. São Paulo: Cebrap, Paz e Terra, 1976.

CAMPOS, G. **Entre pertencimentos e estigmas: os impactos da produção da identidade “imigrante-escravo-ilegal” entre imigrantes bolivianos em São Paulo (mimeo)**, 2008.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Editora Unesp, 2007 [1997].

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009 [1972].

CHOI, K. J. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. São Paulo: Dissertação de mestrado - USP, 1991.

COMIN, Á. e ALMITRANO, C. R. . The Tertiary Illusion: Economic Policies in São Paulo in the 1990s. In: K. Segbers, S. Raiser, *et al* (Ed.). **Public Problems – Private solutions? Globalizing cities in the south**. London: Ashgate, 2005. The Tertiary Illusion: Economic Policies in São Paulo in the 1990s.

CORTES, G. Les Boliviens à Buenos Aires: présence dans la ville, repères de la ville. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v.17, n.3, p.119-146, 2001.

CORTES, G. **Migrations, espaces et développement: une lecture des systèmes de mobilité et des constructions territoriales en Amérique Latine**. (Habilitation à Diriger des Recherches). Géographie, Université de Poitiers, Poitiers, 2008.

CYMBALISTA, R. e I. R. XAVIER. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos da metrópole*, n.17, p.119-133, 2007.

DANDLER, J. e C. MEDEIROS. Migración temporaria de Cochabamba, Bolivia, a la Argentina: patrones e impacto en las areas de envio. In: P. Pessar (Ed.). **Fronteras permeables**. Buenos Aires: Planeta, 1991.

DOMENACH, H. El espacio de frontera: análisis de los procesos migratorios. In: H. Domenach, D. Celton, *et al* (Ed.). **Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de la Frontera Argentino Boliviana**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, p.13-23, 2007.

DOMENECH, E. e M. J. MAGLIANO. **Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente**. Estudios Migratorios Latinoamericanos, v.ano 21, n.62, 2007.

DUREAU, F. e O. BARBARY. Ciudadinos en movimiento. Aproximación conceptual y metodológica a las prácticas residenciales. **Desarrollo y Sociedad (Universidad de los Andes)**, Bogotá, v.31, p.27-48, 1993.

DURÁN CHUQUIMIA, J., K. Arias Díaz, *et al*. **Casa aunque en la punta del cerro: Vivienda y desarrollo de la Ciudad de El Alto**. La Paz: PIEB, 2007.

FAUSTO, B. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991. 62 p. (Série Imigração)

FAZITO, D. **A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação**. Seminário as Famílias e as Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte-MG, 21 e 22 de novembro, 2005.

FELDMAN, S. Bom Retiro: bairro de estrangeiros, bairro central. **Texto para discussão** no Workshop do Projeto Temático FAPESP: “São Paulo. Os estrangeiros e a construção da cidade”, 2009.

FREHSE, F. e R. P. LEITE. Perspectivas teóricas contemporâneas da sociologia brasileira sobre a cidade. 33º Encontro Anual da ANPOCS Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2009.

FREIRE da SILVA, C. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo** (Dissertação de mestrado). Departamento de sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREITAS, P. T. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. (Dissertação de mestrado). Departamento de sociologia, IFCH, Universidade estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

GALETTI, R. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: N. L. C. Patarra (Ed.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, v.1, p.133-143, 1995.

GARCIA, R. e CRUZ-MOREIRA, J. O Complexo Têxtil-Vestuário: Um Cluster Resistente. In: Á. Comin e N. Somekh (Ed.). **Caminhos para o Centro: Estratégias de Desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: PMSP- EMURB/ CEBRAP- CEM, 2004.

GEORGES, I. e Silva, C. F. D. A naturalização da precariedade: trabalho informal, “autônomo” e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). **Revista Latinoamericana de estudios del trabajo**, v. Año 12, n.19, p.79-95, 2007.

GREEN, N. L. **Repenser les migrations**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2002.

GRIMSON, A. e E. SOLDAN. Migrantes bolivianos en la Argentina y Estados Unidos. **Cuaderno De Futuro** (La Paz), Programa de las Naciones Unidas Para el Desarrollo (PNUD), v.7, 2000.

GUAYGUA Ch., G. Entrevista realizada por Sylvain Souchaud, Roberta Peres e Iara Rolnik Xavier. Pieb. La Paz ,2008.

GUAYGUA Ch., G. C., A. M. Miranda, *et al.* El rol del parentesco andino en las estrategias migración hacia España en las familias de La Paz y El Alto. **Informe de Avances de Investigación - Programa de Investigación Estratégica en Bolivia (PIEB)**, v.Proyecto 29, 2008.

HALL, M. “Imigrantes na cidade de São Paulo”. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008[1989].

HINOJOSA GORDONAVA, A. Transnacionalismo y multipolaridad em los flujos migratórios de Bolívia. Família, comunidad y nación em dinâmicas globales. In: H. Godard e G. Sandoval (Ed.). **Migración transnacional de los Andes a Europa y Estados Unidos**. Lima: Actes & Memoires de l’Institut Français d’Études Andines, v.17, 2008.

_____. **Buscando la vida: familias bolivianas transnacionales en España**. CLASCO, Fundación PIEB, 2009. 109 p. (Serie Investigaciones Coeditadas)

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2002.

_____. **Censo demográfico 2000, documentação dos microdados da amostra**. FIBGE. Rio de Janeiro: novembro, p.166, 2002.

_____. **Estatísticas do século XX**. IBGE. Rio de Janeiro, 2006[2003].

INDABURU QUINTANA, R. **Evaluación de la ciudad de El Alto: La ciudad dividida**. La Paz: USAID, 2004.

INFOLOCAL. **Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo**. Disponível em: <http://infolocal.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: maio 2010.

IOKOI, Z. **Imigrantes invisíveis: a história oral como paradigma da luta contra o colonialismo cultural**. Rumo à Tolerância, 2008.

JANUZZI, P. Crescimento Urbano, Saldos Migratórios e Atratividade Residencial dos Distritos da Cidade de São Paulo: 1980-2000. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Ouro Preto-MG, Brasil. 4 a 8 de novembro 2002.

KADLUBA, R. C. **A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza – URB AL Rede 10**. São Paulo: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade/Empresa e Comunidade Européia, 2007.

KONTIC, B. **Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo**. (Dissertação de mestrado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo**. (Tese de doutoramento). Departamento de Sociologia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LASEVITZ, R. S. **Pensando o compadrazgo pelo compadrio e a koumbaria: reflexões sobre usos do compadrazgo entre imigrantes bolivianos em São Paulo**. (Trabalho final da Disciplina “Organização social e parentesco”), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Universiade de Brasília): 2009.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, 49-90, 1974.

LINDÓN, A. El mito de la casa propia y las formas de habitar. *Scripta Nova, Revista electronica de geografia y ciencias sociales*, v.9, n.194 (20), 2005.

MACHADO, I. R. R. Laços de sangue e fluxos de dinheiro: notas sobre o “parente ausente” no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares. **Centro de Estudo em Migrações e Minorias Étnicas, CEMME, working paper_v.1**, 2007.

MA MUNG, E. La dispersion comme ressource. *Cultures & conflits*, n.33-34, p.89-103, 1999.

MAGUID, A. M. Migrantes limítrofes en el mercado de trabajo del area metropolitana de Buenos Aires, 1980-1996. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, v.12, n.35, p.31-61, 1997.

MANETTA, A. **Dinâmica populacional, urbanização e ambiente na região fronteira de Corumbá.** (dissertação de mestrado). Departamento de Demografia, Unicamp, Campinas, 2009.

MARQUES, E. e H. TORRES. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais.** São Paulo: Senac, 2005.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Texto para discussão, n.329, p.46, 1994.

MARUM, L. L. e J. A. GOMES. **Bom Retiro: a formação de uma centralidade.** EGAL, 2009.

MAZUREK, H. **Three pre-concepts regarding in the internal migration in Bolívia.** Rev. Humanidades Ciencias Sociales - St Cruz Sierra, v.3, n.special edition, 2007.

MEYER, R. M. P., M. D. GROSTEIEN, *et al.* **São Paulo Metrópole.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, n.6, 1982.

MERA, G. Distribución espacial de los inmigrantes limítrofes en la ciudad de Buenos Aires (2001). In: S. NOVICK (org.). **Migraciones y Mercosur: una relación inconclusa.** Buenos Aires: Catálogos, 2010.

OLIVEIRA, J. D. C. O retorno da migração internacional como componente da dinâmica demográfica brasileira: até quando? In: M. G. O. Castro (Ed.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**, Brasil 2000. Brasília: CNPD, p.253-273, 2001.

PACCA, P. E. **A estagnação urbana como parte da metrópole paulistana do século XXI – o caso do Pari.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PATARRA, N e BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: _____ (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** Campinas: NESUR/NEPO/FNUAP, v.1, 1995.

PATARRA, N. L. e L. M. M. BOGUS. Percursos migratórios e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso. **Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v.2, 1980.

PELLEGRINO, A. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes.** Serie población y desarrollo, n.35, p.41, 2003.

PERES, R. G. **Mulheres na fronteira: A migração de bolivianas para Corumbá - MS.** (Tese de Doutorado). Departamento de Demografia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009. 207 p.

PEREIRA, E. e DANTAS, T. Depois de 30 anos, centro de SP volta a ganhar população. **O Estado de São Paulo**, 28 de abril, 2011.

PÓVOA, C. A. **A territorialização dos judeus no espaço de São Paulo-SP: a migração do Bom Retiro ao Morumbi**. (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REA, A. e M. Tripier. **Sociologie de l'immigration**. Paris: La Découverte, 2008 (Repères)

ROJAS, C. e Guaygua, Ch. C. **El empleo en tiempos de crisis**, 24. La Paz: CEDLA, 2002 (Série Avances de Investigación)

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2003 [1997].

RICUPERO, B. Bom Retiro dos Imigrantes. **Braudel Papers**, n.28, 2001.

SALA, G. A. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. 261 p.

_____. Perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil. **Migraciones internacionales**, v.4, n.4, p.34, 2008.

SALA, G. A. e J. A. M. D. CARVALHO. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.25, n.2, p.287-304, 2008.

SALES, T. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: R. R. Reis e T. Sales (Ed.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Editorial Boitempo, p.17-45, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SANTOS, M. D. O. **Migrantes, preconceito e estigmatização**. III Reunión de Antropología del Mercosur (RAM). Buenos Aires, Argentina. 29 de septiembre al 2 de octubre, 2009.

SASSEN, S. **The Global City: New York, London, Tokyo**. New Jersey: Princeton University Press, 2001[1991].

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998[1991].

SEYFERTH, G. Os estudos de migração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: G. Syferth, H. Póvoa Neto, M. C. Zanini e M. Santos (orgs). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: Editora UFSM, p.15-44, 2007.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: E. D. Moraes Filho (Ed.). **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983[1908].

SILVA, S. A. D. **Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes Bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo**. (Dissertação de mestrado). Departamento de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação para a integração da América Latina (Prolam), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 291 p.

_____. **Costurando Sonhos**. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Editora Paulinas, 1997. 292 p.

_____. **Virgem / Mãe / Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole**. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2003. 263 p.

_____. Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo. **Textos Nepo** n.55, Fevereiro, 2008.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: H. Póvoa Neto, A. P. Ferreira, *ET al* (Ed.). **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**. Rio de Janeiro: NIEMUFRJ/ Garamond, 2010.

SOUCHAUD, S. Les périodes migratoires du peuplement au Brésil: De la fin du XIXe siècle à nos jours. **Hommes & Migrations**, 1281, Dossier France - Brésil, sous l'angle des migrations et de l'altérité, 2009.

SOUCHAUD, S. e R. BAENINGER. *Collas e Cambas* do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.25, n.2, p.271-286, 2008.

SOUCHAUD, S. e R. BAENINGER. Etudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v.25, n.1, p.195-213, 2009.

SOUCHAUD, S. e FUSCO, W. Documentação da pesquisa “Espaços migratórios e redes sociais da migração boliviana no Brasil: Corumbá e São Paulo”. Campinas: http://www.brasil.ird.fr/spip.php?page=article&id_article=2932, 2007.

SOUCHAUD, S., W. FUSCO, R.L. CARMO. Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. **Teoria & Pesquisa**, v.XVI, n.1, p.39-60, 2007.

SOUCHAUD, S.; CYMBALISTA, R. XAVIER. **Centro de São Paulo: pistas e hipóteses para entender o processo de crescimento populacional dos distritos centrais na década 2000-2010** (mimeo), 2011.

SPENDING, A. **Breve curso de parentesco**. La Paz: Mama Huaco, 2008

TARRIUS, A. Leer, Describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de La noción de territorio circulatorio. **Relaciones: estudios de historia y sociedad**, v.XXI, n.83: Los nuevos hábitos de la identidad, 2000.

_____. Territoires circulatoires et espaces urbains. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n.59-60, juin-septembre, p.50-59, 1993.

TELLES, V. D. S. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: V. D. S. Telles e R. Cabanes (Ed.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas/IRD, 2006.

TRUZZI, O. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Estudos Históricos**, v.28, 2001.

VELHO, G. Memória, identidade e projeto. In: J. Z. Editor (Ed.). **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro, p.97-105, 1994[1988].

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, Editora Revan, 2001.

XAVIER, I. R. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo** (Dissertação de mestrado). Departamento de Demografia, IFCH, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2010. 271 p.

_____. A cidade de El Alto e os fluxos de bolivianos para São Paulo. **Travessia**, v.XXII, n.63, Janeiro-Abril 2009.

_____. Territórios bolivianos em São Paulo. **Série 10 roteiros a pé em São Paulo**: Editora Narrativa Um, v. 2 (no prelo).

BANCO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de dados (SEADE). Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/msp/index.php>. Acesso em: maio 2010.

Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma analítico alternativo*

Patrícia Tavares de Freitas

Em grande parte provenientes das regiões de terras altas do altiplano andino, o fluxo migratório de bolivianos direcionado para o trabalho informal em oficinas de costura, na cidade de São Paulo, adquiriu visibilidade, nos principais jornais da imprensa brasileira, a partir da década de 1990¹ – pouco tempo depois da implementação da Lei da Anistia, em 1988, que visava regularizar os imigrantes sem documentação, no país. Esse período também marca uma inflexão quantitativa² e qualitativa desse fluxo migratório para a cidade. Nesse sentido, enquanto os bolivianos que vieram em meados do século XX, em menor escala, eram, em sua maioria, estudantes e profissionais liberais, que saíam da Bolívia por motivos políticos, para ascender profissionalmente ou adquirir alguma formação específica, sendo significativa também a emigração de mulheres para trabalhar em casas de família, como babás e empregadas domésticas (SILVA, 2006; CEPAL/CELADE/OIM, 1999). A partir da década de 1990, esses fluxos passaram a ser compostos,

* Este estudo compõe a tese de doutorado e está inserido no Projeto Temático da FAPESP: Observatório das Migrações em São Paulo (fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo).

¹ Conforme foi possível verificar a partir de pesquisa realizada no Centro de Estudos Migratórios (Cem) em seu acervo de notícias de jornal sobre os fluxos migratórios para o Brasil, entre 1989 e 2007. Ver pesquisa em minha dissertação de mestrado: FREITAS, 2009.

² Apesar da dificuldade para precisar o número de imigrantes, considerando que são indocumentados, percebe-se um importante aumento no fluxo. Por exemplo, pelos dados do censo, citados em Kadluba, 2007: em 1980, foram registrados 3213 bolivianos, em 1991, 4525 bolivianos e em 2000, 7722 bolivianos. Uma outra forma de verificar este aumento expressivo, de acordo com Cymbalista e Xavier (2007), seria através dos registros da Polícia Federal que, em 1995, registrava 255 bolivianos e, em 1999, 17897 bolivianos.

principalmente, por jovens com baixas qualificações e, em geral, ex-trabalhadores das minas e fábricas bolivianas. E apesar de verificar-se uma inserção relativamente variada desses imigrantes – em atividades artesanais e/ou industriais, no comércio e em trabalhos domésticos – adquire proeminência, justamente, sua entrada concentrada no setor de confecção, em pequenas oficinas espalhadas pela cidade de São Paulo (AZEVEDO, 2005; BASSEGIO, 2004; BUECHLER, 2003; CYMBALISTA & XAVIER, 2007; FERRETI, 2002; SILVA, 1997 e 2006 e KADUBLA, 2007).

Esses novos estratos da população boliviana que começaram a migrar para São Paulo na década de 1990 são os que mais sofreram com o êxodo rural e desemprego urbano que atingiram a Bolívia a partir de meados da década de 1980, devido a uma forte recessão econômica e desastres naturais provocados pelo “El Niño”³ (SILVA, 1997 e 2006). Essas circunstâncias dinamizaram movimentos migratórios internos, levando a uma taxa de migração interna anual, entre 1987 e 1992, de mais de 100 mil bolivianos por ano, em uma população que, naquele período, era de seis milhões e meio de habitantes⁴. E, em relação às migrações internacionais, percebe-se, nesse período, um importante adensamento e diversificação dos fluxos que, apesar de continuarem se dirigindo para a Argentina (principal destino dos emigrantes bolivianos desde o século XIX) e Brasil, se dirigiram também, intensamente, para o Peru e a Venezuela, na América Latina, para os Estados Unidos, países da União Européia – principalmente, Itália e Espanha – e também Israel, Japão e Austrália. E estima-se que, atualmente, em torno de 20% da população boliviana viva fora de seu país (CEPAL/CELADE/OIM, 1999).

No debate acadêmico brasileiro, essa imigração boliviana para a cidade de São Paulo, a partir da década de 1990, passa a ser considerada fenômeno representativo das novas tendências migratórias, do e para o Brasil, que passam a animar as discussões em torno do que a literatura internacional denominou

³ Enquanto, por um lado, o “El Niño”, que atingiu a Bolívia em 1982 e 1983, levou a secas importantes na região do altiplano, com perdas nos setores agrícolas e pecuários que chegaram a 80% da produção, afetando, principalmente, os departamentos de Potossi, Oruro, Cochabamba e Chuquisaca, nos quais se concentrava, na época, de acordo com Pereira (2004), em média, 74% da população boliviana. A crise econômica boliviana, por outro lado, atingiu sua atividade industrial e mineira levando a políticas de “re-localização” no âmbito da Nova Política Econômica (NEP), implementada em 1985, que, de acordo com Pereira, citando dados da COB (Central Obrera Boliviana), somaram em torno de 120 mil demissões para 1988 e 150 mil, para 1996, em troca de um auxílio mínimo do governo.

⁴ “[...] ou seja, mais de 100 mil bolivianos por ano que abandonaram terras, famílias, bens adquiridos, parentes, costumes, cultura e identidade” (PEREIRA, 2004:89, tradução própria).

“novos fluxos migratórios” (ASSIS & SASSAKI, 2001: 616)⁵. E no caso das pesquisas sociológicas⁶ sobre as ligações entre esses fluxos migratórios de bolivianos e sua inserção no trabalho mal remunerado e em condições precárias em oficinas de costura informais na cidade de São Paulo, parte-se, em geral, de um diálogo com a literatura internacional sobre a emergência da “nova” informalidade no contexto contemporâneo, tendo em vista as “novas” necessidades da acumulação capitalista, que se conjugam aos contextos econômicos recessivos das décadas de 1970 e 1980 (AZEVEDO, 2005; BUECHLER, 2003; FREIRE, 2008; FREITAS, 2009).

Nessa perspectiva analítica, os imigrantes seriam as principais vítimas dos efeitos perversos da globalização – que, enquanto, por um lado, acirra desigualdades regionais em nível mundial, impulsionando movimentos migratórios de massa nos países que perderam o jogo do desenvolvimento. Por outro lado, impõe a alguns setores econômicos como, por exemplo, o setor de confecção, padrões de competitividade que passam a se sustentar por processos de super exploração da força de trabalho em amplos circuitos de subcontratação⁷.

⁵ Note-se que apesar do Brasil ter sido um importante receptor de fluxos migratórios internacionais ao longo do século XIX e meados do século XX, essa tendência começa a ser revertida a partir da década de 1930 e, no anos 1980, era comum considerar a população brasileira como uma população fechada, em que não se percebia nem a entrada e nem a saída significativa de pessoas para fora do país. As outras tendências identificadas e analisadas nesses estudos sobre os novos fluxos migratórios internacionais no contexto brasileiro seriam: a de emigração de estratos médios urbanos, para os grandes centros urbanos, dos Estados Unidos, Europa e Japão; as migrações fronteiriças na região norte do país, vinculadas à questão indígena, ao garimpo e o tráfico de drogas; as migrações fronteiriças entre os países do cone sul, vinculadas às questões da terra e produção agrícola e em menor número a imigração de refugiados políticos africanos. Ver ainda: SALES & SALLES, 2002 e PATARRA & BAENINGER, 1996.

⁶ O primeiro grande estudo sobre a imigração boliviana ligada ao setor de confecção na cidade de São Paulo é de um antropólogo, Sidney Silva (1997). E constitui-se em importante referência para os estudos posteriores, principalmente, pela significativa quantidade de informações compiladas. Entretanto, as questões teóricas abordadas em seu trabalho sobre a manutenção e/ou reinvenção da cultura boliviana no contexto urbano paulistano não tiveram muita ressonância nas investigações posteriores sobre este estrato específico de costureiros bolivianos.

⁷ De acordo com Portes e Sassen-Koob (1987), o desaquecimento das economias “centrais” e “periféricas” teria levado a adoção, em ambos os casos, de estratégias de exportação para a obtenção de divisas e aceleração da produção interna. E, no entrecruzamento dessas estratégias de superação da crise, se constituiria a “nova” informalidade, especialmente ligada ao trabalho de imigrantes clandestinos, tanto nas economias “centrais” quanto nas “periféricas”: “Então, o processo de informalização é reforçado no Terceiro Mundo pelos esforços dos produtores e países para interromper a estagnação econômica a partir de uma estratégia orientada para a exportação; mas, esta estratégia promove como resultado, a reprodução de arranjos de trabalhos similares no mundo desenvolvido na medida em que as indústrias afetadas lutam para sobreviver. Simultaneamente, as várias circunstâncias da crise econômica e os vários esforços para lidar com ela, criaram uma abundante reserva de força-de-trabalho que, posteriormente, encoraja e facilita a informalização” (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:55, tradução própria).

Apesar da reconhecida efetividade de tal perspectiva analítica para a compreensão das origens dos movimentos populacionais contemporâneos e da inserção em determinados setores econômicos nas sociedades de destino, elas não nos permitem perscrutar os efeitos sócio-culturais e espaciais que tais movimentos populacionais engendram. Em outras palavras: o que essas populações que se colocam em movimento criam, em termos de arranjos e territorialidades, a partir desse movimento e das respostas coletivas diante dos constrangimentos estruturais que lhes são impostos?

Estas questões nos remetem a outro debate que se constitui no início do século XX, no interior da disciplina sociológica, fundador de uma das mais tradicionais vertentes da sociologia urbana contemporânea, a Escola de Chicago, sobre a inserção, ou ainda os percursos de integração, de grupos de imigrantes no contexto urbano. Contemporaneamente, quase um século depois do início de tais investigações e tendo em vista as especificidades dos denominados “novos fluxos migratórios”, emerge na sociologia urbana francesa um diálogo crítico que pode, conforme pretendemos argumentar neste artigo, nos fornecer ferramentas analíticas proíficas para o enquadramento da imigração boliviana ligada ao setor de confecção na cidade de São Paulo: na medida em que possibilita destacar sua dimensão dinâmica e os jogos complexos e ambíguos entre “subordinação” e “agência” que caracterizam as atividades econômicas de grupos migrantes que se põe em movimento nas franjas da globalização.

Com o intuito de desenvolver este argumento, o artigo será dividido em três partes: primeiramente, apresentaremos, com mais detalhes, algumas características da forma como a imigração boliviana ligada ao setor de confecção se apresenta no contexto urbano paulistano. Posteriormente, abordaremos o diálogo contemporâneo que alguns sociólogos franceses estabelecem com a Escola de Chicago em relação às formas de inserção e circulação dos grupos imigrantes nos contextos urbanos de destino. E, finalizaremos, com considerações sobre a efetividade e viabilidade de utilização de tal perspectiva analítica para a abordagem da imigração boliviana ligada ao setor de confecção na cidade de São Paulo.

Migração e Trabalho – a imigração boliviana por entre oficinas de costura na cidade de São Paulo

Todos os domingos, a Praça Padre Bento, em frente à imponente Igreja Santo Antônio do Pari, em São Paulo, se transforma no cenário de uma

insólita atividade, uma evocação moderna dos mercados de escravos que funcionaram na cidade dos barões do café até o século passado. Dezenas de imigrantes sul-americanos oferecem-se como força-de-trabalho para os coreanos que mantêm oficinas de costura na cidade. As condições de trabalho pouco variam: jornada de 16 horas diárias e um cativeiro que só pára da tarde de sábado à noite de domingo. (...) A partir das 18h, os primeiros imigrantes – na maioria bolivianos em situação irregular no país – chegam à praça e vão se agrupando nos bancos sob as árvores e nos bares das redondezas. Por volta das 21h, o mercado informal estabelecido na Praça Padre Bento já concentra cerca de 100 clandestinos. É nesse momento que os primeiros donos das oficinas chegam e transformam a praça numa bolsa de ofertas, misturando palavras em português, espanhol e coreano (O GLOBO, 13 dez. 1992).

Nos momentos iniciais do debate público sobre este fluxo migratório de bolivianos para a cidade de São Paulo, na década de 1990, a paisagem em foco no espaço urbano era a Praça Padre Bento, no bairro do Pari – tradicionalmente acolhedor de imigrantes de diversas nacionalidades que se dirigiram para a cidade desde fins do século XIX⁸. Nessa Praça, aos domingos à noite, começava a ser possível entrever os vestígios de um mercado de trabalho paralelo, de subcontratação, entre donos de oficinas e lojistas da comunidade coreana e os trabalhadores bolivianos⁹.

Durante toda a primeira metade da década de 1990, o debate público sobre o assunto se concentrou na relação entre os lojistas e donos de oficinas coreanos e os trabalhadores bolivianos. Vinculação assumida, inclusive, pelos próprios representantes da comunidade coreana em suas tentativas de

⁸ “Localizado na convergência dos dois rios historicamente mais importantes de São Paulo, o Tietê e o Tamanduateí, o Pari é o ponto de convergência entre a zona leste, a zona norte e o centro. Foi também, ao longo do século XX, foco de convergência dos vários povos que imigraram para São Paulo. Primeiro, os alemães – fundadores do Clube dos Alemães, mais tarde a Associação Portuguesa de Desportos – depois os italianos e portugueses, seguidos pelos sírios e libaneses. Há cerca de 40 anos chegaram os nordestinos, e há 20 os coreanos. De cinco anos para cá vieram os bolivianos” (COSTA, 2001, s/p.).

⁹ Sobre as ligações entre a imigração boliviana e a imigração coreana para São Paulo, ver: FREITAS & BAENINGER, 2010.

resposta às inúmeras denúncias em pauta naquele momento¹⁰. Essa forma de organização da produção dos imigrantes coreanos – a partir do trabalho informal de imigrantes bolivianos, sem documentação, em pequenas oficinas de costura irregulares – conformava prática generalizada e bem sucedida para a diminuição dos custos de produção, em um ambiente recessivo para o setor de confecção como um todo, entre fins da década de 1980 e início dos anos de 1990.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1990, percebe-se uma inflexão na abordagem dessa temática pela imprensa local: a ligação entre coreanos e bolivianos começa a se dissipar. E, enquanto, por um lado, a comunidade coreana adquire destaque e reconhecimento social devido ao sucesso comercial alcançado nos bairros do Brás e do Bom Retiro¹¹. Por outro lado, os imigrantes bolivianos, passam a aparecer também como “exploradores” do trabalho de seus compatriotas. Além da questão da subcontratação, começa-se a evidenciar suas condições de trabalho, com o aumento da visibilidade do espaço interno das oficinas de costura¹². Essas mudanças refletem uma estratégia de transferência do recrutamento de força de trabalho e do controle das oficinas de costura para a comunidade boliviana, na medida em que a comunidade coreana ligada ao setor de confecção passava

¹⁰ “O vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Coreana no Brasil, Tomás Choi, reconhece que foram os coreanos, donos de confecções, os primeiros a empregar os imigrantes bolivianos de forma ilegal. (...) O Consulado da Coreia, em São Paulo, de acordo com as informações do administrador Willian Taik, também assume que os coreanos exerceram por um bom tempo a função de empregadores de imigrantes bolivianos” (O Estado de São Paulo, domingo, 20 de julho de 1997, “Emprego ilegal teve início com colônia coreana”).

¹¹ Em 2006, de acordo com os dados da Associação de Lojistas do Brás (Alobrás) e da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Bom Retiro (CDL), esses bairros, onde se concentra o comércio coreano de roupas, seriam responsáveis por 40% do faturamento do Estado de São Paulo no setor, gerando um montante anual em torno de 3,9 bilhões de dólares. CF. site da CDL: <http://www.cdlbomretiro.org.br/06/> [último acesso março de 2009].

¹² Conforme se depreende das inúmeras matérias veiculadas pela mídia, as oficinas de costura fotografadas encontravam-se fora dos padrões de higiene e segurança mínimo definidos pela legislação brasileira, pois além da atividade de costura, serviam enquanto dormitório e refeitório dos trabalhadores e seus filhos e localizavam-se, em geral, em lugares pouco iluminados e pouco ventilados, não sendo difícil flagrar instalações elétricas clandestinas para o funcionamento das máquinas de costura. Concomitante a essas condições precárias de instalação, destacam-se também, nas notícias dos jornais, os intensos regimes de trabalho, com jornadas diárias de 15 horas ou mais, para o recebimento de remunerações inferiores às praticadas no mercado e, muitas vezes, pagas em espécie e não em moeda. Além de denúncias de situações de confinamento para o trabalho forçado.

para a formalidade e se consolidava comercialmente (FREITAS, 2009, SILVA, 1998)¹³.

Nesse momento, os bolivianos deixam de ser apenas força de trabalho recrutada para se transformarem também em pequenos empreendedores, donos das oficinas de costura e recrutadores da força de trabalho – um recrutamento que inicia, muitas vezes, na Bolívia. A partir de então, nos deparamos com a formação de um sistema cada vez mais complexo e heterogêneo no interior da comunidade boliviana inserida na cidade de São Paulo, cujo dinamismo se reflete, por exemplo, nas possibilidades de mobilidade social inscritas na passagem, plausível em médio prazo, da atividade de costureiro para a de “oficinista” (dono de oficina de costura) (SILVA, 1998)¹⁴. E no fato de que em torno da atividade dessas oficinas no setor de confecção e, na medida em que a comunidade boliviana se consolida na cidade, emergem outros tipos de pequenos empreendimentos de bolivianos: i) os estabelecimentos comerciais (em sua maioria, restaurantes, pequenos mercados/armazéns e cabeleireiros) e pontos de venda ambulante (para a comercialização de produtos típicos, comida, CDs, Dvds, cartões telefônicos etc); ii) o investimento em serviços de telefonia e transporte próprios (oficiais e clandestinos) para conectar os bolivianos e, atualmente, cada vez mais, outros imigrantes hispano-americanos aos seus lugares de origem; iii) a formação de rádios piratas que transmitem programas em espanhol e em aymará com informações sobre serviços – de saúde, educação e lazer – e questões relativas ao trabalho nas oficinas de costura e, iv) a consolidação de

¹³ Nesse período também iniciam as denúncias sobre a existência de vínculos entre as oficinas bolivianas e grandes redes nacionais e multinacionais de comercialização de roupas. Entretanto, note-se que a vinculação das oficinas bolivianas ao comércio coreano ainda permanece muito forte, conforme foi possível perceber em trabalho de campo e outros estudos (AZEVEDO, 2005; BUECHLER, 2003; FERRETI, 2002; FREIRE, 2008; GALETTI, 1995; KADLUBA, 2007; SILVA, 1997 e 2006).

¹⁴ E, atualmente, estamos diante de mais uma mudança na configuração da atuação da população boliviana no interior do setor de confecção na cidade de São Paulo: conforme foi possível perceber a partir do trabalho de campo realizado ao longo do ano de 2010, alguns donos de oficinas de costura bolivianos discutem a possibilidade de estabelecimento de circuitos próprios de comercialização de sua produção e de concepção das peças a serem produzidas.

alguns lugares de referência da comunidade boliviana na cidade de São Paulo, como, por exemplo, a rua Coimbra, no Bresser e a Praça Kantuta, no Canindé¹⁵.

Atualmente, além da comunidade boliviana, percebe-se a entrada de paraguaios e peruanos¹⁶, no trabalho nas oficinas de costura na cidade de São Paulo – em oficinas próprias ou nas oficinas de bolivianos e/ou coreanos¹⁷. A entrada desses grupos, não apenas nas oficinas de costura, mas também em espaços de circulação da comunidade boliviana nos bairros do Brás, Canindé e Pari – principalmente na Rua Coimbra¹⁸ e na Avenida Carlos de Campos – tem gerado uma série de conflitos e tensões que se refletem, entre outras coisas, no aumento significativo de casos de violência entre esses grupos registrados pela polícia¹⁹.

Dessa forma, ao invés do clássico e esperado percurso da integração e assimilação dessa força de trabalho boliviana ao mercado de trabalho local e às estruturas sociais e econômicas da sociedade de destino percebe-se, por um lado,

¹⁵ Enquanto, por um lado, a feira de domingo na Praça Kantuta se estabeleceu a partir uma reivindicação da comunidade boliviana junto à prefeitura municipal da cidade e trata-se de um espaço de comércio não permanente (só funciona aos domingos). Por outro lado, a Rua Coimbra teve uma história muito mais informal de inserção da comunidade boliviana – tratava-se, conforme foi possível verificar a partir de trabalho de campo, de uma rua em que se concentravam muitas oficinas de costura coreanas e bolivianas e, ao longo da década de 1990, começou a receber um comércio e salões de cabeleireiro bolivianos para atender os costureiros, além de uma central telefônica cujos donos são bolivianos. E aos finais de semana, passou a se consolidar como ponto de encontro da comunidade, recebendo comércio ambulante. Atualmente, destaca-se a existência de um posto do consulado boliviano e de uma empresa que é especializada em formalizar a situação de bolivianos e suas oficinas de acordo com os parâmetros legais vigentes no Brasil.

¹⁶ Conforme foi possível verificar em trabalho de campo realizado ao longo de 2010. De maneira geral, note-se que os fluxos migratórios de paraguaios e peruanos para o Brasil também tem aumentado significativamente nesse período. De acordo com Sala (2005), a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1990 e 2000, enquanto a taxa de crescimento médio anual entre 1991-2000 da população boliviana no país foi de 29,5%, a taxa de crescimento da população paraguaia foi de 47,3% e a taxa de crescimento da população peruana foi de 71%.

¹⁷ Note-se que apesar de ter havido uma sensível diminuição da participação coreana no negócio das oficinas de costura e recrutamento de força de trabalho, ao longo do trabalho de campo encontramos casos de bolivianos que disseram trabalhar em oficinas de coreanos.

¹⁸ A Rua Coimbra é considerada, atualmente, pela polícia militar um dos locais de maior foco das tensões entre bolivianos, paraguaios e peruanos, tendo sido registrados formal e informalmente, no primeiro semestre de 2011, 12 casos de brigas e 4 mortes.

¹⁹ De janeiro a julho de 2001, a Polícia Militar atendeu 71 ocorrências de casos de brigas e um assassinato entre bolivianos, paraguaios e peruanos – na maioria dos casos tratava-se de costureiros. Entretanto, estima-se que o número seja bem maior, pois na imensa maioria dos casos a polícia não é chamada. Em geral, mas existem exceções, os paraguaios são os que mais agridem e os bolivianos são o grupo mais atingido. Além da existência de conflitos entre membros da mesma comunidade. Ver reportagem completa sobre o assunto em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/promotoria-apura-rixa-entre-peruanos-bolivianos-e-paraguaios-em-sp.html> [último acesso em 18/08/2011].

a formação de espaços e dinâmicas próprios a partir de uma relação mediada (e não direta) com as estruturas institucionais e laborais da sociedade de destino e em torno da manutenção de relações e vínculos, materiais e/ou simbólicos, com as sociedades de origem. E, por outro lado, a entrada de outros grupos de imigrantes (peruanos e paraguaios), em circunstâncias semelhantes na cidade de São Paulo, no interior desses espaços e dinâmicas, inicialmente constituídos pela comunidade boliviana. Ao partirmos do fato da manutenção da diferença ou ainda de outras formas de integração (entre os diversos grupos e os autóctones) com a constituição de novas dinâmicas nos espaços urbanos de destino – emerge a questão dos arranjos, diálogos, rituais, espacialidades ou ainda a(s) sociabilidade(s) tecida(s) por esses novos personagens no contexto urbano e por entre suas fronteiras internas e externas em torno das atividades das oficinas de costura.

Do gueto ao território circulatório – um debate sobre as formas alternativas de inserção das comunidades imigrantes nas sociedades de destino

Nossas grandes cidades se transformam, após análise, em um mosaico de populações segregadas – diferenciando-se por raça, cultura, ou simplesmente por culto – cada uma buscando preservar suas formas culturais peculiares e manter suas concepções individuais e únicas da vida. Cada um desses grupos segregados busca inevitavelmente, a fim de manter a integridade da vida de seu próprio grupo, impor a seus membros alguma forma de isolamento moral. Na medida em que a segregação se torna um meio para esse fim, cada povo e cada grupo cultural está apto a criar e manter seu próprio gueto. Nesse sentido, o gueto se transforma no símbolo material desta forma de isolamento moral que os “assimilacionistas”, como são chamados, buscam romper (PARK, R. in WIRTH, 1964:vii, tradução própria).

Encontramos preferencialmente indivíduos capazes de serem daqui e de lá ao mesmo tempo, diferentemente das descrições de Park, capazes de entrar momentaneamente ou duravelmente em universos de normas que lhe são estrangeiras sem, por isso, deixar as suas próprias. Nós nos aproximamos de uma sociologia ou antropologia das viagens, das entradas e saídas, dos cruzamentos, que assinalam a aparição de outras sociabilidades, diferentes daquelas sugeridas pelas problemáticas das lentas e longas inserções (TARRIUS, 2005:30, tradução própria).

O debate sociológico em torno da inserção de grupos de imigrantes nas grandes cidades, tendo em vista suas dimensões sócio-culturais e espaciais, inicia, formalmente, entre fins do século XIX e meados do século XX, no contexto norte-americano, no bojo dos estudos urbanos inaugurados pela Escola de Chicago²⁰. Naquele momento de intenso crescimento da economia norte-americana e recebimento de importantes fluxos migratórios internacionais²¹, Chicago representava, conforme destaca Hannerz (1980:20), um dos seus mais pujantes e desenvolvidos centros urbanos, além de ser a principal via de passagem para a conquista do oeste norte-americano e destino de muitos dos fluxos migratórios provenientes da Europa – constituindo-se, portanto, numa espécie de “laboratório” ideal para visualizar os processos sociais em curso nesse novo contexto social²².

A cidade – caracterizada em oposição ao campo, a partir de seus atributos de tamanho, densidade e heterogeneidade²³ – emergia como o lugar da tensão entre a proximidade física e a distância moral, que levaria à generalização dos contatos secundários²⁴, configurando uma experiência superficial, anônima e efêmera concomitante a uma espécie de racionalização das relações sociais como um todo. Entretanto, como contra-tendência se conformariam, no mundo urbano, espaços segregados, baseados no recrudescimento dos contatos primários, como expressão dos antagonismos raciais e interesses de classe. Como, por exemplo,

²⁰ Conforme destaca Coulon (1995:8), em livro sobre a Escola de Chicago.

²¹ “Entre 1820 e 1940, aproximadamente quatro milhões de pessoas entraram nos Estados Unidos. E nas quatro décadas desde o início da Segunda Guerra Mundial, chegaram cerca de 15 milhões” (MORAWASKA, 1990: 187, tradução própria).

²² Conforme destacam Yves Grafmeyer e Isaac Joseph (2009:7) na introdução de uma coletânea de ensaios da Escola de Chicago traduzidos para a língua francesa, a idéia da “cidade como laboratório”, corrente no meio acadêmico no início dos estudos urbanos da Escola de Chicago, era cara a esses pesquisadores, principalmente, para Robert Park, um de seus principais expoentes.

²³ De acordo com um ensaio clássico de Louis Wirth escrito em 1938, “Urbanism as a way of life”, consultado na coletânea de Yves Grafmeyer e Isaac Joseph (2009) – “A partir de uma perspectiva sociológica, a cidade pode ser definida como um estabelecimento relativamente importante, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 2009:262, tradução própria).

²⁴ “Os cidadãos se encontram em papéis fortemente segmentados. Eles dependem certamente de mais pessoas do que os que vivem na zona rural para satisfazer suas necessidades vitais e são, portanto, associados a mais grupos organizados, mas são menos dependentes de pessoas particulares e sua dependência em relação aos outros é limitada a um aspecto muito compartimentado do sistema de atividades dos outros. É isto essencialmente o que significa dizer que a cidade é caracterizada por contatos secundários ao invés de primários. Os contatos na cidade podem efetivamente ser face-a-face, mas eles são, não obstante, superficiais, efêmeros e segmentados. A reserva, a indiferença e a atitude blasé que os cidadãos manifestam podem, portanto, ser consideradas como dispositivos de imunização contra as reivindicações pessoais e as expectativas da parte dos outros” (WIRTH, 2009:267, tradução própria).

no caso das comunidades de imigrantes, os guetos, ou ainda, nas áreas de segregação, os bairros industriais e os enclaves residenciais.

No meio urbano, a vizinhança tende a perder uma grande parte da significação que ela tinha nas formações sociais mais simples e mais primitivas. A maior acessibilidade aos meios de transporte e de comunicação permite aos indivíduos repartir sua atenção e sua vida, ao mesmo tempo, em uma multiplicidade de mundos diferentes, tendendo a destruir a permanência e a intimidade da vizinhança. Contudo, o isolamento das colônias de imigrantes e das colônias raciais nos guetos e nas áreas de segregação tende a preservar a intimidade e a solidariedade dos grupos locais e dos grupos de vizinhança. Lá onde os indivíduos da mesma raça e da mesma profissão vivem juntos no interior dos grupos segregados o sentimento de pertencimento à vizinhança tende a se fundir com os antagonismos raciais e interesses de classe. As distâncias espaciais e afetivas se reforçam mutuamente e os efeitos da repartição local da população se combinam com os efeitos de classe e de raça na evolução da organização social. Toda a grande cidade tem suas colônias raciais (...) Toda grande cidade tem seus bairros industriais (...) seus enclaves residenciais (...) cada um deles com o tamanho e o aspecto de uma aldeia ou pequena cidade ou mesmo de uma grande cidade, inteiramente distintos, já que sua população é resultado de um processo de seleção (PARK, 2009:92-93, tradução própria)²⁵.

Nessa perspectiva, o gueto seria, portanto, uma área de segregação, ou isolamento, de comunidades de imigrantes específicas no interior da cidade – uma contra-tendência em relação à tendência geral de racionalização das relações sociais e distanciamento moral. E essa formação faria parte de um momento inicial de inserção precária desses grupos no ambiente urbano. Pois, na medida em que se familiarizassem com os códigos culturais dessas novas sociedades, os imigrantes passariam a se inserir em suas estruturas laborais e sócio-culturais pré-existentes. Ou ainda, nos termos da “hipótese ecológica”, denominada por Park como “ciclo das relações raciais”, em seu estudo clássico, “Race and

²⁵ Trecho traduzido da coletânea organizada por Grafmeyer e Joseph, do ensaio de Robert Ezra Park, “The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment” publicado no livro “The City”, de Park, Burgess e Mackenzie, em 1925.

Culture”, a esse estágio inicial se sucederiam, ao longo do tempo, o “contato”, a “competição”, a “acomodação” e, finalmente, no caso dos ciclos bem sucedidos, a “assimilação” – entendida como “um processo de interpenetração e fusão no qual as pessoas e os grupos adquirem as memórias, sentimentos e atitudes das outras pessoas e grupos e através da partilha de sua experiência e história são incorporadas com eles em uma vida cultural comum” (Park, R & Burgess, *W apud* Alba, R & Nee, V., 1997: 828, tradução própria).

O debate contemporâneo em torno dos denominados “novos fluxos migratórios” coloca em questão, em linhas gerais, tanto as possibilidades de existência de tais processos de assimilação, quanto a necessidade de tal assimilação para o estabelecimento de uma inserção considerada bem sucedida nas sociedades de destino. Nesse sentido, ao invés da perspectiva da assimilação, as pesquisas contemporâneas destacam a manutenção, para além da primeira geração de imigrantes, de formas de organização, social e simbólica, diferenciadas e que expressam o pertencimento aos países de origem. Os “novos fluxos migratórios” também se caracterizariam por apresentar uma inserção muito mais fluida em termos econômicos: ao invés de se inserirem nos mercados de trabalho locais já constituídos, os novos migrantes passaram a explorar alternativas relativamente autônomas de inserção econômica – com a formação, em alguns casos, de verdadeiros mercados de trabalho paralelos, em que o pertencimento étnico passa a ser um dos principais atributos de entrada nessas atividades econômicas²⁶.

²⁶ Note-se que o paradigma da assimilação foi extremamente influente no debate norte-americano e europeu durante praticamente toda a primeira metade do século XX. Entretanto, conforme sumariza Potot: “Os autores constataam, com efeito, que, comparado a um modelo nacional hegemônico, os imigrantes de hoje não podem – ou não querem – se inserir completamente nas sociedades de acolhimento e consumir a ruptura com as sociedades de origem (...) A instalação dos imigrantes se realiza portanto menos satisfatoriamente, ela é menos possível e menos desejável. Isso favorece a manutenção dos laços com a sociedade de origem onde o êxito social e a vinculação política constituem um reconhecimento social que faz falta nos países de instalação” (POTOT, 2003:21, tradução própria). ARANGO, 2000, ASSIS & SASAKI, 2001; ALBA & NEE, 1997; GREEN, 1999, GLICK-SCHILLER, BASCH, SZANTON-BLANC, 1992, KLOSTERMAN & RATH, 1999. MORAWSKA, 1990, MOROKAVASIC – MULLER, 1999, PORTES, 1995 e 1999, POTOT, 2003 e TARRIUS, 2002

Tendo em vista a abrangência e multiplicidade de perspectivas envolvidas nestas discussões, interessa destacar, para os objetivos deste artigo, o debate europeu que se constitui a partir da década de 1990, em torno, inicialmente, dos seguintes fenômenos empíricos, conforme destaca Morokvasic-Muller (1999): as migrações comerciais a partir da região do Maghreb, as diásporas asiáticas e seus “enclaves comerciais” e as migrações pendulares (comerciais e para o trabalho em empresas locais) entre a Europa oriental e ocidental (visíveis depois da queda do muro de Berlim) (AUTANT – DORIER, 2009; CORTES & FARET, 2009; MA MUNG, 1992, 1996, 1999, 2009; MOROKAVASIC– MULLER, 1990, 1999, POTOT, 2003; SIMON, 2006; TARRIUS, 1993, 2002, 2005, 2009).

Estas análises propõem uma ligação mais estreita entre a atividade migratória (e, conseqüentemente, os vínculos mantidos com as sociedades de origem e de passagem) e a inserção econômica e sócio-cultural desses migrantes, extrapolando, portanto, o contexto urbano das sociedades de destino. Neste debate, parte-se do diagnóstico da emergência de uma forma migratória original no contexto contemporâneo, em torno dos pequenos empreendimentos produtivos/comerciais das comunidades migrantes e que interferiria de maneira decisiva em suas formas de inserção nas sociedades de destino. E o conjunto formado por esses pequenos empreendimentos comerciais/produtivos de migrantes constituiria uma articulação, mesmo que inconsciente, conformadora de novas territorialidades e mundos próprios a essas comunidades migrantes nas sociedades de destino e por entre origem e destinos.

(...) uma forma migratória original se desenvolverá a partir de iniciativas econômicas determinadas de pequenos migrantes, as formigas, particularmente aptas a circular (saber circular) internacionalmente. Esta forma não anula aquela mais clássica e dominante da mobilização da força de trabalho, mas ela produz mudanças suficientes no estatuto residencial, nas práticas de mobilidade, em relação aos caminhos da integração (...) devemos considerá-las, de agora em diante, como objeto de pesquisa com o intuito de compreender a originalidade da articulação entre esses dois modos migratórios e os novos sentidos da presença estrangeira que assim se exprimem (TARRIUS, 2005:26, tradução própria).

Nesse sentido, diferentemente de denominações como “gueto” ou “enclave étnico”²⁷ (emergente contemporaneamente no debate norte-americano) para fazer referência às configurações sociais e econômicas estabelecidas pelos fluxos migratórios, os autores citados acima propõem: “território circulatório”, “mundo migratório”, “campo migratório” etc – indicando, dessa forma, de maneiras diferentes, as relações entre a atividade migratória/circulatória desses novos migrantes e sua capacidade de estabelecer configurações sócio-econômicas relativamente autônomas.

A idéia geral subjacente a esses conceitos – tendo em vista a perspectiva radical de Alain Tarrus – é a de que as mobilidades das comunidades migrantes conformariam variáveis independentes, ou seja, variáveis explicativas dos fenômenos econômicos observados – e, por isso, não devem ser apenas descritas, mas é preciso atentar também para as territorialidades e arranjos que constituem²⁸.

Para Ma Mung, essas novas configurações – constituídas pela articulação, mesmo que inconsciente, entre os vários pequenos empreendimentos de uma comunidade migrante específica – são entendidas enquanto “parte das estratégias de reprodução dos indivíduos organizados em grupos étnicos” (MA MUNG, 1999:192, tradução própria), instituidoras dos “mundos migratórios” das comunidades migrantes em foco. De acordo com o autor, expressariam, portanto, uma ação coletiva autônoma: que conjuga a ação econômica à dimensão identitária²⁹, fazendo parte – conjuntamente com as ações desenvolvidas em

²⁷ O termo enclave étnico se constitui em diálogo direto com as com as teorias norte-americanas – emergentes no final da década de 1970 a partir dos trabalhos pioneiros de Averitt (1968) e Galbraith (1971) – sobre a formação de uma economia dual que dividiria o mercado de trabalho entre um setor primário e um secundário. Nesse contexto, o enclave seria uma terceira segmentação. “O enclave étnico é entendido como um segmento da economia mais ampla, uma estrutura econômica parcialmente autônoma constitutiva de um mercado de trabalho distinto. A economia de enclave, bem como seu mercado de trabalho, é estruturada de um jeito similar a economia mais ampla, mas funciona no sentido de dar suporte aos empreendimentos étnico e ajudá-los a competir de maneira mais bem sucedida no sistema econômico mais amplo” (ZHOU, 1992:4, tradução própria). Ver também: BAILEY & WALDINGER, 1991 e PORTES & JENSEN, 1987.

²⁸ “Eu gostaria, neste artigo, de evocar a hipótese de existência de outro fenômeno, em que as mobilidades coletivas e a aparição de novas relações sociais precedem a iniciativa econômica e referem-se mais a uma nova forma de ser coletivamente no mundo do que a uma forma de exprimir à margem um processo econômico universal” (TARRIUS, 2005:22, tradução própria).

²⁹ De acordo com Ma Mung (1999, 2009), a autonomia, questão central em suas pesquisas, se desdobra, inextricavelmente, em dois sentidos: de diferenciação (*savoir faire*, “saber fazer”) e de iniciativa (*pouvoir faire*, “poder fazer”).

outros âmbitos da vida social – do jogo da “negociação de identidades”³⁰. As “negociações de identidades” colocariam, frente a frente, indivíduos de diferentes grupos étnicos e autóctones, intermediados pelos vários elementos de sua “mise en scene” na cidade, conforme evidencia em relação aos empreendimentos comerciais chineses, em Paris (Ma Mung, 1998).

Apesar das articulações propostas por Tarrius – entre os pequenos empreendimentos econômicos, territorialidades e identidades – também indicarem, em sentido similar ao proposto por Ma Mung uma negociação (material e simbólica) entre os diferentes “nós” nos contextos urbanos de destino. Sendo, nesse sentido, o conceito de “território circulatório” expressão territorial dessas demarcações constituídas pela circulação dos grupos migrantes³¹. Para Tarrius diferentemente dos “mundos migratórios” propostos por Ma Mung, estariam em jogo espaços muito mais fluídos de transações, compostos por: “múltiplas combinações entre *etapa e circulação*”, “*produções identitárias* para além das clássicas referências sedentário/localizadas”, “a *realidade*” e “o papel de uma *memória coletiva* extensiva” ligada tanto aos *momentos* de múltiplas negociações, como aos *espaços* que as suportam (TARRIUS, 2005:28, tradução própria).

Nesse sentido, apesar dos “territórios circulatórios” propostos por Tarrius indicarem uma forma de integração nas sociedades de destino, não se trata mais, do ponto de vista identitário, da dicotomia proposta pela Escola de Chicago entre ser “daqui” ou “de lá” – essas novas espacialidades constituídas nos percursos e arranjos de comunidades migrantes possibilitariam a emergência de um novo processo de estabelecimento de identidades em que se torna possível ser “daqui

³⁰ “A existência de populações de origem estrangeira sobre o território nacional leva ao desenvolvimento de processos de negociação da presença dessa população. Mas essa negociação concerne menos a sua presença efetiva (...) do que as formas dessa presença. (...). Como o que define e assinala a presença desses grupos é a sua identidade étnica, as negociações e as transações concernem às identidades: dos grupos, mas também, como veremos, das sociedades de acolhimento” (MA MUNG, 1999: 196, tradução própria).

³¹ Para Tarrius (2005:34, tradução própria), o conceito de «território circulatório» remete a uma territorialidade que se constitui em torno da circulação de uma população - “Esses territórios, a partir do momento que englobam redes definidas pelas mobilidades de populações que apresentam o estatuto de saber circular por tais espaços, nós os denominamos territórios circulatórios”. Note-se que, na perspectiva de Tarrius, o conceito de «território» parte justamente de uma demarcação, expressão de um grupo/comunidade/coletivo – “No mínimo, diremos que o território é uma construção concomitante à emergência e, depois, à visibilidade social de um grupo, de uma comunidade ou de outros tipos de coletivo em que os membros podem utilizar um “nós” identificador. Ele é condição e expressão do vínculo social. Ele se constitui como momento de uma negociação, entre a população concernida e os que a rodeiam, que instaura continuidades nas trocas generalizadas. O território é memória. É marcação espacial da consciência histórica de estar junto” (TARRIUS, 2005:34, tradução própria).

e de lá” ao mesmo tempo. As identidades constituídas a partir desses “momentos de negociação” com os vários “outros” – presentes concomitantemente no espaço urbano e, em muitos sentidos, diretamente vinculados às atividades econômicas em jogo seriam, portanto, para Tarrius, diferentemente do sentido proposto por Ma Mung, construções bem mais precárias e cambiantes: uma identidade “fracionada em múltiplos atributos”³² e não necessariamente ligada a um grupo étnico específico.

Dessa forma, ao invés da metáfora da cidade segregada em espaços/territórios minuciosamente delimitados no interior dos quais comunidades de imigrantes específicas desenvolvem contatos primários em torno de suas culturas de origem, da análise sociológica/antropológica de Tarrius emerge uma cidade multifacetada, em que os territórios circulatórios, ligados a atividades econômicas específicas, se sobrepõem e extrapolam os espaços sedentários/autóctones da cidade e cujas comunidades de imigrantes envolvidas conformam suas identidades, assim como os outros cidadãos urbanos, a partir de contatos secundários, cujas regras e hierarquias específicas se sedimentam ao longo do tempo nas negociações cotidianas em torno da circulação dessas populações e para a realização de suas atividades econômicas.

Considerações finais

Nós queremos levar a sério as narrações que as populações móveis fazem dos seus percursos e que ligam o « aqui », onde elas estão atualmente, ao « lá », de onde vieram e retornam sem cessar, um entre dois, que nunca se extingue, entre as duas pontas das trajetórias, que dizem *projeto lá onde nós vemos exílio, circulação, lá onde nós exigimos fixação, enraizamento*. Nossa curiosidade não consiste em saber se esse outro, que fica ou que passa, é mais ou menos estrangeiro, mais ou menos objeto para nós, mas sabendo que ele é Outro, ver, enfim, revelar, o que ele produz, a partir de sua diferença entre seus lugares e os nossos (TARRIUS, 2005:43, tradução própria).

³² “(...) nessas reconfigurações de posição e que exprimem as competências para atravessar universos de normas diferenciados: nessas novas proximidades, passageiras e parciais em sua gênese que permitem aos indivíduos ultrapassar, por exemplo, as atribuições étnicas, forjar sólidas alianças em torno de uma única troca de palavras, provenientes de múltiplas diversidades de crenças, de convicções, de costumes, a identidade se fraciona em múltiplos atributos” (TARRIUS, 2005:29, tradução e grifos próprios).

O debate europeu sobre os “novos fluxos migratórios” e, especialmente, a perspectiva analítica desenvolvida por Alain Tarrus e seu conceito de “território circulatório”, esboçados na seção anterior, constituem ferramentas analíticas profficas para a abordagem dos arranjos e territorialidades que se estabelecem na circulação migratória de bolivianos – e, atualmente, de peruanos e paraguaios – em torno das atividades das oficinas de costura na cidade de São Paulo.

Em tais abordagens destaca-se a conformação de novas articulações e arranjos a partir de processos interativos e de influências recíprocas. Com a formação de uma síntese que não se encontra totalmente nem nas dinâmicas pré-existentes nas sociedades de destino, nem nas heranças das sociedades de origem³³. Entretanto, os lugares de origem e os de passagem permanecem importantes e ativos nas formas de inserção nos lugares de destino – e, em muitos casos, como no boliviano, predominantemente, a partir das cadeias migratórias que se estabelecem em torno das relações de parentesco.

Nesse sentido, no caso das migrações bolivianas, interessa destacar, tendo em vista os estudos realizados diretamente nas regiões de origem (CORTES, 2004; SPEEDING, 2003; ÁVILA, 2006; QUIROGA, 2007) que a migração, em si, já se constitui enquanto *ação coletiva*: tanto no sentido de envolver muitas pessoas em torno do projeto migratório (uma rede familiar extensa e agregados)³⁴, quanto no de se constituir como principal estratégia de manutenção e reprodução dos lugares de origem³⁵. Especificamente, no caso dos fluxos migratórios de bolivianos ligados ao setor de confecção na cidade de São Paulo, uma das formas mais comuns de inserção inicial no circuito, se daria também a partir dos lugares de origem – principalmente, a partir dos agenciadores de trabalho e dos cursos

³³ “Se estas populações transmitem um ‘patrimônio migratório’, não se trata de uma reprodução pura e simples das culturas de origem específicas a cada componente. Existe a construção de uma nova cultura da mobilidade que, ao mesmo tempo, que faz emergir novas redes, coloca em jogo novas formas de mobilidade, econômicas, culturais, profissionais, que não se reduzem à mobilidade espacial” (TARRIUS, 2005:26, tradução própria).

³⁴ “La familia boliviana, y en especial la familia urbana cochabambina, conforman lo que se conoce como ‘familia extendida’, es decir, papa y/o mamá, hijos e hijas que viven bajo el mismo techo, y que en algunos casos reciben el apoyo económico, vivienda, apoyo en el cuidado de los hijos, etc, de otros familiares, como abuelos, tios, parientes políticos, etc. Además del apoyo material y simbólico, es muy común la participación del conglomerado familiar en la dinámica micro familiar (...). Existen, además, otros agentes que influyen en las decisiones familiares, como los padrinos que en ciertos estratos sociales incluso se convierten en referentes morales” (QUIROGA, 2007: 10-11).

³⁵ “En la región de Cochabamba, los campesinos se organizan para migrar, tal y como lo hacen para producir, alimentarse, vivir, etc. Las familias se prestan entre ellas, cooperan, se van, vuelven, es decir, crean un sistema socioeconómico que constituye la base del proceso migratorio” (CORTES, 2004:163).

profissionalizantes de costura nos locais de origem, bem como das relações de parentesco (BUECHLER, 2003; FREIRE, 2008; FREITAS, 2009; KADLUBA, 2007, SILVA, 1997 e 2006).

Entretanto, apesar da importância desses arranjos e estratégias de sobrevivência/mobilidade socioeconômica das famílias bolivianas, estabelecidos a partir de seus locais de origem, para a compreensão de suas formas de inserção no setor de confecção da cidade de São Paulo, a literatura européia consultada nos chama atenção para a necessidade de considerar concomitantemente os “momentos de negociações” que se estabelecem na medida em que esses migrantes se põem em movimento e começam a realizar suas atividades em torno do setor de confecção no contexto urbano paulistano e por entre suas fronteiras. Nessas novas circunstâncias, que incluem, principalmente, o contato com o “outro” (os autóctones e migrantes de outras nacionalidades) essa “herança” dos locais de origem e re-configurada constituindo formas de sociabilidade e organização das atividades econômicas que apesar de não serem completamente novas são fruto de ajustes que se estabelecem nos contextos relacionais.

Pois seriam, justamente, esses momentos ou “espaços tempos” de negociações³⁶, sedimentados na memória coletiva, que organizariam os lugares/espaços (suportes dos deslocamentos) e exprimiriam a “forma das transações”³⁷ que descrevem “o papel e o interesse do vínculo, a princípio metafórico, entre os acordos de palavra, as modalidades de entrada e saída das redes de economia subterrânea, a aparição de novas relações sociais e as bases originais de novas afirmações identitárias que lhes sustentam” (TARRIUS, 2005:28, tradução própria).

Na abordagem proposta por Tarrius, portanto, a dimensão temporal adquire centralidade – as espacialidades encontrar-se-iam, inclusive, completamente subordinadas aos “fluxos”, “tempos”, “ritmos” e “sequências”³⁸. Nesse sentido, em

³⁶ (...) cada um, no interior desses novos espaços-tempos da circulação, desenvolve a capacidade, nos lugares e momentos precisos, nas « situações chave », em suma, de encontrar o outro, o diferente, como idêntico, de negociar, bricolar, contornar as expressões, estas sim, múltiplas, das diferenças (TARRIUS, 2005:30, tradução própria).

³⁷ Existe um aspecto interessante nessa perspectiva e que irá aparecer com mais clareza no trabalho etnográfico a ser realizado, diz respeito ao conceito de “formas”, formas de sociabilidade. Um conceito que, nos autores estudados até o momento, remetem às proposições de Simmel.

³⁸ Afastando-se, portanto, das abordagens espaciais em que o tempo, reduzido à duração, aparece enquanto um atributo do espaço – restando, apenas, a realização de um compêndio descritivo das formas de deslocamento espaciais.

suas análises para a delimitação dos territórios circulatorios (TARRIUS, 2009:51), propõe a articulação de três camadas de temporalidades em torno da ação econômica/circulatória das comunidades: a) a das *trajetórias individuais*, presentes nas histórias de vida - “que permitem compreender os tempos das aquisições dos saberes, das competências, das mudanças”; b) a das *trajetórias intergeracionais* (ligada à história dos próprios empreendimentos econômicos, dos lugares, das famílias) e, c) os *trajetos e ritmos cotidianos* (das atividades repetitivas; dos eventos de sociabilidade).

Tendo em vista as considerações acima, a pesquisa de doutorado em andamento no âmbito do projeto temático Observatório das Migrações, procurará responder as seguintes indagações sobre as atividades de bolivianos – e, secundariamente, de paraguaios e peruanos – em torno do setor de confecção da cidade de São Paulo: Quais são os momentos chave de articulações/negociações (entre diferentes) de identidades e territorialidades, para o funcionamento das oficinas (em termos de mobilização de espaços, meios de produção, mercadorias de manutenção e força de trabalho), na cidade de São Paulo, e nos lugares de origem na Bolívia? Qual a história de negociações em torno desses “momentos chave” e as territorialidades mobilizadas? Como esses “momentos chave” aparecem nas três formas de temporalidade propostas por Tarrius (dos ritmos cotidianos, das trajetórias individuais e intergeracionais)? Em relação aos ritmos cotidianos, quais as “formas de sociabilidade” que emergem desses “momentos chave” de negociação entre diferentes?

Referências

- ALBA, R & NEE, V. “Rethinking assimilation theory for a new era of immigration”. *International Migration Review*, n. 31, p.826-74, 1997.
- AUTANT – DORIER, Claire. Saisir les identites en mouvement: parenté et histoires de familles turques en migration. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 25, n.3, p.133-151, 2009.
- ARANGO, Joaquim. **Explaining Migration: a critical view**. Unesco. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira & SASAKI, Elisa Massae. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Migrações internacionais** – contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001, p.615-639.

AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. **A presença de trabalho forçado na cidade de São Paulo** – Brasil/Bolívia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), 2005.

BASSEGIO, Luiz. A imigração latino – americana para o Brasil: o caso dos bolivianos em São Paulo. **Cadernos do CEAS**, n. 214, p.51-59, 2004.

BAILEY, Thomas & WALDINGER, Roger. “Primary, Secondary and Enclave Labor Markets: a training systems approach”. **American Sociological Review**, v. 56, n. 4, p.432-445, agosto de 1991.

BUECHLER, Simone. **Sweating it in the Brazilian Garment Industry**: Bolivian workers and global economic forces in São Paulo. Nova Iorque: Metropolitan Studies, New York University, 2003. [paper disponível no Centro de Estudos Migratórios – CEM de São Paulo, no qual havia indicação de publicação futura na revista “Latin American Perspectives”, 2004].

CORTES, Geneviève. **Partir para quedarse** – supervivencia y cambio en las sociedades campesinas andinas (Bolívia). Equador: Plural Editores, 2004.

CORTES, Geneviève & FARET, Laurent (dirs). **Les circulations transnationales** – lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009.

CEPAL/CELADE/OIM (Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía/ Organización Internacional para las Migraciones). **Un Examen de la Migración Internacional en la Comunidad Andina** – Proyecto Sistema de Información sobre Migración Internacional en los Países de la Comunidad Andina (SIMICA). Santiago do Chile, 1999.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Papirus, Campinas – SP, 1995.

CYMBALISTA & XAVIER. A Comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Papers Anpocs**. Caxambú: Anpocs, 2007.

FERRETI, Maritza. Direitos humanos e imigrantes. In: SALES, Teresa e SALLES, Maria do Rosário T. (orgs). **Políticas Migratórias** – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar e Editora Sumaré, 2002, p.139-146.

FREIRE, Carlos. **Trabalho informal e redes de subcontratação**: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Sociologia - FFLCH/USP, 2008.

FREITAS, Patrícia T. **Imigração e Experiência Social**: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de

costura na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Departamento de Sociologia - IFCH/Unicamp, 2009.

FREITAS, Patrícia Tavares & BAENINGER, Rosana. Imigração e Trabalho – determinantes históricas da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de costura na cidade. In: BAENINGER, Rosana (org). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. São Paulo: UNFPA, 2010.

GALETTI, Roseli. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, N. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1. Campinas: Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), 1995, p.133-143.

GREEN, Nancy L. “The Comparative Method and Poststructural Structuralism: new perspectives for migration studies”. In: LUCASSEN, J. & LUCASSE, L. (eds). **Migration, Migration History, History – old paradigms and new perspectives**. Berne: Peter Lang A. G, 1999.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. “Towards Transnational Perspective on Migration”. **Annals of the New York Academy of Sciences**, Nova Iorque, v. 645, 1992.

JOSEPH, Isaac & GRAFMEYER, Yves (orgs). **L'École de Chicago – naissance de l'écologie urbaine**. Champs Essais, Flammarion: Paris, 2009.

KADLUBA, Ruth Camacho. **A imigração na cidade de São Paulo – integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza – URB AL Rede 10**. São Paulo: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade /Empresa e Comunidade Européia, 2007.

KLOSTERMAN, R.; J. VAN DER LEUN & J. RATH “Mixed embeddedness: (in) formal Economic Activities and Immigrant business in Netherlands”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 1999, 23 (2), Junho, p.253-267.

MA MUNG, Emmanuel. Dispositif économique et ressources spatiales: éléments d'une économie de diaspora. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v.8, n.3, p.175-193, 1992.

MA MUNG, Emmanuel. Entreprise économique et appartenance ethnique. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v. 12, n. 2, p.211-233, 1996.

MA MUNG, Emmanuel. Territorialisation marchande et négociation des identités: les Chinois à Paris. **Espaces et Sociétés**. n.95, p.145-162, 1998.

MA MUNG, Emmanuel. **Autonomie, Migrations et Altérité**. HDR de Géographie. Poitiers: Université de Poitiers, 1999.

MA MUNG, Emmanuel. Le point de vue de l' autonomie dans l'étude des migrations internationales: penser de l' intérieur lês phenomènes de mobilité. In: DUREAU, François et HILY, Marie Antoniette. *Les mondes de la mobilité*. Rennes: Presses Univertiaire de Rennes, 2009, p.25-38.

MORAWSKA, Ewa. The Sociology and Historiography of immigration. In: C TILLY, V YANS-MCLAUGHLIN. **Immigration reconsidered – History, Sociology and Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. **The underside of fashion: immigrants in the parisian garment industry**. Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1990. (paper apresentado no Institute for Social Science Ressearch).

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. “La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est”. **Cultures et Conflits**, n. 33-34, 1999:105-122. (<http://www.conflits.org>).

PARK, Robert Ezra. La ville. Propositions de Recherche sur Le comportement humain em milieu urbain. In : JOSEPH, Isaac & GRAFMEYER, Yves (orgs). **L'École de Chicago – naissance de l'écologie urbaine**. Champs Essais, Flammarion: Paris, 2009, p.83-130.

PATARRA, N. & BAENINGER, R. Migrações Internacionais recentes – o caso do Brasil. In: _____ (coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1. Campinas: Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), 1996, p.78-87.

PEREIRA, V. Vacaflores. **Migración interna en Bolívia – causas y consecuencias (1985-2000)**. La Paz: CEF – Plural Editor, 2004.

PORTES, A & SASSEN – KOOB, Saskia. Making it underground: comparative material on the informal sector in western market economies. **American Journal of Sociology**, p.30-61, 1987.

PORTES, A. The enclave and the entrants: patterns of ethnic enterprise in Miami before and after Mariel. **American Sociological Review**, 54, 1989, p.929-49.

PORTES, Alejandro. “Economic sociology and sociology of immigration: a conceptual overview”. In: _____ (org). **Economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship**. Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 1995.

PORTES, Alejandro. “La mondialisation par le bas – l’émergence des communautés transnationales”. **Actes de la Recherche en Science Sociales**, n. 129, p.15-25, setembro de 1999.

POTOT, Swanie. **Circulation et reseaux de migrants roumains** – une contribution a l’etude des nouvelles mobilités en Europe, 2003 (tese de doutorado realizada pela Université de Nice – Sophia Antipolis).

SIMON, Gildas, Migrations, la spatialisation du regard. **Revue européenne des migrations internationales** [En ligne], v. 22 - n.2 | 2006, mis en ligne le 01 juin 2009. URL: [http:// remi.revues.org/index2815.html](http://remi.revues.org/index2815.html)

SALA, Gabriela Adriana. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SALES, Teresa e SALLES, Maria do Rosário T. (orgs). **Políticas Migratórias** – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar e Editora Sumaré, 2002.

SILVA, Sidney A. **Costurando sonhos** – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, Sidney. Costureiros hoje, “oficinistas” amanhã? Indagações sobre a questão da mobilidade econômica e social entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. **Anais do Encontro Nacional sobre Migração, 1997**. Curitiba, 1998, p.383-394.

SILVA, Sidney A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p.157-170, 2006.

ÁVILA, Leonardo de La Torre Ávila. **No llores prenda, pronto volveré** – migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: Fundación PIEB, IFEA, UCB, 2006.

TEJCH, Daniel H. & CASTELLON, Lena. Trabalhadores se oferecem na praça, como escravos. **O Globo**, São Paulo, domingo, 13 de dezembro de 1992.

TARRIUS, Alain. “Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants”. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n° 59/60, 1993: 50-59, 1993.

TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas** – les nouveaux nômades de l’économie souterraine. Paris: Éditions Balland, 2002.

TARRIUS, Alain. Le lien social fort comme préalable à la réussite économique – initiatives des migrants entrepreneurs des économies souterraines internationales: parcours, étapes, transactions commerciales. In: MULLER, L. et TAPIA, S. de. **Un dynamisme venu d’ailleurs**: la création d’entreprises par les immigrés. Paris: L’Harmattan, 2005, p.21-51.

TARRIUS, Alain. Intérêt et faisabilité de l'approche des territoires des circulations transnationales. In: CORTES, Geneviève & FARET, Laurent (dirs). **Les circulations transnationales** – lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Aarmand Colin, 2009, p.43-51.

WIRTH, Louis. **The Ghetto**. University of Chicago Press: Chicago, 1964.

WIRTH, Louis. Le phénomène urbain comme mode de vie. In: JOSEPH, Isaac & GRAFMEYER, Yves (orgs). **L'École de Chicago** – naissance de l'écologie urbaine. Champs Essais, Flammarion: Paris, 2009, p.255-281.

ZHOU, MIN. **Chinatown – the socio economic potential of an urban enclave**. Filadélfia: Temple University Press, 1992.

A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo

Gabriela Camargo de Oliveira
Rosana Baeninger

A partir de 1970, São Paulo passou a receber fluxos imigratórios de perfil diferente dos tradicionais fluxos do começo do século 20, embora em menor quantidade. Imigrantes provenientes da América Latina – principalmente de países como Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru, Uruguai – passaram a compor o movimento de imigração internacional para o São Paulo (Paiva, 2007).

A nova imigração teve começo a partir da década de 1950, com a entrada de estudantes bolivianos e peruanos em São Paulo que vieram se especializar no país, por meio de acordos bilaterais entre o Brasil e esses países (Silva, 2008). A partir de então, nas décadas de 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, a imigração intra-regional começou a se intensificar tanto por razões políticas quanto por razões econômicas (Silva, 2008).

Essa mudança no fluxo imigratório pode ser atribuída, entre outras coisas, pela presença maciça de regimes militares na região e ao bom desenvolvimento da economia brasileira em relação aos outros países da América Latina (Silva, 2008). Os fluxos imigratórios latino-americanos se destinaram, principalmente, para duas áreas: as regiões de fronteiras e as regiões metropolitanas (Patarra, 2002), em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

A criação do Mercosul, aliado a outros fatores, foi fundamental para o incremento da imigração de sul-americanos para o Brasil. No período de 1990 a 2000, o Mercosul Ampliado correspondeu a 40% dos imigrantes internacionais legais que chegaram ao Brasil (Patarra e Baeninger, 2005). Em 1990, o Brasil apresentava 1,1 milhões de estrangeiros, que correspondiam a 6,2% da população

total. A América do Sul foi responsável por 44% do total de estrangeiros no Brasil, de acordo com o Censo de 1991, e o estado de São Paulo foi o principal receptor de imigrantes, principalmente os latino-americanos. (Antico, 1998)

Em São Paulo, e no país, houve um aumento do fluxo de imigrantes latino-americanos a partir dos anos 70 e desde então o fluxo vem aumentando (Paiva, 2007). Embora São Paulo receba imigrantes provenientes de todo o mundo e principalmente da América Latina, o maior fluxo de entrada são de bolivianos, paraguaios, argentinos, peruanos e uruguaios e chilenos.

A maior parte dos imigrantes latino-americanos em São Paulo veio com o objetivo de trabalhar no ramos de confecções, comércio e serviços (Silva, 2008). Segundo estudos realizados por Silva (2008) os maiores fluxos de estrangeiros latino-americanos em São Paulo na atualidade são de bolivianos, peruanos e paraguaios.

Embora as estimativas sobre a quantidade de imigrantes residentes na cidade venham aumentando ao longo dos anos, os dados da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho demonstram uma diminuição nos pedidos de autorização de trabalho, o que evidencia o aumento dos estrangeiros indocumentados e trabalhando ilegalmente na cidade. Devido à situação de indocumentação desses imigrantes não é possível estabelecer o número aproximado de imigrantes na cidade, o que faz o assunto de difícil estudo (Baeninger, Leoncy, 2001).

Independente das diferenças entre os números oficiais e os estimados, é fato que a comunidade latino-americana na cidade de São Paulo é grande e vem crescendo cada vez mais, demonstrando um movimento migratório de fluxo constante. A comunidade latino-americana na cidade se estabeleceu ao longo dos últimos 30 anos e é presença marcante nos bairros centrais (Projeto URB-AL, 2007). E apesar da taxa de retorno característica dos movimentos migratórios (Sayad apud Silva, 2008), os imigrantes latino-americanos têm construído suas vidas na cidade, permanecendo, constituindo famílias e tendo filhos em São Paulo. Filhos estes que nos levam a questão da segunda geração.

A segunda geração

A segunda geração pode ser definida como a geração filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor. Conforme definido por Waters, Kasinitz, Mollenkopf (2004) a segunda geração e a geração 1.5 são pessoas as quais os pais eram imigrantes, mas que nasceram ou foram substancialmente criadas no país receptor.

“(…) A segunda geração e a geração 1.5 – gerações imigrantes... ou seja, pessoas as quais os pais são imigrantes, mas eles mesmos eram nascidos ou foram substancialmente criados nos Estados Unidos”¹ (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p.1)

Portes (1996), no seu estudo sobre imigrantes latino-americanos nos EUA, distingue duas categorias; as “crianças imigrantes” seriam jovens que nasceram no exterior, mas que imigraram para o EUA logo após a infância para serem criados no país; e as “crianças de imigrantes” – a segunda geração – que inclui as crianças de pais imigrantes que nasceram no país receptor e as crianças que nasceram no exterior e que imigraram ainda bem novos, também chamados de geração 1.5.

“(…) três categorias distintas: crianças imigrantes, crianças de imigrantes e crianças nativas de pais nativos. A primeira categoria inclui jovens que nasceram no exterior e vieram para os Estados Unidos após a infância para serem criados aqui. A segunda inclui as crianças nascidas nos Estados Unidos de pais imigrantes e as crianças nascidas no exterior mas que vieram ainda muito novos (algumas vezes chamados de geração 1.5). A terceira categoria, crianças nativas de pais nativos, representam a vasta maioria de ambos os total e da população adolescente.”² (PORTES, 1996, p.ix)

Segundo Portes et alli (2008), os estudos sobre a segunda geração de imigrantes são importantes, pois os efeitos de longo prazo da imigração numa sociedade seriam determinados mais pela segunda geração do que pela primeira.

“O motivo que nos levou a voltar nossa atenção para os filhos foi a constatação de que os efeitos de longo prazo da imigração na sociedade norte-americana seriam determinados menos pela primeira do que pela segunda geração...” (PORTES, HALLES, FERNANDEZ-KELLY, 2008, p.13)

Para esses autores, os imigrantes de primeira geração seriam flutuantes, ora no país receptor ora no país de origem, estariam na sociedade, mas não

¹ Tradução livre do trecho: “(...) second- and ‘1.5’ – generation immigrants... that is, people whose parents were immigrants but who themselves were born or substantially raised in United States.” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p.1)

² Tradução livre da autora: “(...) three distinct categories: immigrant children, children of immigrants, and native-born children of native parentage. The first category includes youth who are born abroad and come to the United States after early infancy to be raised here. The second includes native-born children of immigrant parents and children born abroad who came at very early age (sometimes called the 1.5 generation). The third, native-born children of native parentage, represents the vest majority of both the total and adolescent populations.” (PORTES, 1996, p.ix)

fariam parte dela; já os filhos desses imigrantes estariam para ficar no país, como cidadãos.

Além disso, seria a segunda geração a determinar a manutenção ou não de práticas culturais maternas. Portanto, estudar a segunda geração de imigrantes seria tão importante como estudar a primeira geração. Ademais, seria preciso compreender como a segunda geração tem se inserido na sociedade receptora e que relações mantêm com a comunidade local para entender os efeitos da imigração para a sociedade.

“Imigrantes de primeira geração sempre foram um grupo muito flutuante, hoje aqui e amanhã já de partida, na sociedade, porém não ainda parte dela. Em contraste, seus filhos nascidos e criados nos Estados Unidos estão nesse país, sem a menor dúvida, para ficar e, como cidadãos, estão inteiramente habilitados a ter “voz” no sistema político norte-americano (no sentido do termo utilizado em Hirschman [1970]). Portanto, o decurso de sua adaptação determinará, mais do que outros fatores, no longo prazo, o destino dos grupos étnicos gerado pelos imigrantes de hoje.” (PORTES, HALLES, FERNANDEZ-KELLY, 2008, p.13)

Segundo Portes et alli (2008), no caso dos EUA, a hipótese da assimilação uniforme não se aplicaria totalmente a “nova segunda geração”³, os descendentes da corrente imigratória latina e asiática; que não estaria sendo assimilada do mesmo modo que as correntes imigratórias anteriores.

Portanto, teria havido mudanças nas formas de assimilação desde os primeiros estudos sobre assimilação de imigrantes. A hipótese dos autores é de que ao contrário do aconteceu com a segunda geração de imigrantes do pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial; a “nova segunda geração” não estaria sendo assimilada ao *mainstream* de forma uniforme como foi a segunda geração do fluxo imigratório europeu.

“(...) a imagem de uma trajetória de assimilação uniforme não dava conta do que efetivamente estava ocorrendo. Em vez disso, o processo havia se tornado segmentado em vários percursos distintos, alguns levando a trajetórias ascendentes, outros, a trajetórias descendentes.” (PORTES, HALLES, FERNANDEZ-KELLY, 2008, p.14)

³ O termo “nova segunda geração” se refere à segunda geração do fluxo migratório pós-1965 para os Estados Unidos, que é predominantemente latino e asiático. Diferenciando-se do termo segunda geração, muitas vezes associado ao fluxo imigratório europeu do começo do século 20 para os Estados Unidos.

Segundo os autores, esse fato se deve a uma variedade de fatores na sociedade que são diferentes hoje do que eram anteriormente e as diferenças étnico-culturais dos novos imigrantes. Fatores como o contexto social da sociedade receptora, composição familiar, preconceito, barreiras educacionais, características fenotípicas, políticas públicas para imigrantes e outros, fazem que a assimilação ocorra de forma “segmentada”.

A “assimilação segmentada” (Kazinitz, Mollenkopf; Waters, 2004) pode ser definida como assimilação em alguns setores específicos da sociedade, como em setores minoritários e não em sua totalidade.

“(…) Assimilação segmentada descreve os vários resultados de diferentes grupos de jovens de segunda geração e argumenta que o modo de incorporação da primeira geração é responsável pelos diferentes acessos da segunda geração as oportunidades e redes sociais.”⁴ (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p.7)

“Ao em vez da uniformidade relativa da sociedade, que ditam os caminhos comuns de integração por meio dos costumes e preconceitos, hoje em dia nós observamos diversas formas de adaptação. Uma delas replica o retrato honorável do crescimento da aculturação e da paralela integração dentro da classe média branca; a segunda leva diretamente para o caminho oposto em direção a pobreza permanente e assimilação nos segmentos minoritários da sociedade; ainda, a terceira associa rápido avanço econômico com preservação deliberada dos valores e laços de solidariedade da comunidade imigrante”.⁵ (PORTES; ZHOU, 2005, p.90)

Para Portes e Zhou (2005), a “nova segunda geração” estaria vivendo um conflito de adaptação tanto de ordem cultural como social; entre a pressão dos pais para que mantenham laços fortes com a comunidade étnica e os desafios de ingressar num mundo não-familiar e frequentemente hostil. Segundo os autores,

⁴ Tradução livre da autora: “(...) segmented assimilation describes the various outcomes of different groups of second-generation youth and argues that the mode of incorporation for the first generation gives the second generation access to different types of opportunities and social networks” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p.7).

⁵ Tradução livre da autora: “Instead of a relatively uniform mainstream whose mores and prejudice dictate a common path of integration, we observe today several distinct forms of adaptation. One of the replicates the time-honored portrayal of growing acculturation and parallel integration into the white middle-class; a second leads straight in the opposite direction to permanent poverty and assimilation into the underclass; still a third associates rapid economic advancement with deliberate preservation of immigrant community’s values and tight solidarity” (PORTES; ZHOU, 2005, p.90).

as condições econômicas e sociais na época dos fluxos migratórios do pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial eram bem diferentes das confrontadas pelos imigrantes atuais.

“As condições daquele tempo eram bastante diferentes das confrontadas pelos grupos imigrantes de hoje. (...) Primeiro, os descendentes dos imigrantes europeus que confrontaram os dilemmas decorrentes de conflitos culturais era uniformemente brancos. E mesmo quando mais escuros que os nativos, a cor de suas peles reduziu a maior barreira de entrada na sociedade norte-americana. Por essa razão o processo de assimilação dependeu largamente das escolhas individuais... Essa vantagem obviamente não existe para as crianças dos filhos dos imigrantes de hoje, negros, asiáticos e mestiços. Segundo, a estrutura das oportunidades econômicas também mudou. Cinquenta anos atrás, os Estados Unidos a potência industrial mundial, e os diversificados requisitos para o trabalho industrial ofereceram a segunda geração a oportunidade de gradualmente ascender a posições melhores pagas, enquanto faziam parte da classe trabalhadora. Nos anos recentes, essas oportunidades desapareceram paulatinamente seguindo o rápido processo de desindustrialização nacional e da reestruturação industrial global.”⁶ (PORTES; ZHOU, 2005, p.86)

Esse processo, nos EUA, teria deixado para os novos imigrantes uma lacuna entre as atividades de baixa remuneração geralmente exercida por eles e as atividades profissionais bem remuneradas que requerem ensino superior, geralmente exercida pelas elites nativas (PORTES e ZHOU, 2005).

“Esse processo teria deixado para os ingressantes na força de trabalho norte-americana em um confrontante vazio entre as posições com salários reduzidos que normalmente os imigrantes aceitam e as posições profissionais e de alta-tecnologia que requerem alto grau de

⁶ Tradução livre da autora: “Conditions at the time were quite different from those confronting settled immigrant groups today. (...) First, descendants of European immigrants who confronted the dilemmas of conflicting cultures were uniformly white. Even if of a somewhat darker hue than natives, their skin color reduced the major barrier to entry into the American mainstream. For this reason the process of assimilation depended largely on individual decisions... Such an advantage obviously does not exist for the black, Asian, and mestizo children of today’s immigrants. Second, the structure of economic opportunities has also change. Fifty years ago, the United States was the premier industrial power in the world, and its diversified industrial labor requirements offered to the second generation the opportunity to move up gradually through better-paid occupations while remaining part of the working class. Such opportunities have increasingly disappeared in recent years following a rapid process of national de-industrialization and global industrial restructuring.” (PORTES; ZHOU, 2005, p.86).

escolarização que as elites nativas ocupam. O gradual desaparecimento das oportunidades intermediárias também afeta diretamente a corrida entre o progresso econômico da primeira geração e as expectativas da segunda geração.”⁷ (PORTES; ZHOU, 2005, p.86)

Portanto, hoje, os novos imigrantes teriam menos chances de mobilidade na sociedade receptora dos que tinham os imigrantes dos fluxos anteriores. Esse fator, associado a outros, como preconceito e falta de oportunidades educacionais, poderiam estar resultando em uma “assimilação descendente”, ou seja, nos grupos minoritários do *mainstream*, dentro das subculturas; ao contrário ao que ocorreu aos descendentes dos imigrantes europeus tiveram uma “assimilação ascendente”. Mas segundo Portes e Zhou (2005) na realidade a situação ainda não se tornou tão polarizada, logo, seria possível observar a assimilação em diversos segmentos da sociedade.

Segundo Portes, Halles e Fernandez-Kelly (2008), o problema seria que a segunda geração de imigrantes não estaria conseguindo se mover da situação econômica inicial da primeira geração e ingressar na “classe média” da sociedade, alimentando o ciclo de imobilidade social.

“Em uma economia cada vez mais baseada no conhecimento, os filhos de imigrantes sem uma educação avançada não poderiam aceder a posições que lhes proovessem um passaporte para as classes médias e altas, e poderiam estagnar em ocupações manuais, mal remuneradas, não muito diferentes daquelas exercidas por seus pais.” (GANS, H. apud PORTES, HALLES e FERNANDEZ-KELLY, 2007, p.14)

No entanto, ao falar dos caminhos segmentados, Portes et alli (2007), deixa claro que as evidências indicam que a maioria da segunda geração estaria se assimilando de forma ascendente ou dissonante, mas que parte considerável estaria se assimilando descendentemente. No entanto, embora a parcela que estaria se assimilando de forma descendente seja minoria, o grupo seria bastante volumoso. Logo seria necessário compreender as trajetórias que resultam em assimilações tão distintas.

⁷ Tradução livre da autora: This process has left entrants to that American labor force confronting a widening gap between the minimally paid menial jobs that immigrants commonly accept and high-tech and professional occupations requiring college degrees that native elites occupy. The gradual disappearance of intermediate opportunities also bears directly on the race between first-generation economic progress and second-generation expectations...” (PORTES; ZHOU, 2005, p.86).

Deste modo, falar em assimilação segmentada não significaria dizer que a maioria da segunda geração irá majoritariamente se assimilar de forma descendente. Ao contrário, ao invés de uma assimilação uniforme, nos dias de hoje, a assimilação tem ocorridos de formas distintas para diferentes grupos de segunda geração. Portanto, compreender como e o porque dessas distintas assimilações seria importante para entender os resultados da integração da segunda geração na sociedade receptora.

No Brasil, também temos uma “nova segunda geração”, ou seja, os descendentes da nova corrente imigratória de latino-americanos para o país. Mas apesar de muitos estudos (Silva, 2008; Paiva, 2007) já terem sido realizados sobre a primeira geração desses imigrantes, pouco se conhece sobre a realidade da segunda geração. O fluxo imigratório latino-americano para o São Paulo data de pelo menos 40 anos atrás e um contingente expressivo de famílias imigrantes se formou na cidade de São Paulo, fato associado ao processo de reunificação familiar e formação de novas famílias.

Na cidade de São Paulo, a segunda geração da corrente imigratória de latino-americanos para o país é presença marcante nas regiões centrais da cidade, principalmente nas escolas públicas, que chegam a ter até 50% dos seus alunos de origem estrangeira. Mas apesar disso, pouco se sabe sobre essas crianças e adolescentes, tanto em termo quantitativos como em termos qualitativos.

Assim como para a primeira geração, a qual o real número de estrangeiro latino-americanos na cidade de São Paulo ainda permanece desconhecido e divergente entre as fontes oficiais e as provenientes de instituições de apoio ao imigrante, para a segunda geração o cenário é bastante parecido. Decorrente disso, a mensuração do tamanho da segunda geração também se faz ainda mais difícil, resultado tanto da indocumentação característica do fluxo, como falta de dados confiáveis a respeito do volume do grupo. Fato ainda mais agravado, uma vez que a segunda geração é brasileira, e portanto nas fontes oficiais são consideradas como tal, mascarando a origem familiar estrangeira.

No entanto, apesar da invisibilidade das comunidades latino-americanas na metrópole paulista, a formação da segunda geração de imigrantes latino-americanos pode ser observada nos micro-dados do Censo 2000. Portanto o objetivo desse trabalho vai além de debater a questão da segunda geração boliviana em São Paulo, mas também demonstrar a sua presença a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

Metodologia

Com objetivo de observar a presença da segunda geração bolivianos na cidade de São Paulo, a metodologia adotada foi a análise dos micro-dados do Censo 2000. Para análise dessa segunda geração foi realizada a reconstituição domiciliar desses imigrantes com o objetivo de captar, a partir do Censo Demográfico de 2000, os domicílios com presenças de filhos nascidos no país estrangeiro e filhos nascidos no Brasil. Para tanto as gerações foram diferenciadas em primeira geração, para estrangeiros que chegaram já adultos no Brasil, geração 1.5 para estrangeiros que chegaram ainda crianças ou adolescentes e segunda geração para indivíduos que nasceram no Brasil mais tinham ao menos um dos pais de nacionalidade boliviana (a mesma adotada por Portes e Kanzintz, Mollenkopf, Waters).

A seleção dessas famílias no banco de dados foi realizada a partir da variável “responsável pelo domicílio” ou “cônjuge” boliviano. Portanto, as análises aqui realizadas são respectivas aos domicílios que tinha como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade boliviana e apenas esses domicílios. Excluindo, portanto, os bolivianos que residiam em domicílios que não tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade boliviana. Nessa seleção foi possível captar nos domicílios selecionados 96,5% dos bolivianos presentes no Censo 2000 para a cidade de São Paulo, ou seja, 7.447 de 7.722 bolivianos.

Para a análise da segunda geração, os indivíduos dos domicílios foram separados também por sua relação com o responsável pelos domicílios, sendo portanto considerados como segunda geração e geração 1.5 os indivíduos que foram declarados como filhos ou enteados. Dentre esses, a segunda geração corresponde as pessoas que tinham ao menos um dos pais de origem boliviana, independente da idade. Para a geração 1.5 declarada como filho ou enteado, foram separados aqueles que chegaram com 12 anos ou menos e os que chegaram com 13 anos ou mais, sendo os últimos considerados como primeira geração. Essa separação foi possível ser realizada pelo variável ano de chegada ao Brasil.

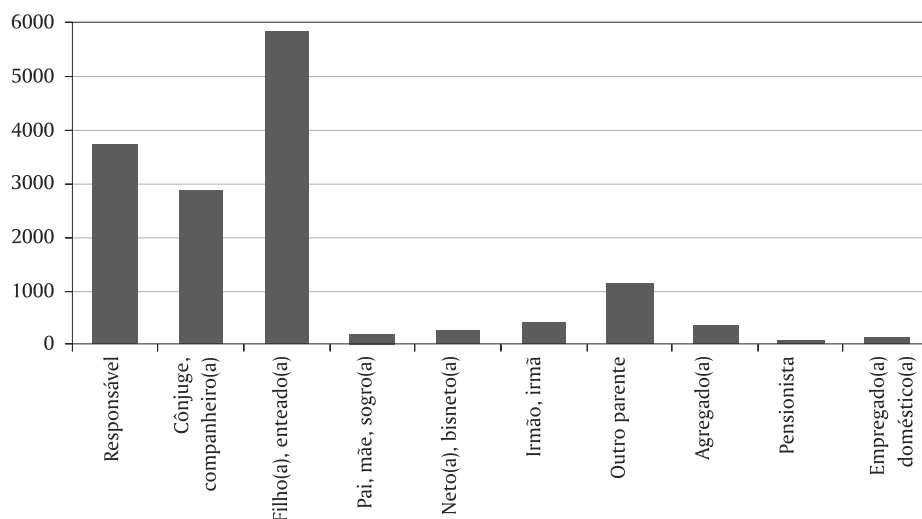
No entanto, para termos de análise desse artigo a geração 1.5 foi tomada como todos aqueles declarados como filhos, uma vez dos 935 da geração 1.5, 801 chegaram com 12 anos ou menos e 134 com mais de 13 anos. Perfazendo esses apenas 2,2% do total dos filhos. Ademais a maioria dos que chegaram após os 13 anos chegou até a idade de até os 18 anos e mais, separar a geração 1.5 seria demasiado complicado e não seria efetivo para o resultado final dessa análise.

Além, é preciso levar em consideração, que o volume e as informações sobre a segunda geração de bolivianos são aquelas presentes no Censo 2000. E que o Censo não capta a totalidade dos imigrantes bolivianos, tanto em decorrência da indocumentação como e também uma vez que uma coorte migratória não pode ser captada pelo Censo correspondente ao período de sua entrada no país e sim no Censo seguinte. No entanto, o resultado do Censo 2010 ainda não foi divulgado a tempo serem incluídos nessa publicação.

Segunda geração de bolivianos em São Paulo

Segundo dados do Censo IBGE de 2000, na cidade de São Paulo residiam 7722 bolivianos. No entanto, esses dados não distinguem os imigrantes de primeira geração, ou seja, que migraram adultos, e a geração 1.5, ou seja, as crianças que nasceram no exterior mas vieram ainda jovens para o Brasil. Separando os dados dos domicílios que tinham como responsável ou cônjuge aos menos um boliviano, é possível observar que eles domicílios eram compostos de 14.918 pessoas. Destas, 5.824 pessoas foram declaradas como filhos do responsável pelo domicílio, conforme gráfico 1.

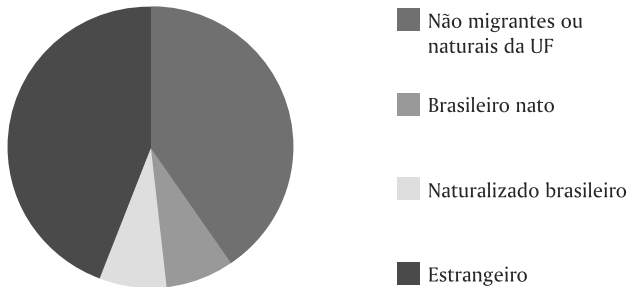
Gráfico 1: Relação com o responsável pelo domicílio



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Entre as pessoas que moravam nesses domicílios, é possível observar que um pouco menos da metade das pessoas eram de origem brasileira, enquanto um pouco mais da metade eram estrangeiros ou naturalizados brasileiros, conforme gráfico abaixo. Ou seja, 6.005 pessoas eram naturais do estado de São Paulo, 1.188 eram brasileiros provenientes de outros estados, 6.475 eram estrangeiros e 1.149 eram naturalizados brasileiros.

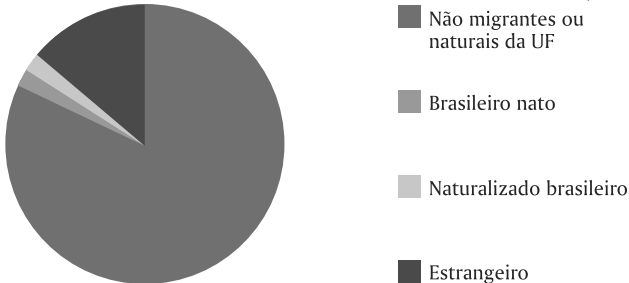
Gráfico 2: Nacionalidade das pessoas que moravam no domicílio



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Das 5.824 pessoas que foram declarados como filhos, é possível observar que 4.887 são de segunda geração, ou seja, nascidos brasileiros que tenha ao menos um dos pais de origem boliviana; 801 são da geração 1.5, ou seja, nasceram no exterior mas chegaram ao Brasil com 12 anos ou menos; e 134 são de primeira geração, ou seja, chegaram ao Brasil com 13 anos ou mais, embora a maioria tenha chegado antes dos 20 anos de idade. Como podemos ver no gráfico 3, diferentemente da composição do total de pessoas do domicílio, é possível observar a maior parte dos filhos são de origem brasileiras, ou seja, segunda geração ou geração 1.5.

Gráfico 3: Nacionalidade dos filhos de bolivianos na cidade de São Paulo (2000)

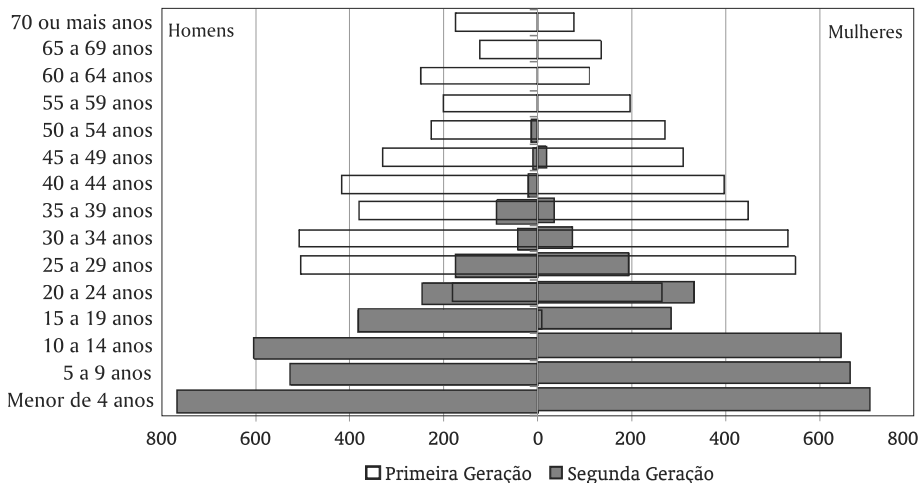


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Ao analisarmos a estrutura etária da população de nacionalidade boliviana em São Paulo, é possível observar uma estrutura com grande volume de adultos e volume reduzido de crianças e idosos, característica de uma pirâmide etária de uma população migrante de fluxo recente, embora o fluxo boliviano para o São Paulo tenha se intensificado a partir dos anos 70. No entanto, ao observarmos a estrutura etária das gerações em conjunto, é possível observar uma pirâmide etária bastante jovem, com grande volume de crianças e jovens. Logo, é possível observar a importância de se entender melhor a segunda geração ao analisarmos o fluxo migratório boliviano para São Paulo.

Além disso, idade média da segunda geração e da geração 1.5 foi de 12 anos e a razão de sexo foi 96,8, indicando a presença de pouco mais de mulheres do que homens. Enquanto a razão de dependência entre os pais foi de 99,4, ou seja, quase o mesmo número de homens e mulheres; e a idade média foi de 41 anos.

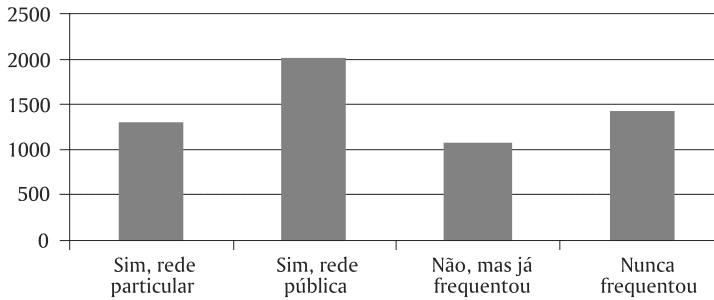
Gráfico 4: Estrutura Etária da população boliviana na cidade de São Paulo. Primeira e Segunda Geração (2000)



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Ademais, é possível notar que 24,5% da segunda geração e da geração 1.5 nunca frequentou escola ou creche, 18,6% não frequenta a escola mas já frequentou e 56,9% ia escola ou creche no ano de 2000. Deste 56,9%, 36,6% frequentavam a rede pública e 22,3% a rede particular de ensino.

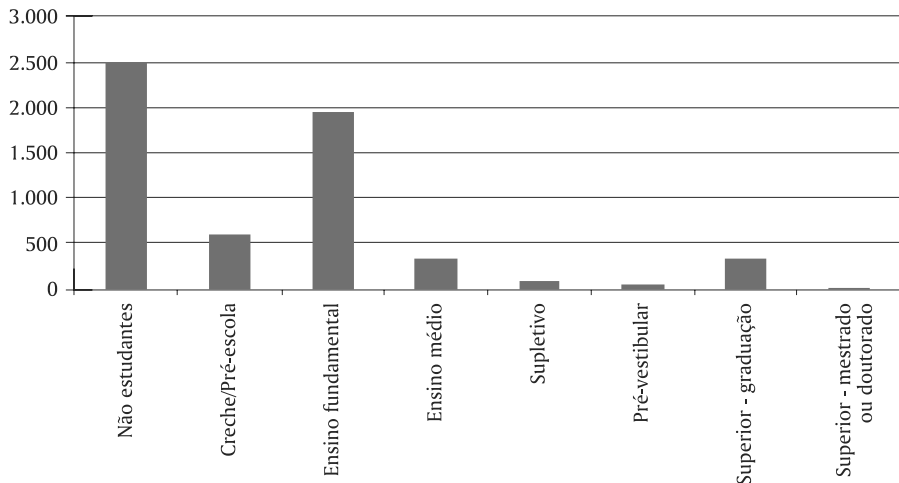
Gráfico 5: Frequenta ou já frequentou escola ou creche



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Ademais, dos 5.824 filhos captados no Censo, 43% eram não estudantes, 10,3% frequentavam a creche, 33,4% o ensino fundamental, 5,5% o ensino médio, 1,2% o supletivo, 0,6% o cursinho pré-vestibular, 5,7% o ensino superior – graduação e 0,2% cursavam pós-graduação.

Gráfico 6: Inserção na rede de ensino



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Considerações finais

Ao levarmos em conta a questão dos filhos dos imigrantes, ou seja, não apenas a geração 1.5 mas também a segunda geração podemos observar que o volume da população imigrantes bolivianos mencionadas foi grandemente ampliado, demonstrando a importância da segunda geração para entender a dinâmica do grupo em questão.

Ademais, ao analisarmos a estrutura etária dessa população foi possível observar, no geral, para toda a primeira geração uma estrutura etária adulta com pequena presença de crianças e jovens. No entanto, ao observamos a estrutura etária da primeira e segunda geração em conjunto foi possível notar um rejuvenescimento da estrutura, com importante presença de crianças e jovens. Demonstrando assim a importância da segunda geração ao analisarmos as populações imigrantes na cidade de São Paulo e na composição dessas famílias.

Referências

ANTICO, C. Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do Censo de 1991. In: **Anais XI Encontro Nacional de Estudos de População da ABEP**, 1998, Caxambu: ABEP, 1998.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entradas e saídas na polícia federal. In: CNPD. **Migrações internacionais – Contribuições para políticas**. Brasília, DF: 2001. p.187-242.

BATISTA JR, P. N. **A América do Sul em movimento**. Revista de Economia Política, v. 28, nº 2 (110), p.226-238 abril-junho/2008.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade**. São Paulo: ANPOCS, 2007. (Paper Anpocs).

DOMENACH, H.; PICOUET, M. **Les migrations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

_____. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Notas de Población**, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

FAZITO, D. Análise de redes sociais e a migração: mito e realidade. **Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP, Ouro Preto, 2002.

FAUSTO, B. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

FIORI, José L. Ajustes e milagres latino-americanos. In: **Os Moedeiros Falsos**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

PROJETO URB-AL rede 10. **A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes como forma de combate à pobreza**. Prefeitura da cidade de São Paulo, Instituto UNIEMP, Coordenado por KADLUBA, R. F. C. São Paulo, 2007. Disponível na internet em formato PDF. Site: http://www.projetoindustria.com.br/i-migrantes/noticias/imigracao_em_sao_paulo.pdf. Acesso em setembro de 2009.

KASINITZ, P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. Worlds of the second generation. In: KASINITZ, P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. **Becoming New Yorkers: ethnographies of the new second generation**. New York: Russell Sage Foundation, 2004.

MEDEIROS, Carlos A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: FIORI, J. L., CONCEIÇÃO, M. T. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PAIVA, O. C. A imigração de latino-americanos para São Paulo (Brasil): dois tempos de uma mesma história. São Paulo, Pastoral do Imigrante, 2007. Disponível na internet www.memorialdoimigrante.org.br/arquivos/artigofranca.pdf. Acesso em setembro de 2009.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.60, fev./2006.

_____. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p.23-33, jul./set. 2005, formato PDF.

PATARRA, N. “Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão” In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (orgs). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos: EdUFSCar, Editora Sumaré, 2002.

PATARRA, N. “Principais fluxos migratórios entre os países da América do Sul ” In: SEMINÁRIO: **Migrações na América do Sul**. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília, 2009. Disponível na internet: <https://sistema.planalto.gov.br/.../exec/.../ApresentacaoProfNeide.pdf>. Acesso em setembro de 2009.

PORTES, Alejandro. "Preface". In: PORTES, Alejandro. **The New Second Generation**. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

_____. Introduction: Immigration and its Aftermath. In: PORTES, Alejandro. **The New Second Generation**. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

PORTES, A.; Zhou, M. The new second generation: segmented assimilation and its variants. In: SUÁREZ-OROZCO, M; SUÁREZ-OROZCO, C; QIN, D. B. **The new immigration: an interdisciplinary reader**. New York: Taylor & Francis Group, 2005.

PORTES, A; HALLEY, W; FERNANDEZ-KELLY, P. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, São Paulo, 2008.

SILVA, Sidney A. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998. Caxambu: **Anais**, 1998. <http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/1998.htm>. Acesso em setembro de 2009.

_____. Faces da latinidade: Hispano-americanos em São Paulo. In: **Textos NEPO 55**, Campinas/UNICAMP, 2008.

SALES, T. A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.3, jul./set.2005.

_____. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SALES, T; LOUREIRO, M. Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. Formato PDF.

Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo*

Szilvia Simai
Rosana Baeninger

Com uma trajetória de quase meio século no Brasil, iniciada com as migrações de fronteira (PERES, 2009), a imigração boliviana em São Paulo representa, na atualidade, o fluxo migratório internacional de maior visibilidade e estudos para a cidade (SILVA, 2006). Assim, o enfoque inovador deste artigo é baseado em estudo discursivo de brasileiros acerca dos imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo, bem como das análises de discursos presentes no interior do próprio grupo imigrante¹.

O termo “discurso” refere-se a uma forma de prática social que se manifesta na conversa e comunicação, juntamente com outras expressões não verbais. Este trabalho tem por objetivo oferecer uma exploração de vários exemplos discursivos da negação da existência de racismo, xenofobia e conflitos em ambos os lados. O estudo indica o proeminente papel que a negação desempenha no discurso contemporâneo em relação às questões raciais e étnicas entre os imigrantes bolivianos e brasileiros na cidade de São Paulo.

Pesquisas têm demonstrado que a negação de racismo por grupos étnicos majoritários (PETROVA, 2000; VAN DIJK, 2002) e pela sociedade hospedeira (PETROVA 2000; BILLIG, 1997), também no contexto migratório, tem se tornado a forma discursiva característica do racismo moderno. A negação, como forma retórica, se tornou uma resposta difundida para minorias e também migrantes, apesar de apresentarem diferentes motivos psicossociais. Neste trabalho, o termo racismo refere-se ao sistema de racismo, consistindo em um subsistema social e cognitivo (VAN DIJK, 2002); assim, inclui, mas não se limita, a atitudes, opções, afirmações, políticas e ações.

* Versão ampliada de Simai e Baeninger (2011b).

A metodologia utilizada para este artigo baseou-se em grupos focais objetivando apreender a negação do racismo como retórica social contemporânea. Tais grupos foram conduzidos entre 26 e 28 de fevereiro de 2011, com 24 estudantes de graduação dos cursos de Psicologia, Comunicação e Economia da Universidade de São Paulo. Todos os participantes nasceram na cidade de São Paulo, encontravam-se na faixa etária dos 18 a 50 anos de idade, tendo como declaração de raça/cor 5 amarelos, 8 negros e 12 brancos.

Para entendermos a prática discursiva presente na imigração boliviana, foram realizadas 15 entrevistas individuais em profundidade, das quais 13 com mulheres imigrantes bolivianas e 2 entrevistas com imigrantes bolivianos, com idade entre 21 e 53 anos. As ocupações principais dessas imigrantes mulheres eram: costureira, enfermeira, empregada doméstica e advogada; entre os homens bolivianos, um era costureiro e o outro publicitário. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise de discurso individual. Essas entrevistas permitiram explorar os projetos migratórios e analisar a experiência subjetiva através de cada narrativa individual.

Em termos de análise, as declarações dos participantes não são representativas da personalidade dos indivíduos, de atitudes pessoais ou de processos cognitivos subjacentes (EDWARDS & POTTER, 1992, 1993; POTTER & WETHERELL, 1987, 1995); trata-se de articulações de narrativas correntes, socialmente disponíveis nas relações intragrupo e intergrupo entre brasileiros e bolivianos na cidade de São Paulo. Tanto nos grupos focais quanto nas entrevistas em profundidade, a ênfase esteve ancorada na análise de como 'o outro' é interpretado, quer seja brasileiro, quer seja imigrante boliviano; atentou-se também para os recursos discursivos empregados e suas finalidades.

Interpretações discursivas informam e regulam o comportamento (PARKER & BURMAN, 1993), ou seja, demonstram como as pessoas posicionam a si mesmas e como se posicionam em relação aos outros. Entretanto, apesar dos sujeitos poderem ser agentes na escolha de suas interpretações da realidade social, tais discursos podem ser construídos por contextos histórico-sociais. Nesse sentido, o discurso em ação, as verbalizações dos sujeitos, refletem ideologias que se tornaram experiências vividas.

Assim, o artigo busca conhecer as características específicas dos construtos discursivos de bolivianos e brasileiros em suas interações sociais na cidade de São Paulo, a fim de avançar no entendimento das atitudes e práticas sociais dos grupos envolvidos.

Formas discursivas contemporâneas de negação da xenofobia

A negação é uma forma discursiva de expressão e repressão do que é proibido socialmente (FREUD, 1950). Consiste em uma forma de discurso usada, habitualmente, na comunicação diária (BILLIG, 1997), tornando-se a maneira mais marcante, na contemporaneidade, para lidar com atitudes, afirmações, pontos de vista, ações e políticas que são condenadas moral e ideologicamente (BILLIG, 1997).

É nesse contexto que emergem negações do racismo e da xenofobia, embora tais fenômenos estejam submersos nas sociedades (ARENDDT, 1970). De fato, após a Segunda Guerra Mundial, o racismo e a xenofobia foram ideologias moralmente condenadas e proibidas, reprimidas e negadas discursivamente (PETROVA, 2000). Consequentemente, a negação do racismo como forma discursiva em práticas sociais é, ironicamente, “fruto do progresso da luta contra ela mesma” (PETROVA, 2000, p.28).

A partir das entrevistas realizadas com brasileiros e com imigrantes bolivianos foi possível identificar as formas de negação da xenofobia existente, atualmente, no convívio social paulistano.

Brasileiros falando sobre bolivianos

O discurso dos jovens universitários brasileiros, a partir dos grupos focais, possibilitou identificar um discurso bastante marcado pela imagem do Brasil como um país receptivo à imigração; os brasileiros foram descritos como muito receptivos e respeitosos aos vários grupos étnicos e raciais provenientes de qualquer lugar do mundo. Enfatizaram, contudo, que isto não se verifica para os brasileiros que estão no exterior.

Dois outros pontos foram também importantes: a preocupação com as diferenças entre o nós positivo (brasileiros) e os negativos ou exóticos “outros” e as questões sobre discriminação racial ou étnica.

Várias escolhas discursivas de negação permearam as discussões, inclusive negações de racismo com base em empatia, ignorância aparente, transferência e negação explícita (PETROVA, 2000; SIMAI & BAENINGER, 2011). Os tópicos abaixo identificam as formas retóricas de negação racista encontradas nos discursos dos brasileiros acerca dos bolivianos residentes em São Paulo.

a) Representações sociais positivas e negativas da imigração boliviana

Estudos internacionais sobre conversas a respeito de imigrantes apontam a imagem negativa que a sociedade receptora tem sobre os

mesmos. De acordo com Van Dijk (1984, 1987) quando se trata de imigrantes, os aspectos da discussão são predominantemente negativos; ao serem casualmente perguntados sobre suas vizinhanças, os entrevistados tendem, espontaneamente, a falar de forma negativa sobre os estrangeiros (VAN DIJK, 2002; WETHERELL & POTTER, 1992).

No caso dos bolivianos em São Paulo, ficou evidente também a predominância de aspectos negativos acerca desses imigrantes e suas condições de vida. Através dos trechos abaixo indicados, é possível verificar a ênfase negativa sobre o imigrante boliviano. A pobreza, o sofrimento e a semiescavidão expressam o imaginário social dos brasileiros frente ao grupo imigrante (trechos 1, 2 e 4). No trecho 5, delimitam o “outro negativo” e o “nós positivo”, através da concepção de estrangeiros moralmente não aceitáveis, violentos e agressivos, diferentes dos brasileiros.

Moderador: O tema, hoje, é sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo. Como você se sente diante deste assunto?

1. [...] Sei que eles têm muitas dificuldades aqui em São Paulo, que são semiescraivos no trabalho.

2. [...] Quando visitei a Bolívia, tive a impressão de que o país era muito pobre. Mas eles também não são refugiados aqui.

3. Quando você mencionou o assunto, a primeira coisa que veio à minha mente foi uma feira semanal de artesãos aqui em São Paulo. Moderador: Você esteve lá?

4. Não, nunca, mas sei que existe. Isso me fez pensar sobre a riqueza cultural que eles trazem para cá, mas ao mesmo tempo sei que essa feira é resultado de muitos bolivianos que vêm aqui e se envolvem em trabalhos muito difíceis, com ela disse, sofrendo muito. Eles trabalham e moram no mesmo lugar.

5. Ouvei dizer que na favela aqui perto há um grande contingente de bolivianos. Portanto, ... eles são diferentes de nós. Por exemplo, para eles é normal bater em mulher [...] Eles têm dificuldade em muitos trabalhos que fazem... eles vêm aqui em busca de trabalho...

6. A primeira coisa que pensei quando começamos a falar, foi nos produtos feitos à mão que eles vendem aqui [...] acredito que sejam muito unidos. É isso que eu vejo, eles parecem uma espécie de tribo, a família toda caminha junto, possuem olhos mais orientais, vestem roupas coloridas e vendem seus artesanatos.

7. [...] a cultura deles é muito antiga e tem-se a impressão de que as pessoas carregam essa coisa antiga, indígena, em suas vidas e cultura [...] então, eles são muito ricos culturalmente.

A construção social negativa é, contudo, contrabalançada pela exaltação cultural (representação positiva) daqueles imigrantes, como forma retórica da negação do racismo. Os brasileiros consideraram os bolivianos como “outro”: exóticos, culturalmente ricos, mas economicamente pobres, conforme resumido nos trechos 3, 4 e 7. De fato, na análise de discurso sobre negações de racismo, os aspectos positivos ocorrem para enfatizar as diferenças com relação ao “outro”; considerar os estrangeiros exóticos ou provedores de enriquecimento cultural reflete o olhar para o “diferente”. No caso dos grupos focais, a conclusão para este tópico foi sintetizada através da seguinte verbalização: “*Nós, brasileiros, vemos a Bolívia como uma nação de povo pobre, mas de passado culturalmente rico*”.

b) Brasil, terra de imigrantes: auto-representação positiva

Segundo Billig (1997) e Van Dijk (2002), a negação do racismo na imigração passa também pela construção social de um país receptor e tolerante em relação aos diferentes grupos de imigrantes. De acordo com os autores, a auto-representação positiva é um elemento importante no discurso diário e deve ser entendida como negação argumentativa de acusações de antirracismo.

Os trechos a seguir ilustram as representações positivas da história da imigração para São Paulo; a diversidade de nacionalidades dentre a população da cidade (trechos 8 e 9) e, em geral, a imagem construída dos brasileiros como povo mais permissivo e receptivo (trecho 10) conduzem ao “favoritismo intragrupo” (JOST & BURGESS, 2000).

8. Acredito que o Brasil seja um país que sempre aceitou diferenças culturais e que não deveria haver motivos para os brasileiros excluírem os outros. Os imigrantes podem manter suas culturas e mesmo assim se integrar em nossa sociedade. Temos, por exemplo, o bairro japonês em São Paulo, onde é claro que eles mantêm suas tradições japonesas e ao mesmo tempo participam da sociedade brasileira mais ampla.

9. Como muitos povos estrangeiros participaram do desenvolvimento do nosso país, acho que nosso povo aqui em São Paulo tem mais facilidade de viver em conjunto com outras raças e grupos étnicos. Como somos diversificados, aceitamos mais facilmente a diversidade.

10. A experiência que tenho em viajar pelos países vizinhos da América do Sul e do Norte é que os brasileiros são muito mais receptivos a estrangeiros que os outros países. Não digo que a situação aqui seja perfeita, mas os brasileiros são mais permissivos e receptivos.

A auto-representação positiva é fundamental para a negação do lado ruim do “nós” e do lado bom do “outro”; mostra a tendência de depreciar o outro e elogiar e glorificar a própria história, experiência e passado. Como Van Dijk (2002, p.158) analisa “estruturas diferentes em vários níveis [...] contribuem para a estratégia global de autoestima positiva e representação do outro, como negativa. (...) tais estruturas podem surgir e ser dirigidas à construção de estruturas mentais similares, ou seja, atitudes e ideologias negativas sobre minorias e imigração”.

c) O imigrante brasileiro lá fora

Projetar-se no lugar do imigrante é um movimento retórico estratégico de negação do racismo na imigração, denominado de contra-ataque (VAN DIJK, 2002); o sujeito é invertido em narrativas semelhantes a esta: *Não é que estejamos excluindo ou sendo racistas, nós também somos vítimas. Sofremos de racismo e exclusão em todo lugar.*

Nos grupos focais, isso apareceu em forma de reclamações sobre como os brasileiros são vistos no exterior (trecho 11).

11. Acredito que se trate de outro problema, que é o da legalização. Se, por exemplo, uma brasileira vai ao exterior e tem a possibilidade de trabalhar como manicure, garçonete ou babá, ela é vista pelos outros como sendo de um país de trabalhadores de serviços. Se ela consegue ter também empregos normais, é diferente. Se todo mundo que vai para o exterior se torna manicure, então os brasileiros são vistos como um país de manicures.

Para que esse tipo de negação ocorra, torna-se necessário identificar um inimigo simbólico e dizer que o fato de sermos ou não intolerantes não é realmente a questão principal. *O verdadeiro problema se centra no fato dos “outros” serem intolerantes conosco.*

d) Estigma socioeconômico dos imigrantes

Esta é uma forma muito comum de negação e basicamente considera a desvantagem econômica de um grupo minoritário, usando-a para negar o lado racista submerso na sociedade. Sem dúvida, em muitos casos, o grupo minoritário realmente tem pouca inserção econômica e social; mesmo assim, há um aspecto racial que está sendo negado. Petrova (2000), em uma abordagem marxista, analisou esse tipo de negação, concluindo que em tal retórica esconde-se o enfrentamento das questões de raça, nacionalidade e etnia.

Nas narrativas abaixo, advindas dos grupos focais, essa estratégia de mudança de questões de raça/etnia/nacionalidade para situação econômica

(trecho 12) funcionou de várias maneiras. De um lado, a ênfase recaiu sobre o fato dos brasileiros estarem sofrendo, igualmente, de tal discriminação socioeconômica no país, e, portanto, isso nada tem a ver com raça/nacionalidade (trechos 13, 14 e 15). De outro lado, a questão da raça emergiu, mas vinculada ao fato de que a questão desaparece se o nível socioeconômico for elevado (trecho 16).

12. Moderador: *Estamos em uma entrevista de emprego e muitos candidatos brasileiros estão presentes quando um boliviano surge de repente. O que acontecerá?*

Entrevistado: *Eu acho que ele será estigmatizado, tenho essa impressão, porque ele vem de uma região muito pobre. Exatamente como os brasileiros do Nordeste, os nordestinos são estigmatizados em São Paulo também.*

13. *Sim, acredito que sejam estigmatizados devido ao fato de serem pobres.*

14. *Não conheço muito sobre política pública, mas acho que isso tem a ver com o fato de haver muitos pobres aqui no Brasil também. Trabalhar é duro para todos nós, para os brasileiros também.*

15. *Acho que esse é um problema geral e não específico dos bolivianos.*

16. *Aqui, aqueles que têm dinheiro, como jogadores de futebol da raça negra, não são negros para a sociedade porque possuem dinheiro.*

e) O problema imigratório é mais importante lá fora: mitigação

Análises conceituais de negação mostraram que esta pode estar também implícita em várias formas de mitigação, tais como o uso de eufemismos ou, geralmente, minimizando o ato ou a responsabilidade sobre o fenômeno (VAN DIJK, 2002).

Como mostra a narrativa 17, a mitigação não somente ocorre no uso de eufemismo, mas pode também aparecer na retórica da atribuição de responsabilidade, e, conseqüentemente, na negação da culpa. A lógica psicossocial de um discurso dessa natureza reside no fato de não sermos nós os principais responsáveis pelas tensões e conflitos sociais que envolvem os imigrantes, uma vez que o problema reside em outro lugar. A responsabilidade é de outras pessoas. Aparentemente, nessa forma de negação, a própria agência está sendo disputada.

17. *Tenho a impressão de que esse é um problema mais importante em outros locais, como, por exemplo, na Europa. Podemos ver na TV como é difícil imigrantes islâmicos se integrarem na sociedade na França. Portanto, penso que esse não é tanto um problema aqui no Brasil. Talvez devêssemos levar isso mais a sério, mas não acho que esse seja um problema no Brasil de jeito nenhum.*

f) Censura

Os grupos focais revelaram um conflito que redundou na formulação de outro tipo de negação do racismo por censura, conforme realçado nos trechos das seguintes narrativas:

18. Acho que tanto é válido os estrangeiros virem e morarem aqui como é válido os brasileiros irem e morarem no exterior [...] É mais uma questão de fazer seres humanos se sentirem bem-vindos do que imigrantes se sentirem bem-vindos.

19. Realmente não sei; o que significa quando ele diz “fazê-los se sentir bem-vindos”? Isso significa convidar estrangeiros aqui e dar-lhe moradia, etc...? Se é isso que ele quer dizer, não aceito.

Como ilustram as falas 18 e 19, a opinião do participante da fala 18 foi bloqueada e censurada. A narrativa 19, indiretamente, acusou o outro entrevistado de ter uma visão excessivamente receptiva e acabou provocando a explicitação do próprio racismo.

Bolivianos falam sobre suas experiências de morar em São Paulo

Ao contrário dos brasileiros, os imigrantes bolivianos mostraram um forte favoritismo fora do grupo, elogiando os brasileiros e, frequentemente, atacando seus compatriotas bolivianos. Conflitos internos e discriminação foram, portanto, muito significativos em suas narrativas. O efeito da terceira pessoa foi encontrado algumas vezes no material recolhido. Ao utilizar-se deste efeito, o entrevistado atribui experiências negativas próprias a pessoas ligadas a ele. Baixa autoestima – e sua conseqüente negação – bem como intensa frustração causada pelo estereótipo por parte de brasileiros, foram elementos identificados como estratégias usadas para lidar com esse tumulto interno. O autorretrato positivo – para esconder problemas e negar conflitos – foi também claramente reconhecido nos discursos dos imigrantes bolivianos.

Todas essas características comportamentais atuais sugerem a existência de uma ambivalência de atitude presente na comunidade boliviana, bem como uma tendência à teoria de justificação de sistema na comunidade, tanto em nível individual como grupal.

Os aspectos a seguir elencados permitem identificar as formas retóricas de negação do racismo no grupo imigrante boliviano.

a) Discriminação Interna

A discriminação interna ao grupo imigrante é a primeira forma, e mais visível, de favoritismo fora do grupo. A presença e referências a conflitos

internos na comunidade boliviana em São Paulo manifestaram-se através de várias situações.

O trecho 1, extraído de uma das entrevistas, mostra a tendência que aparece constantemente nas entrevistas com os bolivianos, qual seja: valorizar positivamente o grupo que não é um intragrupo, mas um grupo externo – nesse caso os brasileiros –, ao mesmo tempo em que faz comentários negativos sobre o intragrupo – os bolivianos.

1. Entrevistado: *Quando eu cheguei aqui pensei que tudo fosse muito bom.*

Moderador: *Então você gosta daqui.*

Entrevistado: *Sim, gosto. Tem sido muito bom estar aqui. [...] Os brasileiros nos ajudaram muito. [...]*

Moderador: *Está bem, então você está satisfeita aqui. O que você recomendaria a qualquer outra mulher boliviana que quisesse vir para São Paulo?*

Entrevistado: *Que... que aqui é muito bom e que os brasileiros são muito prestativos. Aqui há de tudo.*

Moderador: *Então, tudo é bom... [...]*

Entrevistado: *Bem, conheço pessoas que tiveram experiência ruim também, muito ruim... e eu mesma fui maltratada uma vez. [...] Os bolivianos, às vezes nos tratam mal. Tive alguns problemas na casa onde morava por causa de meus filhos. Eles não gostavam de nós, principalmente porque as crianças eram barulhentas.*

De uma perspectiva psicológica, este seria um caso de auto-ódio, no qual as minorias, imigrantes e grupos sociais excluídos, podem sofrer de complexo de inferioridade, tanto individual como coletivo. De fato, estudos sociopsicológicos, após a Segunda Guerra Mundial, mostraram que grupos que sofrem de preconceito podem internalizar preconceitos da sociedade contra si mesmos e adotar certas preferências a grupos mais avantajados (ALLPORT, 1954).

Estudos recentes, considerando a teoria de justificação de sistemas (JOST & BURGESS, 2000), encontraram que, para tolerar todos os tipos de injustiças e desigualdades, as pessoas em situações difíceis podem suportar ou racionalizar o *status quo* e reforçar, em um nível subjetivo, a ideologia e ações dominantes do grupo principal de poder. Assim, quanto mais poderoso o grupo social ao qual se pertença, maior será o favoritismo intragrupo, ao passo que aqueles que pertencem aos grupos de menor poder demonstram mais tendências ao favoritismo fora do grupo. Essas atitudes podem ser reforçadas no contexto imigratório, levando a um conflito interno dentro do grupo.

A identificação interna e positiva ao grupo migrante somente ocorre quando se delineiam perfis sociais, econômicos ou culturais de maior status, delimitando quem pertence àquele intragrupo (JOST & BURGESS, 2000). Desse modo, pode-se reconhecer – entre os migrantes bolivianos – o favoritismo intragrupo de profissionais liberais bolivianos, que excluem os próprios bolivianos pertencentes a outros subgrupos.

Exemplo desse conflito refere-se à discriminação contra os migrantes bolivianos recém-chegados, com baixa qualificação profissional, conforme demonstrado nas narrativas abaixo:

2. Entrevistado: *Naquela época, os migrantes bolivianos que vinham a São Paulo eram profissionais..., profissionais como meu pai. Para obter documentos, era necessário passar por muitos exames, tanto psicológicos, como exame de sangue. Não como atualmente! Hoje, as pessoas da Bolívia vêm de zonas rurais, não querem estudar..., mas antes não era assim. [...] Esses bolivianos que estão imigrando agora vêm de zonas rurais, mas a Bolívia não é apenas assim.*

Moderador: *Como é o seu relacionamento com os brasileiros?*

Entrevistado: *Os brasileiros recebem os estrangeiros muito bem, de forma muito diferente dos outros países. Os brasileiros recebem os estrangeiros com gentileza. [...] Mas se você disser que é boliviano, eles têm a ideia de que os bolivianos são todos iguais. Mas nós não somos. Por exemplo, os brasileiros pensam que a Bolívia é inteiramente como a Rua Coimbra, a feira boliviana aqui. Mas não é. Há bolivianos que vão lá, mas a Bolívia não se resume somente na feira.*

Esta entrevista reforça a forma negativa de falar sobre o próprio intragrupo e até cria conflito dentro do grupo. É um tipo de separação que ocorre quando migrantes bolivianos são definidos como não tendo educação, sendo até indesejáveis pela comunidade migrante anterior. A narrativa revela sérias frustrações sobre a imagem da comunidade boliviana em São Paulo, a qual pode estar sendo arranhada pelos migrantes recém-chegados, descritos como migrantes de baixa qualificação. Por outro lado, os brasileiros são elogiados e vistos de forma absolutamente positiva. A sociedade hospedeira brasileira não recebe críticas, mesmo por estereótipos injustos. As críticas e reclamações são diretamente feitas aos membros do intragrupo, os bolivianos.

b) Baixa autoestima

Estreitamente relacionada com esse exemplo anterior, a baixa autoestima pode ser esperada quando um grupo mostra sinais de favoritismo fora do grupo. De acordo com Jost and Burgess (2000), grupos com favoritismo fora do grupo

possuem uma tendência psicológica geral de justificar e racionalizar a ordem social existente e pensar que as relações de grupo existentes sejam legítimas e justas. Desta forma, se as relações intragrupais forem conflituosas, a tendência será de acreditar que há razões legítimas para isso e que o grupo fez algo errado para levar as relações nessa direção. Podemos ver isso realçado no extrato da seguinte entrevista:

3. Entrevistado: *Às vezes, quando digo que sou boliviana, dizem que os bolivianos são ruins, que não valem nada. Eles dizem que você é boliviana, mas você sabe que os bolivianos são pessoas ruins. Aí eu digo: não, nem todos! Mas, sim, eles exploram uns aos outros. Não pagam seus funcionários, todos nós conhecemos esses casos. Os brasileiros também dizem que os bolivianos bebem muito.*

Moderador: *Então, os brasileiros dizem que os bolivianos bebem muito. É isso?*

Entrevistado: *Sim, realmente, os bolivianos de fato bebem muito, é verdade (rindo). Moderador: Isso a incomoda?*

Entrevistado: *Um pouco. Porque quando eu digo que sou boliviana, sempre acrescento que nem todos os bolivianos são iguais. Concordo que eles exploram uns aos outros, mas nem todos fazem isso, e quando explico isso aos brasileiros, eles entendem.*

No trecho 3, a mulher boliviana reforça os estereótipos de que os bolivianos exploram uns aos outros e que bebem demais. A legitimação desses dois estereótipos negativos reforça a ideia de que, realmente, os brasileiros estão corretos em pensar assim. A entrevistada deve, então, justificar o motivo pelo qual esses hábitos negativos existem; mas a baixa autoestima bloqueia a entrevistada e ela não resiste aos estereótipos enraizados. No fim, ela também acrescenta que os brasileiros entendem suas explicações, retratando os brasileiros como muito tolerantes e compreensivos. Esse processo, inteiramente psicológico, inverte a situação. Ao invés de rejeitar as acusações infundadas e estereotipadas, ela as legitima por meio de sua falta de resistência e de sua baixa autoestima.

c) Autorretrato positivo

Uma forma explicitada de negação, que foi possível constatar entre os participantes bolivianos, foi a negação de problemas, que resulta num autorretrato exclusivamente positivo, como ilustra o trecho 4.

4. Entrevistado: *Nunca me apresento como alguém que tenha problemas. Sempre digo, no Brasil, que vim aqui estudar.*

Alguns entrevistados acreditam que falar a verdade sobre suas dificuldades na vida traria obstáculos a um bom relacionamento. Por isso, eles mantêm a

crença de que se alguém se apresenta como uma pessoa que quer estudar, isso resulta numa imagem positiva, contrariamente ao que acontece com os migrantes econômicos, os quais são vistos de forma negativa. Migrantes econômicos são associados à pobreza e problemas.

O entrevistado abaixo também mostrou que está muito frustrado com a imagem negativa da Bolívia e, portanto, esforçou-se em retratar aquele país de forma branda (trecho 5).

5. Entrevistado: *Criei esse projeto Bolívia Cultural, onde (sic.) mostro que a Bolívia não é apenas o que muitas pessoas veem... [...] Há muitos brasileiros que entram no site e enviam e-mails dizendo que não sabiam que a Bolívia era tão bonita, etc...[...].*

A intenção de retratar o próprio país positivamente é um desejo natural, porém, escondendo e negando problemas continuamente. Isto ocorre pelo medo de rejeição, que é uma realidade comum entre os imigrantes bolivianos em São Paulo.

d) Efeito terceira pessoa

O efeito terceira pessoa é um padrão semântico através do qual as pessoas conseguem encontrar uma desculpa para se livrarem de uma situação, de um caso, de um exemplo mencionado. Isso significa que a pessoa é capaz de se referir a uma humilhação, a um embaraço potencial ou a um caso proibido ideológica e moralmente, colocando a culpa em outras pessoas que não estejam presentes na ocasião da narração da história. De acordo com Billig (2006), quando as pessoas usam estruturas de efeito terceira pessoa, estão, na realidade, reivindicando indiretamente que os outros têm essa opinião ou que tal fato aconteceu com uma terceira pessoa, mas com elas não; podem resistir, não compartilham com aqueles pontos de vista, não terão essas experiências negativas (trecho 6).

6. Entrevistado: *Há pessoas que realmente tiveram experiências ruins [...].*

O efeito terceira pessoa produz otimismo irrealista e impactos im pessoais, sendo esse alívio psicológico a essência dessas formas retóricas. Assim como todas as formas de negação, isso faz as pessoas recusarem a realidade.

Tipos de Negação

Uma negação é um dispositivo semântico que contém uma parte aparentemente neutra do “nós” e uma parte claramente negativa “deles” ou dos “outros”. Essa

estrutura semântica é tão característica que adquire múltiplas facetas. De acordo com Petrova (2000, p.32) “uma negação pessoal é tão típica da maioria dos discursos contemporâneos que pode ser vista como um marcador ideológico”.

Abaixo apresentamos algumas formas de negação que compuseram as narrativas dos brasileiros acerca dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo.

a) negação do racismo baseada em ignorância aparente

Não conheço muito desse tópico, mas ouvi dizer que, embora eles aleguem ter conflitos aqui, não retornam à Bolívia. Isso significa que devem ter condições ainda piores lá.

b) negação do racismo baseada na transferência

Outros mecanismos servem para neutralizar a primeira parte da frase, isto é, transferência, empatia aparente, ou até mesmo negação explícita podem formar a base das negações.

Não participei, mas ouvi muitos comentários no ônibus, tais como, “Olhe! Há tantos bolivianos aqui”... e assim por diante.

c) negação do racismo baseada na empatia aparente

Tenho certeza de que eles têm muitas dificuldades, mas o Brasil também tem muitos problemas, de modo que não podemos ajudá-los mais do que já o fazemos...

d) Negação do racismo baseada na negação explícita

Por exemplo, o bolsa família. Digo, não estou reclamando aqui, mas muitas pessoas estão. Estão reclamando que os que recebem bolsa família são preguiçosos e criminosos, etc....

Considerações finais

O estudo permite avançar em aspectos importantes na configuração das relações sociais entre brasileiros e bolivianos na cidade de São Paulo. A pesquisa confirma que a repressão e a negação discursiva se tornaram a principal técnica na luta contra a realidade, como forma de autoproteção (FREUD, 1950); ao lidar com a realidade, as pessoas recusam vê-la e expressam suas experiências através da negação.

De modo geral, predominou o favoritismo intragrupo entre brasileiros e o favoritismo fora do grupo entre imigrantes bolivianos; tais favoritismos foram marcados por papéis de posição de poder e status socioeconômico.

A retórica social dominante do grupo de brasileiros enfatizou o país como nação receptiva à imigração estrangeira. Argumentam que os imigrantes (“o outro”) devem valorizar o fato de estar aqui, já que “nós” brasileiros somos discriminados no exterior. Outra retórica que reforça a posição de poder da sociedade hospedeira sobre os imigrantes bolivianos baseia-se nos discursos que buscaram reduzir a ênfase no estrangeirismo como base de discriminação.

No caso das entrevistas com o grupo de imigrantes bolivianos predominou o tipo de retórica de elogio, tal como “os brasileiros são bons para nós, ajudam-nos muito”, com o favoritismo fora do grupo. O favoritismo fora do grupo em direção à minoria sem poder e o favoritismo intragrupo em direção ao lado poderoso da sociedade hospedeira resulta na manutenção do *status quo*. Para tolerar todos os tipos de desigualdades, a comunidade de imigrantes bolivianos, bem como a sociedade hospedeira brasileira, dão suporte ou racionalizam o *status quo*, mesmo quando isso contradiz seu próprio autointeresse.

NOTA

1 - O estudo faz parte do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” (FAPESP/CNPq/ NEPO-UNICAMP).

Referências

ALLPORT, G. **The Nature of Prejudice**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1954.

ARENDT, H. On Humanity in Dark Times: Thoughts about Lessing. In: ARENDT, H. (ed.) **Men in Dark Times**. London: Jonathan Cape, 1970.

BAENINGER, R. **Observatório das Migrações em São Paulo: Fases e Faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo**. Projeto Temático FAPESP. Campinas: Núcleo de Estudos de População– Unicamp, 2009.

BILLIG, M. Discursive, rhetoric and ideological messages. In: MCGARTZ, C. and HASLAM (Eds.) **The message of Social Psychology: perspectives in mind and society**. Oxford: Blackwell, 1997.

BURMAN, E. and PARKER, I. (eds.) **Discourse analytic research. Repertoires and Readings of Text in Action**. London: Routledge, 1993.

EDWARDS, D. and POTTER, J. **Discursive Psychology**. London: Sage, 1992.

EDWARDS, D. and POTTER, J. Language and causation: A discursive action model of description and attribution. **Psychological Review**. n.100, 1993, p.23-41.

FREUD, S. **Totem and Taboo**. New York: W.W. Norton & Co, 1950.

JOST, J. T. & BURGESS, D. Attitudinal ambivalence and the conflict between group and system justification motives in low status groups. **Personality and Social Psychology Bulletin**. n. 26, 2000, p.293-305.

PETROVA, D. 'The Denial of Racism', Roma Rights - **Newsletter of the European Roma Rights Centre**. Number 4, 2000, p.26-38.

PERES, R. **Mulheres na Fronteira: A migração de bolivianos para Corumbá - MS**. (Tese / Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

POTTER, J. and WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology**. London: Sage, 1987.

POTTER, J. and WETHERELL, M. Discourse Analysis. In: SMITH, J. A.; HARRE, R. and VAN LANGENHOVE, L. (eds.) **Rethinking methods in Psychology**. London: Sage, 1995.

SILVA, S. A. **Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, v. 20, nº 57, 2006, p.157-170.

SIMAI, S. e BAENINGER, R. The Denial of Racism: The Case of Bolivian Immigrants in Sao Paulo. In: SIMAI, S.; BAENINGER, R. & HOOK, D. (eds.) **Exploring Contemporary Racism: Denial and Affective Logic**. VDM Verlag Publishing: Germany, 2011.

_____. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. **Revista Travessia**, n.68, 2011b.

VAN DIJK, T.A. Discourse and racism. In: GOLDBERG, D. & SOLOMOS, J. (eds.), **The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies**. Oxford: Blackwell, 2004, p.145-159.

VAN DIJK, T. A. **Prejudice in Discourse: An Analysis of Ethnic Prejudice in Cognition and Conversation**. Amsterdam: J. Benjamins Co, 1984.

VAN DIJK, T. A. **Communicating Racism: Ethnic Prejudice in Thought and Talk**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987.

VAN DIJK, T.A. Denying racism: Elite discourse and racism. In: SOLOMOS, J. & WRENCH, J. (eds.). **Racism and Migration in Western Europe**. Oxford: Berg, 1993, p.179-193.

WETHERELL, M. and POTTER, J. **Mapping the Language of Racism**: Discourse and the Legitimation of Exploitation. New York: Columbia University Press, 1992.

WODAK, R. et al. **Wir sind alleunschuldige Triter**. Diskurshistorische Studien zum Nachkriegsantisemitismus ["We are all innocent perpetrators." Discourse Historic Studies in Postwar Antisemitism]. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1990.

Estudantes bolivianos na Unicamp: migração, formação qualificada e trabalho*

Débora Mazza

*“O tempo diz:
De tempo somos
Somos seus pés e suas bocas
Os pés do tempo caminham em nossos pés
Cedo ou tarde, já sabemos, os ventos do tempo apagarão as pegadas
Travessia do nada, passos de ninguém?
As bocas do tempo contam a viagem”*
(GALEANO, 2010, p.7)

Este artigo trata de viagens, caminhos, travessias e processos educativos. Fala de migrantes bolivianos que vieram para o Brasil em busca de uma formação universitária, tendo em vista uma inserção qualificada no mercado de trabalho nacional e/ou internacional. São jovens, homens e mulheres, estudantes, que, por meio de acordos diplomáticos do Brasil com a Bolívia ou por recursos pessoais e familiares, encontram-se em processo de formação em nível superior.

* A pesquisa contou com financiamento CAPES COFECUB, Processo BEX3791/10-6.

A viagem, ou a migração, é aqui entendida como um projeto social que se desenvolve no tempo e no espaço, não de modo linear, mas vinculado a dinâmicas variadas que envolvem os lugares de origem e de recepção, a importância das redes sociais ao longo do processo, assim como as conexões estabelecidas entre os grupos que, algumas vezes, desenham novas possibilidades migratórias, considerando que a unidade atuante da migração não é o indivíduo ou a família, mas o grupo.

Existem muitas possibilidades para pesquisar a presença de bolivianos em São Paulo, considerando que ela não constitui um fenômeno recente. De acordo com Silva (1997, 2006), ela

remonta à década de 1950, quando já era possível encontrar alguns bolivianos na cidade na condição de estudantes, os quais vieram estimulados pelo programa de intercâmbio cultural entre Brasil-Bolívia. Após o término dos estudos, muitos deles optaram pela permanência na cidade, em razão das múltiplas ofertas de emprego encontradas naquele momento no mercado de trabalho paulistano. (SILVA, 2006, p.159)

Segundo o autor, esses acordos possibilitaram uma formação acadêmica que não estava disponível na Bolívia.

Além dessa presença, existem inúmeros bolivianos que há mais de 30 anos vivem nas regiões fronteiriças, que compõem nos dados censitários e nos perfis sociodemográficos e culturais de quase todos dos estados brasileiros de fronteira, exceto o Amapá (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008).

As ancoragens espaciais desses grupos, o estoque dessas experiências migratórias e as redes sociais construídas podem indiretamente associar-se à circulação recente de bolivianos na região metropolitana de São Paulo. Entretanto, é difícil traçar uma vinculação direta.

Freitas (2009), centrada numa abordagem de cadeias migratórias, reconstrói as origens históricas do circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviano para o abastecimento de oficinas de costura informais e sugere que os movimentos de bolivianos na região metropolitana de São Paulo relacionam-se com a migração coreana ocorrida na década de 1960, em decorrência de acordos estabelecidos entre a Bolívia, o Paraguai e a Coreia. A rota migratória da entrada ilegal de coreanos no Brasil incluía a entrada legal pela Bolívia ou pelo Paraguai. Assim, a imigração crescente de bolivianos no contexto urbano de São Paulo do final dos anos de 1980, contratados ilegalmente para o mercado de produção de roupas para lojistas, estaria a princípio associada aos coreanos.

Freitas e Baeninger (2010) sugerem que, a partir de 1990, a conexão entre coreanos e bolivianos começou a se dissipar, e os imigrantes bolivianos, ainda no setor de confecção, passaram a ser subcontratados e explorados por seus próprios compatriotas. Criaram-se, então, novas redes que vinculariam os bolivianos do mercado têxtil em São Paulo com o fluxo migratório de bolivianos.

Segundo Silva (2005a), os bolivianos constituem hoje o maior grupo de migrações internacionais recentes na região metropolitana de São Paulo e sofrem rejeições de origem étnica, cultural, de classe e de indocumentação.

A baixa estatura, os cabelos negros e a pele morena os aproxima mais dos afro-descendentes brasileiros do que da população considerada branca e com ascendência européia. Alias não é mera coincidência a situação de exploração e discriminação vivenciada pelos imigrantes bolivianos e a enfrentada pelos negros no Brasil (SILVA, 2005a, p.229).

Segundo estimativas dos consulados, em São Paulo existem 80 mil bolivianos e 4 mil peruanos legais e ilegais. Existem ainda 40 mil chilenos; 20 mil paraguaios; 11.500 argentinos e 10 mil uruguaios legalizados (SILVA, 2001, p.490).

Como o maior grupo de migrantes em São Paulo, os bolivianos configuraram arranjos étnicos em torno da delimitação, da ocupação e das formas de utilização dos espaços urbanos coletivos. Eles trabalham, em sua maioria, no ramo da costura, em condições insalubres, sem direitos trabalhistas, ganham por produtividade e são contratados por meio de relações de parentesco, conterraneidade e fidelidade étnica (FREITAS; BAENINGER, 2010).

Silva aponta que, do ponto de vista espacial, os(as) bolivianos(as) se concentram

nos bairros da Zona Central da cidade, como Bom Retiro, Brás, Pari, Barra Funda, Cambuci, Mooca, entre outros. [...] há também uma significativa presença deles em bairros da Zona Leste, como Belém, Tatuapé, Penha, Itaquera, Cangaíba, Engenheiro Goulart, Ermelino Matarazzo, Guaianases, São Mateus, e em bairros da Zona Norte, como Vila Maria, Vila Guilherme, Casa Verde, Cachoeirinha, entre outros. Entretanto, nos últimos anos, a presença de bolivianos extrapolou os limites do município de São Paulo, podendo ser encontrada em cidades como Guarulhos, Osasco, Santo André, Diadema, e em outras cidades do interior paulista, como Jundiaí, Campinas, Americana, entre outras. (SILVA, 2006, p.160)

A visibilidade dessa presença crescente, as condições de vida precárias e instáveis, associadas às páginas de jornais e aos noticiários da televisão que engendram um clima de medo, intolerância, preconceito, discriminação e xenofobia, transformam os imigrantes bolivianos em “bodes expiatórios simultaneamente tolerados e rechaçados: mão de obra para serviços sujos, pesados e mal pagos” (PATUSSI, 2005, p.215).

Singer (1995), analisando os fatores de mudança e estagnação dos processos de industrialização que mobilizam fatores de atração e de expulsão, sugere que as migrações são processos sociais de caráter coletivo condicionado por causas estruturais que impelem determinados grupos - famílias e indivíduos - a se pôr em movimento. Nesse sentido, é possível estudar fluxos específicos, sem perder de vista aspectos essenciais e estruturais do fenômeno geral.

Assim, pensei inserir os sujeitos de minha pesquisa numa perspectiva dialógica com o fenômeno das migrações bolivianas em São Paulo.

Metodologia

Segundo a abordagem qualitativa, adotei o *survey* e a entrevista como estratégias de construção de dados na pesquisa.

O *survey* configurou-se como um método de coleta de dados rápido e relativamente barato, utilizado para descrever e explicar as características e as opiniões dos estudantes estrangeiros na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por meio da utilização de uma amostra representativa. (MAY, 2004). Foi realizado, contando com um questionário de 74 questões estruturadas, semiestruturadas e abertas, organizado em três eixos: Informações Gerais, Informações Familiares e Informações do Estudante Estrangeiro. Com os recursos do *software* livre LimeSurvey, disponibilizei o questionário nos endereços eletrônicos institucionais de todos os estudantes estrangeiros cadastrados na Diretoria Acadêmica (DAC) da Unicamp em março de 2010. Eram, à época, 512 estudantes estrangeiros — de graduação, pós-graduação, especialização, intercambistas e ouvintes — com registro acadêmico. Dentre os 512 questionários enviados, 210 retornaram completamente respondidos e 29 parcialmente respondidos. Esses dados representam uma adesão à pesquisa de cerca de 50% da amostra da população pesquisada. Quatro dos questionários respondidos eram de estudantes bolivianos.

A entrevista, na pesquisa qualitativa, apresenta-se como uma conversa intencional e sistemática entre o(s) sujeito(s) e a pesquisadora; o tema é

sugerido, tendo em vista a problemática da pesquisa. Geralmente, segue-se um roteiro previamente traçado, de modo a orientar a entrevista para os aspectos da realidade que a pesquisa objetiva sistematizar (QUEIROZ, 2008). A entrevista foi realizada em profundidade com uma estudante boliviana que não havia participado do *survey*, em decorrência de ter estado desligada do sistema da DAC nos meses em que ele foi disparado e disponibilizado (abril/maio/2010).

Os dados construídos por meio do *survey* e da entrevista foram analisados como textualidades que configuram percepções, experiências, interesses, preocupações, articulados pelos imigrantes bolivianos na Unicamp por meio da linguagem escrita e oral.

A pesquisa qualitativa não tem por finalidade contar opiniões ou pessoas, mas, sim, explorar as posições, as diferentes representações acerca da condição de ser imigrante boliviano estudante na Unicamp. Nesse sentido, não me preocupei com o aspecto estatístico ou probabilístico da amostragem, considerando que, embora as experiências sejam singulares e individuais, as representações de tais experiências, em certa medida, decorrem de processos sociais expressos pelas múltiplas determinações do real que conformam as linguagens, as práticas e os sentidos. Sendo assim, as representações de questões de interesse comum, manifestas por pessoas em um meio social específico, são compartilhadas a ponto de muitas informações apresentarem percepções possíveis de serem aproximadas, diferenciadas e comparadas (GASKELL, 2010).

Como método de análise dos dados, utilizei a análise de conteúdo (BARDIN, 2004; BAUER, 2010), que se configura como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens, às posições assumidas, considerando as variáveis intervenientes. Segundo esta definição, a análise de conteúdo estuda as relações comunicativas entre os sujeitos sociais, dando ênfase ao conteúdo das mensagens, privilegiando as formas de linguagem escrita e oral, tendo em vista identificar tendências, regularidades, singularidades de posições e sentidos em relação a fenômenos perseguidos pela problemática pesquisada.

As análises que apresentarei a seguir triangulam esse universo teórico metodológico e empírico, objetivando discutir a migração como um processo de formação.

Algumas características dos estudantes bolivianos na Unicamp: os dados do *survey*

1) Quem são os estudantes bolivianos na Unicamp?

Três estudantes são do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Os três do sexo masculino têm idades que variam entre os 19 e 29 anos, dois são solteiros e um é casado. Dois deles se autodefinem como brancos, um como pardo ou moreno e também dois se dizem católicos e um, protestante. Nasceram em Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Cochabamba. Os três dizem dominar, além do espanhol, o português e o inglês. Um domina ainda o alemão e outro, o francês. Dois deles moravam com os pais, antes de virem ao Brasil, e um morava sozinho. Todos pertencem a núcleos familiares compostos por pai, mãe e dois ou três irmãos. A família de dois deles mora em casa própria e a do terceiro, em casa alugada. Os pais e as mães de todos eles têm ensino superior, porém dois dos pais possuem pós graduação. O nível de escolarização das mães dos três é o ensino superior. O ramo de atividade de trabalho dos pais varia: o pai e a mãe de um deles trabalham no comércio, os pais de outro são funcionários públicos e os do terceiro atuam como profissionais liberais de nível superior. Todos possuem, em suas casas, em zona urbana, na Bolívia, bens de consumo, tais como: televisão, *blu-ray*, aparelho de som, rádio, computador, máquina de lavar, geladeira, telefone fixo e celular, internet, automóveis; e têm acesso a serviços públicos de infraestrutura, tais como: água encanada, esgoto, eletricidade, asfalto.

A estudante do sexo feminino, que se autodefine como parda ou morena, tem 35 anos, é casada, católica e nasceu em Cochabamba. Diz dominar o espanhol e o português, morava com os pais, em casa própria, em zona urbana, antes de vir ao Brasil, em unidade familiar composta por cinco pessoas. O pai e a mãe têm pós-graduação e atuam no ramo do comércio. Têm acesso aos mesmos bens de consumo e a serviços públicos de infraestrutura que os estudantes do sexo masculino.

Os quatro cursaram o ensino básico predominantemente no período diurno, três deles somente em escolas particulares. Um deles cursou parte no ensino público e parte no privado. Além da escola básica, todos realizaram cursos em escolas de línguas, música, dança e academia de ginástica.

As famílias de três estudantes possuem renda mensal que varia entre mil e três mil dólares. Apenas um respondeu que a família tem renda superior a três mil dólares.

Os quatro responderam que lêem com frequência jornais, revistas de informação geral, revistas de divulgação científica ou tecnológica, dicionários,

enciclopédias e internet. Romances, biografias, livros de ficção, artísticos ou históricos não apareceram nos hábitos de leitura por eles descritos.

Quando indagados sobre viagens ao exterior anteriores à experiência como estudante estrangeiro na Unicamp, dois estudantes responderam que já haviam saído da Bolívia. Um realizou seis meses de intercâmbio na Alemanha e fez viagens turísticas com a família para os Estados Unidos, Brasil, Argentina e Espanha. Outro morou com a família um ano em Buenos Aires, quando tinha 7 anos e depois fez viagens turísticas para o Chile, Peru, Equador e Colômbia. A estudante do sexo feminino viajou para o Peru e a Espanha, fazendo apresentações com um grupo de dança folclórica boliviano. Um dos estudantes que veio para o Brasil fazer graduação nunca tinha saído da Bolívia.

2) Como eles alcançaram o estatuto de estudantes de ensino superior na Unicamp?

Indagados sobre como alcançaram o estatuto de estudantes no Brasil, um respondeu que seu pai já havia estudado no Brasil pelo Programa de Estudante Convênio (PEC), outro disse que aqui chegou pelo Centro Cultural Brasil-Bolívia, outro pelo jornal e a estudante do sexo feminino disse que veio ao Brasil por conta própria.

À época do *survey*, todos dispunham de auxílios do governo brasileiro por meio do Programa Estudantes Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) ou de bolsas alcançadas nos projetos e/ou programas de Pós-Graduação da Unicamp. Dois dos estudantes faziam graduação: um em Engenharia Mecânica e outro em Tecnologia da Construção Civil; o terceiro cursava o mestrado em Ciências da Computação. A estudante do sexo feminino realizava o mestrado em Alimentos e Nutrição.

Dois vieram pelo PEC-G e PEC-PG, um veio pelo processo seletivo do programa de Pós-Graduação e a outra veio por conta própria em 2000, fez a graduação, casou-se e, à época, cursava o mestrado.

Os que vieram pelo PEC se inscreveram nas embaixadas brasileiras existentes em algumas cidades bolivianas; apresentaram um conjunto de documentos que comprovavam que estavam em dia com as leis de seus países de origem (serviço militar, impostos, eleições, atestado de boa conduta etc.); realizaram prova básica de português; apresentaram o histórico de notas do ensino básico; assinaram um termo de compromisso de retorno e permanência no país de origem em tempo igual ou superior ao permanecido no Brasil; e as famílias ou um responsável assinaram um termo de garantia de suficiência econômica do estudante no Brasil

durante os estudos. Os estudantes convênio não passaram pelo vestibular nem concorreram com as vagas destinadas aos estudantes brasileiros, pois suas vagas são garantidas por acordos diplomáticos do Brasil com a Bolívia, envolvendo as universidades públicas e privadas.

3) Como vivenciam essa experiência de formação?

Os quatro estudantes descrevem que sua experiência na Unicamp tem sido *“muito boa”* e justificam, apontando *“alto nível de educação, o alto nível de ensino, o alto nível tecnológico, o networking, as oportunidades de pesquisa e o desenvolvimento pessoal”*. Entretanto, encontram desafios, considerando *“o acompanhamento do ensino que é forte e as disciplinas que apresentam graus de dificuldades que exigem estudo e dedicação”*.

Quanto às dificuldades encontradas, apontam *“a burocracia, a pouca qualidade humana de alguns professores e a necessidade de ficar longe da família”*.

Todos dizem ter vivenciado uma experiência marcante na Unicamp, em aulas, festas, atividades culturais, encontros com pessoas. A experiência comum aos quatro se deu nas relações entre professor e aluno. Este dado aponta a centralidade que a vida acadêmica alcança nesta etapa de vida destes bolivianos.

Eles não se consideram racistas nem preconceituosos, mas responderam que viveram discriminação econômica; de etnia, raça, cor e de aparência física, nos espaços acadêmicos, privados e públicos, no Brasil.

4) Quais são os projetos de futuro?

Quando perguntados sobre os projetos de futuro, três responderam que *“pretendem continuar estudando na Unicamp”*. Todos pensam permanecer no Brasil e ingressar no mercado de trabalho. Dizem querer *“ficar no Brasil e trabalhar na indústria ou talvez abrir um negócio próprio, procurar emprego em boas empresas, trabalhar no ramo da engenharia e ajudar a sociedade com meus conhecimentos”*.

Os três estudantes escolheram profissões ligadas às Engenharias, Ciências Tecnológicas e Matemáticas. A estudante do sexo feminino diz pretender atuar em profissões ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde.

Indagados sobre o que os ajudou na escolha da profissão, todos referiram os pais e a escola, em primeiro lugar. A seguir mencionaram os amigos, as informações gerais, o mercado de trabalho e as possibilidades de emprego. Esses universitários terminam esta etapa de formação na Unicamp entre 2010 e 2014.

Dois deles, um do sexo masculino que faz graduação e a estudante do sexo feminino, casou-se depois que chegaram ao Brasil.

A migração como experiência formativa

Em 08/06/2011, entrevistei uma estudante boliviana que não participou da amostra do *survey* porque, à época em que ele foi enviado, ela se encontrava desligada do sistema da DAC. A entrevista — realizada nas dependências da Biblioteca Central da Unicamp, com duração de cerca de duas horas — seguiu um roteiro semiestruturado e contou com o livre consentimento da estudante. Foi gravada, transcrita e enviada por *e-mail*, para que a estudante liberasse o texto para fins de pesquisa, respeitando o anonimato. O objetivo foi agregar novos métodos de construção dos dados na pesquisa, para descrever, analisar e interpretar a condição dos estudantes bolivianos na universidade sob vários pontos de vista, bem como para aprofundar dados coletados pelo *survey*.

Apresento o depoimento da estudante organizado em categorias construídas que, acredito, auxiliam no entendimento de experiências vividas e significativas. São elas: A família no contexto boliviano, A decisão da partida, Os fatores de expulsão, Os fatores de atração, A migração como experiência formadora, As dificuldades da chegada, Os desafios da permanência, A vida social no Brasil, A convivência com outros bolivianos ou hispânicos, As estratégias de manutenção e/ou afirmação das origens culturais, Agradecimento e encerramento da entrevista.

Tentei não atenuar as observações linguísticas ou etnográficas da estudante boliviana com “comentários esclarecedores” da pesquisadora que, muitas vezes, “mobiliza os recursos de uma cultura e uma língua para expressar experiências que essa língua e essa cultura desconhecem” (SAYAD, 1998, p.25). Sigo as recomendações de Sayad, quando sugere que “a opacidade de uma língua que não se entrega à primeira vista é, sem dúvida, a informação mais importante desde que os porta-vozes de boa vontade não emprestem aos imigrantes sua própria língua” (SAYAD, 1998, p.25). Reservo minhas observações às considerações finais.

A família no contexto boliviano

Meu pai terminou o colégio [...] é técnico mecânico, [...] não exerce a profissão, tem uma padaria. Minha mãe fez a faculdade, mas não acabou e da área de econômica. Tenho quatro irmãos: um que trabalha em Manaus e mais três que estão morando na Bolívia. O de Manaus é o mais velho, depois vem outro e depois eu [...]. Tem dois mais novos. [...] meus pais sempre se preocuparam pelos estudos, a prioridade foram os bons estudos. Assim não tivemos boa roupa. [...] todos os meus irmãos estudaram em colégio privado.

Mis dois irmãos mais velhos estudaram em universidade publica. Eu estudei na universidade privada boliviana, que esta catalogada como uma das mais caras da Bolívia, que fica em Cochabamba. Eu tinha becas de estudo e meus pais pagavam muito pouco [...]. Quando acabei a universidade vim para cá.

[...] Eu acho que somos classe media baixa, como meu pai tem su negocio próprio eu não saberia dizer su salário, mas acredito que em torno de 1.200 pesos bolivianos, 400 ou 500 reais por mês. Meus irmanos também começaram a trabalhar e a ajudar.

A decisão da partida

Tenho 27 anos, cheguei à Unicamp em 2009, vim intentar o mestrado em Ciências da Engenharia do Petróleo, agora estou colocando o doutorado. [...] eu cheguei à Unicamp pela minha conta, eu me postulei para o mestrado. Eu enviei tudo o que eles pediam. Quando me aceitaram era sem bolsa. Eu tinha a possibilidade de venir para conversar com o professor que poderia ser meu orientador e apresentar o meu plano de trabalho para concorrer a uma bolsa.

[...] vim para cá em fevereiro e o primeiro mês, meu irmão que trabalha em Manaus me deu uma manutenção. No segundo mês eu já consegui a bolsa do projeto do meu orientador.

Venho de Cochabamba e não falava nada do português, eu não tinha feito nenhum curso e a primeira vez que eu escutei o idioma foi na fronteira da Bolívia com o Brasil. Eu nunca tinha saído do país e vim por terra e não de avião. Foi uma experiência muito boa, eu acho.

Os fatores de expulsão

A saída do meu irmão mais velho motivou a todos a intentar. Na verdade eu não pensava em fazer um curso de mestrado, não estava nos meus planos, mas as coisas se deram como uma oportunidade [...] na Bolívia a situação estava complicada [...] eu não ia conseguir trabalho, assim que fora lá a melhor oportunidade.

Os fatores de atração

[...] meu irmão fez o mestrado aqui, na Universidade de Santa Catarina, em Florianópolis, ele queria que eu fosse para lá fazer o mestrado, porque ele conhecia gente lá e era mais fácil. Mas o meu curso é Engenharia do Petróleo e o dele é Engenharia Eletrônica [...]. Lá o curso não e tão estabelecido como o da Unicamp.

Então eu testei, eu não acreditei que a Unicamp ia me aceitar por todas as exigências que tinha... se não desse tínhamos outra opção”

[...] eu acho que a gente não conhece muito a Unicamp lá na Bolívia a não ser que una persona veio no Brasil estudar [...] acho que a divulgação do curso é muito pobre lá, se dá por personas que fizeram cursos, por professores que tenham algum contato.

[...] o pessoal que me vinha receber na rodoviária foi um amigo de Manaus que trabalhou lá com mi irmano [...] Era um casal, eu fiquei na casa deles [...] eles me ajudaram muito [...] Eu não conhecia, não sabia nada deles [...] eles não me levaram para lugar ninguno. [...] me disseram: - Você tem que virar-se sozinha! Me deram um mapa e me explicaram [...] Disseram: - Se você tiver problemas telefone. [...] A gente falava inglês porque no espanhol e no português a gente não se entendia.

Fiquei com eles 4 dias. Eles me ajudaram a procurar uma republica. Me explicaram como ligar para a polícia e me ajudaram a entender que eu tinha que fazer as coisas... ningun ia fazer por mim.

A migração como experiência formadora.

[...] o primeiro dia que sai da minha casa eu estava vindo para um lugar que eu não conhecia. Não conhecia o idioma, não conhecia ninguém aqui. Meu irmão estava lá em Manaus e eu vim para São Paulo e depois para Campinas. Igual de longe meus pais na Bolívia. Acho que eu precisei de muita força para enfrentar tudo aquilo.

As dificuldades da chegada:

O primeiro desafio foi o idioma porque no primeiro semestre eu não fiz curso na Unicamp porque as informações que me deram do curso no CEL não foram no momento certo então perdi a inscrição lá. [...] tive que fazer as disciplinas sem conhecer o idioma e a escritura do idioma. Então ficou complicado. [...]. O que me ajudou para sobrelevar o idioma foi que eu li todos os livros em português e escrevi, mesmo que estivera errado, eu escrevia em português tudo. As aulas davam para entender, mas a fala era o complicado... acho que eu não falei nada do português no primeiro ano.

No segundo ano eu tinha que fazer laboratórios e interagir com mais personas. Ai eles me exigiram mais o português e me corrigiram mais [...] Mesmo assim ainda misturo o português com o espanhol.

No segundo semestre do primeiro ano eu fiz um curso no CEL e gostei porque a gente conhece mais estrangeiros e tem outras experiências. A gente vai conhecendo e se informando das coisas porque nem todas as informações que a gente precisa nos dá a DAC.

Os desafios da permanência:

A DAC nos dá informações quando a gente entra no curso. Muitas vezes a gente não sabe ler em português e nem vai lembrar de tudo que foi dito. Então quando a gente conversa com outras pessoas vai tomando conta de todas as coisas... mas devagar [...] no meu curso tínhamos uma tradutora. Tinha uma amiga cubana e uma amiga carioca que falava o espanhol. Acho que ela nos ajudou muito na interação com outras pessoas. Eu e a cubana estamos juntas faz tempo [...]

Hoje moro numa republica com brasileiras. As meninas são da graduação. Eu não fico muito lá, eu moro mais na Unicamp do que na minha casa. Eu vou lá dormir. Faço tudo na Unicamp: estudo, almoço, janto.

[...] Todo ano a gente tem que renovar o visto e pedir a documentação. [...] eu tive problemas o ano passado porque eu renovei o visto e não lembrava, esqueci, que depois de renovar na policia tinha que mostrar na DAC.

Eu não lembrava disto. Eles me disseram que eu assinei que eu me comprometia a fazer isto... eu assinei no começo do ano...eu não lembrava. Eles mandam correio eletrônico para todas cosas, menos para isto que é tão importante para o estudante estrangeiro.

Eu falei que era injusto eu pagar uma coisa que eu nem si quer lembrava. O estrangeiro tem que fazer tantos papeis para a policia, para aqui, para lá. Não custava nada a DAC mandar um recordatário. Mas ai me desligaram do sistema e eu tive que pagar uma multa de R\$300,00 [...]. No ano passado eles mandaram email falando que o meu visto estava a ponto de vencer e que eu tinha que levar na DAC. Acho que muita gente reclamou porque acontecia com muito estrangeiro. [...] No outro ano eles começaram a mandar os emails avisando do visto.

A vida social no Brasil

[...] eu acho posso encontrar tudo na Unicamp. Tem serviço de assistência à saude. Eu uso tudo, gosto muito das bibliotecas, são grandes e boas.

Eu não aproveito muito os eventos culturais: cursos, cinema. O ano passado estava fazendo jiu-jítsu na FEF porque uma amiga peruana que faz o curso lá me disse que eu estava muito estressada [...]. Eu fui só um mês e depois não deu mais tempo ademas eu sou una persona muito perfeccionista, me custa muito sair da rotina. [...] Geralmente eu acordo venho para a Unicamp estudar na biblioteca ou fazer algum experimento no laboratório do CEPETRO ou escrever alguma coisa. Perto do meio dia vou almoçar, volto para o laboratório ou para a biblioteca- quando não tenho aula. Janto no RU e volto para minha casa.

Minha mãe falou que eu tenho que me alimentar e cuidar de mim. De final de semana eu vou para o supermercado e faço minhas refeições. Gosto de ficar em casa. Minha comadre já brigou comigo porque disse que eu gosto muito da minha casa, mas que preciso sair. Às vezes vou para o Shopping, depende do dia.

A convivência com outros bolivianos ou hispânicos

[...] Acho que no curso de português do CEL [...] a gente interage. O problema do curso do CEL é que é muito concorrido, tem muito estrangeiro e pouca vaga. [...] aconteceu comigo no 1º. Semestre [...] a gente não pega vaga mesmo se fora estudante da Unicamp, regular, estrangeiro [...] Então a interação dos estudantes estrangeiros fica difícil. O melhor seria creditar um pouco mais neste curso, informar a tempo, garantir vaga [...] porque os estrangeiros precisam. Por afinidade de necessidades a gente se junta.

[...] No primeiro ano eu não conheci bolivianos. Todo mundo me confundia com peruano ou colombiano. Eu achava que ninguém viu um boliviano na Unicamp. Eu ficava brava porque não gosto que falem de outra nacionalidade. Eu gosto muito de ser boliviana. Ai eu fui conhecendo alguns bolivianos.

[...] Eu sou fora do grupo, sou uma pessoa fora do padrão geral porque eu gosto de diferentes coisas. Eu também canso, mas ai as coisas que eu faço para me relaxar são diferentes do comum. Por exemplo, se você me der à alternativa de sair de noite ou caminhar um dia e conhecer algum lugar novo, eu prefiro conhecer um lugar. Para mim sair de noite não me oferece nada tanto quanto conhecer lugares novos. Esta é a minha diferença.

[...] quando eu cheguei no primeiro mês eu não tinha nada que fazer. Eu pegava o ônibus da Unicamp e dava volta pela universidade para aprender onde ficava cada coisa. Eu sabia que algum dia ia precisar. Eu acho que conheço uma boa parte da Unicamp.

As estratégias de manutenção ou afirmação das origens culturais

No fim de semana eu tento comer o que eu comeria na minha casa. [...] eu não como feijão- sábado e domingo. A gente não tem feijão [...] Eu procuro as coisas mais parecidas. [...] a comida no Brasil é muito temperada [...] Nos primeiros meses eu passava mal do estomago porque eu não estava acostumada a comer o feijão e a comida muito temperada. Hoje eu acho que já acostumei. Por exemplo, lá na Bolívia tem sopa no almoço, aqui não tem. Tem uma infinidade de sopas de legumes, arroz, milho moído, creme de aspargos. No frio tem muitos pratos de milho. [...] No jantar comemos arroz, batata, macarrão [...] La sempre tem batata aqui é o feijão.

[...] quando eu vinha para cá, mis hermanos me deram isto (varias pulseiras de linha amarradas no pulso). Faz tempo que eu tenho elas. [...] E isto eu não me separo (escapulário de pescoço) porque é um relicário com as imagens dos santos de lá. Ele esta quebrando, mas eu não me separo deles, são ajuda certa [...] eles me dão proteção, é algo cultural e religioso.

Agradecimento e encerramento da entrevista.

“Eu é que agradeço de poder falar... [...] porque as pessoas ricas na Bolívia dizem que o novo governo é um caos. Dizem: - Como votar num presidente socialista, comunista, índio? [...] no ambiente da minha casa é diferente, meus pais estavam felizes porque uma pessoa do povo entrou no governo. [...] eu sou de um povoado pequeno de Cochabamba. [...] Para minha zona esta muito melhor. O que acontecia é que tinha elecciones e a gente alta e media votava em um presidente estudado e ficava feliz. A gente pobre estava olvidada e não se sentia representada. Quando tinha problemas... os pobres eram quem davam os problemas e faziam a convulsão social. Agora o novo governo- o que fez? Ele ganhou pontos porque se acordou desta gente que não tência carteira de identidade porque não tência dinheiro. [...] ele cadastro [...] eles entraram no sistema e ai ganhou o voto da maioria. [...] Não existe um presidente que agrade 100% da população. O que faz a diferença na Bolívia é a classe social. Acho que as mudanças que fez o presidente precisavam ser feitas. Quando ele entrou no governo e recuperou as indústrias de carbon eu consegui fazer o meu estagio de graduação [...]. Acho que se ele não estivera no governo eu não ia conseguir porque eu tinha procurado há mais de um ano e não tivera vagas porque era mulher, era de uma universidade privada [...]. Quando ele entrou muita gente conseguiu estagio e trabalho na área [...] O brasileiro pensa a Bolívia como a mídia e os jornais falam, que a coisa não esta certa. Os jornais falam muito dos erros que comete o presidente, ninguém fala dos acertos. [...] falam da convulsão social da Bolívia e isto faz a imagem internacional. Mas ninguém fora da Bolívia sabe o que a gente passa lá. [...] Falam que o presidente é um índio, que não conhece, que esta governando mal, tem a coisa da droga, da coca [...] são imagens de se vende da Bolívia. [...] no fim de ano quando eu fui para lá, tinha subido o carbon, a gasolina, o diesel [...] era algo que o governo precisava fazer porque a gente não pode enriquecer um setor a custa de todo pais, este era um problema serio. Ai houve muita manifestação [...] teve paralisação de transporte, não tinha carro, ônibus parado [...]. Esta crise se manteve. [...] Tenho vivido bem aqui com minha bolsa de doutorado. Tenho uma qualidade de vida igual que lá.

Considerações finais

É importante pontuar que esses novos imigrantes que têm chegado ao Brasil no final do século XX e no início do século XXI, longe de serem apreendidos como agentes do progresso, tal qual o foram no passado os europeus brancos que vieram fazer a vida nas Américas, tendem a ser caracterizados como perigo em potencial que ameaçam *status* alcançados. O Brasil é hoje destino de imigrantes oriundos dos países latino-americanos pobres e fronteiriços. A regionalização dos deslocamentos é uma tendência mundial que inclui

os deslocamentos da África do Norte, Turquia e outros Estados mediterrâneos para a Europa Ocidental; os da Europa Oriental e dos países da extinta União Soviética para a Europa Central; os da América Central e Caribe para os Estados Unidos; os dos países pobres da América Latina para os países mais ricos do continente; os da Ásia do sul e países não-árabes para estados produtores de petróleo e do Oriente Médio e os da África meridional para a África do Sul (MENEZES, 2001, p.136).

Esses novos fluxos devem ser pensados a partir das condições sociais que os engendraram, bem como das transformações que foram ocorrendo nessas mesmas condições. Nesse sentido, é possível estudar fluxos migratórios específicos, sem perder de vista os fluxos maiores que se apresentam como fenômenos estruturais (SINGER, 1995).

A migração é, primeiramente, um deslocamento de pessoas no espaço e no tempo; entretanto, esse deslocamento no espaço físico é qualificado no sentido social, econômico, político, cultural; é marcado pela língua, pelas práticas, pelas crenças e pelos valores e saberes. É um processo formador (SAYAD, 1998).

Se, do ponto de vista das migrações laborais recentes para São Paulo, os bolivianos representam o grupo mais numeroso, do ponto de vista das migrações qualificadas, tendo em vista a formação acadêmica, eles representavam em 2010, segundo minha pesquisa, apenas 2% dos estudantes estrangeiros na Unicamp.

Entretanto, os lugares de origem desses estudantes vinculam-nos às mesmas regiões da Bolívia de onde partem os fluxos laborais. Isso reforça a perspectiva do empreendimento migratório como um projeto grupal intermediado pela família. O migrante migra em decorrência de constrangimentos estruturais, porém informado por uma lógica coletiva. Existem processos coletivos que impelem determinados grupos a se porem em movimento (FAZITO, 2011).

Segundo Patussi (2005, p.215), os imigrantes bolivianos laborais em São Paulo caracterizam-se como “jovens, em sua maioria do sexo masculino, solteiros, indocumentados, pouco qualificados [...] oriundos em sua maioria de La Paz, Cochabamba, Oruro e Santa Cruz de La Sierra”.

Esta pesquisa indica que os estudantes bolivianos na Unicamp são jovens, em sua maioria do sexo masculino. Chegam solteiros ao Brasil, oriundos de famílias urbanas de porte médio de Cochabamba, La Paz e Santa Cruz de La Sierra e vêm documentados, com trajetórias de vida marcadas pela centralidade da formação escolar.

Embora os dados construídos não permitam tecer considerações sobre o nível socioeconômico desses estudantes e suas famílias no contexto boliviano (ANDERSEN; MERCADO; MURIEL, 2003), eles sugerem que os jovens advêm de famílias com capital cultural acumulado pela escolaridade de pais e mães, reconvertidos em ocupações que exigem diploma de nível superior no mercado de trabalho. O investimento das famílias na formação universitária dos filhos, em nível de graduação e de pós-graduação é um esforço da família na manutenção da classificação social, contra a desclassificação e almejando a reclassificação. (BOURDIEU, 1998).

Os fatores da expulsão são os constrangimentos estruturais, segundo uma lógica coletiva intermediada pela família, que põem determinados indivíduos em deslocamento. A estudante diz: *“A situação na Bolívia estava complicada [...] eu não pensava em fazer um curso de mestrado [...] a saída do meu irmão mais velho motivou todos a intentar [...] as coisas se deram como uma oportunidade [...] não ia conseguir trabalho ficando lá”*.

Os fatores da atração são, para todos - a princípio - uma formação universitária de excelência; a seguir, o desejo de permanecer no Brasil e alcançar uma boa colocação no mercado de trabalho nas carreiras profissionais por eles escolhidas. A pesquisa aponta que a migração para estudos de nível superior no Brasil não é uma experiência divulgada nem acessível na Bolívia: é preciso estar na universidade, conhecer professores ou familiares que vivenciaram essa experiência. As informações são restritas a um grupo de pessoas que circulam em determinados espaços e têm determinados contatos. O empreendimento migratório das famílias concentra-se no filho mais velho do sexo masculino, que abre oportunidades para que os demais intentem a estratégia migratória sem tantos riscos e custos.

Nesse sentido, as migrações não são resultados exclusivamente de constrangimentos econômicos nem de escolhas racionais dos indivíduos; elas

tendem a articular fluxos de indivíduos, instituições e bens materiais e simbólicos, nos lugares de origem e de destino como redes sociais dinâmicas que melhoram as chances de sucesso no projeto de deslocamento (PORTES, 1995).

Fazito (2011, p.10) sugere que “a participação da família nos processos migratórios é ativa e abrangente, apresentando funções diversificadas na intermediação entre origem destino e nos movimentos necessários para a inserção comunitária bem sucedida”.

O sonho da educação superior de qualidade e seus efeitos no mercado de trabalho são fatores que alimentam os estudantes bolivianos na Unicamp. Entre o sonho e a realidade existem inúmeros desafios a ser enfrentados e superados: a língua, a cultura, os preconceitos são dificuldades apontadas pelo grupo.

Todos eles dizem ter sofrido discriminação econômica, de etnia, raça, cor e de aparência física, nos espaços acadêmicos privados e públicos brasileiros. No entanto, essa experiência não os levou a ofuscar as origens bolivianas; pelo contrário, a *afinidade de necessidades favoreceu o ajuntamento*, exercitou o sentimento de pertencimento cultural — a ponto de não aceitarem ser confundidos com outros hispânicos — e desenvolveu estratégias de manutenção e afirmação dos vínculos raciais, étnicos, de cor e culturais.

A pulseira ganhada dos irmãos antes da partida, as comidas típicas dos finais de semana, o relicário no pescoço com os santos bolivianos são objetos que guardam lembranças, retêm relações, encurtam distâncias e demarcam identidades. É possível falar de uma economia de práticas e objetos que descortinam relacionamentos, situações, lugares, significados e culturas (MILLER; PARROT, 2009).

Assim estes migrantes bolivianos apontam administrar a saudade, as distâncias, as diferenças e as dificuldades. As bocas do tempo contam a viagem e os ventos do tempo talvez não apaguem as suas pegadas.

Referências

ANDERSEN, L.; MERCADO, A.; MURIEL, B. Discriminacion etnica en Bolívia. En el Sistema Educativo y el Mercado de Trabajo. In: INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIO ECONOMICAS (IISEC). Documento de Trabajo n. 03/03, feb. 2003. Disponível em: <http://www.iisec.ucb.edu.bo/papers/2001-2005/iisec-dt-2003-03.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BAENINGER, R.; SOUCHAUD, S. Vínculos entre a migração nacional e a migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil. Taller Nacional sobre **Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas**. Brasília, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.189-217.

BOURDIEU, P. Classificação, desclassificação e reclassificação. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.145-186.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L.; SAINT MARTIN, M. de. Les stratégies de reconversion: Les classes sociales et le système d'enseignement. **Social Science Information**, v. 12, n. 15, p. 61-113, Dec. 1973. Disponível em: <http://ssi.sagepub.com/content/12/6/61.full.pdf+html>. Acesso em: 03 jul. 2011.

FAZITO, D. A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação, [s/d]. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/DimitriFazito.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

FREIRE, C. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Sociologia - FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

FREITAS, P. T. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp, Campinas, 2009.

FREITAS, P.T.; BAENINGER, R. Cidade e Imigração: origens e territórios da imigração boliviana e coreana para a cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas; NEPO-UNICAMP, 2010.

GALEANO, E. **Bocas do tempo**. Porto Alegre, RS: LP&M, 2010.

GALETTI, R. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, N. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, Campinas: Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), 1995. v. 1. p.133-143.

GUEVARA, J-P. Migraciones bolivianas en el contexto de la globalización. **Alternativas Sur**, Madrid, v. 3, n. 1, p.171-187, 2004.

HALL, M. (2004) Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, P. **História da cidade de São Paulo**. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, p.121-151.

MAY, T. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, L. M. Movimentos e políticas migratórias em perspectiva histórica: um balanço do século XX. In: CASTRO, M. G. **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasil 2000. Brasília: CNPD, 2001. p.123-136.

MERA, C. Diáspora coreana em America Latina, 2009. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:2rIULJBQ18YJ:ceaa.colmex.mx/estudioscoreanos/images/mera.pdf+carolina+mera&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=20&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em: (15/03/2011)

MILLER, D.; PARROT, F; Loss and material culture in south London. **Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)**, London, v. 15, n. 3, p.502-519, 2009.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios internacionais recentes de/para o Brasil e políticas sociais. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). **Travessias na desordem global. Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005. p.355-380.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migrações Internacionais recentes – o caso do Brasil. In: _____ (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das 17 Migrações Internacionais no Brasil**. Campinas: Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), 1995. v. 1. p.78-87.

PATUSSI, Pe. R. Bolivianos em São Paulo. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). **Travessias na desordem global. Fórum Social das Migrações**. SP: Paulinas, 2005. p.213-218.

PEREIRA, V. **Migración interna en Bolívia – causas y consecuencias (1985 – 2000)**. La Paz: CEF – Plural Editor, 2004.

PETROVA, D. The denial of racism. In: **Roma Rights-Newsletter of the European Roma Rights Centre**, n.r 4.2000, p.26-38, 2000.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (Ed.) **The economic sociology of immigration**. New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.1-41.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do indizível ao dizível. **Textos CERU — Humanitas**, São Paulo, Série 2, n. 10, p.35-78, 2008.

SALA, G. A. Nuevos y viejos migrantes de países del cone sur residentes en Brasil. **Estudios Migratorios Latino Americanos**, Buenos Aires, ano 20, n. 59, p.99-138, 2006.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SILVA, S. A. da. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Hispano-americanos no Brasil: entre a cidadania sonhada e a concedida. In: CASTRO, M. G. **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasil 2000. Brasília: CNPD, 2001. p.489-504.

_____. Os imigrantes e os direitos humanos no Brasil. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). **Travessias na desordem global. Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005a. p.225-230.

_____. Observação participante e participação militante: a pesquisa antropológica entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. In: DEMARTINI, Z. de B. F.; TRUZZI, O. M. S. (Org.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005b. p.131-158.

_____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p.157-170, 2006.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUCHAUD, S. **Documentação da pesquisa “Espaços migratórios e redes sociais da migração boliviana no Brasil**: Corumbá e São Paulo”, 2006. Disponível em: http://irdal.ird.fr/IMG/pdf/Pesquisa_Migracao_Bolivia_Brasil.pdf. Acesso em: 03 ago. 2011.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: PÓVOA NETO, H. et al. (Ed.). **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**. Rio de Janeiro: NIEMUFRJ; Garamond, 2010.

SOUCHAUD, S; BAENINGER, R. *Collas e Cambas* do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p.271-286, 2008.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 59/60, p.50-59, 1993.

TRUZZI, O. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

XAVIER, I. R. **Projeto migratório e espaço** – os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação (Mestrado) — IFCH, Unicamp Campinas, 2010.

Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol

Ubiratan Silva Alves

A cidade de São Paulo, como qualquer grande centro urbano, sempre oferece a seus moradores e visitantes algo de novo e surpreendente. Em parte, esse contexto se deve à intensa e diversificada quantidade de culturas e pessoas que chegam à metrópole pelos mais diversos motivos, ficam nela e modificam as estruturas urbanas. Essas mudanças não são planejadas, tampouco podem ser previstas, pois, segundo Elias (1994a), não existe um marco inicial, um ponto “zero” nas mudanças. O que existe é um processo que culmina, em algum momento, em transformações explicitadas, parecendo que apenas ocorreram a partir de um determinado período. O autor ainda revela que tudo está em processo e em movimento, que cada um faz parte do processo, ou, ainda, que somos o processo.

Tais processos acontecem em São Paulo há muito tempo, como nos mostra Hall (2004). Em 1893, a cidade já apresentava uma grande variedade de sotaques e tradições, e naquele ano 54,6% da população paulistana era estrangeira. Entretanto, há uma mudança no contexto a partir de 1950 quando a cidade de São Paulo passa a abrigar mais migrantes de outras regiões brasileiras do que estrangeiros, conforme Durham (2004).

Atitudes preconceituosas relacionadas à cultura entre os indivíduos se tornam, então, quase que inevitáveis na população. O juízo preconcebido, normalmente manifestado por meio de atitudes discriminatórias, pode ser endereçado não apenas a indivíduos, mas também a lugares e tradições, a exemplo de vestimentas e comportamentos, quando parecem ser “estranhos” ou muito diferentes daqueles costumeiramente presenciados. Essa atitude também

costuma indicar certo preconceito contra indivíduos e comportamentos, em razão de serem diferentes do que se estipulou ser o padrão.

O preconceito normalmente ocorre pela generalização superficial ou pela falta de entendimento sobre a cultura do outro que pode ser chamada de estereótipo. Como exemplo relacionando as várias etnias aglomeradas em São Paulo, pode-se deparar com frases como: “todos os alemães são prepotentes”, “todos os americanos/argentinos são arrogantes”, “todos os ingleses são frios”, “todos os baianos são preguiçosos”, “todos os paulistas são metidos” e, ainda, “todos os bolivianos são sujos, traficantes e ladrões!”.

Essas atitudes preconceituosas se tornaram constantes na grande metrópole quando do encontro de diferentes indivíduos e culturas. O desconhecido passa a ser algo que deve ser evitado, rejeitado antes mesmo de se saber o que realmente é, pois tudo que é estranho aos padrões culturais vigentes se apresenta como uma ameaça ou como algo “diabólico”, nas palavras de Silva (2005a).

Ao caminhar pelas ruas da cidade de São Paulo, observam-se grupos de indivíduos com características físicas muito distintas dos padrões das pessoas que frequentemente vivem nessa metrópole. Com vestimentas e posturas peculiares, destacavam-se – e ainda se destacam – pelas próprias características de seus rostos e pela cor de pele.

Quanto aos bolivianos, supunha-se serem latinos de descendência indígena. Esses indivíduos, que, há algum tempo, se limitavam a circular em algumas regiões da cidade, circulam por todos os bairros e já fazem parte do cotidiano urbano.

As diferenças entre os padrões físicos dos bolivianos e os dos paulistanos têm explicação nos estudos de Mauss (2003, p.401) quando o autor se refere a “Técnicas Corporais”, presumindo que são: “as maneiras como os homens, sociedade por sociedade, e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos”. Dessa forma, uma pequena ação ou um pequeno gesto podem traduzir com clareza certos elementos culturais aprendidos pelo indivíduo dentro de sua comunidade, ou mesmo fora dela, como é o caso dos bolivianos em São Paulo. As técnicas corporais se encaixam, assim, em um sistema de montagens simbólicas.

Os bolivianos e tantos outros imigrantes e migrantes praticamente já fazem parte da cidade, e é ingenuidade negar tal realidade. As questões relativas a indivíduo e sociedade são esclarecidas em Elias (1994a) nas bases da teoria figuracional. Considerando-se essa teoria, é possível entender as teias de relações entre indivíduos interdependentes que se ligam entre si, fornecendo um instrumento conceitual que visa compreender que somos seres relacionais

e vivemos em interdependência. Assim, paulistanos e bolivianos, além de outros imigrantes, formam uma grande rede de inter-relações e relações de poder que constituem a sociedade atual.

Concordamos, então, com Elias (1994a, p.13) quando diz que a sociedade só existe porque: “existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular”.

O desprezo dos brasileiros pelos bolivianos é muito grande, afirma Paulo Illes¹. Alguns paulistanos têm uma imagem muito negativa dos bolivianos aqui presentes. Constantemente associam essa permanência ao trabalho escravo e ao tráfico de mão de obra para as oficinas de costura, vendo-os como “índios”, “pobres” e com “pouca cultura”.

O que está por trás dessa imagem do boliviano, segundo Cavalcanti (2005), se encaixa na própria denominação “imigrante” que opera no sentido de marginalizar grupos, levando-os a ocuparem lugares inferiores no sistema social e serem responsabilizados por todos os males que assolam a região. Essa realidade simbólica merece ser repensada e receber uma reflexão, alerta Ramos (2004), pois, ao olhar o contexto urbano no qual existem imigrantes e o fenômeno migratório, eles nos fazem pensar que esse dado se tornou algo decisivo para a própria sobrevivência da comunidade local.

Existe um ponto de encontro desses grupos de migrantes, a Praça Kantuta, localizada na cidade de São Paulo, no bairro do Canindé. Nessa praça, diferentes grupos hispânicos se reúnem aos domingos para recordar, por meio de comidas típicas, músicas, futebol e barracas de artesanatos com objetos de suas terras, as raízes que ficam a muitos quilômetros de São Paulo. Especificamente nesse local, há o predomínio de bolivianos sobre outras nacionalidades.

Estabelecemos então conhecer melhor este grupo e as configurações formadas a partir da prática do futebol. Os jogadores bolivianos na Praça Kantuta têm uma organização estabelecida há dez anos e, soma-se ainda o fato de que, em todo momento, se multiplicam e se renovam os grupos de bolivianos no local, tendo gerado as recentes mudanças nas relações com o novo país, visto que a chegada desses imigrantes é uma constante diária na cidade.

¹ Paulo Illes, coordenador do Centro de Apoio ao Migrante, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da igreja católica.

O objeto do estudo é a própria praça como a expressão das configurações existentes entre os bolivianos sendo que o futebol está imbricado nas relações sociais dessas configurações, das redes de interdependência existentes entre os atores/jogadores, os empregadores, a associação e os frequentadores da praça. Se, por um lado, o futebol foi a porta de entrada, por outro lado, está imbricado nas relações das redes como um aspecto importante desse contexto, propiciando momentos de lazer e de prática de atividade física dos bolivianos.

A fuga da Bolívia

Silva (1999) aponta os anos 50 como o início da chegada dos bolivianos a São Paulo, principalmente por estudos, com um intercâmbio Brasil-Bolívia, ou ainda por fuga política. Esses antecedentes resultaram na permanência de alguns deles no Brasil devido à grande oferta de empregos.

A partir da década de 1980, houve um grande aumento do número de bolivianos que vinham para São Paulo, não mais perseguidos por governos autoritários ou com fins apenas acadêmicos. Bolivianos com nível escolar baixo passaram a vir em busca de trabalho. Esse aumento ocorreu em razão da crise econômica boliviana da época quando se destacou o processo de reorientação da mão de obra por conta da privatização do setor mineiro que provocou muitas demissões.

Silva (2006) constatou que essa busca ocorre pela procura de melhores condições de trabalho e de algum tipo de renda que, naquele país, não seria oferecida, e o sonho a ser alcançado perpassa a busca de uma qualidade de vida melhor para si e seus entes. Na Bolívia o trabalho é extremamente escasso e sem possibilidades de ascensão para aqueles que não conseguem ingressar numa faculdade, e o principal objetivo não é guardar dinheiro, mas sim ter uma vida um pouco melhor. Cerca de 70% da população boliviana economicamente ativa vive na economia informal, pois, além do problema do desemprego, há falta de moradia e há saturação de serviços públicos como a saúde e a educação.

Espremidos por uma alta taxa de desemprego, os bolivianos chegam ao Brasil sonhando em juntar algum dinheiro, mas a fantasia desaparece rapidamente. As tecelagens a que se referem os anúncios em geral funcionam de forma irregular, e o dono, muitas vezes um boliviano já legalizado, submete os imigrantes a um regime quase que de semiescavidão.

Então, aliciados por agenciadores que cobram suas passagens, os bolivianos ao chegarem, têm que trabalhar muito (cerca de 16 horas diárias), alimentam-se

mal e ainda têm que estar sempre alertas para não serem apanhados pela Polícia Federal no caso de estarem ilegais, constatou Silva (2000).

Em linhas gerais, o perfil dos bolivianos que vêm para o Brasil em busca de trabalho nas últimas décadas, de acordo com Silva (2005a), é de jovens, solteiros, em sua maioria do sexo masculino (a presença feminina tem aumentado consideravelmente nos últimos anos), com nível de escolaridade médio. Acrescentam-se nessa lista os profissionais liberais (médicos, dentistas, engenheiros etc.) com expressivo contingente.

A atividade que mais atrai os bolivianos na cidade de São Paulo é a costura. Destacam-se nessa atividade algumas particularidades, como a rede de contratação e o aliciamento de mão de obra para esse setor, em que os já estabelecidos estimulam os compatriotas a virem somar força de trabalho.

Os bolivianos moram normalmente nas próprias confecções onde trabalham e precisam pagar tudo para o patrão, desde a máquina de costura que utilizam até a moradia, a água, a luz e a comida. Por isso, acabam endividados e praticamente “presos”, o que faz seus patrões, além de trancarem as portas das fábricas, ameaçarem chamar a Polícia Federal para deportar aqueles em situação ilegal, conforme Silva, 1997.

Nas pesquisas de Xavier e Cymbalista (2007), os autores ressaltam que a oficina é muito mais do que um local de trabalho, pois é lá que os bolivianos, além de trabalharem, comem e dormem em meio às máquinas de costura. A saída para a rua fica muito limitada porque é o próprio dono da oficina que faz as compras, obrigando os empregados a praticamente não terem necessidade de se ausentar do local.

Um dos lemas que podem ajudar a entender como os bolivianos sobrevivem às condições encontradas aqui no Brasil pode estar na letra do Hino Nacional da Bolívia que diz: “imorir antes que esclavos vivir!” – “Morrer antes de viver como escravos”. Acreditamos que eles vieram para o Brasil em busca de uma nova vida e, por terem grande sede de viver, vão construir forças a todo custo para tentar sair dessa condição ruim e viver em melhores condições. No entanto, é “quase” como escravos que vivem alguns bolivianos em São Paulo.

A Praça Kantuta

A Praça Kantuta, antes de ser oficializada, passou por muitas ocorrências. O primeiro local de encontro de bolivianos em São Paulo acontecia na Praça Padre Bento, popularmente chamada de Praça do Pari, que abriga a Igreja de Santo

Antonio do Pari. Nesse local, os bolivianos eram atraídos pelas ofertas de emprego nas confecções em São Paulo.

No início, os encontros, aos domingos à tarde, aconteciam de forma pacífica, para rever amigos compatriotas, degustar comidas típicas, comprar produtos típicos, “paquerar” e até conseguir trabalho. Entretanto, o elevado número de imigrantes oriundos não apenas da Bolívia, mas também de outros países da América Latina, fez essa ocupação começar a incomodar os antigos moradores do local, em razão de barulho, sujeira e segurança, principalmente pelo excesso de consumo de bebidas.

As brigas relacionadas a essa ocupação geraram um abaixo-assinado dos residentes locais e culminaram com a expulsão dos bolivianos da praça em 2002. Os moradores, segundo Silva (2005a), diziam que o local “tem dono” e os “legítimos” frequentadores resolveram restabelecer a “ordem” e a “tranquilidade” que “eles” (bolivianos) tiraram.

Constatamos que o bairro do Pari e alguns bairros vizinhos dessa região acolheram, nas décadas de 1910 e de 1920, grande parte dos imigrantes portugueses, espanhóis e italianos por conta da proximidade do Rio Tietê e da instalação de um dos maiores pátios ferroviários da cidade de São Paulo, o Pátio do Pari. Esses imigrantes, na época, também usavam a Praça Bento para suas festividades. Aliás, grande parte dos moradores locais é descendente desses imigrantes.

Após muitas tentativas de negociação e reuniões entre os bolivianos e algumas entidades, no início do mês de junho de 2002 a prefeitura concedeu um novo espaço, mais isolado, no mesmo bairro, para os encontros dominicais. Esse local foi informalmente batizado, em 2 de junho, com o nome de Praça Kantuta.

Em 2003, a feira típica boliviana Kantuta foi oficializada numa portaria do Diário Oficial². Oficialmente reconhecida em 2004³, a praça, chamada de Praça

² A oficialização da feira típica boliviana Kantuta foi publicada no Diário Oficial em 28 de fevereiro de 2003. Portaria nº 26/ SEMAB-SEC/2003. O secretário municipal de abastecimento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando as disposições constantes do art. 1º, inciso II, da lei nº 10.311/87 c.c. o disposto no art. 1º de Decreto nº 40.904/2001. RESOLVE: OFICIALIZAR a “Feira de Arte, Cultura de Lazer Boliviana Padre Bento”, que se realiza aos domingos, das 11:00 às 19:00 horas, na confluência das Ruas Pedro Vicente, das Olarias e Carnot, sob jurisdição da Subprefeitura da Mooca

³ DECRETO Nº 45.326, DE 24 DE SETEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre denominação de logradouro público. MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do inciso XI do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, DECRETA: Art. 1º. Fica denominado Praça Kantuta, código CADLOG 22.653-0, o espaço livre sem denominação delimitado pelas Ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias e por equipamentos institucionais (Setor 17 – Quadra 105), situado no Distrito do Pari, da Subprefeitura da Mooca. Art. 2º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Kantuta, está localizada próxima à estação do metrô Armênia, entre as ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias, no bairro do Pari.

Durante a semana, não existe nenhuma atividade formal no local. Por isso, infelizmente, a praça é frequentada por moradores de rua que fazem uso de álcool e drogas. Aos domingos, quando acontece a tradicional feira, o lugar fica tomado por barracas típicas e pela prática esportiva do futsal na quadra localizada no centro da praça.

Em 1º de julho de 2002, foi fundada a Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana “Padre Bento”, sustentada pelos próprios feirantes que administram a feira. A regulamentação da praça ocorreu no dia 24 de setembro de 2004 (Silva, 2005a).

O nome da praça é uma homenagem à flor que cresce no altiplano andino e que tem as cores verde, amarela e vermelha, as mesmas da bandeira da Bolívia.

Atualmente a feira oferece aos visitantes barracas com comidas típicas bolivianas, como cereais, doces, pães, bolos, sucos tradicionais e pratos típicos, como as famosas salteñas (*salteñas* em castelhano).

Somam-se ainda barracas de artesanato, fotos, vídeos, cabeleireiros e brinquedos para as crianças. Em dias festivos, existem apresentações do rico folclore boliviano e eventos culturais. A quadra sempre é utilizada para os campeonatos de futsal. A feira funciona das 11h às 19h todos os domingos.

Em média, duas mil pessoas visitam a Praça Kantuta a cada domingo⁴, e 90% são bolivianos, entre nativos e descendentes que vão à praça para se encontrarem, se divertirem, degustarem comidas típicas, procurarem emprego, “paquerarem” e viverem um pouco dos costumes de seu país.

Se, por um lado, a feira contribui para reforçar a identidade dos bolivianos em São Paulo, por outro, propicia a exacerbação de preconceitos⁵ que acabam sendo extensivos a todos os bolivianos na cidade. Isso acontece principalmente quando os paulistanos, de maneira equivocada, dizem que eles são um povo “sem cultura”.

É importante ressaltar que as relações políticas e econômicas do Brasil sempre priorizaram estreitar laços com países da Europa e com os Estados

⁴ Em domingos com alguma festividade comemorativa, o número de visitas gira em torno de 5 mil pessoas.

⁵ A Praça Kantuta enfrenta problemas quando existem grandes quantidades de chuva na capital. As enchentes provocam no local um acúmulo de lixo que ali permanece por um tempo após o encerramento das chuvas. O lixo, aos olhos dos “preconceituosos”, parece ser dos bolivianos quando, na verdade, são acúmulos das indústrias e dos moradores da região, como ocorre em toda a cidade. Tivemos oportunidade de presenciar uma dessas chuvas num sábado à tarde, e realmente o acúmulo de lixo se dá de maneira desastrosa e perigosa.

Unidos. Isso inviabilizou conhecer a grandeza e a riqueza de costumes e tradições dos nossos vizinhos latinos.

Além da Praça Kantuta, considerada uma representação social, existem outros “pedaços bolivianos” na cidade de São Paulo, como é o caso do Memorial da América Latina e da própria Igreja Nossa Senhora da Paz.

Dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa foram coletados com cidadãos bolivianos, frequentadores da Praça Kantuta envolvidos com o futebol, e que, por livre vontade, aceitaram conversar sobre os temas propostos neste estudo.

Conversamos com 72 sujeitos do sexo masculino, bolivianos, com idade entre 15 e 48 anos, às vezes individualmente e às vezes em grupo, para que pudessem se sentir mais à vontade e não esconder nenhum relato.

Os sujeitos da pesquisa que têm filhos, em sua maioria, os tiveram em solo brasileiro. Mesmo assim, existem no grupo sujeitos com mais de um filho que foram pais na Bolívia e no Brasil. Essa situação é explicável pela possibilidade de se legalizar ao ter um filho nascido no Brasil.

Na feira da Praça Kantuta, é muito comum ver bolivianas grávidas e outras amamentando seus filhos sentadas nos bancos, ou carregando-os pendurados nas costas em grandes panos tradicionais daquele país chamados de *awayo* (nome na língua *aimará*).

A maior parte dos bolivianos desenvolve suas atividades profissionais relacionadas ao ramo da costura, trabalhando nas máquinas ou como donos de oficina; os demais, como profissionais liberais. A entrada em tal ramo de atividade acontece rapidamente, pois as pequenas confecções necessitam constantemente desse tipo de mão de obra. Em sua maioria, as confecções são constituídas como um empreendimento familiar e de certa forma artesanal, o qual tende a crescer e utilizar tecnologias mais avançadas. Essas confecções se utilizam de uma rede de aliciamento e contratação de mão de obra predominantemente “indocumentada”, com baixa remuneração e recém-chegada da Bolívia.

Os motivos que trouxeram os bolivianos ao Brasil são muito parecidos. Vieram principalmente em busca de trabalho com fins de melhorar as condições e a qualidade de vida pessoal e de seus familiares.

Grande parte da população boliviana em São Paulo está nos bairros do Brás, do Bom Retiro e do Pari. A busca por esses bairros se dá pela rede formada nas

atividades profissionais ligadas ao ramo da costura que estão estabelecidas nessas regiões, principalmente as lojas que comercializam as peças de vestuário finalizadas. Entretanto, existe uma grande expansão de oficinas por todas as regiões de São Paulo, em razão do baixo custo de aluguel dos imóveis, bem como da distância de possíveis fiscalizações que se concentram na região central da cidade.

De acordo com registros das Unidades Básicas de Saúde da região central de São Paulo, a maioria dos acometidos por tuberculose⁶ é constituída de bolivianos, por conta dos trabalhos com costura.

Alguns sujeitos da pesquisa foram atletas profissionais de futebol na Bolívia e estão com idade avançada, o que os impede de atuarem profissionalmente aqui no Brasil. Estes não conseguiram guardar dinheiro para se manter, até porque jogadores profissionais na Bolívia, como no Brasil, não ganham “fortunas” e tiveram de vir para cá a fim de trabalhar em outras áreas para manter suas famílias.

Nas entrevistas foram apresentadas questões relacionadas às semelhanças e/ou às diferenças existentes entre o futebol na Bolívia e no Brasil, além de algumas possíveis comparações.

É importante salientar nessas falas que afirmam pontualmente na Bolívia existirem jogadores que se tornam profissionais em grandes clubes por pagarem para chegar a esse estágio. Segundo eles, não são os melhores jogadores que jogam, mas sim quem pode pagar para jogar, o que torna quase impossível haver grandes equipes, como mostram os resultados dos torneios sul-americano e internacionais de que tanto as equipes bolivianas quanto a seleção da Bolívia têm participado.

Outra questão é o interesse que os sujeitos demonstram em ver bons espetáculos de futsal nos jogos na Praça Kantuta. Os bolivianos conseguem identificar muito bem a diferença técnica entre brasileiros e bolivianos, e os espectadores dos jogos da praça vibram e torcem quando ocorrem lances bonitos nos jogos.

Merece destaque também o fanatismo que, em ambos os países, está explicitado no número de torcedores que vão aos estádios. Não é diferente na Praça Kantuta, onde, além de haver um espetáculo gratuito, os passeios pelas barracas sempre esbarram nas imediações da quadra que fica no centro da praça, o que torna inevitável assistir aos jogos.

⁶ A tuberculose ocorre principalmente pelas más condições de trabalho. As oficinas têm pouca ventilação, e a alimentação é pobre em proteínas e vitaminas. Outras doenças de cunho ortopédico, como desvios posturais e lombalgia, também se fazem presente entre eles pelo tempo excessivo que ficam sentados nas cadeiras em frente das máquinas de costura numa posição quase que imóvel.

Em relação à técnica e à preparação física, os entrevistados disseram que na Bolívia há muita correria e pouca técnica ao contrário do Brasil onde há muita técnica e pouca correria. Identificamos isso explicitamente em vários jogos em que estavam envolvidos jogadores bolivianos e brasileiros. Os bolivianos realmente parecem ter uma condição física melhor que a dos brasileiros, pelo menos entre os participantes dos jogos da praça. Ao final dos jogos, víamos os bolivianos em plena condição de deslocamento enquanto os brasileiros estavam fatigados. Lembramos que os jogos aconteciam predominantemente no período da tarde e em horário de verão. Além disso, a quadra, que é descoberta, absorvia todo o sol do período, normalmente das 12 às 18 horas.

A Bolívia é um país localizado numa região com altitude elevada, o que gera implicações fisiológicas em relação ao desempenho dos jogadores nas diferentes práticas esportivas, visto que a pressão atmosférica é menor nessas regiões. Em tais locais, o organismo humano sofre adaptações diferentes daquelas ocorridas em lugares com altitudes baixas e pressão atmosférica alta. Quando um indivíduo adaptado a altitudes altas (como os bolivianos na Bolívia) vai para locais com altitude baixa (como os bolivianos em São Paulo), ele tem melhor desempenho físico. Esses fatores podem explicar as diferenças explicitadas nos jogos da praça no que se refere a menores resistência e desempenho físico dos brasileiros em relação aos bolivianos.⁷

Os entrevistados foram questionados a respeito de seu ingresso na praça para a prática do futsal. Apenas 18 jogam pela primeira vez, e 54 já participaram mais de uma vez dos campeonatos. Os jogadores que estavam participando do campeonato pela primeira vez estão no Brasil há menos de dois anos e provavelmente participarão das muitas outras edições da competição, segundo eles. Os demais, que participaram de outras edições, disseram que continuarão a jogar na praça por conta da grande festa que envolve o local aos domingos, como nos disse o sujeito 56 da pesquisa: “Às vezes, durante um jogo aqui na Praça, me sinto como se estivesse na Bolívia, pois tudo aqui me faz lembrar da Bolívia: o cheiro, a comida, a música e o futebol. Daí eu ‘acordo’ e vejo que estou apenas num pedaço da Bolívia aqui no Brasil, mas é uma sensação muito boa.”

Por se tratar de um espaço boliviano, o motivo que os leva a participar do campeonato na praça é o mesmo: convite de amigos. Normalmente alguém vê um

⁷ Algumas pesquisas confirmam tais adaptações fisiológicas ocorridas na altitude, como é o caso de Sellera e Ghorayeb (2005) ou Campos e Vivacqua (1999).

jogador numa outra quadra e faz o convite para jogar na praça. Ainda vimos que os bons jogadores que trabalham nas oficinas de propriedade de delegados têm presença garantida na escalação da equipe.

Outra forma de ingresso é a rede de contatos formada principalmente nas oficinas de costura, onde se divulgam os eventos da comunidade latina. A Praça Kantuta ainda tem pouca divulgação na mídia e depende quase que exclusivamente do “boca a boca” dos frequentadores para ampliar o número de participantes da feira e do campeonato. Nos arredores da praça, existe uma gama de comércios, principalmente de alimentos típicos, onde vivem alguns bolivianos que mantêm o contato com a praça pela proximidade da moradia e do trabalho. Por frequentarem a praça e morarem perto dela, entram na rede de formação de equipes e participam do campeonato. Tivemos a oportunidade de ir a restaurantes com comidas típicas localizados nas cercanias na praça e percebemos que as televisões ficam ligadas em canais que transmitem a programação local das redes de televisão bolivianas.

A relação entre os jogadores das equipes é muito grande. Constatamos que todos os jogadores dentro de suas respectivas equipes se conhecem, e grande parte dos jogadores de todas as equipes também se conhece. Considerando que os convites para integrar as equipes vêm de conhecidos, algumas vezes pudemos presenciar a troca de jogadores entre diferentes equipes, muitas vezes atrelada a propostas de atividades profissionais no ramo da costura.

Para a equipe participar do campeonato, é necessário desembolsar uma quantia em dinheiro para arcar com os custos que, além dos uniformes, são da organização, como arbitragem, medalhas, bolas, redes, entre outros. Dos jogadores entrevistados, 56 disseram que é o delegado (dono da equipe) quem banca os custos. Os demais, 12, disseram que os custos são divididos entre todos os jogadores, e 4 informaram que apenas alguns da equipe pagam os custos e outros apenas jogam.

A maioria dos delegados são donos de oficina, não jogam, apenas dirigem o grupo, pagam as contas e tomam conta de tudo que envolve as ações do time. Eles exercem certo poder sobre os jogadores, pois, como são possuidores do dinheiro que banca a permanência do time na competição, são ainda muitas vezes patrões dos jogadores nas oficinas das quais são donos. Ou seja, o respeito e o medo ficam meio amalgamados nos sentimentos que relacionam jogadores e delegados. A relação de dominação e de exploração parece ir além das paredes das oficinas de costura, chegando às linhas da quadra de jogo. Nesse caso a “dádiva” parece

se transformar em “dívida”, existindo uma dupla obediência, ou seja, na oficina e no futebol.

Tal relação de poder é muito bem explicitada nas atitudes de um (delegado) para com os outros (jogadores) durante o campeonato quando aqueles colocam e tiram de quadra jogadores que acham convenientes, independentemente de opiniões do grupo. Presenciamos algumas vezes o delegado sacar da equipe em quadra, durante o jogo, algum jogador que explicitamente discordou de alguma atitude do delegado.

Alguns comportamentos dos bolivianos interrelacionados às figurações e às redes de interdependência já existentes nos grupos e conjunturas são estruturas que não podem ser compreendidas nem explicadas pela sua redução ao comportamento dos seus participantes tomados isoladamente, mas sim envolvidos em uma rede, em que o comportamento de muitas pessoas separadas, segundo Elias (1994a), se enreda a formar estruturas entrelaçadas.

A prática do futebol na praça deveria ser apenas mais uma atividade de esporte e lazer dos bolivianos no Brasil. Entretanto, surpreendeu-nos ver que 52 jogadores, além de jogar futsal na praça e trabalhar, nada mais fazem no dia a dia. Outros 15, além de jogarem, estudam; os demais ainda fazem passeios ou navegam na internet.

Mais da metade dos bolivianos entrevistados que jogam futebol na praça Kantuta fazem isso como única atividade, além do trabalho, buscando, nessa investida, equilibrar tensões geradas em suas vidas resumidas às atividades profissionais e buscar tensões agradáveis e distantes das rotinas, a fim de se recuperarem aos domingos para mais uma jornada semanal. Os entrevistados, principalmente os que atuam no ramo da confecção, trabalham de segunda a sábado, tendo apenas o domingo livre, coincidentemente o dia em que acontecem a feira e os jogos.

Praticamente todos os bolivianos que estão no Brasil, independentemente de jogarem futsal na praça ou de frequentarem o local, têm sonhos e desejos constituídos antes de virem para o Brasil ou logo após desembarcarem aqui. Estabelecer-se, comprar a casa própria e ser dono de oficina predominam os sonhos desta maioria.

Mais da metade dos sujeitos da pesquisa espera da vida no Brasil algo como progresso profissional e de bens, fixando-se por aqui. Alguns dos entrevistados se preocupam com algo relacionado à família, como conforto e estudo para os filhos.

Questionados sobre a pretensão de voltar um dia à Bolívia, vimos que 28 bolivianos pretendem retornar a seu país assim que melhorarem suas condições e juntarem dinheiro. Nenhum sujeito da pesquisa admite a possibilidade de voltar ao seu país em condições piores que aquelas de quando chegaram. Dezoito sujeitos da pesquisa são taxativos em dizer que não voltariam e assim o fizeram convictos.

Outros 18 disseram que voltariam apenas para passear e rever parentes – pais, mães e filhos –, pois ainda os têm morando na Bolívia, o que os leva a constantemente terem contato, enviarem dinheiro e visitarem sua terra.

Os sujeitos da pesquisa que disseram “talvez, depende” condicionaram a volta às condições de vida de seu país, que, para eles, no momento está muito ruim, mas passa por mudanças com sinais de melhora com o novo governo.

Nas idas e vindas dos sujeitos à Bolívia, discutimos com eles um possível aconselhamento ou não de compatriotas residentes na Bolívia de virem ao Brasil. Mais da metade dos entrevistados responderam que aconselhariam os bolivianos que estão na Bolívia a virem para o Brasil, pois parece ainda ser uma boa opção para migrar. Esse grupo mostrou os motivos desse aconselhamento, dizendo que a vida por aqui é diferente, mas vive-se melhor. Além disso, ressaltaram que a economia por aqui é mais estável e segura – isso está comprovado em qualquer dado oficial dos dois países e, conseqüentemente, a vida passa a ser “melhor”, mesmo que numa visão consumista.

Alguns ainda disseram que o compatriota só deve vir se tiver trabalho garantido. Ademais, não querem nenhum tipo de compromisso ou de responsabilidade com aqueles que aqui chegam. Outra parte desses “conselheiros” enfatizou que os conterrâneos até podem vir, mas que “eles” não se responsabilizam por nada.

Radicalmente um grupo diz que os compatriotas não devem vir e demonstram que não querem aumentar a concorrência por aqui. Aqueles que disseram talvez, depende, sugerem que os compatriotas devem vir apenas se tiverem “apertados”, o que nos chamou a atenção quanto à questão do desespero, ou seja, “se estiver apertado” venha para cá e “se dará um jeito”. Ficou ainda em destaque a questão da documentação como entrave e do dinheiro que se deve ter para chegar aqui e ter um tempo para se estabelecer.

A instabilidade econômica da Bolívia não é um fato novo. Mesmo com o novo governo dito popular e reeleito, as condições de vida por lá ainda são muito ruins principalmente no quesito emprego. No inconsciente da população boliviana que por lá ainda vive, está o sonho do eldorado em terras brasileiras.

O cotidiano

O Brasil pode ser tido como uma nação hospitaleira, mas o imigrante pode ter dificuldade de deixar-se absorver. Já seus filhos e netos se tornam brasileiros com certa facilidade.

Os bolivianos que vivem em São Paulo, cada qual com suas lentes, ao depararem com o cotidiano da vida no Brasil, fazem suas interpretações e reinterpretações dos novos destinos que ora se moldam em suas vidas. Sobreviver num outro país implica reconstruir representações sociais e se adaptar aos novos processos existentes na nova sociedade.

Própria da espécie humana é a faculdade mimética para transformar e ressignificar os novos saberes adquiridos no país. No caso dos bolivianos no Brasil, tal capacidade pode ser observada pela organização do futebol na Praça Kantuta. Um olhar atento sobre esse futebol revela diversas realidades interessantes na forma moderna de prática esportiva e de práticas culturais arraigadas no ser humano, independentemente de seus ambientes históricos específicos. Mais do que atento, porém, tal olhar deve estar despido de preconceitos e de valores externos.

A realidade simbólica merece ser repensada e receber uma reflexão, pois, ao olhar o contexto urbano no qual existem imigrantes e o fenômeno migratório, eles nos fazem pensar que esse dado se tornou algo decisivo para a própria sobrevivência da comunidade local.

De acordo com um relatório da Organização Internacional do Trabalho, atualmente a principal causa do fenômeno migratório é a globalização que não tem conseguido gerar postos de trabalho nos países de origem, criando um traço estrutural na economia mundial: a desigualdade econômico-social. Além de aumentar a concentração da riqueza nas mãos de poucos, o fenômeno da globalização produziu uma enorme deterioração das condições de vida, especialmente nas camadas mais baixas da população com ênfase nos chamados “países periféricos”, causando o deslocamento humano em busca de trabalho e oportunidades de uma vida melhor para o imigrante e sua família.

Essa realidade é vivida dia a dia pelos cidadãos paulistanos e por todos os imigrantes que em São Paulo se estabeleceram. Nessa cidade a quantidade de sujeitos que passam a fazer parte da “nova” sociedade paulistana está em constante processo.

Com a formação desses “novos” grupos, estabelecem-se as redes, e o poder vai se apresentar de acordo com as configurações, podendo durar pouco ou

muito tempo. Esse poder se constitui um elemento fundamental e integral de todas as relações humanas que ocorrem praticamente todo dia. Por conseguinte, o equilíbrio de poder se fará presente sempre que houver interdependência funcional entre pessoas, indicando que, mesmo o poder não sendo eterno, ele não é um amuleto que alguns têm e outros não, mas sim uma característica de todas as relações entre seres humanos. Assim, configurações não podem ser planejadas, programadas ou previstas porque são construídas e redimensionadas o tempo todo.

A história é sempre a história dos indivíduos, o que elimina o pensamento de que as mudanças são externas ao ser humano. Na verdade, a única mudança entre os seres humanos foi a forma da vida comunitária, a estrutura da sociedade e, com ela, a influência social no indivíduo e na forma de suas funções psíquicas.

As redes e o poder identificados pelos dados desta pesquisa sinalizam para uma dependência dos praticantes de futebol, os jogadores, para com os seus respectivos “delegados”, os “donos” dos times. Tais “donos”, mesmo demonstrando aparentemente desconhecimento técnico e tático da modalidade nas questões relacionadas a dirigir efetivamente a equipe durante os jogos, apresentam domínio nas ações dos jogadores, estabelecendo locais, horários e procedimentos antes, durante e depois dos jogos.

As configurações são as relações que existem desde nas oficinas de confecções onde o funcionário muitas vezes não tem direito de optar onde vai jogar. É praticamente obrigado a jogar no time de seu patrão, o delegado, criando um compromisso dos jogadores/funcionários com o dono da confecção.

Em Mauss (1999), a dimensão principal de uma organização social seria um constante “dar e receber” que, das prestações assumidas na dádiva, podia assumir diferentes características de acordo com a época e o lugar em que a dádiva era posta em prática. Assim, o autor afirma que a noção de dádiva estaria centralizada em uma tripla obrigação: dar, receber e retribuir, ações baseadas nos conceitos de dom e contradom. O que se questiona é o caráter de gratuidade e desinteresse presente (ou não) nas ações dos atores sociais baseado em uma oferta de dádiva.

Pelas falas dos sujeitos da pesquisa, foi possível identificar o desejo daqueles que ainda não são “donos” de equipes de se tornarem “delegados”, buscando o *status* que essa condição garante, como participar das reuniões e decidir algumas questões com o poder do voto. Além disso, todos os “delegados” são “donos”

de oficinas, o que ainda lhes dá possibilidade de vincular os seus trabalhadores a suas equipes e conseqüentemente propiciar a eles momentos de lazer.

O que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é a extensão da margem de decisão que lhe é conferida pela estrutura e pela constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. Assim, o “poder” não passa da amplitude dessa margem de decisão. O modo pelo qual um indivíduo decide e age se desenvolve sempre nas relações com outras pessoas, tendo uma modificação de sua natureza pela sociedade.

As oficinas de propriedade dos próprios bolivianos foram constituídas pelo trabalho “deles” nas máquinas de costura, os quais, depois de juntarem dinheiro, montaram seus próprios negócios. As redes, após a abertura de uma oficina, ocorrem com o chamamento de outros bolivianos para trabalharem nas máquinas. Assim, continuam perpetuando tais processos, como ocorreu tempos atrás com indivíduos de outras nacionalidades.

É nessas oficinas que as funções são delegadas a cada um, lembrando que a divisão das funções sociais existe até nas sociedades mais simples. Quanto maior é a divisão, mais se acentua a dependência de uma pessoa em relação a outras, fazendo alguns se apropriarem da violência e usá-la com intuito de negar aos outros aquilo de que precisam para garantir e efetivar sua existência social, ou até subjugar-los e explorá-los constantemente.

Esse quadro, na visão de Elias (1994b), provoca tensões entre os grupos que geram impulsos por mudanças estruturais na sociedade. As mudanças não foram planejadas ou criadas por indivíduos isolados, mas alteraram a forma e a qualidade do comportamento humano.

Grande parte dos bolivianos aliciados para trabalharem nas oficinas é recém-chegada a São Paulo. Tal fato praticamente obriga esses indivíduos a morarem na própria oficina por falta de opção. Essa moradia passa a ser o primeiro obstáculo real para obtenção da “liberdade” porque o dono da oficina cobra por todos os locais (quarto, banheiro, cozinha) e utensílios (fogão, cama, televisão) utilizados pelos compatriotas, descontando de seus salários a “dívida” praticamente obrigatória a ser contraída.

A rede de funções existente nas associações humanas não surgiu da soma de vontades, isto é, da decisão comum das pessoas individuais. No entanto, esse contexto funcional é algo que existe fora dos indivíduos, e cada função é exercida de uma pessoa para outras. Cada uma das funções está relacionada com terceiros e cada um depende dos outros. Essa rede de funções que as

pessoas desempenham umas em relação às outras e a elas mesmas é que se entende como sociedade.

As condições de trabalho e de moradia de alguns grupos de bolivianos em São Paulo são desumanas. O que se vê são as camas de dormir ao lado das máquinas de costura, inviabilizando qualquer tipo de movimentação no local. Como muitas das famílias que moram no local de trabalho têm crianças pequenas, estas sofrem com a falta de mobilidade, bem como de assistência por parte dos pais que ficam concentrados em suas máquinas, produzindo suas “rendas”, sem dar atenção ao desenvolvimento dos pequeninos. Com isso, as crianças pequenas que não vão à escola são criadas nesse ambiente desfavorável.

Absortos pela vontade de juntar dinheiro e preocupados com as dívidas contraídas logo que chegam, os bolivianos passam a maior parte do tempo de suas vidas fechados nas oficinas/moradias que, além de tudo, têm pouca ventilação. Esses locais funcionam praticamente durante as 24 horas do dia, com os funcionários se revezando nas máquinas para cumprirem os curtos prazos de entrega acordados com os donos das oficinas, o que causa um aumento da temperatura interna das casas. Diante desse quadro, a higiene interna do local fica comprometida, e conseqüentemente alguns são acometidos por doenças relacionadas às atividades profissionais e às condições existentes nas residências.

As doenças que mais acometem os bolivianos que trabalham nesses locais são as relacionadas ao sistema respiratório. Pela própria natureza das atividades, forma-se uma grande quantidade de pedaços de tecidos, linhas e poeira gerados pelas costuras. Os fragmentos oriundos das peças, que ora estão sendo manuseadas, ora costuradas, empilhadas e por fim encaixotadas para serem levadas aos respectivos contratantes, são aspirados pelos trabalhadores e causam as enfermidades relacionadas à respiração. As mais comuns são gripes, alergias, rinites, bronquites, enfisema; as mais graves, tuberculose e pneumonia.

Outras enfermidades que os bolivianos contraem nas oficinas estão relacionadas ao sistema muscular e esquelético. Os trabalhadores permanecem em média entre 12 e 16 horas por dia sentados numa cadeira na frente da máquina de costura, executando uma mesma ação motora repetidas vezes. Tais procedimentos levam os bolivianos a desenvolverem doenças como distensões, tendinites e artrites; desvios posturais como escoliose, lordose e cifose; além das câimbras quase que diárias.

A anemia também assola boa parte dos bolivianos que atuam nas oficinas. Além de não se alimentarem em horários regulares, o tipo, a qualidade e a

quantidade de alimentos por eles ingeridos nem sempre são adequados para suprir as necessidades diárias desses trabalhadores. A principal carência causadora da anemia é a de ferro, encontrado principalmente nas carnes vermelhas e no feijão, que têm custo alto para serem consumidos regularmente. Como a anemia causa fadiga generalizada e indisposição, os bolivianos anêmicos ficam privados de trabalhar e de gerar renda.

Ressaltamos que, por conta do medo de serem abordados em hospitais por agentes da Polícia Federal, boa parte dos bolivianos que ainda vivem no Brasil de forma ilegal – os chamados de “indocumentados” – se recusa em ir a esses locais para receber tratamento adequado. Eles se submetem a tratamentos paliativos a fim de poderem continuar com as atividades profissionais, o que conseqüentemente agrava suas doenças.

Voltando à Praça Kantuta, considerada uma representação cultural criada pelos bolivianos em São Paulo, na construção mimética da feira dominical acontecem situações das mais variadas, o que os faz reviverem de vez em quando quem são. Além do campeonato de futsal que ocorre na quadra localizada no centro da praça, existem barracas de comidas típicas, artesanatos, fotografias, cabeleireiros, brinquedos, cartões telefônicos que se espalham pelo local e possibilitam aumentar as inter-relações com o Brasil.

Há uma grande variedade de vendedores de cartões de telefone para ligações internacionais. Essas facilidades de comunicação em razão das atuais tecnologias do planeta fazem os bolivianos que aqui residem terem contato constante com os compatriotas e os familiares que permaneceram na Bolívia. Por conta disso, os bolivianos conseguem obter informações quase que diárias das condições de vida (que não são boas) da população que permanece em solo boliviano, podendo analisar as possibilidades cada vez mais remotas de retorno aquele país.

Outro local de representação social criado pelos bolivianos em São Paulo e que tivemos a oportunidade de frequentar são os restaurantes com comidas típicas, que ficam nas cercanias da praça. As televisões existentes nesses locais transmitem, via cabo, as emissoras bolivianas. Na época das eleições para presidente da Bolívia (fim de 2009), pudemos acompanhar o horário político daquele país transmitido pela TV, o qual em nada difere do nosso horário político. Além disso, a praça recebeu políticos da Bolívia na época das eleições que fizeram comícios e campanha no palco, trazendo grandes correligionários, principalmente de Evo Morales. Aos bolivianos que moram no Brasil foi-lhes dado direito a voto, o que fez da Kantuta uma grande zona eleitoral fora da Bolívia.

As principais mudanças ocorridas na Bolívia, nos últimos tempos, em relação à economia, ao emprego, à agricultura, à saúde e à educação, tiveram direta influência do governo de Evo Morales. Os bolivianos que aqui residem acreditam que as mudanças ocorridas no atual governo foram necessárias e corretas. Todavia, consensualmente indicam que vai levar muito tempo para que o reflexo dessas mudanças possa chegar à população que vive lá em condições ruins. Por isso, praticamente todos os bolivianos participantes desta pesquisa não têm interesse de retornar ao seu país. Sobretudo as informações dos familiares e amigos residentes na Bolívia não os convidam a um possível retorno. O interesse deles se restringe a um retorno a passeio ou para reverem parentes e amigos. O desejo explícito é o de se legalizar, fixar residência no Brasil, constituir família, comprar imóveis e educar os filhos.

Considerada um Estado mínimo e espoliado pelo capital internacional preconizado pelas políticas ditadas pela ideologia neoliberal, a Bolívia não tem mercado de trabalho e sim “mundo do trabalho”, onde somente os “melhores” conseguirão ter sucesso. Essa política neoliberal norteia todo o ideário das políticas educacionais dos países latino-americanos, produzindo no cotidiano dessas sociedades o aumento das desigualdades, do número de excluídos, da minoria privilegiada e das mazelas que destroem as diversas formas sociais em prol de uma lógica individualista e economicista.

Em relação ao futebol, os bolivianos declaradamente expressam admiração pelos jogadores brasileiros, bem como pelos jogos que aqui ocorrem. Eles têm ídolos declarados e afinidade por equipes brasileiras, frequentam estádios e vestem camisas de clubes.

A comparação feita pelos sujeitos da pesquisa entre o futebol no Brasil e na Bolívia esbarra na questão financeira. Eles disseram claramente que os jogadores bolivianos só se tornam profissionais se desembolsarem uma quantia em dinheiro para bancar seu ingresso em grandes clubes. Pressupondo-se que a prática do futebol na Bolívia é muito difundida, esse fator entrava e impede que grandes jogadores se tornem profissionais, até porque as condições financeiras da maioria da população boliviana não permitem arcar com esse ônus que, na verdade, não deveria existir.

O futsal da praça não começa nem termina nele mesmo. Existe todo o charme envolto no antes e no depois dos jogos, quando os jogadores se encontram, trocam suas roupas cotidianas pelos uniformes dos times e, mesmo que momentaneamente, se transformam de simples cidadãos comuns em atletas de futsal admirados por uma boa quantidade de espectadores.

A troca de roupas ocorria em vários locais inusitados, como dentro da própria quadra, perto dos carros dos delegados, atrás das barracas, na frente da sede da Associação ou nos bancos ao redor da quadra, sempre aos olhos atentos dos frequentadores da praça. Não obstante, não havia nenhum tipo de constrangimento de ambas as partes, jogadores e frequentadores. Ao final do jogo, voltando ao estado normal de cidadão comum, alguns jogadores destroçavam de roupa novamente, devolvendo o uniforme ao delegado que faz a lavagem do fardamento para os próximos jogos. Vestidos com o uniforme da equipe que acabaram de defender em quadra, alguns jogadores, após os jogos, permaneciam na praça, tomando cerveja ou refrigerante, com a família ou os amigos.

Por estar estrategicamente localizada no centro da praça, a quadra de futsal nunca passa despercebida pelos frequentadores e tem público constantemente apreciando todos os jogos durante a feira. Ressaltamos que, como não há nenhuma equipe de grande expressão no cenário futebolístico participando do campeonato, os espectadores não têm vínculo afetivo com nenhuma das equipes. O que acontece é que as próprias equipes levam seus parentes e amigos que assistem aos jogos de seus entes e, assim, manifestam atitudes de torcedores e fanatismo com seus próprios conhecidos. Entretanto, esse número é minoria, e podemos enfatizar que os espectadores da Praça Kantuta apreciam a prática do futsal e a plasticidade oferecida por alguns de seus praticantes como meros observadores e admiradores dessa “arte” e não como torcedores de equipes.

Algumas equipes de futsal participantes dos campeonatos da praça são constituídas por jogadores de várias nacionalidades, como peruanos, paraguaios, chilenos, além de, é claro, bolivianos. Somado ao esporte como elo de união, as atividades profissionais (principalmente no ramo da costura) são fontes de encontros e de trocas de informações entre as diferentes nacionalidades.

As relações dos indivíduos com outras pessoas terão muito mais influência sobre eles do que sua própria constituição. A relação entre as pessoas é tão imprevisível que, numa conversa, cada um dos interlocutores forma ideias que não existiam antes, ou, até mesmo, leva adiante ideias que já estavam presentes. Não há como prever o desenrolar da relação entre as pessoas, pois estamos continuamente nos moldando e nos remoldando umas as outras. Cada indivíduo traz consigo a marca de uma sociedade específica, de uma nação e de uma classe específica, o que nos faz, assim, compreender o que é sociedade.

Infelizmente constatamos na pesquisa que o futsal na praça é a única atividade física praticada pelos bolivianos, o que os coloca num alto grau de risco,

pois trabalham a semana inteira em condições ruins, alimentam-se mal, dormem mal e pouco e ainda aos domingos praticam futsal durante períodos longos. Esses fatores, somados, têm potencial de desencadear algum tipo de problema súbito aos praticantes nessas condições. Os jogos de futsal, que têm características de jogo rápido e dinâmico, podem causar, durante a prática, algum tipo de mal ao praticante.

Na praça não existe nenhum tipo de prevenção, tampouco de acompanhamento médico dos jogadores, o que aumenta o risco possível de algum problema. Durante o período em que estivemos nos campeonatos, detectamos apenas lesões de ordem muscular, esquelética e cutânea.

Nas participações das reuniões de organização dos campeonatos, ressaltamos sempre a importância prévia das questões relacionadas à saúde. Sugerimos que todos consultassem médicos para detectar algum problema. Nós nos posicionávamos sempre favoráveis a algum tipo de prevenção de possíveis problemas. Infelizmente isso não se operacionalizou.

O futsal da praça é apenas mais uma atração para os frequentadores, jogadores e delegados. Tanto os que jogam quanto os que não jogam usufruem a praça como local de passeio, caminhando, apreciando barracas e assistindo às constantes apresentações musicais e de grupos folclóricos. A praça, na verdade, é uma grande festa todos os domingos, e o futebol faz parte desse “cardápio” de opções, em que famílias acompanham os jogadores que, após os jogos, se juntam e desfrutam aquilo que a praça oferece.

A cidade de São Paulo tem centenas de praças, e muitos paulistanos as utilizam com fins de recreação, lazer, esporte ou entretenimento. Entretanto, alguns indivíduos fazem desses locais seus dormitórios, muitas vezes por falta de outras opções. Ainda são poucas as políticas públicas que aproveitam o potencial das praças a fim de viabilizar sua utilização de forma integral pelos cidadãos.

Ressaltamos que, durante a semana, a praça é utilizada como dormitório e como local para consumo de drogas, tendo constantemente visitas da polícia para amenizar a situação.

No mês de março de 2010, os alambrados que cercavam a quadra, bem como as traves dos gols foram retirados do local com promessa de políticos para uma grande reforma. A associação ficou refém dessa promessa, pois não possui recurso para tal reforma e, infelizmente, até agora não há sinais para o início da reforma, o que impede a realização dos campeonatos, demonstrando uma grande

falta de respeito a esse grupo, que fica suscetível às atrocidades de outros grupos mais poderosos.

O estudo sociológico das teias de interdependência indica que as coerções ou as forças sociais têm origem na própria teia formada pelos indivíduos. Esses indivíduos constroem tais teias que dão origem a configurações de muitos tipos, como família, aldeia, cidade, estado, nações. Essas configurações e essas teias de interdependência humanas podem ser constituídas independentemente do tamanho do grupo, agrupamentos maiores ou menores. Não obstante, alguns grupos podem ficar, por tempo indeterminado, à mercê de grupos mais poderosos, como ilustra o caso da retirada dos alambrados da quadra.

Desse modo, a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais deve ser analisada e concebida como um processo, ou seja, as “estruturas sociais” e o “indivíduo” são aspectos diferentes, contudo inseparáveis. As análises devem recair nas teias de interdependência humanas que formam as configurações sociais.

Tais teias existem desde o início da vida dos homens, e uma parte delas tem origem nas necessidades biológicas dos seres humanos, que, desde os primeiros momentos de suas vidas, necessitam dos cuidados e da atenção dos próprios pais. A grande parte advém de necessidades recíprocas, socialmente geradas, como a divisão do trabalho, a competição, as ligações afetivas, entre outras.

O sucesso dos imigrantes vindos ao Brasil antes dos bolivianos se deu pelo fato de a situação econômica e social da cidade de São Paulo na época ser extremamente favorável para se trabalhar e para se viver. Isso hoje já não ocorre mais de maneira incisiva, visto que as crises financeiras mundiais também afetam o Brasil, e a população sofre com a falta de emprego e de condições melhores de saúde, educação, transporte, moradia, entre outras, levando-a a despejar nos imigrantes a culpa por essa situação, indicando que “eles” estariam roubando os empregos dos brasileiros.

A Bolívia ainda passa nos dias atuais por sérias crises econômicas e políticas, o que atrai ao Brasil um grande número de bolivianos com a intenção de buscar no país um “eldorado” de trabalho e de riqueza, o que efetivamente na prática não ocorre.

Os bolivianos ainda são muito humilhados, pois muitos brasileiros têm uma imagem altamente negativa desses indivíduos, em razão das atitudes de alguns relacionadas à embriaguez e ao tráfico de drogas. A população paulistana, diante desse quadro, aumenta o preconceito e faz generalizações dos grupos apenas

pelas características físicas que diferem das nossas, como “cabelos negros e lisos”, “olhos levemente repuxados” e “pele morena”, além da utilização predominante da língua espanhola para comunicação. Os bolivianos em São Paulo são considerados “sujos”, “pobres”, “índios” e, o que é pior, “sem cultura”.

No que diz respeito ao preconceito, (Nogueira 1985 [1954], p.78-79) distingue dois tipos básicos de preconceito racial: “Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.”

Conforme o autor, identificamos que os bolivianos em São Paulo sofrem ambos os tipos de preconceito, simplesmente por terem descendência indígena, bem como traços físicos, gestos e sotaques específicos da região de que são originários. O que está por trás dessa imagem do boliviano se encaixa na própria denominação de imigrante que opera para marginalizar grupos, fazendo-os ocuparem lugares inferiores no sistema social e serem responsabilizados por todos os males que assolam a região.

No caso dos bolivianos, a associação entre a pobreza e a origem étnica (indígena) acrescenta-se à composição do perfil desses indivíduos por parte daqueles que desconhecem suas origens, suas dificuldades na cidade de São Paulo e suas contribuições econômicas e culturais. Guardadas as devidas proporções, os sons que incomodam a cidade de São Paulo vindos das flautas andinas dos bolivianos se comparam aos sons dos atabaques tocados nas “senzalas” que incomodavam os moradores da “casa-grande”. A cultura andina, principalmente aquela oriunda dos povos incas, considerados os mais avançados para a época em que existiram, poderia contribuir com as trocas culturais entre os países hispânicos.

É necessário que a população paulistana, em primeira instância, aceite o fato de que essa imigração está ocorrendo em larga escala, para que, assim, se possa lidar de maneira mais equilibrada com a situação. Os sentimentos de alteridade (colocar-se no lugar do outro) poderiam contribuir para essa

anuência, pois são públicas as exposições das difíceis condições de vida dos bolivianos em seu próprio país, em razão da falta de emprego, moradia, saúde e educação.

Respeitar as diferenças não significa aceitá-las, mas sim entender por que ocorrem, os sentidos e os significados das atitudes e dos procedimentos. As superações do racismo e do etnocentrismo deveriam estar além de qualquer outra atitude entre os povos.

O conhecimento antropológico surge do encontro de dois inconscientes em espelho, que espelham uma imagem deformada. O discurso a respeito da diferença não apenas do outro, mas também da própria diferença trabalha sobre os limites e as fronteiras. Assim, faz-se necessário, em caráter de urgência, que os governantes proponham políticas públicas de educação, saúde, habitação e emprego para esses grupos antes que as relações possam se tornar insustentáveis.

Finalmente, acreditamos que os imigrantes se constituem em agentes de uma memória ética, de uma resistência justa e em sonhadores de uma utopia possível. São protagonistas de outra integração de anunciadores de um novo mundo possível, urgente e necessário.

Referências

CAMPOS, Augusta L. e COSTA, Ricardo Vivacqua C. (1999). Atividade Física em Moderadas e Grandes Altitudes. Morbidade Cardiovascular e Respiratória. *Rev. Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, n. 1, v. 73.

CAVALCANTI, Leonardo. (2005). Imigrante na cidade: paradoxos e pleonasmos. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, n. 51.

DURHAM, Eunice (2004). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: CosacNaify.

ELIAS, Norbert (1994a). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1994b). *O processo civilizador* (2 v.). Rio de Janeiro: Zahar.

HALL, Michael (2004). Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*. A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra.

MAUSS, Marcel (1999). *Ensaios de sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

_____ (2003). **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/Edusp, v. I e II.

NOGUEIRA, Oracy (1985 [1954]). Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem – Sugestão de um Quadro de Referência para a Interpretação do Material sobre Relações Raciais no Brasil. In: NOGUEIRA, O. (org.). **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz.

RAMOS, Alcida Rita (2004). O Pluralismo Brasileiro na Berlinda. **Revista Etnográfica**, v. 8(2), p.165-183.

SELLERA, Carlos Alberto Cyrillo e GHORAYEB, Nabil (2005). Esporte nas Grandes Altitudes. **Revista Socesp Cardiologia**. São Paulo, n. 3, v. 15, maio/jun., p.220-225.

SILVA, Sidney Antonio da (1999). Estigma e mobilidade: o imigrante boliviano nas confecções de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População – REBEP**, n.1/2, v.16, jan./dez.

_____ (2000). Ser Passante em São Paulo: Prática Ritual entre os Imigrantes Bolivianos. In: SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Nilma L. (orgs.). **Antropologia e história: relações de fronteira**. Belo Horizonte: Autêntica, p.173-189.

_____ (2005a). **Bolivianos: a presença da cultura andina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____ (2005b). A Praça é Nossa. Faces do Preconceito num Bairro Paulistano. **Travessia – Revista do Migrante**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, n.51.

_____ (2006). Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, n. 57, v. 20, maio/ago.

XAVIER, Iara Rolnik e CYMBALISTA, Renato (2007). A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole (PUC-SP)**, v. 17, p.119-133.

Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística

Alex Manetta

A redação desse artigo teve como principal motivação o estudo e a aplicação da metodologia “análise do discurso da mídia jornalística”, no sentido de evidenciar as influências da veiculação cotidiana de notícias na geração/manutenção de estereótipos relacionados à presença de bolivianos no Brasil. O texto tem início com uma contextualização do fenômeno da mobilidade internacional sul-americana, destacando-se as características da dinâmica migratória de bolivianos com destino no Brasil. Para tanto, foi feita uma breve revisão da bibliografia especializada no tema. A abordagem segue através de uma discussão teórica à respeito da metodologia “análise do discurso” e suas especificidades relativas ao discurso da mídia jornalística. Na sequência foi analisado o discurso contido em 16 notícias, selecionadas segundo critérios pré-estabelecidos, cuja temática principal seria a presença de bolivianos em território brasileiro. O artigo finda com uma análise geral do tema em questão, quando são ressaltados os principais vínculos observados entre o discurso da mídia jornalísticas e a geração/manutenção de estereótipos relacionados aos bolivianos no Brasil.

Considerações iniciais

De acordo com Villa (1996), a informação recopilada pelo IMILA¹ permitiu a identificação de dois padrões de migração internacional na América Latina: um externo e outro interno. O primeiro padrão predominou, pelo menos até os anos 1990, em termos numéricos e envolveu um grupo populacional relativamente mais escolarizado, tendo como destino preferencial os Estados Unidos e países da Europa. O segundo padrão revelou movimentos crescentes de grupos populacionais pouco escolarizados entre países vizinhos. Vários estudos, dentre eles Peres (2009), Manetta (2009), Baeninger (2008), Souchaud e Fusco (2008), Barbieri (2007) e Souchaud e Carmo (2006) têm identificado uma diversificada mobilidade espacial da população em regiões fronteiriças brasileiras e sul-americanas, confirmando a importância contemporânea dos deslocamentos entre países vizinhos.

As características daqueles deslocamentos sugerem a emergência de áreas dinamizadas internamente por movimentos cotidianos de tipo transfronteiriço ao mesmo tempo em que são inseridas em movimentos mais amplos de mobilidade e de redistribuição espacial da população². Dentre os vários fenômenos da mobilidade espacial interna da população sul-americana chama-se atenção para as evidências de uma crescente presença de bolivianos no Brasil, fato que tem recebido a atenção sistemática de estudiosos.

A Bolívia tem sido qualificada como um país com tradição na emigração internacional, cujos deslocamentos apresentaram, durante décadas, destinos preferenciais na Argentina (PELLEGRINO, 2001 e ONU, 2006). Hoje, porém, a emigração de bolivianos se diversificou e dá indícios a crescentes deslocamentos com destino em cidades brasileiras. A presença de bolivianos no Brasil seria um exemplo do incremento das migrações de tipo fronteiriço na América do Sul, cuja importância estaria mais em seus aspectos qualitativos do que quantitativos (BAENINGER, 2008). Apesar do volume limitado de imigrantes bolivianos que tem o Brasil como destino, esse tem sido um contingente cada vez mais presente no contexto urbano e metropolitano nacional, incentivando

¹ IMILA é um projeto desenvolvido pelo CELADE para o estudo dos fenômenos migratórios na América Latina. Tem como fonte básica de informação os censos nacionais de população.

² Patarra (1996 e 2005) ao analisar a posição do Brasil nos processos contemporâneos de migração internacional, fala sobre evidências de crescentes inserções nacionais nos fluxos internacionais, processo cujas maiores motivações se encontram em aspectos mais amplos de reestruturções sócio-econômicas internacionais e de busca por melhores condições de vida.

processos de crescimento populacional e de intensificação da mobilidade em localidades fronteiriças.

Além do incremento de bolivianos nas regiões metropolitanas (RM's) de São Paulo e do Rio de Janeiro, a presença daquela população tem ocorrido fortemente em áreas urbanas fronteiriças nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. No caso dos bolivianos residentes em Corumbá (MS), por exemplo, os migrantes procuram, na zona imediata à fronteira internacional, vantagens em termos de trabalho e de aquisição de renda, além do acesso aos serviços no maior e mais diversificado núcleo urbano regional (MANETTA, 2009; SOUCHAUD e FUSCO, 2008). Em Corumbá a permanência de bolivianos se vê facilitada pelo baixo controle exercido na fronteira, assim como pelo estatuto oficial da faixa de fronteira (Lei nº 6.634 de 02/05/79) que permite aos vizinhos morar, trabalhar e estudar no Brasil. Essas são características que concorrem para a inserção daquela cidade como espaço de trânsito de bolivianos no Brasil (SOUCHAUD e CARMO, 2006).

Através das informações possibilitadas pelo banco de dados da ENCOR³, avaliou-se que muitos dos imigrantes bolivianos residentes em Corumbá, antes de atravessarem a fronteira com o Brasil, protagonizaram uma intensa migração interna na Bolívia, destacando-se o papel daquela cidade na dinâmica migratória boliviana, numa outra posição que não a de “migração de vizinhança”, tão comum em áreas fronteiriças. Foram reconhecidos efeitos de diversas ondas migratórias empreendidas durante cerca de 50 anos e que continuam ainda em vigor (PERES, SOUCHAUD e BAENINGER, 2008 e PERES, 2009). A presença crescente de bolivianos no Brasil, seja em regiões metropolitanas ou em cidades fronteiriças, tem sido encarada como um dos reflexos do deslocamento massivo de populações em direção aos centros urbanos nacionais e ao oriente boliviano⁴ (INE, 2003 e SOUCHAUD e CARMO, 2006), movimento esse ligado a uma intensa e histórica busca por melhores condições de vida (ONU, 1998).

³ A pesquisa ENCOR foi realizada em Corumbá em outubro de 2006 e seu questionário da pesquisa foi aplicado de acordo com o método ‘bola de neve’ junto a 215 domicílios, nos quais pelo menos um chefe tenha nascido na Bolívia. Não se trata, por conseguinte, de uma amostra representativa da migração boliviana em Corumbá e ainda menos no Brasil (PERES, SOUCHAUD e BAENINGER, 2008).

⁴ Entre 1976 e 2001 foram observadas importantes alterações na distribuição populacional boliviana, período no qual alguns departamentos tiveram seus percentuais reduzidos em relação ao total da população boliviana (Chuquiásca, La Paz, Oruro e Potosí) enquanto que outros apresentaram acréscimos nesse percentual (Cochabamba, Tarija, Santa Cruz e Beni). Pando foi o único departamento que se manteve com um percentual praticamente equivalente nos três últimos censos (INE, 2003).

Xavier (2010), por exemplo, trabalha com a hipótese de que a cidade de El Alto, localizada nas imediações da capital La Paz, seria a principal origem dos imigrantes bolivianos residentes na RM de São Paulo (RMSP). El Alto é uma cidade cujo rápido crescimento, especialmente entre 1976 e 1986 (taxa de 9,0 % a.a.), está ligado ao intenso deslocamento interno da população boliviana. Aquela cidade foi diagnosticada como o principal “reservatório populacional” do departamento de La Paz, acumulando a dupla função de atração migratória e centro de redistribuição de migrantes, muitos dos quais se dirigem a RMSP, já com uma experiência urbana anterior. Apesar de a imigração boliviana hoje apresentar uma distribuição espacial diversa no território nacional (SOUCHAUD, 2010 *apud*. XAVIER, 2010), o maior contingente daquele grupo migratório está concentrado na RMSP, especialmente na cidade sede⁵.

Silva (1997) já apontava que a imigração de bolivianos em São Paulo não é um fenômeno recente. No entanto, foi somente a partir da década de 1980 que o volume desses imigrantes passou a crescer e a mudar de perfil. Hoje a maioria dos bolivianos que reside em São Paulo é pobre, pouco qualificada e atua preferencialmente nos ramos de confecção ou de comércio. Ao abordar o caso de um grupo de bolivianos residente em São Paulo, o autor descreve como aquela comunidade sofre dificuldades de inserção na metrópole paulista, processo agravado inclusive por um processo de estigmatização de comunidades bolivianas por membros da comunidade local.

Embora os bolivianos residentes em São Paulo sejam culturalmente diversos⁶ (quéchuas, aimarás ou guaranis), eles são identificados como um grupo homogêneo, através da atribuição de estereótipos. Aquela comunidade acaba por sofrer um processo de estigmatização em várias ordens, como: a ordem *sócio-cultural* (pessoas de pouca cultura e possíveis traficantes), a ordem *étnica/racial* (generalizados como índios) e a ordem *jurídica* (indocumentados/clandestinos) (GOFFMAN, 1975 *apud*. SILVA, 1997). O processo de estigmatização de comunidades como as de bolivianos residentes em São Paulo tende a ocorrer em várias partes do Brasil, não somente através da articulação entre indivíduos das comunidades locais onde a presença de bolivianos tem sido mais notável, mas, e sobretudo,

⁵ Apesar das evidências de evolução qualitativa das formas da migração (sentido Bolívia-Brasil) as discordâncias entre dados oficiais e as estimativas sobre o volume de bolivianos residentes em cidades brasileiras não permitem uma avaliação mais precisa sobre sua distribuição espacial.

⁶ Observa-se que nas festas populares bolivianas em São Paulo, são vários os ritmos e bailes folclóricos que representam as diversas regiões do país e que demarcam as diferenças culturais internas (SILVA, 1997).

através de mensagens cotidianamente veiculadas pela imprensa, fato que tende a expandir esse tipo de estigma para além das relações cotidianas de convivência e da observação imediata.

Feitas essas considerações, coloca-se o questionamento que motivou a redação desse artigo: pode o discurso veiculado pela mídia jornalística contribuir com a formulação e a manutenção de *estereótipos*⁷ relacionados à presença de bolivianos no Brasil? Para responder a essa pergunta utilizou-se como metodologia a análise do discurso da mídia jornalística, ao ser analisado o discurso contido em notícias que abordam a presença de bolivianos no Brasil, veiculadas pelo portal de notícias G1 (Globo) entre 01 de janeiro e 27 de maio de 2011. Antes da análise proposta segue uma breve discussão teórica cujo objetivo é a geração de subsídios capazes de auxiliar a aplicação da metodologia em questão.

Discussão teórica

A análise do discurso é uma disciplina cujo foco se mantém no estudo teórico-metodológico da linguagem e do uso da linguagem. Existem várias linhas de pesquisa e cada qual utiliza vários níveis de descrição, como a gramática e a retórica, por exemplo. Nesse tipo de análise caracterizam-se aspectos importantes do discurso como as formas de oração e os significados das palavras, das expressões e das falas. Suas inter-relações demandam análises e descrições em níveis micro e macro-estruturais. Assim, a análise do discurso abarca mais do que a mera descrição das estruturas textuais e supõem uma intenção do texto em seu contexto de produção e de difusão. Desse modo, o uso de um discurso pode ser considerado um ato social com consequências sociais (DIJK, 1990). Através dessa metodologia procura-se avaliar se os processos de produção e de entendimento do discurso jornalístico, ou seja, das notícias veiculadas pela mídia, tendem a influir - ou não - na geração e na manutenção de estereótipos relacionados aos bolivianos no Brasil.

A notícia

O relato jornalístico caracteriza-se como uma classe específica de discurso público, sua análise deve levar em conta tanto a produção quanto a compreensão

⁷ Nesse trabalho o termo estereótipo é entendido como um conceito ou modelo previamente estabelecido, frequentemente relacionado ao estigma e à formas de preconceito.

das notícias por parte dos leitores. O conceito geral de notícia significa uma nova informação sobre fatos políticos, sociais ou culturais, ou ainda, uma nova informação sobre fatos recentes. Assume-se que a veiculação cotidiana de notícias tende a influenciar a opinião pública, chegando mesmo a direcionar a formulação do senso comum (DIJK, 1990).

O discurso jornalístico caracteriza-se como parte do complexo processo de comunicação de massas. A produção de notícias supõe atividades e inter-relações que envolvem a rotina profissional de jornalistas e de editores. A natureza institucional da fabricação de notícias deve também receber atenção, assim como valores e ideologias socialmente compartilhados (DIJK, 1990). Como mencionado há a necessidade de que sejam abordados os principais processos envolvidos na produção e na compreensão da notícia. Esse trabalho resume-se ao estudo do conteúdo de notícias relacionadas à presença de bolivianos no Brasil e seu potencial de geração ou manutenção de estereótipos. Desse modo será dada maior atenção ao processo de compreensão das notícias por parte dos leitores, ficando a análise da produção e da difusão das notícias em segundo plano.

A compreensão da notícia

A produção e a compreensão de notícias são processos que articulam vários níveis de conhecimento. A leitura seguida de notícias sobre temas específicos, por exemplo, tende a incentivar nos leitores a construção de modelos mentais sobre aquele determinado tema. Nesse sentido surge a necessidade de uma distinção entre conhecimento *geral* e conhecimento *específico*, lembrando que um tende a reforçar o outro e mais, um pode derivar do outro. O conhecimento geral de um tema permite aos jornalistas a formulação apenas daquela informação mais específica e que os leitores não conhecem previamente. O conhecimento geral, relacionado às crenças, opiniões, atitudes e ideologias socialmente compartilhadas, permite, portanto, o entendimento de informações específicas sem a necessidade de maiores explicações (DIJK, 2002).

A diversidade do conhecimento envolvido na produção e no entendimento do discurso jornalístico revela, no entanto, a necessidade de uma tipologia mais detalhada (DIJK, 2002):

- *conhecimento pessoal*. De caráter privado, só pode ser compartilhado mediante a comunicação interpessoal e não pode ser pressuposto sem uma avaliação prévia;

- *conhecimento social* ou *de grupo*. Socialmente compartilhado e só pode ser pressuposto dentro de grupos sociais específicos;
- *conhecimento cultural*. Pode ser pressuposto em esferas mais amplas da sociedade e situa-se muito próximo ao *senso comum*. Constitui a base de toda a cognição social;
- *conhecimento especializado*. De caráter profissional. Muitas vezes se torna geral quando amplamente compartilhado.

As notícias veiculadas pela imprensa normalmente tratam de eventos específicos. O entendimento desses eventos significa a construção de modelos mentais segundo os quais os leitores interpretam o texto e os fatos relatados de forma subjetiva, através de suas experiências e de seu conhecimento. Os modelos de ações e o conhecimento sobre determinados fatos, ao se generalizarem, podem tomar formas e esquemas socialmente compartilhados. Há, no entanto, alguns aspectos desse processo que devem ser sublinhados (DIJK, 2002):

- *variação*. Refere-se ao caráter pessoal e contextual de como as notícias são lidas e de como o conhecimento anterior sobre o tema pode ser ativado;
- *controle*. Refere-se às crenças e aos objetivos dos emissores de notícias, aspectos que podem representar a intenção de controlar a informação que chega ao receptor da notícia. Pode representar também um controle sobre o público que deve, ou não, receber determinada informação.

A compreensão ou a interpretação de notícias presume não só o conhecimento geral ou as crenças pessoais, como também ativa normas e valores socialmente compartilhados que se definem segundo grupos sociais. Supõe-se, em consequência, que na compreensão de textos jornalísticos as pessoas fazem mais que simplesmente compreender o significado de um texto. Formam-se opiniões específicas e também generalizadas sobre um mesmo tema, ligadas à diversidade de funções sociais, de classes, de gênero, de idade e de grupos nacionais ou étnicos. Esse processo pode aplicar-se também à formulação de atitudes do discurso, definidas como prática social (DIJK, 2002). Ou seja, a formulação de opiniões pode subsidiar e justificar a tomada de decisões em esferas públicas ou privadas. Existe, portanto, segundo cada tema, uma diversidade de posicionamentos que pode culminar em opiniões e reações diversas, dentre elas, o preconceito, a discriminação e o estereótipo, por exemplo.

A percepção, a interpretação e a avaliação de notícias são processos que tendem a proporcionar a formulação de valores e de opiniões que não estejam

baseadas na observação imediata (DIJK, 2002), tanto sobre fatos como sobre pessoas ou grupos de pessoas. Dessa maneira a veiculação de notícias pode estar na base da produção e da manutenção de estereótipos relacionados a determinados grupos sociais. Por esse motivo optou-se pela análise do discurso contido em notícias sobre bolivianos no Brasil. A busca das notícias ocorreu através da utilização da palavra-chave “bolivianos”. Foram escolhidas aquelas notícias que relatavam fatos cuja ocorrência mantenha relação com a presença de bolivianos em território brasileiro. No período que abrange os primeiros meses de 2011 (entre 01 de janeiro e 27 de maio) foram selecionadas 16 notícias que abordam fatos distintos, cujos títulos seguem abaixo:

- 1) (27/05/2011) Brasil tem 20 mil trabalhadores em situação próxima à escravidão;
- 2) (20/05/2011) Mulher é presa com 5,4 quilos de cocaína em garrafas térmicas em MS;
- 3) (18/05/2001) PF prende estrangeiros suspeitos de tráfico de drogas em Cumbica;
- 4) (02/05/2011) Bolivianos são presos com mais de meio quilo de cocaína no estômago;
- 5) (26/04/2011) Treze bolivianos são presos com documentos falsos no Paraná;
- 6) (19/04/2011) Bolivianos que transportavam drogas no estômago são presos em SP;
- 7) (18/04/2011) Onze bolivianos são presos com 145 kg de cocaína em MS;
- 8) (29/04/2011) Residentes são obrigados por médicos a trabalhar de graça em MG;
- 9) (13/03/2011) PF e Força Nacional apreendem cocaína com boliviano em MS;
- 10) (10/03/2011) Boliviano é preso por exercer medicina ilegalmente;
- 11) (25/02/2011) Bolivianos são detidos com folhas de coca no interior de SP;
- 12) (20/02/2011) Três são presos por tráfico de drogas no Amapá;
- 13) (04/02/2011) Polícia encontra bolivianos em situação análoga à de escravos em SP;
- 14) (24/01/2011) Dois peruanos são presos após matar boliviano em SP;
- 15) (21/01/2011) Barracos são derrubados em área de risco na Zona Sul de SP;
- 16) (17/01/2011) Bolivianos são presos com cocaína no estômago em rodoviária de SP.

A temática das notícias

Uma breve análise dos títulos das notícias selecionadas é capaz de revelar a predominância de temáticas que tendem a gerar associações frequentes entre bolivianos e o crime, a informalidade e a contravenção. Tal fato pode ser confirmado pela utilização frequente, nos títulos das notícias, de termos como polícia, traficante, drogas (cocaína), prisão, suspeitos, assassinato, documentos falsos e etc., todos eles pejorativos e, nesses casos, vinculados à nacionalidade boliviana.

Essa afirmação está baseada também no fato de que metade das notícias selecionadas (08 de um total de 16) traz relatos sobre bolivianos presos por tráfico de drogas (20/05/2011; 18/05/2001; 02/05/2011; 19/04/2011; 18/04/2011; 13/03/2011; 20/02/2011 e 17/01/2011). Duas notícias apresentam casos de bolivianos acusados pelo exercício ilegal de medicina (29/04/2011 e 10/03/2011) enquanto que outra notícia aborda a prisão de bolivianos por porte de documentos falsos (26/04/2011). Há ainda uma notícia sobre o assassinato de um boliviano por dois peruanos (24/01/2011).

A presença de bolivianos no Brasil tem sido ainda frequentemente relacionada a situações humilhantes ligadas à miséria e a formas de escravidão contemporânea. Uma das notícias selecionadas aborda o caso de uma boliviana que teve seu barraco derrubado em área de risco na zona sul de São Paulo (21/01/2011). Duas notícias relatam sobre trabalhadores bolivianos vivendo em situação de escravidão (27/05/2011 e 04/02/2011). Em um desses casos bolivianos são retratados como exploradores de seus compatriotas. Há ainda uma notícia (25/02/2011) que relata a prisão de motoristas bolivianos apanhados com folhas secas de coca, cujo consumo está ligado a hábitos ancestrais de populações andinas. O porte daquelas folhas, no entanto, é considerado crime no Brasil, mesmo que seja inviável o transporte de folhas secas de coca com o objetivo de comércio ou de refino. Os motoristas foram indiciados e responderão como criminosos.

Cria-se, dessa forma, uma associação, através da mídia jornalística, entre bolivianos e aspectos sociais negativos com tendência à geração e manutenção de estereótipos ligados às pessoas daquela nacionalidade. Torna-se fácil, então, associar bolivianos às manifestações sociais indesejáveis que ocorrem nas cidades brasileiras, como a miséria, a violência ou tráfico de drogas. Para uma análise um pouco mais aprofundada sobre o discurso contido nas notícias selecionadas foram reproduzidos alguns trechos, de forma ilustrativa:

“Uma boliviana de 41 anos foi presa com 5,4 quilos de cocaína nesta quinta-feira (19) na BR-262, em Corumbá (MS)... a boliviana foi encaminhada com a droga para a Delegacia de Polícia Federal...” (20/05/2011).

“A polícia de Cajamar (SP) prendeu na noite de ontem um rapaz boliviano por falsidade ideológica. Ele usava o nome e o registro do Conselho Regional de Medicina (CRM) de outro médico para exercer a profissão no País...” (10/03/2011).

“Treze homens bolivianos foram presos com documentos falsificados... em Santa Terezinha de Itaipu, na região Oeste do Paraná” (26/04/2011).

Esses três primeiros trechos selecionados de notícias põem mais uma vez em evidência a relação estabelecida pelo discurso jornalístico entre bolivianos, a contravenção e o crime. No primeiro caso estabelece-se uma associação entre bolivianos e o tráfico internacional de drogas, tema mais que recorrente quando o assunto é o boliviano na mídia brasileira. O segundo caso é sobre a utilização, por um boliviano, de um registro do Conselho Regional de Medicina de outro médico⁸, enquanto que o terceiro caso reflete a clandestinidade em que vive a maior parte dos bolivianos residentes no Brasil. Nos três casos o lugar do boliviano está nas páginas policiais.

Outros dois trechos selecionados evidenciam, respectivamente, a criminalização, no Brasil, de um hábito presente em vários países sul-americanos (o de mascar folhas secas de coca), e a escravização de bolivianos em uma lavanderia, cujos exploradores são também bolivianos, numa atitude agravada pela constatação de um crime ambiental, caracterizado pelo cativo de uma arara sem licença do IBAMA. O último trecho apresentado faz referência a um ato de violência protagonizado por dois peruanos contra dois bolivianos, que culminou em um óbito. A reportagem atribui tal ato às disputas por trabalho (entre peruanos e bolivianos), “recorrentes” na região central de São Paulo.

“Três bolivianos foram detidos com folhas de coca na região de Araçatuba (SP)... os homens se revezavam na condução do veículo e disseram à polícia que mascavam as folhas para ficar acordados. Apesar de ser uma prática

⁸ Naquela notícia não está claro se o boliviano acusado por exercício ilegal da profissão tinha formação em medicina em alguma faculdade boliviana. Notícias recentes (Portal de Notícias G1, 25/07/2011) têm abordado as dificuldades de reconhecimento, em território brasileiro, de diplomas e certificados emitidos na Bolívia, fato que tende, mais uma vez, a dificultar a inserção social do boliviano no Brasil, mesmo quando se trata de pessoas profissionalmente qualificadas.

comum na Bolívia, a polícia informou que o porte desse material no Brasil é considerado crime” (25/02/2011).

“Polícia encontra bolivianos em situação análoga à de escravos em SP... durante a operação, uma mulher que, de acordo com a polícia, é filha dos proprietários da lavanderia, foi levada para a delegacia. Os pais dela, que também são bolivianos, estão em viagem pelo país vizinho... na lavanderia, foi apreendida ainda uma arara sem licença do Ibama” (04/02/2011).

“... dois peruanos... foram detidos, no início da noite de ontem após atirarem contra... dois bolivianos... na região da Luz, no centro de São Paulo... de acordo com a polícia, o crime ocorreu por causa de uma briga anterior, quando um dos peruanos foi esfaqueado. Os peruanos e bolivianos disputam espaço para trabalho na região” (24/01/2011).

Discurso da mídia jornalística e a produção de estereótipos

Esse breve trabalho é capaz de evidenciar uma visão apresentada pela mídia jornalística que atribui um teor problemático à presença de bolivianos no Brasil, fato que acaba por gerar, ou manter, associações frequentes entre bolivianos e práticas sociais indesejáveis ou moralmente inaceitáveis. Tal associação tende ainda a reforçar a formulação de estereótipos, em relação às pessoas daquela nacionalidade, que circulam ou que passam a residir em cidades brasileiras. As opiniões formuladas ou sustentadas com base no discurso jornalístico tendem, portanto, a associar os bolivianos à miséria e ao crime, por exemplo, ignorando outros aspectos não veiculados pela mídia e também relacionados à presença de bolivianos no Brasil.

As condições adversas enfrentadas na Bolívia, ou mesmo durante as diversas etapas migratórias empreendidas até a chegada e estabelecimento no Brasil, não são aspectos levados em conta já que são ignorados no processo de produção e de veiculação de notícias. Em outras palavras, o boliviano, no senso comum, acaba por tornar-se indesejável, com uma trajetória pessoal que não têm importância para membros da comunidade local.

Silva (2006:1) afirma que os imigrantes bolivianos, ao chegarem no Brasil, frequentemente carregam consigo *“sonhos de uma vida melhor para si e suas famílias, de obter sucesso econômico rápido e de regressar vitorioso, o quanto antes, à sua terra natal...”*. As promessas de boas oportunidades, no entanto, tendem a se transformar, na maioria das vezes, em frustração e humilhação. Da mesma forma que os sonhos

e os projetos pessoais frustrados são ignorados pela grande mídia, os casos de bolivianos que obtiveram sucesso também são fato que contribui com a veiculação apenas de aspectos negativos relacionados à presença de bolivianos no Brasil.

O conhecimento mais específico da realidade daquela comunidade tende a manifestar-se apenas em meios mais restritos, ou seja, dentro das próprias comunidades ou em círculos mais especializados no estudo e no suporte aos imigrantes. Desse modo o discurso veiculado pela mídia jornalística tende a reforçar, quando não gera, estereótipos relacionados aos bolivianos no Brasil.

Considerações finais

É importante salientar que esse trabalho ignora e omite vários aspectos importantes no que diz respeito à análise do discurso da mídia jornalística e às formas de preconceito contra bolivianos no Brasil. Apesar de seus limites essa análise é capaz de evidenciar uma associação persistente entre bolivianos, o crime, a miséria e a contravenção, nas notícias avaliadas. A ausência de notícias com teor mais diversificado e que tenham bolivianos como “protagonistas” fica evidente também, deixando a impressão de que se fossem analisadas notícias veiculadas no mesmo portal (G1), mas em outro período, a temática das notícias não se alteraria em sua essência.

Os produtores de notícias poderiam argumentar que apenas relatam fatos; no entanto, é fato também que em uma redação de um jornal, ou de qualquer outro tipo de mídia, há um direcionamento na temática das notícias que devem ser divulgadas conforme o público alvo, o momento vivido ou o poder de venda inerente a cada tema ou manchete publicada. Dado o caráter sensacionalista da grande mídia e a intensidade do tráfico internacional de cocaína entre Brasil e Bolívia, o boliviano acabou por ganhar um lugar de destaque nas páginas policiais de periódicos brasileiros, fato que não corresponde à realidade da maior parte dos bolivianos que vive ou que circula em território brasileiro.

Referências

BAENINGER, Rosana (2008). O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. In Centro de Gestão e estudos Estratégicos **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e as migrações internacionais**. CGEE, Brasília-DF.

BARBIERI, Alisson F. (2007). Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. p.225-246 in **Revista Brasileira de Estudos de População**, 24:2.

DÍJK, Teun A. van (1990). **La noticia como discurso Comprensión, estructura y producción de la información**. Paidós Comunicación.

DÍJK, Teun A. van (2002). **El conocimiento y las noticias**. Quaderns de filologia. Estudis de Comunicació. v. 1, p.249-270.

GOFFMAN, E. (1975). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores.

INE (2003). **Bolívia: características sociodemográficas de la población**. INE, La Paz-Bolívia.

MANETTA, Alex. **Dinâmica populacional, urbanização e ambiente na região fronteira de Corumbá**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP (2009).

ONU (1998). **Bolivia: un examen de la migración internacional en la comunidad andina usando datos censales**. Naciones Unidas, Santiago de Chile.

PATARRA, Neide L. (1996). Introdução. In PATARRA, N. L. (Org.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. FUNAP, Campinas-SP.

PATARRA, Neide L. (2005). Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo. p.23-33 in **São Paulo em Perspectiva**, 19:3.

PELLEGRINO, Adela (2001). **Migrantes latino-americanos y caribeños: síntesis histórica y tendencias recientes**. CEPAL, Santiago de Chile.

PERES, Roberta G., SOUCHAUD, Sylvain e BAENINGER, Rosana (2008). Mulheres na fronteira Brasil – Bolívia: primeiros resultados. In **Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu-MG.

PERES, Roberta Guimarães (2009). **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá – MS**. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP (2009).

SILVA, S. A. da (1997). **Costurando sonhos – trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo** (São Paulo, Editora Paulinas).

SILVA, S. A. da (2006). Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Revista Estudos Avançados**. p.157-170, 20 (57).

SOUCHAUD, S. (2010). A imigração boliviana em São Paulo. In: H. Póvoa Neto, A. P. Ferreira, *et al* (Ed.). **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**. Rio de Janeiro: NIEMUFRJ/Garamond.

SOUCHAUD, Sylvain e CARMO, Roberto L. do. (2006). Migração e mobilidade no Mercosul: fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. In **Anais XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Caxambu – MG** .

SOUCHAUD, Sylvain e FUSCO, Wilson (2008). Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia. In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e as migrações internacionais**. CGEE, Brasília-DF.

Portal de Notícias G1 (25/07/2011). **Maioria dos formados na Bolívia não consegue revalidar diploma no país**.

VILLA, Miguel (1996). Uma nota acerca Del proyecto de investigación sobre migración internacional em latinoamerica – IMILA. In PATARRA, Neide L. (Org.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. FUNAP, Campinas-SP.

XAVIER, Iara Rolnik (2010). **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas -SP.

Imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos*

Roberta Guimarães Peres

Talvez o maior desafio que se coloca aos pesquisadores da migração sejam as fontes de dados. É claro que, em contextos sociais, culturais, econômicos e demográficos cada vez mais complexos, é imprescindível que se realize um debate teórico que busque, através da interdisciplinaridade, um olhar mais específico sobre o fenômeno migratório estudado. No entanto, os obstáculos metodológicos se colocam invariavelmente aos pesquisadores do tema.

O objetivo deste texto é, portanto, trazer à tona esses obstáculos e desafios, buscando os limites e as possibilidades de fontes de dados disponíveis para o estudo da migração, bem como apresentar os resultados de uma pesquisa de campo específica para o estudo da migração boliviana na fronteira entre Brasil e Bolívia.

* Trabalho desenvolvido do âmbito do Projeto Temático Fapesp “Observatório das Migrações em São Paulo: Fases e Faces do Fenômeno Migratório no Estado de São Paulo”, sob coordenação da Prof^a. Dra. Rosana Baeninger, ao longo do pós-doutoramento também com bolsa Fapesp.

Migração Internacional e fontes de dados: limites e possibilidades

Um dos principais debates sobre estudos de fluxos migratórios são justamente as fontes de dados a serem utilizadas, suas vantagens e limites. No caso brasileiro, reflexões metodológicas apontam para os censos demográficos como fonte de dados de primeira importância (Carvalho, 1996) e, ao mesmo tempo, com lacunas que distanciam o pesquisador da captação de um fluxo migratório em todas as suas especificidades e transformações observadas no contexto mundial, e especialmente na América do Sul (Pellegrino, 1992). Segundo Maguid (1995, p.194),

É interessante que comecemos a discutir, entre os países da América do Sul, a possibilidade de se criar metodologias inovadoras que nos permitam realmente captar as mudanças que se operam e as que vão ocorrer com relação às características da mobilidade territorial da população em um novo cenário mundial.

Maguid (1994) ressalta os censos demográficos como importantes fontes de dados para o estudo do estoque de migrantes estrangeiros. O fato de “retratar” um momento específico – uma fotografia – não permite, no entanto, que só a partir do censo o pesquisador tenha acesso a todo um movimento migratório dinâmico e complexo. Segundo o autor há ainda importantes faces desta fonte de dados:

Quanto à cobertura, o censo a tem como principal vantagem sobre outras fontes, porque propicia resultados para agregações espaciais pequenas no interior dos países. Tem também limitações, quando dá informações do estoque de migrantes e não sobre a quantidade de migrações. Em alguns casos, pode não captar a migração ilegal. (Maguid, 1995, p.197)

Por outro lado, há uma importante vantagem: é possível apreender as mesmas características sócio-demográficas de migrantes em momentos específicos e também do restante da população brasileira, tornando compatíveis os dados de diferentes grupos.

Sala (1995, p.47) chama a atenção para outra vantagem dos censos demográficos como fontes de dados para o estudo de fluxos migratórios:

Em relação a outras fontes de dados, como os registros de entradas e saídas de pessoas nos postos fronteiriços, os censos demográficos apresentam a vantagem da mensuração simultânea no território

nacional. A sua metodologia é conhecida e o grau de sub-registro da população (sem distinção por origem migratória) pode ser estimado a partir de inquéritos pós-censitários.

Maguid (1995) também apresenta como fonte tradicional os registros de entradas e saídas, “cujas limitações quanto à qualidade e à cobertura são conhecidas na maioria dos países”. Outra fonte destacada pelo autor por suas possibilidades e o potencial analítico são as pesquisas de domicílio, escassamente utilizadas para a análise da migração internacional. Hakkert (1996) também destaca as PNADs como fontes alternativas e complementares de dados para migração.

O debate mais recente sobre a utilização de fontes de dados secundários questiona as reais possibilidades de se captar um fluxo migratório por completo a partir de dados resultantes de censos demográficos (Maguid, 1995). O incremento da complexidade dos fluxos migratórios já desde meados do Século 20 e as transformações do próprio conceito de migração forçam os pesquisadores a buscar outras fontes de dados capazes de apreender de maneira mais abrangente – e sensível a essas especificidades – seus objetos de estudo, bem como refletir sobre os conceitos utilizados.

O debate paralelo sobre as fontes de dados para estudos migratórios e também sobre a necessidade de discutir conceitos utilizados – tanto nas fontes como nos estudos – é reforçado por Sala (2005, p.49), ao afirmar que “atualmente, os movimentos migratórios internacionais regionais apresentam menor duração, maior frequência de traslados e menor presença de deslocamentos definitivos”.

Como captar essas transformações através de censos demográficos? É este o principal limite para se estudar fluxos migratórios como o de bolivianos para Corumbá. Ainda que seja um fenômeno social forjado por meio século de história, o fluxo de bolivianos para Corumbá também apresenta transformações que mudaram a face dos estudos de migração. Assim, as especificidades deste fluxo exigem uma discussão metodológica sobre a fonte de dados a ser utilizada para captar com maior precisão sua dinâmica, bem como uma discussão teórica, sobre qual – ou quais – aporte teórico utilizar para explicar um fluxo migratório tão complexo.

Este texto visa contribuir com o debate apresentando uma fonte de dados especificamente desenvolvida para o estudo deste fluxo migratório, as vantagens da realização de uma pesquisa desta natureza para os estudos de migração, bem como os resultados que podem preencher as lacunas deixadas pelos censos demográficos.

Encuesta Corumbá¹: a importância de uma pesquisa de campo

Ainda que o debate teórico acerca dos estudos de migração tenha proporcionado avanços significativos para a captação e o entendimento de fluxos migratórios não somente fixados na ideia da mudança definitiva de residência, é através do debate metodológico que esses avanços se refletem. A busca por outras fontes de dados que possam captar fluxos migratórios cada vez mais dinâmicos nada mais é do que uma das consequências deste debate teórico que tem ajustado o foco dos pesquisadores diante de um fenômeno social tão complexo como a migração. Segundo Januzzi (2000, p.39)

Até pouco tempo atrás, diferentemente do que ocorria nas duas grandes áreas da Demografia – Fecundidade e Mortalidade – havia uma grande lacuna na produção de dados sobre migração no país e no Estado de São Paulo, característica esta aparentemente frequente em países do Terceiro Mundo, como sugere Bilsborrow (1996). De modo geral, não se dispunha no país de fontes de dados que permitissem avaliar mais periodicamente as tendências do fenômeno migratório e menos ainda para investigar de forma mais aprofundada seus múltiplos aspectos.

As reflexões de Carvalho (1996); Martine (1984) e Januzzi (2000) apontam os avanços teóricos nos estudos de migração ocorridos desde meados do Século 20. Compreender que a migração é um fenômeno social de implicações diversas, tanto na origem do movimento quanto no seu destino, causador de diferentes impactos, distribuídos desde esferas privadas, sobretudo nas famílias envolvidas – não somente aqueles que migraram – mas também em esferas macro, como o impacto das remessas, exige uma busca por fontes de dados que deem conta de explicar todas essas faces.

Desta forma, as “fontes de dados tradicionais” (Maguid, 1995) muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos,

¹ O levantamento de campo realizado em Corumbá, em outubro de 2006, teve coordenação dos professores Dr. Sylvain Souchaud e Dr. Wilson Fusco. Situada num projeto mais amplo, “Espaços Migratórios e a problemática Ambiental no Mercosul” de parceria entre o Institute de Recherche pour le Développement e o Núcleo de Estudos de População/ CNPq, esta pesquisa teve o objetivo de investigar o espaço migratório na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, contribuindo para a construção de um instrumento de análise específico para os estudos de migração.

Foi elaborado ao longo do curso de doutorado o Diagnóstico da Pesquisa de Campo realizada em Corumbá, contando com todas as frequências de todas as variáveis disponíveis no banco de dados, relativas a todos os módulos do questionário. Foi a partir da análise das 170 tabelas que compõem este documento que se selecionaram as variáveis para a construção do perfil dos bolivianos captados pela *Encuesta Corumbá*.

não se aplicam a um fluxo migratório de características como o de bolivianos para Corumbá. Dada a sua longa história e todas as transformações observadas, e acima de tudo, por se tratar de um fluxo migratório internacional, faz-se necessário lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos.

A *Encuesta* Corumbá (ENCOR) tem objetivos definidos exclusivamente em torno do espaço migratório entre Bolívia e Brasil; a pesquisa busca justamente preencher as lacunas deixadas pela própria natureza dos dados censitários.

Segundo Souchaud e Fusco (2007, p.2)

A Pesquisa ENCOR tem como objeto o estudo do espaço migratório entre Bolívia e Brasil. Em primeiro lugar, desejamos insistir na formação deste espaço migratório, reunindo dados sobre os domicílios de Corumbá, dos quais pelo menos um dos seus chefes tenha nascido na Bolívia. A caracterização sócio-demográfica dos membros do domicílio, condições de alojamento, de educação, de atividade, associadas aos percursos migratórios dos imigrantes, permitem reconstituir as etapas da migração boliviana em Corumbá, identificar diferentes ondas migratórias, determinar as ancoragens espaciais deste grupo e avaliar as mudanças sociais e familiares às quais a migração internacional contribuiu. Em seguida, quisemos estudar a migração individual perante os contextos familiares e relacionais, e determinar como, a partir de Corumbá, articulam-se eventuais redes sociais de cada lado da fronteira. Às informações sobre os domicílios imigrantes diretamente entrevistados, associamos informações indiretas sobre as migrações dos membros da família estendida (pais, filhos, irmãos) e dos amigos, e sobre a circulação dos imigrantes e as trocas que estes mantêm em ambos os lados da fronteira.

Ao construir os objetivos da pesquisa, as decisões dos coordenadores – de forma direta ou não – estão associadas a diferentes debates teórico-metodológicos nos estudos de migração das últimas décadas. Definir qual a unidade de análise, se o indivíduo ou a família (estendida ou restrita ao domicílio), a decisão por restringir a pesquisa a domicílios em que um dos responsáveis, e não um dos membros, fosse migrante, reunir variáveis que permitam caracterizações sócio-demográficas dos diferentes grupos captados, a importância de trajetórias e estratégias migratórias, bem como a captação de diferentes momentos do fluxo migratório através do tempo (“ondas migratórias”): todos esses vetores que orientaram a construção e aplicação da pesquisa de campo são fruto de avanços

desses debates, e exigem um olhar atento, a fim de melhor compreender e utilizar os dados resultantes desta pesquisa.

Aragon (1984, p.1375) já havia definido a importância do domicílio e da família nos estudos migratórios:

A tese da migração como estratégia familiar sugere a utilização de redes familiares como fontes de coleta de informações sobre fluxos migratórios como um todo. Se é tendência que parentes acompanhem parentes no processo de migração, é lógico que as famílias se constituem como as melhores unidades para coleta de dados. Assim, é necessário desenvolver técnicas e ferramentas que substituam a obtenção de dados de indivíduos por levantamentos domiciliares sobre a mobilidade espacial dos seus familiares, possibilitando o mapeamento de redes e a identificação de fluxos totais².

Tomar como coletiva – sobretudo no âmbito da família – a decisão de migrar é resultado da superação de teorias que restringiam esta decisão a um cálculo racional individual. Modelos econômicos clássicos, principalmente o de forças de atração/expulsão (Ravenstein, 1885), ocultaram fatores que influenciam a decisão de um indivíduo a entrar num fluxo migratório, desde a elaboração das primeiras teorias de migração.

Dada não apenas a tese de parentes seguirem parentes, citada por Aragon (1984), mas outros fatores como os impactos da migração em sua organização, o domicílio é a unidade de análise mais indicada no caso de coleta de dados para o estudo de fluxos migratórios. Segundo Bilac (1995, p.69)

Os estudos sobre migração feminina contribuíram para a crítica das teorias migratórias baseadas nos modelos econômicos clássicos, principalmente as do tipo *push-pull forces*, uma vez que os movimentos migratórios de mulheres não se explicam facilmente como sendo produtos de decisões individuais orientadas por um comportamento economicamente racional.

² Livre tradução da autora. “The thesis of migration as a family strategy suggests the use of kin networks as sources for gathering information about total migration flows. If the tendency for relatives is to follow relatives in the migration process, it stands to reason that families would constitute the best units for data collection. Hence, it should be possible to develop research techniques that obtain surrogate data by surveying household members about the spatial mobility of their relatives, making possible the mapping of family networks and the identification of total flows” (Aragon, 1984, p.1375).

O reconhecimento da entrada das mulheres em fluxos migratórios forçou um avanço teórico que explicasse, além dos motivos de atração ou repulsão econômica, os fatores que levavam mulheres a migrar. As teorias econômicas clássicas não se encaixam neste fenômeno desde o princípio, já que muitas dessas mulheres migrantes nunca trabalharam em seus países de origem (Morokvasic, 2005).

Junto com este reconhecimento (já que não se trata de um fenômeno novo, uma vez que “é preciso reconhecer que as mulheres sempre migraram”, Morokvasic, 2003) surge também a necessidade de compreender por que migram essas mulheres. Estender o olhar à família e às relações de gênero ao longo do projeto migratório iluminou os estudos de migração no sentido “reivindicar transformações radicais nos próprios postulados teóricos sobre as migrações” (Bilac, 1995).

A utilização do domicílio e da família como unidades de análise nos estudos de migração não apenas incorpora as mulheres ao fenômeno, mas também expande o leque de explicações para um determinado fluxo migratório.

As famílias funcionam como unidades de sustentação dos processos migratórios: o padrão, a motivação e as estratégias migratórias são influenciados pelo nível de recursos das residências, pela estrutura de sexo e idade da família, pelos estágios do ciclo de vida familiar (Bilac, 1995, p.71).

Pessar (2000) propõe ainda uma ligação entre os domicílios e demais estruturas de um fluxo migratório, como o mercado de trabalho. Segundo a autora, o status de um domicílio e seus recursos influenciam o projeto migratório desde o seu planejamento e sofrem também os impactos desta migração. A transformação dos papéis de gênero ao longo da migração – dada principalmente à entrada das mulheres do domicílio no mercado de trabalho da sociedade de destino –, mudanças nas formas de organização doméstica e ainda controle diferenciado do orçamento são alguns dos impactos sofridos nos domicílios ao longo do projeto migratório.

Captar um fenômeno social complexo como a migração, com diversas faces mutantes de acordo com o contexto em que está inserido, requer que se abra um leque maior de possibilidades de observação e exploração, a fim de compreender suas nuances e dinâmicas. Desta forma, um indivíduo não poderia fornecer as informações necessárias para a composição deste cenário tão rico e tão complexo. A *Encuesta* Corumbá conta, portanto, com a aplicação de questionários em 215 domicílios, reunindo informações sobre 968 pessoas.

O critério utilizado para selecionar os domicílios a serem entrevistados foi, segundo Souchaud e Fusco (2007), a presença de pelo menos um dos chefes boliviano. Pessar (2000) ressalta a importância das relações com responsáveis de domicílio e de família no estudo das migrações. Segundo a autora, é o responsável quem poderá fornecer informações fundamentais, como sobre tomada de decisões, geração de renda, controle do orçamento doméstico, divisão de tarefas e impressões sobre papéis de gênero. A *Encuesta* Corumbá captou, nos 215 domicílios entrevistados, 134 mulheres e 73 homens responsáveis por domicílios, todos bolivianos³.

Uma vez que são captados na *Encuesta* Corumbá diferentes grupos e não apenas migrantes bolivianos – desta forma o questionário reuniria dados apenas dos responsáveis e não de todos os integrantes dos domicílios – Souchaud e Fusco (2007) optaram por agregar variáveis que pudessem fornecer um contexto sócio-demográfico destes diferentes grupos: “condições de alojamento, de educação, de atividade”, entre outras.

São diversas as variáveis que podem compor um cenário sócio-demográfico de um determinado grupo. Além de dados básicos sobre as condições de infra-estrutura dos domicílios, bem como sexo⁴, idade e lugar de nascimento de todos os residentes, no caso de uma pesquisa realizada exclusivamente para o estudo de um espaço migratório, algumas esferas de variáveis não podem deixar de serem abordadas.

Em função de todos os residentes nos domicílios entrevistados, a *Encuesta* Corumbá levantou dados sobre a relação com chefes de domicílio e família, status conjugal, nível de educação atingido, número de anos de estudo, ocupação, setor de atividade, condições de emprego, renda, línguas nativas e detalhamento do lugar de nascimento (Município, Estado, Departamento, Província, País). É através destas variáveis que se organizou a construção de um perfil sócio-demográfico da amostra, com o objetivo de apresentar as principais características do grupo captado pela *Encuesta* Corumbá, bem como de fundamentar teoricamente as resultantes deste perfil, que compõe o próximo item deste capítulo.

De acordo com Singer (1975), a principal unidade atuante de processos

³ Somados homens e mulheres, tem-se 207 responsáveis por domicílios bolivianos. Entre os 8 restantes, 7 são brasileiros e 1 é peruano, todos homens. Entre os brasileiros, apenas 1 cumpre o critério de seleção para a pesquisa, pois é cônjuge de mulher boliviana responsável pela família. Os outros 6 declaram-se como responsáveis de família e de domicílio. O chefe de domicílio peruano também se declarou como chefe de família.

⁴ Em destaque as variáveis que se encontram no banco de dados resultante da *Encuesta* Corumbá e que serão utilizadas neste capítulo.

migratórios não é relacionada ao indivíduo, mas ao coletivo. Os impactos desses fenômenos, portanto, não podem ser verificados apenas através da inserção individual de um migrante em seu local de destino, mas sim em todo o coletivo atuante ao longo do processo migratório. A coleta de dados indiretos, sobre parentes não residentes no domicílio entrevistado amplia as possibilidades de verificação não somente de impactos da própria migração, mas também capta a existência de redes direcionadas por diferentes vetores – em direção a migrantes residentes no mesmo local de destino, ou em direção à família que permaneceu na origem ou ainda, em direção a outros grupos de migrantes em outros locais de destino.

Associados os dados coletados pela *Encuesta Corumbá* é que foi possível, através desta pesquisa, segundo Souchaud e Fusco (2007)

Identificar, delimitar no tempo e no espaço e caracterizar demograficamente as diferentes ondas migratórias que compõem hoje a comunidade boliviana de Corumbá; situar a imigração boliviana em Corumbá no processo de redistribuição da população que conheceu a Bolívia nestes últimos 50 anos; confrontar as migrações individuais às geografias migratórias familiares e relacionais; verificar, para além da existência eventual de uma “tradição migratória familiar”, se correntes migratórias estão em exercício ou em formação.

Ressalta-se ainda a importância desta pesquisa de campo e de sua metodologia especificamente para o estudo da migração feminina. Ainda que não tenha sido construída para fins específicos de estudo de relações de gênero, a *Encuesta Corumbá* oferece informações fundamentais para este tipo de estudo, sobretudo relacionadas a transformações no domicílio e também à trajetória ocupacional das mulheres migrantes. O cruzamento de informações sobre as mulheres permite ainda que se avance na investigação sobre o ciclo de vida dessas mulheres e suas relações com as diversas etapas migratórias percorridas.

É claro que uma pesquisa de campo deste porte, específica sobre migração, só é possível no âmbito de um projeto mais amplo, com diferentes objetivos a serem atingidos, abrindo margem a diferentes perspectivas e linhas de pesquisa para que se possa esgotar as possibilidades de uma base de dados tão rica e complexa. Este trabalho se propõe, portanto, ao estudo da presença feminina boliviana em Corumbá, suas especificidades ao longo de todo o projeto migratório, desde a saída do lugar de nascimento na Bolívia. Para tanto, além dos dados da

Encuesta Corumbá, foi realizada ainda uma segunda pesquisa de campo⁵, para a realização de entrevistas qualitativas com mulheres bolivianas. Reúne-se um total de 20 entrevistas, num conjunto formado por mulheres que participaram ou não da *Encuesta* Corumbá, a fim de captar diferentes grupos de bolivianas dentro da própria cidade, em diferentes bairros e exercendo diferentes ocupações.

Mulheres bolivianas e Encuesta Corumbá: a busca pelas especificidades da migração feminina

A *Encuesta* Corumbá, no âmbito do projeto mais amplo em que está inserida, bem como dos objetivos traçados por seus coordenadores apresenta como resultante principal um banco de dados permissivo de diferentes perspectivas de análise e olhares sobre o fenômeno da presença boliviana em Corumbá. A natureza desta pesquisa, programada para possibilitar estudos sobre migração na região, expande as possibilidades de análise e aprofunda o conhecimento sobre o fenômeno em diferentes sentidos, representados por diferentes linhas de pesquisa envolvidas no projeto em que está ancorada.

O objetivo é estudar a migração feminina boliviana para Corumbá. Desta forma, a questão “de que maneira se articulam a migração de mulheres bolivianas e seus condicionantes e que tipo de impactos e especificidades se observam deste fenômeno?” se faz central.

Em resposta à metáfora utilizada por de Piore (1979)⁶, Morokvasic (1984) insiste na máxima *Birds of Passage are also women*. Foi apenas a partir de meados dos anos 1980 que relações de gênero passaram a incorporar os estudos de migração de uma maneira sistemática, preocupada com novas definições de conceitos, novas metodologias e reflexões teóricas. O movimento feminista teve um papel importante ao pressionar a academia no sentido de desconstruir o estereótipo do migrante como indivíduo do sexo masculino. Esta primeira mudança – o reconhecimento das mulheres também como protagonistas de fenômenos migratórios – teve uma série de implicações posteriores, até a incorporação das relações de gênero nos estudos de migração. Segundo Boyd e Grieco (2003, p.26)

⁵ Pesquisa de Campo realizada em novembro de 2008, com recursos CNPq-NEPO/ UNICAMP.

⁶ Piore, M.J. *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge. Cambridge University Press, 1979.

Pesquisas nas décadas de 1970 e 1980 começaram a incluir as mulheres, mas sem causar uma dramática transformação nas análises sobre quem migra, nas explicações de fenômenos migratórios e suas prováveis consequências. O avanço nas teorias feministas ao longo das décadas de 1980 e 1990 contribuiu de forma mais efetiva para o ajuste do foco nas relações de gênero e menos nas decisões individuais de homens e mulheres. O mais importante, no entanto, é a perspectiva de que o sexo é biologicamente definido, enquanto que o gênero é “socialmente construído”.⁷

Uma das implicações primeiras das pressões do movimento feminista foi a incorporação da variável “sexo” nos estudos migratórios. A figura do migrante como adulto do sexo masculino é diluída e incrementada com o reconhecimento das mulheres em fluxos migratórios. Segundo Catarino e Morokvasic (2005, p.18)

Por um longo tempo o gênero foi ignorado e o neutro masculino considerado suficientemente legítimo para representar todos os migrantes. Remover as mulheres da invisibilidade tornou-se o objetivo principal de todos aqueles que queriam romper com a imagem de uma migração em que só os homens podiam ser protagonistas e em que as mulheres permaneciam em casa ou submetidas à migração⁸.

Esta primeira mudança de perspectiva frente a fluxos migratórios foi fundamental, mas não suficiente para responder questões como por que um determinado fluxo migratório é predominantemente feminino, ou ainda, que diferentes motivações e estratégias se observam entre homens e mulheres ao longo do projeto migratório e quais os diferentes impactos sofridos e causados por esses migrantes em lugares de origem e destino.

Outros avanços nas teorias de migração proporcionaram a incorporação das relações de gênero às análises: a tomada do domicílio e da família como unidades de análise de primeira importância (Bilac, 1995) transpôs de maneira efetiva o

⁷ Tradução livre da autora. *Research in the 1970s and the 1980s began to include women, but did not cause a dramatic shift in thinking about who migrate, how immigration was explained, or the likely consequences. Ongoing developments in feminist theory throughout the 1980s and 1990s further contributed to a focus on gender, rather than one based on individual decisions of men and women. Most important is the view that while sex is defined as a biological outcome of chromosomal structures, gender is “socially constructed”.*

⁸ Tradução livre da autora. *Pendant longtemps le genre fut ignoré, le neutre au masculin fut considéré comme suffisamment légitime pour représenter tous les migrants. Sortir les femmes de l’invisibilité devint l’objectif premier de celles et ceux qui souhaitaient rompre avec l’image d’une migration où seuls des hommes pouvaient être protagonistes, les femmes, elles, restaient au pays ou suivaient, subissant la migration.*

foco do migrante individual para o coletivo responsável pela tomada de decisões frente a um projeto migratório. A partir destes avanços – a retirada das mulheres da “invisibilidade” em fenômenos migratórios e a incorporação de domicílios e famílias como unidades de análise nas pesquisas – as relações de gênero que permeiam essas instâncias passaram a item de primeira importância na agenda de pesquisas sobre fluxos migratórios.

Segundo Castro (2006, p.65)

Esta abordagem, para além da apresentação da migração feminina, trata das motivações e dos incentivos para migrar, as potencialidades das mulheres para fazê-lo, seu papel em tomadas de decisões, os padrões e tipos de migração, que envolvem também subordinação e autonomia. Também trouxe para o primeiro plano acadêmico questões como o controle diferencial dos recursos materiais e simbólicos, o grau de autonomia nas esferas doméstica e extradoméstica, a liberdade para tomada de decisões e participação social e política, bem como as mudanças e continuidades que podem ser geradas nas relações de gênero em uma situação migratória⁹.

De acordo com Castro (2006), a incorporação das relações de gênero às análises não apenas tira as mulheres da invisibilidade, mas também avança no sentido de explorar outras questões frente ao fenômeno migratório apenas possível através desta abordagem. Diferentes contextos sociais, econômicos, históricos, culturais, étnicos, apresentam por sua vez as mais diferentes questões ao abrigar um fluxo migratório. É preciso reconhecer não apenas esses diferentes contextos e questões, mas também sua sensibilidade frente a uma perspectiva de gênero.

A presença boliviana feminina em Corumbá se apresenta cercada de nuances somente perceptíveis através de uma perspectiva de gênero: as diferentes trajetórias e estratégias utilizadas pelas mulheres para a chegada ao lugar de destino, e ainda as diferentes formas de inserção num espaço migratório de presença histórica boliviana compõem o principal cenário da esfera “extradoméstica” (Castro, 2006).

⁹ Tradução livre da autora. *Este enfoque además de presentar la migración femenina, presenta las motivaciones e incentivos para migrar, las habilidades de las mujeres para hacerlo, su protagonismo en la toma de decisiones, los padrones y los tipos de migración en los que se involucra, las consecuencias dela migración y su subordinación o autonomía. También ha traído al escenario académico temáticas como el control diferencial de los recursos materiales y simbólicos, su mayor o menor autonomía en las esferas domésticas y extradomésticas, el grado de libertad para la toma de decisiones en actividades de participación social y política, así como los cambios y continuidad que se pueden generar en las relaciones de género en una situación migratoria.*

Transformações de papéis de gênero culturalmente estabelecidos (Bourdieu, 2000), no âmbito do domicílio e da família, formam o mais significativo cenário de mudanças na esfera doméstica ao longo do projeto migratório.

Utilizando os dados resultantes da *Encuesta* Corumbá é possível captar essas diferenças e transformações numa abordagem sustentada pela perspectiva de gênero. As trajetórias migratórias, bem como as ocupações exercidas em cada um dos lugares antes da chegada a Corumbá, as estratégias utilizadas para a migração, sobretudo referentes a redes sociais de apoio, e inserção no lugar de destino, permitem a captação de diferenças existentes entre homens e mulheres migrantes ao longo do projeto.

A presença boliviana em Corumbá segundo diferenciais por sexo: ferramentas para uma análise através da perspectiva de gênero¹⁰

Um dos avanços teóricos mais relevantes no campo dos estudos das migrações nos últimos trinta anos é a incorporação da equidade entre homens e mulheres no processo migratório (Morokvasic e Erel, 2003). As experiências dos migrantes – sociais, políticas, econômicas e culturais – apresentam diferenciais por sexo, resultando em relações de gênero reconstruídas ao longo das trajetórias e precisam ser levados em consideração.

Encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades, implica em ignorar complexidades e heterogeneidades. “O atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de novos olhares e perspectivas” (Morokvasic e Erel, 2003, p.15).

Tanto em relação a perspectivas teóricas quanto à própria coleta de dados para estudos de migração, as mulheres são deixadas em segundo plano, como acompanhantes, dependentes ou simplesmente invisíveis nos fenômenos analisados. Massey e Espinosa (1998) constroem em seu estudo uma pesquisa de campo e proposições teóricas para a migração mexicana para os Estados Unidos: a amostra utilizada pelos autores foram homens chefes de domicílios.

¹⁰ São fontes para a análise do fluxo de bolivianas para Corumbá as duas pesquisas de campo qualitativas realizadas em 2008, além do banco de dados resultantes da *Encuesta* Corumbá. Essas pesquisas contaram com o financiamento CNPq/NEPO/UNICAMP e foram realizadas em Corumbá, em novembro de 2008 e em La Paz, Bolívia, em dezembro de 2008.

O questionamento da migração como um fenômeno essencialmente masculino foi uma preocupação do movimento feminista, sobretudo nos anos 1990, a fim não somente de tornar visíveis as mulheres no fenômeno migratório, mas mostrar que padrões, causas, experiências e impactos da migração são diferentes para homens e mulheres (Kofman, 1999; Chant, 1992; Morokvasic 1983; Oso, 1994).

Os estudos migratórios sobre o primeiro foco nas mulheres migrantes trouxeram à tona esses diferenciais por sexo antes ignorados. As diferentes motivações para migrar, estratégias, uso de redes sociais, inserção na sociedade de destino, foram as informações a serem processadas separadamente entre homens e mulheres, o que também forçou mudanças no campo metodológico desses estudos. A dificuldade de obtenção de dados desagregados por sexo foi uma dificuldade a ser superada (Instraw, 1994).

Os primeiros estudos com este enfoque buscaram, então, “compensar” a ausência das mulheres em análises de processos migratórios. Desta forma, a tendência foi substituir relações de gênero pela análise dos diferenciais por sexo em fluxos migratórios. Era preciso, no entanto, superar esta fase compensatória e aprofundar as análises para compreender as transformações nos papéis e relações de gênero ao longo da migração. Segundo Morokvasic e Erel (2003, p.11)

Analisar a migração sob a perspectiva de gênero não significa apenas que as mulheres devem ser acrescentadas onde estavam faltando. Esta perspectiva exige o olhar para processos e discursos na migração envolvendo mulheres e homens e suas relações entre si no domicílio, na comunidade em que estão inseridos e nas relações internacionais¹¹.

É preciso reconhecer, no entanto, que o primeiro passo para uma análise sob esta perspectiva de gênero é o estudo dos diferenciais entre homens e mulheres ao longo do processo migratório, trazendo à tona a equidade entre os agentes na migração e não somente colocando a mulher migrante no papel secundário de acompanhante ou ainda, no da reunificação familiar.

Busca-se com este item, portanto, o estudo dos diferenciais entre homens e mulheres bolivianos no fluxo migratório para Corumbá. A hipótese é que estas mulheres, maioria histórica neste fluxo migratório, não estão em posição

¹¹ Tradução livre da autora. “Gendering migration does not only mean that one should be adding women where they are missing. It means looking at processes and discourses in migrations involving women and men and their relations to one another in household level, in the local community and international relations.”

de acompanhantes: apresentam diferentes causas para migrar, estratégias independentes e se inserem de maneira diferenciada na sociedade de destino. Estas heterogeneidades entre os sexos servirão de ferramentas para a construção de uma análise específica da migração feminina de bolivianas para Corumbá.

A relação com responsáveis pelo domicílio e pela família, na busca dos diferenciais por sexo da migração boliviana para Corumbá, é fundamental para entender os papéis representados por estes migrantes. Os impactos dessa mudança de relações pode também ser captado através das entrevistas realizadas com mulheres bolivianas em Corumbá. De acordo com uma delas,

O trabalho pra nós não é novidade. Nós sempre trabalhamos muito. Mesmo quem não trabalhava fora, quando é mais nova, tem que trabalhar muito em casa. Então essa coisa de “como é agora que você trabalha fora” pra mim não existe. Eu sempre trabalhei. Eu sei que todas essas mulheres que estão aqui (aponta para o resto da feira) também sempre trabalharam, pode perguntar para qualquer uma delas. O que muda é o que acontece na sua casa. As coisas mudaram muito mesmo. Mas pra isso teve muita briga, porque meu marido ficou desempregado quando nós viemos pra cá e pra ele foi muito difícil viver com o meu dinheiro. E não só com o meu dinheiro: comigo também!

Quadro 1: Relação com responsáveis pelo domicílio segundo o sexo. Corumbá, 2006.

Relação com responsável pelo domicílio	Homens	Mulheres	Total
Responsável	73	134	207
Cônjuge	24	48	72
Filho(a)	23	27	50
Pai/Mãe	0	1	1
Neto(a)/bisneto(a)	1	0	1
Irmão/irmã	5	8	13
Outro parente	6	6	12
Agregado	0	1	1
Não parente	2	5	7
Total	134	230	364

Fonte: *Encuesta* Corumbá, 2006. Nepo/UNICAMP – IRD/França.

Dentre as mulheres bolivianas residentes nos domicílios captados pelo levantamento de campo, 134 (58,3%) são responsáveis. Se tomados apenas os responsáveis, 64,7% são mulheres. Apenas de acordo com este dado, não se pode colocar em questão o papel ativo das mulheres neste fluxo migratório. A responsabilidade pelo domicílio é papel chave, sobretudo nas relações de gênero.

Entre os homens, 54,5% dos migrantes captados são chefes de família. Ainda que a maioria feminina neste fluxo migratório exerça influência nesta informação, é notável a proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios, substituindo o papel do homem provedor em 134 casos dos 207 captados. A configuração de 64,7% dos domicílios coloca as mulheres em posição diferenciada na construção de relações de gênero na esfera privada. Entre os 8 responsáveis por domicílios restantes dos 215 captados, 7 são homens brasileiros e 1 peruano.

Quadro 2: Relação com responsáveis pela família segundo o sexo. Corumbá, 2006.

Relação com responsável pela família	Masculino	Feminino	Total
Responsável	78	138	216
Cônjuge	23	50	73
Filho(a)	21	28	49
Pai/Mãe	0	1	1
Neto(a)/bisneto(a)	1	0	1
Irmão/irmã	5	7	12
Outro parente	5	1	6
Agregado	0	1	1
Não parente	1	4	5
Total	134	230	364

Fonte: *Encuesta* Corumbá, 2006. Nepo/UNICAMP – IRD/França.

Entre os responsáveis bolivianos, 63,9% são mulheres. Entre o total de mulheres, 60% são responsáveis por suas famílias. É comum que entre os responsáveis pelas famílias a figura do mais velho ganhe importância, sendo o migrante boliviano de primeira geração aquele a assumir este papel. Entre as mulheres, 84,2% das mulheres responsáveis pelas famílias têm mais de 55 anos. As responsáveis pelos domicílios são mais jovens, mas a faixa etária de maior representatividade está entre 65 e 69 anos.

Entre os homens, 56% são os responsáveis pelas famílias, sendo que 18% deles têm mais de 60 anos, apontando a uma maior distribuição por idade dos homens que têm este papel no domicílio. A presença do idoso como responsável pela família é mais comum entre as mulheres.

As mulheres casadas ou em união estável representam 53,6% de seu total. As solteiras, 20%. De acordo com os dados anteriormente analisados, tanto sobre a estrutura etária quanto de relações com responsáveis de domicílios e famílias, a proporção de jovens e filhos nos domicílios captados poderia exercer influência nesta proporção de solteiras. No entanto, as solteiras de 10 a 19 anos representam 32% do total.

Quadro 3: Status conjugal dos migrantes bolivianos, segundo o sexo. Corumbá, 2006.

Status Conjugal	Homens	Mulheres	Total
Solteiro(a)	27	44	71
Casado(a)	69	90	159
Unido(a)	16	28	44
Separado(a)	3	23	26
Viúvo(a)	10	35	45
Total de casos válidos	125	220	345

Fonte: *Encuesta Corumbá, 2006. Nepo/UNICAMP – IRD/França.*

As transformações experimentadas por homens e mulheres ao longo de suas trajetórias migratórias, também no que se refere ao status conjugal e aos papéis desempenhados no domicílio e na família são descritas por outra migrante entrevistada:

Quando eu cheguei aqui não era casada nem nada. Eu vim com a minha madrinha. Daí me casei aqui com um boliviano também, então minha vida era quase igual. Eu recebi dinheiro da minha madrinha pra ter minha barraca na feira. E depois que eu devolvi, eu comecei a ganhar mais que meu marido, que nessa época ficou desempregado. Daí eu tinha um filho pequeno, não ia pagar ninguém pra ficar com ele se o pai estava do lado. Mas foi difícil. No começo foi pior: meu marido acho que era mais criança do que o meu filho, porque a bagunça era toda dele! E daí eu tinha que fazer tudo em casa depois do trabalho. Não aguentei! Quase me separei nessa época. Como ele demorou pra arrumar emprego, acabou me ajudando mais... Mas brigamos muito. Hoje ele lava a louça e passa roupa. Mas ninguém sabe!

Associando-se os dados Quadros 2 e 3 anteriores ao status conjugal das migrantes bolivianas, tem-se que 29,8% destas solteiras são responsáveis pelos domicílios e 31,8% são responsáveis por suas famílias. Esta é uma característica importante do grupo de mulheres bolivianas em Corumbá: o estabelecimento como responsáveis, sem cônjuge, exclui a possibilidade de caracterização da presença feminina em Corumbá como agente em segundo plano deste fenômeno migratório. Entre os homens, apenas 9,87% se encontram na mesma situação: solteiros e responsáveis pelo domicílio ou família.

De acordo com a tipologia das famílias com responsáveis bolivianos, há um grande diferencial entre homens e mulheres: 53,2% das famílias formadas por casais com filhos – o arranjo mais frequente – são de responsabilidade masculina. Os arranjos construídos sem a presença do cônjuge, sobretudo responsáveis

sozinhos e responsáveis com filhos, são mais frequentes sob a responsabilidade de mulheres.

Quadro 4: Arranjos familiares, segundo o sexo do responsável boliviano. Corumbá, 2006.

Arranjos familiares	Sexo do responsável pela família		
	Homens	Mulheres	Total
Responsável sozinho	3	8	11
Casal sem filhos	8	14	22
Casal com filhos	42	37	79
Casal sem filhos com parentes	6	2	8
Casal com filhos e com parentes	6	10	16
Casal com ou sem filhos e com agregados	1	0	1
Responsável com filhos	7	47	54
Responsável com filhos e com parentes	3	11	14
Responsável sem filhos e com parentes	2	7	9
Responsável com filhos e com agregados	0	1	1
Responsável sem filhos e com agregados	0	1	1
Total	78	138	216

Fonte: *Encuesta* Corumbá, 2006. Nepo/UNICAMP – IRD/França.

Além de reforçar os dados anteriores, sobre a importante presença das mulheres neste fluxo migratório, indicando-as como agentes de equidade ao longo do processo, esta tipologia aponta também para uma transformação de papéis de gênero na migração: das mulheres divorciadas, 68,7% se separaram depois da chegada a Corumbá. O ganho de autonomia através da entrada no mercado de trabalho no local de destino e o aumento do poder de decisão nos domicílios foram motivações declaradas por mulheres responsáveis pela família, sem cônjuge, na pesquisa de campo a ser analisada posteriormente. Dos arranjos familiares acima é importante ressaltar ainda que os parentes mais presentes – principalmente quando os filhos estão ausentes – são netos ou bisnetos, apontando para uma possível remigração da geração intermediária, ou para mais uma etapa migratória em direção a outros espaços brasileiros.

A proporção de viúvas (15,9% do total de mulheres) infere no arranjo “responsável sozinho”: 6 das 8 famílias configuradas por este arranjo são formadas por estas mulheres. No entanto, todas têm filhos morando em outros domicílios em Corumbá. É mesmo entre as famílias formadas por responsáveis com filhos, com ou sem parentes, que as mulheres bolivianas (48,6%), se estabelecem com maior destaque, apontando para uma característica importante desta migração para Corumbá.

De acordo com os dados da Encuesta Corumbá, ainda que o número absoluto de chegadas de mulheres seja mais alto do que o de homens, observa-se um descompasso existente entre os sexos ao longo do período entre 1950 e 2006. A distribuição da chegada de mulheres não acompanha o padrão observado entre os homens, indicando uma dinâmica diferenciada. Segundo Morokvasic e Erel (2003, p.84), partir do princípio de que o papel da mulher num determinado fluxo migratório é acompanhar a família encobre especificidades deste fluxo migratório: “o privilégio de migrar com a família é para poucos e, no entanto, as mulheres são frequentemente interpretadas como acompanhantes em fluxos migratórios, reprodutoras culturais e biológicas de seus grupos étnicos”.

De fato, o fluxo histórico de bolivianas para Corumbá, tem uma dinâmica própria, independente do observado entre os homens, apresentando a primeira grande heterogeneidade deste grupo migrante. O uso diferenciado de redes sociais desde o planejamento da migração aponta para a existência de uma rede essencialmente feminina, desde as primeiras etapas migratórias ainda na Bolívia.

Segundo Massey e Espinosa (1998), o uso de redes sociais na migração diminui custos e riscos. De fato, é comum que os migrantes acessem essas redes de parentesco e amizade, sobretudo nos primeiros momentos do projeto migratório. Há, no entanto, importantes diferenças entre homens e mulheres que devem ser levadas em consideração. Os valiosos recursos oferecidos por estas redes se estabelecem de formas específicas entre os sexos, sendo a configuração das redes femininas mais complexa que a dos homens, uma vez que a figura “comum” em fluxos migratórios é masculina e quem precisa romper barreiras culturais, étnicas e familiares, são as mulheres (Phizacklea, 2004). Desta forma, casamento, filhos, responsabilidade por irmãos mais novos, tentativas de superar relações hierárquicas de poder na família e no lugar de origem são agentes formadores de redes sociais femininas (Morokvasic, 2004). O depoimento de uma migrante boliviana entrevistada detalha as articulações dessa rede social essencialmente feminina:

Foi muito difícil chegar aqui. Eu saí da casa dos meus pais, fui para a casa da minha tia (em Santa Cruz), me casei, depois me separei e voltei pra lá. Enquanto isso eu trabalhei muito. Mas era diferente daqui. Faço aqui o que muitas mulheres fazem em La Paz, mas ganho mais dinheiro para os meus filhos. A pobreza lá é muito grande. (Pergunto o que mudou em sua vida depois da chegada a Corumbá). Agora meus filhos passam a semana na casa da minha tia em Quijarro. Ela que me hospedou e agora ela cuida dos meus filhos, posso mandar dinheiro para ela. Antes ela que tinha me

feito um favor. E hoje eu faço um favor pra ela. (Quanto à possibilidade de outro casamento): Homem só atrapalha! Agora eu trabalho fora, trabalho em casa, cuido dos meus filhos, tudo o que eu fazia antes. Mas eu é que decido!

As mulheres bolivianas ingressaram neste projeto migratório para viver principalmente com seus cônjuges (23,5%) e mães (13,9%). O grande diferencial entre homens e mulheres com relação a esta variável, são os que viajam para viver com amigos ou amigas: 13,5% das mulheres e apenas 5,7% dos homens declararam este tipo de acesso às redes sociais deste fluxo migratório.

O acesso das mulheres às redes sociais, frequentemente, se dá através de cônjuges, pais e irmãos. No fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, são os homens que obtêm recursos através dos amigos (Peres, 2006). O caso das bolivianas em Corumbá apresenta então uma nova face da migração feminina, apontando ainda para uma maior facilidade de circulação através de recursos obtidos fora da família.

Para a obtenção dos recursos para a realização da viagem, a maioria das mulheres (23,8%) não recorre às redes; recursos obtidos dos pais, no entanto, representam juntos 25,7%. Estes pais forneceram este recurso na Bolívia, não fazendo parte direta do fluxo de bolivianos para Corumbá. Apenas 4 mulheres obtiveram recursos para viajar de pais que também migraram. Entre os homens, exceto aqueles que viajaram com recursos próprios, os pais são os principais financiadores da viagem (27%).

O auxílio para a hospedagem na chegada e também para o primeiro emprego no destino tem características diferenciadas das variáveis anteriores. Os homens, que concentravam sua obtenção de recursos através da família direta – pais, irmãos e cônjuge – apresentam uma maior distribuição de acessos, utilizando recursos de tios, primos e outros parentes. As mulheres, de acordo com os dados anteriores, obtêm hospedagem, sobretudo com amigos e tias.

Uma vez que os migrantes bolivianos se inserem em mercados de trabalho específicos em Corumbá, o acesso a recursos de redes sociais para a obtenção do primeiro emprego é muito importante. De fato, é para a obtenção deste recurso que os bolivianos mais acessam suas redes, com menores proporções de migrantes que não contaram com qualquer ajuda.

As ocupações exercidas pelos migrantes bolivianos em Corumbá são caracterizadas por diferenciais marcantes entre homens e mulheres. Esta é uma relação conservada dos lugares de origem dos migrantes, referentes às suas

etnias e tradicional divisão sexual do trabalho. Homens e mulheres têm funções específicas dentro de sua comunidade, atuando em funções mais ou menos valorizadas de acordo com o sexo. Segundo Souchaud e Fusco (2009, p.34)

Em Corumbá, a atividade principal dos migrantes é o comércio. Essa especialização entende-se pela localização da cidade, sendo a fronteira um lugar predileto para os comerciantes. Além disso, Corumbá desenvolveu há muito tempo e com bastante êxito essa função comercial. É importante mencionar que o forte empenho dos migrantes no setor comercial tem como consequência a feminização do fluxo. Com efeito, as atividades comerciais, seja nas feiras, seja na venda ambulante, são tradicionalmente desprezadas socialmente nas culturas andinas (quíchua e aimará, principalmente) da Bolívia, e geralmente “deixadas” às mulheres.

Entende-se por “feminização” o conjunto de impactos causados com a entrada efetiva das mulheres num determinado fluxo migratório (Morokvasic, 2004). O volume de mulheres por si só, ainda que seja superior ao dos homens, não caracteriza uma “feminização”. A reconfiguração da família, transformações nas relações de poder e papéis de gênero, o ganho de autonomia das mulheres, mudanças no mercado de trabalho no destino, são alguns dos impactos que causam a feminização de um fluxo migratório.

A inserção em nichos específicos de atividades citada pelos autores é anterior à própria migração. De acordo com o contexto histórico e demográfico estudado no capítulo primeiro deste trabalho, Corumbá exerce desde o século 19 uma importante função comercial. E é justamente este traço, associado a características da sociedade boliviana, que prova esta inserção específica dos migrantes e confere uma complexidade ainda maior ao fenômeno migratório.

A concentração de trabalhadores bolivianos no comércio associa, portanto, a formação histórica de um mercado – ora restrito à fronteira, ora articulado a outros mercados – a uma característica marcante da sociedade de origem destes migrantes. Enquanto que a atividade agrícola é valorizada entre os homens, cabe às mulheres a função de comercializar a produção.

Ainda que o comércio na Bolívia seja uma atividade reconhecidamente feminina, homens e mulheres a exercem de maneira equivalente em Corumbá. De fato, a atividade comercial, tanto em feiras livres, quanto na venda ambulante ou ainda em espaços específicos – como a feira BrasBol, nicho de atividades comerciais de bolivianos, a poucos quilômetros da fronteira – é reconhecida entre residentes

brasileiros como “trabalho de bolivianos”. Comércio formal e principalmente informal ocupam estes migrantes, que reproduzem de certa forma o caráter cultural da atividade: homens cuidam da compra de mercadorias e estoque; mulheres estão à frente dos balcões, barracas e bancas nas feiras. Este caráter informal é reforçado pelas proporções de trabalhadores bolivianos registrados: 80% das mulheres e 74% dos homens não têm carteira de trabalho assinada.

Quadro 5: Setores de atividade dos migrantes bolivianos. Corumbá, 2006.

Setores de atividade	Homens	Mulheres	Total
Indústria	7	4	11
Comércio	36	45	81
Prestação de serviços	32	43	75
Agropecuária	1	2	3
Construção civil	7	0	7
Público	1	9	10
Total de casos válidos	84	103	187

Fonte: *Encuesta* Corumbá, 2006. Nepo/UNICAMP – IRD/França.

O acesso à educação dos homens bolivianos em Corumbá é ligeiramente maior que o das mulheres. De fato, o ensino fundamental é equivalente entre os sexos, e ascendendo em níveis de educação, as mulheres atingem em menores proporções os níveis mais elevados. Casamento, nascimento de filhos e até a própria migração e a entrada num mercado de trabalho específico como o comércio em Corumbá foram explicações dadas pelas mulheres bolivianas para este quadro, na segunda pesquisa de campo.

Considerações finais

Esta análise comparada entre homens e mulheres bolivianos residentes em Corumbá, além de servir como ferramenta para a construção de um estudo sob a perspectiva de gênero, aponta para a primeira heterogeneidade marcante deste fluxo migratório. Homens e mulheres apresentam diferentes características que forjam sua distribuição por diferentes variáveis captadas pelo levantamento de campo. Relações estabelecidas com responsáveis pela família e pelo domicílio, status conjugal e os arranjos familiares presentes apontam para transformações nas relações de gênero ao longo do processo.

Períodos de chegada distintos, independentes, tiram as mulheres definitivamente da invisibilidade neste fluxo migratório, reforçando o caráter

de igual importância de homens e mulheres no fenômeno. O uso diferenciado de redes sociais estabelece vínculos específicos, em diferentes momentos. As mulheres bolivianas são mais articuladas nestas redes, incrementando o acesso a diferentes recursos principalmente na construção de estratégias para migrar. Ainda que o setor de atividade em que mais se inserem estes homens e mulheres seja o mesmo – o comércio – os migrantes reproduzem especificidades culturais e étnicas que carregam desde a origem, profundamente marcadas por diferenciais entre os sexos.

Referências

BILAC, E. **Gênero, família e migrações internacionais**. Seminário de Emigração e Imigração no Brasil contemporâneo. São Paulo. Programa de Avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais, 1995.

BOURIDIEU, P. **La dominación masculina**. Editora Anagrama, Espanha, 2000.

BOYD, M & GRIECO, E. **Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory**. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

CARVALHO, J. A. M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N. L. (org) **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI**. Campinas, FUNAP, v. 2, 1996.

CARVALHO, J. A. M. *et al* **Uma caracterização dos estrangeiros nascidos em países do Mercosul e Estados Associados residentes no Brasil no ano 2000**. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, 2004.

CASTRO, J.Y.C. **Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo**. Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.

CATARINO, C e MOROKVASIC, M. Femmes, genre, migration et mobilités. **Revue Européenne des Migrations internationales**. v. 21, n. 1, 2005.

CHANT, S. Migration and Development: The Importance of Gender. In: **Gender and Migration in Developing Countries**, Bellhaven Press, London, 1992.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. ABEP, Belo Horizonte, 1996.

JANUZZI, P. M. **Migração e Mobilidade social. Migrantes no mercado de trabalho paulista**. Ed. Autores Associados, Campinas, 2000.

KOFMAN, E. Female 'Birds of Passage' a Decade Later: Gender and Immigration in the European Union. **International Migration Review** 33, 1999.

MAGUID, A. **Los movimientos migratorios: determinantes e consecuencias**. Dissertação de Mestrado em Demografia Social, Universidad Nacional de Luján, 1994.

MAGUID, A. Desafios metodológicos e sistemas de informação no Mercosul. In: PATARRA, N. L. (coord) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas, FNUAP, v. 1, 1995.

MARTINE, G. **Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização**. Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais, v. 2, 1984.

MASSEY, D. S. *et al.* **Worlds in Motion : understanding international migration at the end of the millennium**. Clarendon Press, Oxford, 1998.

MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) **Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move**. Oplanden, 2003.

MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women... **International Migration Review**, v. XVIII, n. 4, 1984.

MOROKVASIC, M. **In ad out of the labour market: Immigrant and minority women in Europe**. New Community Gender and Migration, v. 19, n. 3, 1993.

MOROKVASIC, M. **Des femmes au genre em migrations**. Continuités et discontinuités. Colloque international "Le genre au couer des migrations. Université Paris 8 Vincennes-Saint Denis, 2005.

OSO, L. **Women, the pioneers of migration chains: the case of Spain**. "Working Party on Migration" Seminary, California, 1994.

PELLEGRINO, A. **Migracion internacional de latino americanos en las Americas** .- Santiago de Chile; CELADE, 1992.

PERES, R. G. **Diferenciais por sexo no retorno migratório: o fluxo Criciúma – Estados Unidos – Criciúma**. Dissertação de Mestrado em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PESSAR, P. R. The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S. **International Migration Review**, v. XVIII, n. 4, 2000.

PHIZACKLEA, A **One way ticket. Migration and female labour**. Routledge & Kegan Paul. Londres, 2005.

PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. Cambridge University Press, 1979.

SALA, G. A. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento Regional, CEDEPLAR. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense; 1973.

SOUCHAUD, S. ; FUSCO, W. **Documentação da pesquisa de campo *Encuesta Corumbá***, 2007. www.nepo.unicamp.br.

SOUCHAUD, S. ; FUSCO, W. **Banco de dados resultante da pesquisa de campo *Encuesta Corumbá***, 2007.

SOUCHAUD, S. ; FUSCO, W. Uniões Exogâmicas dos migrantes bolivianos na fronteira do Brasil. **Revista Travessia**, n. 63, 2009.

Fronteira e saúde: Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil)

Angela Maria Marques

A fronteira da Bolívia com Corumbá tem uma extensão de 386 km de fronteira seca¹. O primeiro núcleo urbano é Arroyo Concepción (seção municipal de Puerto Quijarro) a cinco quilômetros, com o acesso diário entre as cidades dos dois países naquela fronteira. As seções municipais de Puerto Quijarro e Puerto Suárez fazem divisa com Corumbá e compõem a Província Germán Busch², uma das 15 províncias do Departamento de Santa Cruz que tem a 2ª maior população da Bolívia com 2.231.019 habitantes (INE, 2003). É um dos Departamentos mais desenvolvidos economicamente, sua capital é Santa Cruz de La Sierra.

Como a principal área econômica da Bolívia (LINS, 2009:232), Santa Cruz destaca-se nas atividades do setor primário participando com 43% do PIB nacional, alicerçada na cultura de produtos agrícolas industriais (soja, cana-de-açúcar) e em produtos não-industriais, além da pecuária; na indústria de transformação mais de 35% da produção são de alimentos, do processamento de insumos primários (vinculados a um forte setor agroindustrial) e do refino de petróleo.

O estudo de Hany (2005) destaca as transformações que ocorreram em Corumbá no decorrer das últimas décadas do século passado, assim como descreve o panorama atual da cidade, que segundo a autora “a cidade vem se organizando

¹ *Fronteira seca* é denominação atribuída aos limites naturais que não possuem descontinuidade de terreno, tal como rios, lagoas ou quaisquer outros elementos naturais para delimitar o espaço fronteiriço (HANY, 2005:101).

² Faz, também, parte da Província de Germán Busch a seção municipal de Carmem Rivero Torrez, pequeno núcleo que vem sofrendo decréscimo populacional à ordem de 0,73% a.a (2001/2007) e de pouca influência econômica, social e cultural.

no sentido de polarizar uma parcela do departamento (equivalente à província na estrutura político-administrativa nacional) de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, através das cidades de Puerto Suárez (13.000 hab) e Puerto Quijarro (6.000 hab). A captura desse espaço na área de influência de Corumbá tem duplo sentido. O primeiro se refere à existência de incentivo para o crescimento do setor comercial da cidade, tanto no que diz respeito ao comércio de abastecimento familiar como ao comércio de atacado e exportação, aumentando a demanda de produtos e, conseqüentemente, o crescimento da importância do setor na economia urbana” (HANY, 2005:60).

Desta forma, o que se observa naquela faixa fronteiriça é a dinâmica entre Corumbá e as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez que possuem uma configuração voltada, principalmente, para o comércio. O município de Corumbá conforme Hany (2005) é o ponto de apoio para o traslado de mercadorias, produtos agrícolas, atenção à saúde e educação, além de interagirem na área social, mantendo essas cidades e o município de Corumbá uma ligação que transpõe os limites internacionais. De acordo com o autor, “o comércio com a Bolívia acontece de forma diferente, cabendo ao município o posto de intermediação de exportação de produtos vindos dos centros agrícolas bolivianos, fazendo com que o escoamento da safra de soja seja feito pela rodovia BR-262, rumo terminal portuário de Paranaguá, no Paraná (HANY, 2005:52).

A polarização exercida por Corumbá nos municípios fronteiriços é ressaltada pela autora quando expressa a dependência dos municípios bolivianos no que se refere aos “ serviços de infra-estrutura urbana, registrando-se assim uma sobrecarga para Corumbá, a se considerar que a sua população é ampliada com a presença da população fronteiriça. Este fluxo de sobrecarga no sistema de saúde corumbaense, em razão da falta de disponibilização de hospitais em suas cidades. Ocorre também em relação ao saneamento básico, uma vez que o tratamento de água de Corumbá supre necessidades de parte da população dos núcleos bolivianos vizinhos. Cabe ressaltar, ainda, que a energia elétrica consumida nas cidades bolivianas é fornecida pela Enersul³, via Corumbá” (HANY, 2005:61).

Para Oliveira (1998) a “cidade de Corumbá aparece como um ponto chave dentro das trocas e da dinâmica de integração no subcontinente”. No estudo de Souchaud (2007) essa articulação também é nítida “a cidade é um lugar estratégico

³ Enersul (Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul).

de articulação dos fluxos de bens, pessoas e informações, no que se chama hoje corredor bi-oceânico, que junta as duas margens litorâneas do continente, isto é, o sudeste brasileiro com os portos peruanos e chilenos do Pacífico, passando pelo eixo de concentração do povoamento boliviano, Santa Cruz – Cochabamba – La Paz” (SOUCHAUD,2007: 4).

Nesse contexto Corumbá exerce polarização sobre os serviços de infraestrutura urbana e os municípios fronteiriços, refletindo de acordo com Hany (2005) na demanda desses municípios pelos serviços ofertados na área de saúde e educação em Corumbá.

Dinâmica da População

Observa-se nos períodos de 1992 a 2007, uma dinâmica de crescimento populacional Bolívia, Departamento de Santa Cruz e Província Germán Busch e os municípios de Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Tabela 1) influenciada, provavelmente, pela migração interna de outras províncias para essas cidades fronteiriças com Corumbá, considerando o acesso a essa infra-estrutura e as oportunidades geradas pelos benefícios das mesmas.

Puerto Quijarro é a seção municipal que tem um crescimento populacional significativo desde a década de 1990; por outro lado, Puerto Suárez apresentou decréscimo entre 2001 e 2007.

Tabela 1. Taxa de crescimento anual. Bolívia, Departamento de Santa Cruz, Província Germán Busch e Seções Municipais, 2001-2007

	Taxa de crescimento anual	
	1992/2001	2001/2007*
Bolívia	2,74	2,91
Departamento de Santa Cruz	4,29	3,86
Província Germán Busch	2,82	2,27
Primeira Sección Puerto Suárez	1,54	0,73
Segunda Sección Puerto Quijaro	5,26	4,47

Fonte: <http://www.ine.gov.bo> . acesso em 29set09.

*Projeção população.

Na composição da população total segundo o sexo, observa-se a predominância de homens no Departamento de Santa Cruz, principalmente em Puerto Quijarro (Tabela 2). Isto provavelmente esteja associado a emigração das mulheres, principalmente da região fronteiriça.

Tabela 2. Razão de Sexo, Bolívia Departamento de Santa Cruz, Província Germán Busch e Seções Municipais, 2007

	Razão dos sexos
Bolívia	99,4
Departamento de Santa Cruz	101,4
Provincia Germán Busch	109,6
Primeira Sección Puerto Suárez	112,9
Segunda Sección Puerto Quijaro	105,7

Fonte: <http://www.ine.gov.bo> . acesso em 29set09.

* Projeção população.

No estudo realizado por Souchaud e Baeninger (2007) são identificados os diferenciais da imigração boliviana para a cidade de Corumbá, no que se refere aos aspectos culturais, territoriais e etno-linguísticos das áreas de origem que se refletem nos diferenciais sociodemográficos, principalmente a expressiva presença das mulheres em Corumbá. “Característica importante da imigração boliviana para Corumbá refere-se à elevada presença de mulheres: 63% contra 37% de homens. Esse diferencial é ainda mais reforçado quando se considera a origem de nascimento dos bolivianos. Entre os imigrantes provenientes das Terras Baixas, cerca de 67% são mulheres, alcançando o dobro da população de homens. Já para aqueles oriundos das Terras Altas, há um equilíbrio na razão de sexos” (Souchaud e Baeninger, 2007:280).

A taxa de fecundidade total⁴ do Departamento de Santa Cruz representava uma média de 3,44 filhos por mulher em idade reprodutiva, em 2007. Já a taxa de mortalidade infantil de 38,45 óbito de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos classifica-se como de média mortalidade, ou seja, entre 20-49 óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos de acordo com a classificação de Pereira (1995)⁵.

Na distribuição da população segundo os principais grupos etários o Departamento de Santa Cruz revela possuir uma população jovem e concentrada principalmente nas idades produtivas (15 a 64 anos) (Tabela 3).

⁴ Dados disponíveis em: http://www.santacruz.gov.bo/sedes/index.php?option=com_zoom&Itemid=27 acesso em 29/setembro/2009.

⁵ Pereira, M.G. Mortalidade. In: Epidemiologia: Teoria e Prática. Rio de Janeiro, 1995.

Tabela 3. População Total e principais grupos etários, Departamento de Santa Cruz, Província Germán Busch e Seções Municipais, 2007

	População total	Grupos etários		
		0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +
Departamento de Santa Cruz	2.626.697	987.363	1.557.141	82.196
Província Germán Busch	38.335	14.391	22.760	1.184
Primeira Sección Puerto Suárez	15.851	5.946	9.415	489
Segunda Sección Puerto Quijaro	17.383	6.532	10.315	537

Fonte: http://www.santacruz.gov.bo/sedes/index.php?option=com_zoom&Itemid=27.

A importância socioeconômica de Puerto Quijarro e Puerto Suárez na fronteira Bolívia-Brasil

O município de Puerto Quijarro⁶ criado pela Lei número 1263 de 30 de setembro de 1991⁷ é a capital da Segunda Seção da Província Germán Busch, sua capital é a cidade de Puerto Quijarro distante 660 km da cidade de Santa Cruz; sua conexão é realizada por via férrea e uma estrada que se torna intransitável na época das chuvas. Dista 15 km da cidade de Puerto Suárez e 5 km da cidade de Corumbá-MS.

O município tem definido pela Lei 1551 de Participação Popular um plano de ocupação territorial para o assentamento da população com o seguinte padrão: próximo a rodovia troncal - Puerto Quijarro, Puerto Suárez e Corumbá e caminhos vicinais que permitem um acesso fácil para o circuito de comercialização (venda da produção e compra de insumos) e próximo à fronteira, onde existe maior atividade econômica, recursos hídricos para uso doméstico, para a pesca e outros (rio, lagunas etc.) e infra-estrutura viária em boas condições, que possibilitem o fluxo de turistas.

Na área rural, as comunidades de San Pedrito e Carmem de la Frontera também têm o mesmo padrão de ocupação espacial e seus habitantes se dedicam a agricultura de subsistência, utilizando principalmente a mão-de-obra familiar.

No eixo compreendido entre Puerto Suárez, Puerto Quijarro e Corumbá-MS a população de Puerto Quijarro é a mais antiga da região e historicamente tem sido um dos centros de atração da população rural, pela proximidade com

⁶ Gobierno Municipal de Puerto Quijarro. Província de Germán Busch. Plan de Desarrollo Municipal -P.D.M. (2008-2012). Resolución Municipal 008/2007.01 de Febrero de 2007.

⁷ Criado como seção municipal durante a Presidência de Jaime Paz Zamora.

a fronteira com o Brasil e por ser uma zona de transito, comercial (importação e exportação) de produtos eletrodomésticos em geral, vestuário.

A estação ferroviária é uma fonte de emprego direta e indireta para a população. Conta ainda com uma zona franca – Puerto Aguirre, um porto graneleiro e um shopping Center. O Distrito de Arroyo Concepción é o mais importante do município, devido, principalmente a proximidade com a fronteira.

A comunicação fluvial é feita pelo Rio Paraguai através do Canal Tamengo⁸ importante via navegável que liga a cidade aos rios navegáveis do Paraguai e Paraná, e mantém um intenso intercâmbio comercial com a cidade de Corumbá a 2 km de Puerto Quijarro onde está localizado o Puerto Central Aguirre e o Puerto Tamengo ou Gravetal.

Puerto Busch, no corredor Man Césped, está desativado e Puerto Suárez na Laguna Cáceres está abandonado pelo alargamento da lagoa. Sua economia com base, principalmente, na exportação de cereais e derivados, é escoada por seu porto através do Canal Tamengo.

O guarani e o castelhamo, ou ainda a mescla de ambos com o português, são línguas faladas no cotidiano daquela fronteira disseminadas em todo o Baixo-Pantanal e pelo Sul de Mato Grosso do Sul. É fundamental ressaltar que além de espaço de trocas comerciais, lícitas ou ilícitas, a fronteira foi e é um contexto de trocas culturais, onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, música, vestimentas e, em especial, a língua, fator de identidade de uma determinada comunidade (Hany, 2005; Ota, 2006).

O Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Municipal⁹ de Puerto Quijarro reconhece essa identidade cultural: “De acuerdo a los datos recogidos por el autodiagnóstico, los idiomas más hablados em el Municipio, son el castellano, portugués y em menor proporción el quéchua y aymará” (PDM, 2007:108).

Puerto Suárez distante 11 km de Corumbá-MS, foi fundada em 10 de novembro de 1875, às margens da baía de Cáceres, por Miguel Suarez Arana. Dista a 590 quilômetros a leste da capital provincial, Santa Cruz, perto da fronteira com

⁸ El sistema Tamengo-(...) es actualmente el principal acceso de Bolivia al río Paraguay y sobre este canal se encuentran las principales instalaciones portuárias del país.(...) constituye um sistema con características hidrológicas y hidráulicas particulares. El sistema Tamengo es um curso natural de água que vincula La Laguna Cáceres con el río Paraguay, está formado por los canales Tuyuyú y que derivan água Del río Paraguay hacia La Laguna Cáceres. Sobre la margen suroeste de la laguna se ubica Puerto Suárez, mientras que sobre el canal Tamengo se ubican Central Aguirre e Puerto Quijarro (P.D.M.- Diagnóstico municipal consolidado.2007:62).

⁹ Documento preliminar.

o Brasil. O município está ligado a San José de Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra, para o oeste, e Brasil, ao leste rodoviário. No início do século XX foi a principal porta hidrográfica da Bolívia.

Com uma população aproximada de 15.209 habitantes (INE, 2001) está localizada no denominado Pantanal Boliviano e junto com a Lagoa Cáceres, comunica-se com o rio Paraguai pelo Canal Tamengo, tem sua economia baseada na pecuária e em atividades do comércio, e uma zona franca que gera uma excelente arrecadação (INE, 2005).

Em seu território possui uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo a reserva do Mutum. É um dos principais portos fluviais da Bolívia. Próximo dela encontra-se Arroyo Concepción, Puerto Quijarro e Puerto Aguirre – zona franca (INE, 2005). O abastecimento de energia elétrica vem da rede de Corumbá-MS, conforme citado em Hany (2005). Tem um aeroporto atendido por as linhas aéreas Lloyd Aéreo Boliviano e Aerosur.

Saúde na fronteira

Quanto à infra-estrutura da área de saúde, em Puerto Quijarro, só há um estabelecimento hospitalar cujo corpo clínico é composto de três médicos, duas enfermeiras, cinco auxiliares de enfermagem e um administrador; considerado pelo Plano de Desenvolvimento Municipal de Puerto Quijarro como Centro de Saúde de Primeiro Nível. Possui ainda um Posto de Saúde em Arroyo Concepción (não possui médicos, tem uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem e um administrador); um Centro Médico Privado de Germán Busch (com dois médicos, três enfermeiras, dois administradores); uma Casa de Saúde (atende aos segurados e seus beneficiários de diversas empresas – conta com três médicos, três enfermeiras, uma secretaria e duas pessoas de limpeza uma clínica que presta serviços de medicina em geral e o Pro-Saúde (que se encontra desativado- possuía um médico e três enfermeiras) pertencente à Associação Civil Boliviana.

O Plano de Desenvolvimento Municipal de Puerto Quijarro menciona, ainda, que os equipamentos existentes nos estabelecimentos de saúde são insuficientes, e as enfermidades de maior prevalência citadas são EDA, IRA, Sarcoptósis, tuberculose, hipertensão arterial, problemas respiratórios e gastrointestinais.

Referenciando-se a situação de saúde em Puerto Suárez, Peiter (2001) descreve que “(...) era crítica, dada a falta de saneamento, a pobreza da população e a carência do sistema de saúde local. O maior problema consistia da falta de água

tratada. Era preocupante a elevada incidência de doenças transmitidas por vetores como a malária, a dengue, a leishmaniose e a febre amarela, esta última ainda frequente na região graças às constantes falhas dos programas de imunização. Por este motivo as autoridades sanitárias brasileiras não aceitavam os comprovantes de vacinação bolivianos. Os serviços de saúde contavam com 1 hospital em Puerto Suárez (e outro na localidade de Carmen a 205 km de distância), com 1 cirurgião, 1 ginecologista, 1 pediatra e 3 clínicos gerais. Constatou-se, entretanto as péssimas condições das instalações do hospital (...). A precariedade do atendimento em Puerto Suárez e cidades bolivianas fronteiriças levam muitas pessoas a busca atendimento em Corumbá” (PEITER, 2001:290).

Nessa conjuntura são estabelecidas parcerias entre cidades fronteiriças, principalmente as que se relacionam às ações de vigilância em saúde, dentre elas destaca-se a citada no estudo de Brandão et al. (2009) originada a partir do diagnóstico de raiva canina com variante 1 (AgV-1), que ainda não havia sido registrada no Brasil, em um cão não domiciliado em Corumbá e identificado como originário da Bolívia.

Esta parceria foi concretizada a partir de diversas reuniões entre representantes dos Brasil e da Bolívia e intermediadas por um representante da Organização Panamericana de Saúde- OPAS no Brasil, com finalidade de implantação do Programa de vigilância, prevenção e controle da raiva¹⁰ para a fronteira Corumbá-MS, Brasil e a Província Germán Busch, Bolívia, com o estabelecimento de um Comitê Binacional local com “autonomia para executar as ações na fronteira”.

Resultante, também de uma parceria entre as prefeituras de Corumbá, Ladário, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, foi estruturado um Comitê de Fronteira Brasil/Bolívia em 2008 com o objetivo de discutir ações nos setores da saúde, segurança pública, cultura, transporte e economia.

Entre o final do ano de 2008 e o início do ano de 2009, a região fronteiriça sofreu com um surto de dengue. Naquele período, agentes da Secretaria Executiva de Saúde Pública desenvolveram diversos trabalhos nas cidades bolivianas de fronteira, como o Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA), a capacitação de adultos e crianças para combater a doença, e aplicação de fumacê. Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Integrado disponibilizou

¹⁰ No dia 17/04/07, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica de Profilaxia da Raiva e no dia 18/04/07, foi formado o Comitê Binacional, através do Termo de Cooperação Técnica de Profilaxia da Raiva.

maquinários e mão de obra para a limpeza de terrenos onde foram encontrados mais focos (Figura 1).

Uma das principais ações realizadas entre os municípios no ano de 2009 foi o de combate a doenças como dengue, febre amarela, gripe suína (AH1N1), raiva e leishmaniose também foram executadas ao longo do ano na faixa de fronteira.

Figura 1. Folder em espanhol da Campanha de Prevenção do Dengue em Puerto Quijarro e Puerto Suárez, 2009

Las cajas de agua deben ser mantenidas limpias y con tapas.

Mantenga su quintal limpio y no tire la basura en terrenos baldíos.

Guarde las llantas viejas en lugar seco y las usadas como columpio, protectores de garaje o juguetes deben ser taladras.

Embalajes desechables deben ser puestos en bolsas de basura bien cerradas antes de ser tiradas.

Los floreros de plantas deben tener tierra en los platitos.

Lave las vasijas de los animales domésticos con esponja y jabón en agua corriente por lo menos 1 vez a la semana.

Otra alternativa para los floreros de plantas es mezclar 4 cucharas de borra de café en un vaso de agua y poner en los platitos. La cafeína inhibe el desarrollo de las larvas. Pero atención: la solución debe ser cambiada a cada 7 días y el platito lavado antes de recibir la mixtura nuevamente.

**Soporte: UNIPAV ENGENHARIA LTDA.
EL ORGULLO DE SER PANTANEIRO**

HAGA SU PARTE.

Si usted sentir dolor en el cuerpo o en las articulaciones, fiebre o dolor en la parte inferior de los ojos y en el abdomen, busque a un médico o llame:

Sala de Emergencia - **0055 67 3907.5380**
Vigilancia Epidemiológica - **0055 67 3907.5443**

DENGUE
ES AL FIN AL CABO
Campaña del Ayuntamiento y por los residentes de Corumbá contra el dengue

Corumbá
Município de Corumbá

Fonte: <http://www.corumba.ms.gov.br>. Acesso em julho de 2010.

No encontro do Comitê de Combate à Dengue em agosto de 2010, foram apresentados os resultados da parceria entre as cidades fronteiriças pela Gerência de Vigilância Saúde da Secretaria Executiva de Saúde de Corumbá, destacando-se as atividades realizadas as equipes também foram deslocadas para atuar na

fronteira Brasil/Bolívia, nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Ainda na região de fronteira, a Secretaria Executiva de Saúde promoveu a capacitação de 80 pessoas em Puerto Quijarro para combate à dengue (atuação em mutirões de limpeza e bloqueio de asos) e realizou em Puerto Quijarro, com 20 agentes de endemias e todos os supervisores da equipe da Dengue de Corumbá (Secretaria de Estado de Saúde).

Assim, para o entendimento do contexto da fronteira Corumbá-Puerto Quijarro e Puerto Suárez o conceito de circulação, residência-base e reversibilidade de Domenach e Picouet (1987) contribui para reconhecer o espaço de vida dessas populações no que se refere aos serviços de saúde na fronteira.

Domenach e Picouet (1990), ao reverem o critério de mudança de residência no estudo dos fluxos migratórios contemporâneos, inserem a discussão de reversibilidade eventual das migrações como parte de uma análise mais abrangente do que a noção de espaço de vida definida por Courgeau (apud Domenach e Picouet, 1990:54), relacionando o conceito de espaço de vida (life space) com o conceito de residência base (home base).

Os autores elaboram, então, uma tipologia a partir do conceito de “reversibilidade eventual das migrações”; a não fixação de uma residência está condicionada ao local onde estão as oportunidades e acessos. Este parece ser o caso da fronteira aqui estudada, onde se destaca a mobilidade em função dos serviços de saúde. Implica, portanto, em diversas situações, que se relaciona ao tipo de deslocamento e suas modalidades (duração, periodicidade, sequência), mas que não se traduz obrigatoriamente em mudança de residência.

No caso da migração fronteiriça boliviana esta também pode ser categorizada como diária, sazonal e conjuntural, de acordo com as categorias dos autores. O conceito de reversibilidade renovada – que explica sucessões de ausências em um ou outro lado da fronteira (Domenach e Picouet, 1990) - contribui para o avanço no conhecimento dos deslocamentos fronteiriços e seus vínculos para o caso de Puerto Quijarro e Puerto Suárez com Corumbá.

Referências

ALMEIDA, R. S. **Proteção social no MERCOSUL: a saúde dos trabalhadores de municípios fronteiriços do Rio Grande do Sul.** 2008. 284f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BAENINGER, R. O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. **Brasil: Migrações Internacionais e Identidade**, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr09.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

BARCELLOS, C. et al. Geografia da AIDS nas Fronteiras do Brasil. In: _____. **Diagnóstico estratégico da situação da AIDS e das DST nas Fronteiras do Brasil**. Campinas, 2001. (Convênio Ministério da Saúde/CN DST/AIDS; Population Council e USAID). Disponível em: <www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf>. Acesso em: 02 mar. 2007.

BASSANEZI, M. S. C. B. Migrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BOLOGNA, E. L. Espacios de vínculos y espacios de movilidad: la reversibilidad em las etapas de las corrientes migratorias. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004. Disponível em: <www.alap.org>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. **La reversibilidad en los estadios avanzados de los sistemas migratorios, el caso de Argentina y Bolivia**. 2004. Tese (Doctorado) - Programa de co-tutela con la Universidad de Paris 5 Sorbonne, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Projeto Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras: SIS-FRONTIEIRAS**. Brasília: CONASS, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1228>. Acesso em: 02 out. 2006.

_____. _____. **A saúde no MERCOSUL**. 3.ed. rev. e ampl. Brasília, 2005. (Série B - Textos Básicos de Saúde).

CASTELLANOS, P. L. Perfiles de salud y condiciones de vida: una propuesta operativa para el estudio de las inequidades en salud en América Latina. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE EPIDEMIOLOGÍA, 1., 1992, España. **Anais...** 1992.

CONASS. Atualização: Projeto Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras: SIS FRONTIEIRAS. **Nota Técnica 09**, Brasília, 2006.

_____. Projeto Sistema Integrado de Saúde: SIS FRONTIEIRAS. **Nota Técnica 11**, Brasília, 2005.

CORGEAU, D. Relations entre cycle de vie et migrations. **Population**, Paris, v.39, n.3. p.483-514, 1984.

_____. **Le concept de migration in Actes du IV^e Colloque de Démographie africaine: migrations –etat civil –recensements administratifs**, Quagadougou, 20-40. République de Volta: Institut National de la Statistique et de la Démographie, 1975.

_____. Migrants et migrations. **Population**, Paris, n.1, p.95-129, 1973.

CORRÊA, L. S. **Corumbá: um Núcleo Comercial na Fronteira de Mato Grosso 1870-1920**. 1980. 158f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

COSTA, M. S. et al. Perfil socioeconômico de feirantes brasileiros e bolivianos que comercializam hortaliças folhosas em feiras-livres no município fronteiriço Corumbá-Brasil/Bolívia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.3, Supl. Especial, p.41-44, 2008.

DAL PRÁ, K. R.; MENDES, J. M. R.; MIOTO, R. C. T. O desafio da integração social no MERCOSUL: uma discussão sobre a cidadania e o direito à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23 (Supl. 2), p.S164-S173, 2007.

DANTAS, J. C. Aspectos filosóficos dos espaços transfronteiras. In: SOUZA, M. L. et al. (Org.). **A saúde e a inclusão social nas fronteiras**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_inclusao_social_fronteras.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2009.

DÁVILA, L. R. Fronteras confusas: impactos sociales de la migración. La migración internacional y el desarrollo en las Américas. In: SIMPOSIO SOBRE MIGRACIÓN INTERNACIONAL EN LAS AMÉRICAS, 2000, San José, Costa Rica. **Anais...** Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Serie Seminarios y conferencias, n.15).

DOMENACH, H.; PICOUET, M. **Las migraciones**. Tradução de Eduardo Bologna. Córdoba. Republica Argentina, 1996.

_____. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Nota de Población**, Santiago do Chile, CELADE, n.49, abr.1990.

DRAIBE, S. M. Coesão social e integração regional: a agenda social do MERCOSUL e os grandes desafios das políticas sociais integradas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, (Supl. 2), p.S174-S183, 2007.

FELIPE, S. Saúde: a concepção política e a perspectiva brasileira. In: SOUZA, M. L. et al. (Org.). **A saúde e a inclusão social nas fronteiras**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

GADELHA, C. A. G.; COSTA, L. Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, (Supl. 2), p.S214-S226, 2007.

GIOVANELLA, L. et al. Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, Supl. 2, p.S251-S266, 2007.

HANY, F. S. B. **Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul: periferia ou espaço central?** 2005. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

KRATOCHWILL, H. Migraciones, circulaciones de personas y políticas migratória en el Mercosur. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI.** São Paulo: FNUAP, 1996.

LAHORGUE, M. A. Dinâmica espacial da produção e da população e as Zonas de Fronteira: reflexões sobre o MERCOSUL. In: CASTELLO, L. R. et al. (Org.). **Fronteira na América Latina: espaços em transformação.** Porto Alegre: Editora da Universidade, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1997.

LINS, H. N. Estado e embates socioterritoriais na Bolívia do século XXI. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.29, n.2 (114), p.228-244, abr./jun.2009.

MÁRMORA, L. Livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL? In: CNPD. **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília, 2001.

MARQUES, A. M. Movimentos migratórios fronteiriços: Bolivianos e Paraguaios em Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO ANUAL DA ILASSA, 27, 2007, Austin, Texas. **Anais... ILASSA**, 2007.

_____. **Diferenciais de fecundidade por status migratório em Mato Grosso do Sul: 1980-1991.** 1997. Dissertação (Mestrado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

MARTINE, G.; HAKKERT, R.; GUZMÁN, J. M. Aspectos sociales de la migración internacional: consideraciones preliminares. **Notas de Población**, Santiago de Chile, CELADE, n.73, p.163-194, 2001.

MÉDICI, A. C. **A saúde nos países do MERCOSUL.** Brasília: FNUAP, v.2, 1996.

MÉLO, J. L. B. Reflexões conceituais sobre Fronteiras. In: CASTELLO, L. R. et al. (Org.). **Fronteira na América Latina: espaços em transformação.** Porto Alegre: Editora da Universidade; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1997.

OLIVEIRA, M. A. M. Tempo, fronteira e imigrante: um lugar e suas “Inexistências”. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limites: estudo sobre fronteiras.** Campo Grande: UFMS, 2005.

OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limites: estudo sobre fronteiras.** Campo Grande: UFMS, 2005.

OSÓRIO, H. O espaço platino: Fronteira Colonial no século XVIII. In: CASTELLO, I. R. **Práticas de integração nas Fronteiras: temas para o MERCOSUL.** Porto Alegre: Instituto Goethe/ICBA; Editora da Universidade /UFRGS, 1995.

OTA, D. C. **A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro.** 2006. 246f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PALAU, T. “Brasiguaios”. In: CNPD. **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília, 2001.

PATARRA, N. L. Mobilidade espacial da população no MERCOSUL: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.60, p.83-181, 2006.

_____. Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços. **Textos para Discussão, n.7**, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

_____; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o Caso do Brasil. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigrações internacionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: FNUAP, 1995.

PEITER, P. C. Condiciones de vida, situación de la salud y disponibilidad de servicios de salud en la frontera de Brasil: un enfoque geografico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, (Supl. 2), p.S237-S250, 2007.

_____. **A geografia da saúde na faixa de Fronteira Continental do Brasil na passagem do milênio.** 2005. Tese (Doutorado) - CCMN/PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, M. G. Mortalidade. In: _____. **Epidemiologia: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PERES, R.; BAENINGER, R.; SOUCHAUD, S. Mulheres na fronteira Brasil: Bolívia: primeiros resultados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2009, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

SALA, G. A. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil.** 2005. Tese (Doutorado) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, A. S. Migrantes laborais na América do Sul. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigrações internacionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: FNUAP, 1995.

SOUCHAUD, S.; FUSCO, W. Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia. In: CGEE. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais.** Brasília, 2008.

_____. Algumas considerações sobre a migração internacional transfronteiriça a partir do caso da migração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. In: OSÓRIO, A. C. N.; PEREIRA, J. H. V.; OLIVEIRA, T. C. M. (Ed.). **América Platina: educação, integração e desenvolvimento territorial**. Campinas: Nepo/Unicamp; IPED, 2008.

_____; CARMO, R. L. Migração e mobilidade no MERCOSUL: a fronteira do Brasil Paraguai e Bolívia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_702.pdf>. Acesso em: 17 maio 2007.

STEIMAN, R. Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteira. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br/fronteiras>. Acesso em: 02 set. 2009.

_____; MACHADO, L. O. **Limites e Fronteiras Internacionais. Uma discussão histórico-geográfica: a questão da classificação das Fronteiras**. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

_____. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Sobre os autores

Alex Manetta

Graduado em Geografia (IG/Unicamp); Mestre em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas e doutorando no Programa de Pós-graduação em Demografia. Temas de pesquisa: questões urbanas, mobilidade espacial de populações em contexto transfronteiriço, perfil da mortalidade de populações residentes na região Centro-Oeste brasileira.

Angela Maria Marques

Graduada em Serviço Social; Mestre em Demografia- CEDEPLAR/UFMG. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Demografia (IFCH-UNICAMP). Temas de pesquisa: migração fronteiriça; saúde.

Débora Mazza

Pós-doutorado em Sociologia pelo Laboratoire Genre, Travail et Mobilité - Paris e pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - Paris; Doutorado em Ciências Sociais, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Sociologia da Educação e desenvolve pesquisas sobre a circulação de pessoas, saberes e práticas; e políticas públicas e educação.

Dominique Vidal

Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris), professor de sociologia na Universidade Paris Diderot e pesquisador na Unité de recherche Migrations et Société (URMIS, UMR IRD 205). Após uma tese sobre uma favela urbanizada de Recife (La politique au quartier. Rapports sociaux et citoyen en neté à Recife, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'Homme, 1998), trabalhou com as mudanças do emprego doméstico no Rio de Janeiro (Lesbonnes de Rio. Emploi domestique et société démocratique au Brésil, Villeneuve d'Ascq, Presses universitaires du Septentrion, 2007) e as migrações de Moçambique para Joanesburgo na África do Sul.

Gabriela Camargo de Oliveira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Especializada em Política e Relações Internacionais pelas Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp, bolsista FAPESP. Temas de pesquisa: migração internacional, segunda geração de imigrantes.

Iara Rolnik Xavier

Mestre em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, socióloga pela USP e pesquisadora do Instituto Via Pública. Tema de pesquisa: migração internacional.

Patrícia Tavares de Freitas

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Doutoranda e mestre em Sociologia pela Unicamp. Tema de pesquisa: migração internacional.

Roberta Guimarães Peres

Socióloga, Mestre e Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Bolsista em Pós-Doutoramento da FAPESP – NEPO/UNICAMP. Tema de pesquisa: migração interna e internacional, urbanização, gênero e migração internacional.

Rosana Baeninger

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais – área Estudos de População (IFCH-UNICAMP); Professora do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Demografia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População-Universidade Estadual de Campinas. Temas de pesquisa: migrações internas, urbanização, migrações internacionais.

Sidney Antonio da Silva

Antropólogo e professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, onde desenvolve pesquisas sobre os hispanoamericanos na Amazônia, entre eles peruanos e colombianos. Coordena o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia- GEMA.

Sylvain Souchaud

Doutor em Geografia, é pesquisador do Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França) desde 2003 e membro do centro de pesquisa Unité de recherche emigration et sociétés (URMIS), da Universidade Paris Diderot - Paris 7. Especializou-se na geografia da população e das migrações. Foi pesquisador convidado da Universidade de Tarija-Bolívia (2004-2005) e do Núcleo de Estudos da População (Nepo- Unicamp) (2005-2010).

Szilvia Simai

Doutora em Psicologia Social na Universidade de Londres. No Brasil, atuou como diretora acadêmica na School for International Training e desenvolveu pesquisas para UNESCO, abordando temas sócio-culturais no Brasil e na Venezuela. Tem contribuído para diversos estudos na Europa (European Roma Rights Center; Center for Science, Society and Citizenship; Fondazione Scalabrini, Finnish League for Human Rights) e na América Latina. Bolsista Fapesp em Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Ubiratan Silva Alves

Licenciado pela Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo, especialista em Educação Motora pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, doutor em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Professor e Coordenador Universitário há mais de 12 anos. Faz suas pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e da Saúde.

Este livro foi impresso em março de
2012 para o Núcleo de Estudos de
População – NEPO-Unicamp.



A imigração internacional para o Brasil, a partir das últimas décadas do século 20, trouxe novos significados, fluxos e direções. A imigração boliviana foi aquela que primeiro emergiu como indicativa da inclusão do país na rota das migrações internacionais na América Latina. Sua importância como fenômeno social reside tanto nas fronteiras quanto na metrópole. O século 21 traz novos contornos à imigração boliviana, em função da visibilidade, inserção laboral, espacialidades, projetos migratórios e modalidades de deslocamentos populacionais vivenciados por esse contingente imigrante.

ISBN 978-85-88258-29-7



9 788588 258297